UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

CLARA LUÍSA OLIVEIRA SILVA

SUBJETIVIDADES, CULTURAS E LUGARES ATRÁS DAS GRADES:
UM OLHAR PARA A DINÂMICA SIMBÓLICA EM UM CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININO

Belo Horizonte
2013

Clara Luísa Oliveira Silva

SUBJETIVIDADES, CULTURAS E LUGARES ATRÁS DAS GRADES:
UM OLHAR PARA A DINÂMICA SIMBÓLICA EM UM CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININO

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.

Co-orientador: Prof. Antônio Luiz Marques, PhD.

Belo Horizonte
2013

Ficha catalográfica

S586s
2013

Silva, Clara Luísa Oliveira.
Subjetividades, culturas e lugares atrás das grades [manuscrito] : um olhar para a dinâmica simbólica em um centro de ressocialização feminino / Clara Luísa Oliveira Silva. - 2013.
275 f.: il.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva.
Coorientador: Antônio Luiz Marques.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (p. 260-269) e anexos.

1. Cultura organizacional – Teses. I. Saraiva, Luiz Alex Silva. II. Marques, Antônio Luiz. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. IV. Título.

CDD: 658.314

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – NMM/047/2013

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **CLARA LUÍSA OLIVEIRA SILVA**, REGISTRO Nº 509/2013. No dia 22 de abril de 2013, às 09:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 11 de março de 2013, para julgar o trabalho final intitulado **"Subjetividades, Culturas e Lugares atrás das Grades: Um Olhar para a Dinâmica Simbólica em um Centro de Ressocialização Feminino"**, requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, área de concentração: **Administração**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof.Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(X) APROVAÇÃO;

( ) APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

( ) REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 22 de abril de 2013.

NOMES — ASSINATURAS

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva.....
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Antônio Luiz Marques .....
Co-orientador (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri .....
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. José Ricardo Costa de Mendonça.....
(PROPAD/UFPE)

Profª. Drª. Maria Laetitia Corrêa.....
(Aposentada - FAE/UFMG)

Aos meus pais, Lourdes e Geraldo, e aos meus irmãos, Elba, Samuel e Ismael.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Luiz Alex Silva Saraiva, pela orientação cuidadosa e competente, pela paciência com a minha ansiedade (que não foi pouca, eu reconheço!), por instigar-me, no início, ainda mediante as correções das resenhas da disciplina "Evolução das Teorias em Organizações", a considerar as "outras versões dos fatos" no mundo organizacional. Obrigada pela confiança em meu trabalho nesses meses e, claro, por ter me aceitado como sua orientanda. Enfim, por fazer parte de minha trajetória acadêmica, sendo um exemplo de conduta profissional.

Ao Professor Dr. Antonio Luiz Marques, pelo acolhimento no primeiro ano do curso de mestrado.

Aos Professores membros da banca de qualificação, Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, Dr. José Ricardo Costa de Mendonça e Drª. Maria Laetitia Corrêa, pela oportunidade de reflexão acerca de muitos caminhos nesta pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro no desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas

A todos os sujeitos encantados que encontrei no CEPEAD/UFMG, em especial, à Mara Queiroz, pela disponibilidade, pela ternura no olhar e pela alegria que contagia. Ao Antonio Carlos Rodrigues, pela companhia nos almoços, e por falar que *no final, tudo sempre daria certo*. À Fernanda Lebarcky, pela amizade nos momentos alegres e difíceis da vida acadêmica e para além dela. Obrigada, Fê, pelos conselhos que me apaziguaram diante de meus conflitos e *aprisionamentos*. À Flaviana Andrade, pelo apoio em um dos meus momentos de maior incerteza no mestrado. À Glauciene Martins, pelos estímulos sempre realizados com alto astral e pelos momentos de descontração no *Cantinho da Glau*. À Kary Emanuelle Coimbra, por dividir aprendizados e angústias nesta caminhada que fizemos praticamente juntas. À Mariana Castro, pelas caronas e pelas conversas sobre as expectativas, as conquistas e dificuldades encontradas, principalmente, no primeiro ano de mestrado. À Juliana Teixeira, pelas indicações contínuas de textos sobre subjetividade. Ao Edson Antunes, pelas palavras de força e coragem e por me lembrar do poema de Guimarães Rosa.

A todos os sujeitos de pesquisa, pela generosidade de partilharem comigo suas experiências na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e, até mesmo, em outros lugares e, especialmente, agradeço a todas as recuperandas, pelas produções de sentidos que impactaram muitas das minhas posições como sujeito no mundo.

Aos cinco sujeitos que conformam a parte mais bonita da minha vida! Especificamente, aos meus pais, pela compreensão de minhas ausências (e ansiedades!) desde a realização do curso de graduação, por fazerem o possível e, muitas vezes, até o que parecia impossível a fim de que eu tivesse uma *vida melhor*. Esta dissertação, assim como tudo que construí no correr de minha trajetória aqui em Belo Horizonte, encerra parte dos sacrifícios feitos por vocês, meus queridos pais. Portanto, os sentidos de vitória e de dever cumprido que, agora, emergem, eu compartilho com vocês. Ao Samu, meu irmão, pelo carinho e pela torcida, mesmo que expressos de um jeito meio ranzinza. Ao Mael, meu irmão e afilhado, pelo apoio e presença em todos os momentos, ainda que a distância mas, principalmente, nessa reta final, que o meu *bebê* (quer dizer, hoje, não mais) estava bem pertinho da madrinha. À Elbinha, minha irmã, pelo convívio diário, pelas palavras de incentivo, pelas (inúmeras) críticas sempre realizadas, por, literalmente, segurar minha mão e me fazer dormir em algumas noites de insônia. Eu amo você, Fubá! E, para mim, não existe nada nem ninguém capaz de abalar os laços que nos une.

Por fim, às minhas amigas, Andréia Mont'Alvão, Milena Rocha, Rachel Teixeira, Raquel Campos, Silvia Proença pelo carinho, pelos (re)encontros que tornam a minha vida muito mais leve e prazerosa, pelas risadas, por me ouvirem e me incentivarem sempre, seja *ao vivo e a cores*, ou mesmo, por telefone ou internet. Vocês são as flores mais belas do meu jardim! Obrigada por vocês existirem e estarem ao meu lado sempre que preciso!

[...] Algum tempo atrás, eu me deparei em um mundo diferente do meu. E neste mundo pequeno eu só encontrei grades, choro, lamento, dor e saudades de ter de volta o brilho dos meus olhos. Digo para aquelas pessoas que amo que não conhecem ou nunca viveu o que eu vivo. Não é conselho, e nem simplesmente um desabafo, mas sim para que elas tomem cuidado para que nunca precisem sentir na pele e no coração a dor da solidão, e a dor do desprezo que as pessoas da sociedade têm me transmitido. Aqui faço coleção de sofrimentos, às vezes, me pego em um simples canto da cela, me perguntando o porque que dos meus olhos não caem mais lágrimas. Com certeza esta pergunta você não vai conseguir me responder e muito menos as outras pessoas da sociedade, pois somente quem vive e viveu o que nós estamos vivendo sabe o valor da liberdade. Pois sim eu direi a você tudo que vivo, pois um dia aqui tem o decorrer de um ano e o que há de mais valioso neste sofrimento é uma caneta e um pedaço de papel, pois por eles expresso o que meu sofrido coração sente, por eles também é possível ter notícias do mundo lá fora e das pessoas que amo e que deixarão de viver uma vida normal por eu não estar presente ao lado deles. Hoje sei o valor que tem um pedaço de terra, uma gota de chuva, um sorriso, um pôr do sol, mas principalmente o valor de uma família e de uma verdadeira amizade. Sabe, muitos me julgam pelo que eu fiz, mas nunca me perguntaram o verdadeiro motivo do que fiz. Porém, julgar é fácil, o difícil é compreender que eu mereço uma nova chance de vida [...]

Trecho da carta de uma das recuperandas da APAC à pesquisadora

RESUMO

A motivação primeira deste estudo foi a compreensão da dinâmica simbólica que permeia uma instituição total. Considerou-se que o entendimento acerca das especificidades da dinâmica simbólica seria obtido por meio da observância das relações entre três construtos: subjetividade, cultura e lugar. Desse modo, neste estudo, o objetivo precípuo consiste em analisar as relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar em instituições totais. Subjacente a esse objetivo está a problemática da produção (e controle) da subjetividade nas organizações. Cultura (MORGAN, 1996; CARRIERI, 2001; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010), e o lugar (LEFEBVRE, 1991) são produções sociais, nesse sentido, procurou-se, em um dos níveis de análise, desvelar como os elementos que caracterizam essas produções sociais já imbricadas no espaço social de uma instituição total (re)produzem modos de o sujeito ser e se relacionar. Ainda, admitindo a possibilidade de uma relação inversa, isto é, de que configurações subjetivas singulares produzem cultura e lugar, esforços foram empreendidos na intenção de identificar as formas concebidas pelo sujeito a fim de romper com alguns dos elementos socialmente construídos (cultura e lugar) gerando espaços próprios (e alternativos) de subjetivação. Sabendo da necessidade de precisar o *locus* de pesquisa, deixando-o mais específico, o olhar, no correr desse estudo de natureza qualitativa, direcionou-se para as prisões, lugares em que se executam as penas de privação da liberdade daqueles sujeitos que transgrediram alguma espécie de lei estabelecida socialmente. Especificamente, foram realizadas vinte e seis entrevistas semiestruturadas com as pessoas que trabalham, bem como com as mulheres que cumprem pena em um centro de ressocialização feminino. O material coligido a partir desses processos dialógicos com os sujeitos da pesquisa foi interpretado por meio da técnica de análise do discurso, em sua vertente francesa. Cultura produz subjetividade, lugar produz subjetividade. Prenunciadas aqui neste trabalho a partir de elaborações teórico-empíricas desenvolvidas por diferentes autores, tais relações foram sugeridas pela análise de grande parte dos discursos produzidos nesta pesquisa. Lugar e cultura são, portanto, inseridos numa esfera de produção de modos normalizados de o sujeito ser e se relacionar. Contudo, o que se defendeu desde o início desta pesquisa é que o sujeito busca, de maneira contínua, alternativas para viver no contexto dos espaços sociais, alternativas que são percebidas como manifestações de um sujeito reflexivo (GONZÁLEZ REY, 2003). E no espaço social do centro de ressocialização feminino, compreendeu-se que os sujeitos resistem às tentativas de mobilização e controle de suas produções de sentidos, os sujeitos exercem seu potencial (re)criador diante de processos ou práticas de cunho normalizador, ou de outro modo, foram identificadas algumas táticas subversivas (CERTEAU, 1998) aos princípios constituintes do que se chamaria de ordem social na organização pesquisada, bem como algumas táticas de oposição do sujeito às condições do seu próprio aprisionamento. Em suma, observou-se a emergência de configurações subjetivas singulares (ou *criativas*), as quais contradizem (ou se *desviam* do, ou rompem com) o que é socialmente reconhecido, abrindo, de maneira concomitante, as possibilidades de construção de novos processos de subjetivação social. Com base nesse movimento de significações e ressignificações, ou num jogo de relações recursivas entre o individual e o social, entre um *eu* e o mundo (ou espaço social do centro de ressocialização), é que se afirma da existência de subjetividades, de culturas e lugares no centro de ressocialização, e, logo, da existência de uma dinâmica simbólica no âmbito do mesmo.

Palavras-chave: Subjetividade; Cultura Organizacional; Lugar; Instituição Total.

ABSTRACT

The primary motivation of this study was to understand the symbolic dynamics that permeates a total institution. It was considered that the understanding of the specifics of symbolic dynamics would be obtained by observing the relationships among three constructs: subjectivity, culture and place. Thus, in this study, the primary objective is to examine the relationship between subjectivity, organizational culture and place in a total institution. Underlying this objective is the problem of production (and control) of subjectivity in total organizations. Culture (MORGAN, 1996; CARRIERI, 2001; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010) and place (LEFEBVRE, 1991) are social productions, in this sense, we tried to, on one level of analysis, reveal how the elements that characterize these social productions already intertwined in the social space of a total institution produce the individual ways of being and relating. Still, admitting the possibility of an inverse relationship, subjective configurations that produce culture and place, efforts were undertaken in an attempt to identify the forms designed by the subject in order to break with some of the socially constructed elements (culture and place) generating spaces themselves (and alternative) subjectivity. Knowing the need to clarify the locus of research, making it more specific, look at running this qualitative study, directed to the prisons, places where running the feathers of deprivation of liberty of those guys who transgressed some kind of socially established law. Specifically, there were twenty-six semistructured interviews with people who work, as well as with women serving time in a rehabilitation center for women. The material collected from these dialogic processes with the research subjects was interpreted by the technique of French discourse analysis. Culture produces subjectivity, place produces subjectivity. This work foreshadowed here from theoretical and empirical elaborations developed by different authors, such relationships were suggested by the analysis of most of the discourses produced in this research. Place and culture are therefore inserted in a sphere of production of standardized modes of the subject being and relating. But what is advocated since the beginning of this research is that the subject search, continuously, alternatives to live in the context of social spaces, alternatives that are perceived as manifestations of a reflective subject (GONZÁLEZ REY, 2003). And in the social space of the female social rehabilitation center, it was understood that subjects resist attempts to mobilize and control their production of senses, subjects exert their potential creator facing processes or practices normalizer stamp, or other mode, identified some subversive tactics (CERTEAU, 1998) the principles of constituents that would call for a social organization researched, as well as some tactics of the opposition subject to the conditions of his own imprisonment. In summary, we observed the emergence of subjective natural configurations (or "creative"), which contradict (or "fall away" from, or break with) what is socially recognized, opening, so concomitant possibilities for construction new processes of social subjectivity. Based on this movement of significations, or a set of recursive relationships between the individual and society, between "self" and the world (or social space of social rehabilitation center), it is stated that the existence of subjectivities, cultures and places in the social rehabilitation center, and thus the existence of a symbolic dynamics under it.

Keywords: Subjectivity; Organizational Culture; Place; Total Institution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Lista de Quadros

QUADRO 1 – Cultura como variável e cultura como metáfora 50

QUADRO 2 – Convenções e perspectivas para o estudo da cultura 53

QUADRO 3 – Perfil dos entrevistados – Recuperandas 115

QUADRO 4 – Perfil dos entrevistados – Equipe dirigente 116

QUADRO 5 – Perfil dos entrevistados – Plantonistas 116

2 Lista de Figuras

FIGURA 1 – Mapa teórico-empírico da pesquisa 99

FIGURA 2 – Sala de laborterapia 231

FIGURA 3 – Símbolo da APAC no pátio do regime fechado 232

FIGURA 4 – Frase escrita na parede do pátio do regime fechado 233

FIGURA 5 – Oficina de costura no regime semiaberto 234

FIGURA 6 – Quarto no regime semiaberto 235

FIGURA 7 – Jardim no regime semiaberto 236

FIGURA 8 – Outro "olhar" para o jardim no semiaberto 236

FIGURA 9 – Portaria da APAC 238

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 Organização da dissertação *19*

2 SUBJETIVIDADES 23

2.1 As concepções de sujeito e subjetividade a partir de diferentes enfoques *23*
2.2 Subjetividade na sociedade e nas organizações: ordenamentos e desvios *36*

3 CULTURAS 46

3.1 Origens do conceito *46*
3.2 Culturas nas organizações: motivos e principais abordagens *48*
3.3 Cultura ou culturas nas organizações? *58*
3.4 Os elementos culturais *61*

4 LUGARES 64

4.1 O lugar nas organizações: primeiros apontamentos *64*
4.2 Lugar é diferente de espaço? *66*

5 INSTITUIÇÕES TOTAIS 74

5.1 Algumas considerações preliminares *74*
5.2 A prisão e seus "aprisionamentos" *76*
5.3 Breve panorama do sistema prisional no Brasil *90*

6 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA 94

6.1 Dinâmica simbólica nas prisões: relações entre subjetividades, culturas e lugares *94*
6.2 Da posição epistemológica *100*
6.3 Das escolhas metodológicas *104*
6.3.1 Estratégia e método de pesquisa 104
6.3.4 "As coisas só têm significado quando nós as conhecemos": o objeto de pesquisa 107
6.3.3 Aproximação com o campo de pesquisa 111
6.3.4 Estratégia de análise dos dados 117

7 VIDAS NA PRISÃO: SENTIDOS, CONFLITOS, APRISIONAMENTOS E RUPTURAS 120

7.1 O sujeito e o "outro" *121*
7.1.1 O "eu" "recuperanda" e o "outro" "presa" 121
7.1.2 A "recuperanda-modelo" 128
7.1.3 O sujeito e suas relações 131
7.2 Os sentidos do trabalho 144

8 CULTURAS NA APAC: SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE A RECUPERAÇÃO E A RESISTÊNCIA 158

8.1 APAC: presídio, centro de recuperação social, clínica de recuperação e spa *158*
8.2 Para fazer parte da APAC *169*
8.3 Permanecendo (ou não) na APAC *173*
8.3.1 O Método APAC 173
8.3.1.1 Os valores religiosos *177*
8.3.2 O adaptar-se (ou não) na APAC 182
8.4 A APAC e seus simbolismos *187*
8.4.1 As cores azul e branco 188
8.4.2 O troféu, o porquinho, as bolinhas amarela, vermelha e preta 189
8.4.3 O dia da reflexão 191
8.4.4 As algemas e as chaves 195
8.4.4.1 Ser algemada (ou não) na APAC *198*
8.4.4.1.1 Usos e sentidos das algemas 200

9 OS LUGARES PRISÃO, OS LUGARES NA APAC E OS LUGARES NA SOCIEDADE 209

9.1 "Então, aqui na APAC, é totalmente diferente" *209*
9.2 Os regimes fechado, semiaberto e aberto na APAC: concretudes e simbolismos *218*
9.3 Os lugares APAC a partir do(s) meu(s) lugar(es) *230*
9.4 Os sujeitos "fora" da APAC *239*

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 247

REFERÊNCIAS 259

APÊNDICES 269

ANEXOS 272

1 INTRODUÇÃO

> Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição de conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.
> *Michel Foucault*

A organização é um lugar. Entende-se que o lugar não se reduz a uma dimensão objetiva, à mera ideia de localização geográfica no meio de traçados geométricos (aparentemente) justificados por uma funcionalidade dos projetos arquitetônicos. O significado do construto lugar está mais além; está relacionado à perspectiva de produção social (LEFEBVRE, 1991), de algo identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1994). Por essa via de pensamento, mais do que uma construção de tijolos mobiliada com cadeiras, mesas, máquinas de diversos tipos, a organização como um lugar é uma construção social, *edificada* e *mobiliada* por sentimentos, interpretações, memórias dos sujeitos que lá estabelecem (ou estabeleceram) suas ações (LEFEBVRE, 1991).

Sendo um dos pilares da ação humana, o lugar não está fechado em si mesmo, não se restringe a limites físicos. Ao contrário, é uma arena de interações entre vários sujeitos, muitos dos quais se percebem como construtores e membros de outros lugares. O lugar organização, por exemplo, está inserido no lugar sociedade, no lugar mundo (CHANLAT, 1996a; SPINK, 2001; RICHARDSON; JENSEN, 2003). Assim, ao se afigurar como um campo de ação humana, a noção de lugar se distancia do que se toma por realidade passiva. Na verdade, os elementos que delineiam uma espacialidade social, de certo modo, estruturam interações, prescrevem ações humanas mas, ao mesmo tempo, são elementos modificados pelas próprias ações humanas (CHANLAT, 1996a; STEPHENSON, 2010).

O que é mais importante nessa concepção de lugar como socialmente construído é a possibilidade de coexistência de inúmeros lugares em um único ambiente físico (ou espaço) (FLYVBJERG; RICHARDSON, 1998 *apud* RICHARDSON; JENSEN, 2003), isso pela razão de os sujeitos conferirem diferentes significados e viverem experiências distintas frente aos mesmos objetos e formas geométricas do espaço (TAYLOR; SPICER, 2007). A

organização, assim, não é um lugar, mas múltiplos lugares, compreensão análoga a de culturas (no plural) na organização (CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010).

Da mesma forma que no conceito de lugar, acolhe-se, neste estudo, a premissa da cultura como um fenômeno criado e mantido socialmente, isto é, que se desenvolve no desenrolar das interações humanas (MORGAN, 1996). Enxergar as culturas na organização implica reconhecer que esta é constituída por uma miríade de significações que, não obstante se relacionarem e se entrecruzarem, não delimitam um todo homogêneo, ao contrário, o que é construído acaba por lembrar uma espécie de mosaico (CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010). Fala-se de mosaico cultural na medida em que, em uma mesma organização, pululam, de maneira concomitante, significações regidas pela consistência e pelo consenso, seja nos pequenos grupos ou no *grande grupo* organizacional, e significações caracterizadas pela ambiguidade e dissenso (MARTIN, 1992; MARTIN; FROST, 2001).

Todavia, é preciso colocar em relevo que existe *alguém* por trás dessa construção dos lugares e das culturas na organização, e esse *alguém* é o sujeito do pensamento. Mas de um pensamento que ultrapassa a mera condição cognitiva e passa a ser suportado pela dimensão da emoção, simultaneamente fundamentada em sentidos subjetivos produzidos em diferentes zonas da trajetória de vida da pessoa, em diferentes espaços sociais, em diferentes períodos de tempo, todos sintetizados no momento atual de certa ação, de certa relação. Os sentidos subjetivos produzidos em cada uma das atividades realizadas por esse sujeito no correr de sua história vão se integrando e organizando, continuamente, outros processos de subjetivação. Destarte, *universal* não é um adjetivo apropriado para descrever os sentidos produzidos pelo sujeito, pois a expressão desse último, o que se chama de subjetividade, seria uma produção de sentidos histórica e contextualmente localizada (GONZÁLEZ REY, 2003; 2009).

Tanto o expressar singular dos sujeitos (GONZÁLEZ REY, 2003; 2009), quanto as ideias de organização como um mosaico cultural (MORGAN, 1996; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010) e de organização como construções concretas e simbólicas do espaço assentadas no que é identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1994), são perspectivas que reforçam o argumento de que "[...] existe uma dinâmica simbólica associada à forma como os distintos grupos organizacionais percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes [...]"(SARAIVA; CARRIERI, 2010, p. 211), e que, por maiores e mais sofisticados que sejam os processos, práticas e ferramentas que procurem mobilizar as subjetividades dos sujeitos, e fazê-los crer, por exemplo, em um todo de valores homogêneos e harmônicos, tais sujeitos empreendem ações que não se restringem ao que é classificado como correto e normal, ou

seja, eles constroem múltiplas dimensões alheias ao prescritivo dos modelos organizacionais (SARAIVA; CARRIERI, 2010).

Grande parte da motivação para esta pesquisa surgiu quando da leitura de *Manicômios, Prisões e Conventos*, de Erving Goffman (1961)[1]. Nesse trabalho, o autor discorre a respeito de um tipo peculiar de grupamento humano, qual seja, a instituição total, uma espacialidade social em que as pessoas, geralmente em grande quantidade, vivem *fechadas*, separadas da sociedade mais ampla, tendo sua vida *administrada* por considerável período de tempo. E, nesse tempo, o conjunto de processos, práticas e procedimentos organizacionais, ao se calcar na violência da autonomia do ato, faz das instituições totais verdadeiras "[...] estufas para mudar as pessoas; [...] um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu" (GOFFMAN, 1961, p. 22).

Ora, quer dizer que, se se trata de instituições totais, a dimensão formal e racional é imperiosa, não deixando espaço para o sujeito reflexivo[2] com potencial para, mesmo diante das estruturas e processos de mortificação, (re)criar (e não reproduzir sob imposição) as percepções que tem de si próprio e do mundo? Essa questão incômoda levou a outras que se entrecruzaram resultando no delineamento da presente dissertação.

Não se alimentam, no presente estudo, intenções de invalidar as formulações realizadas por Goffman (1961), já bastante consolidadas na teoria organizacional. O que se pretende é algo menos audacioso, isto é, ampliar os horizontes de compreensão das instituições totais, ao assumir como ponto de partida o fato de que as organizações, até mesmo as totais, são realidades socialmente construídas (BERGER; LUCKMANN, 2004) e que, por isso, consistem em palcos para a representação de discursos, velados ou explícitos, que encerram matizes distintos, inconstantes ou mesmo contraditórios, discursos que nem sempre

---

[1] Sabe-se que, nesse livro, as elaborações teóricas de Goffman (1961) faziam referência, primordialmente, aos comportamentos externos ou *observáveis* dos sujeitos, ao contrário de um aprofundamento de fenômenos intrapsíquicos. Tem-se consciência ainda de que o livro *Manicômios, Prisões e Conventos* foi escrito em um contexto sociocultural diverso do que se percebe em épocas contemporâneas. Todavia, semelhante obra torna-se um referencial para uma leitura primeira do cotidiano em uma instituição total. Possíveis refinamentos das elaborações teóricas contidas no livro poderão ser obtidos a partir da realização de mais investigações (inclusive esta) que contemplem a análise das ações, relações ou mesmo dinâmicas que, na contemporaneidade, constituem esses espaços sociais denominados instituições totais.

[2] Nesta pesquisa, entende-se sujeito reflexivo como o sujeito conhecedor de si mesmo, capaz de gerar, de maneira contínua, espaços próprios de subjetivação, os quais se expressam, simultaneamente, nos níveis individual e social. De acordo com essa concepção de sujeito proposta por González Rey (2003), concepção adotada neste estudo, sujeito reflexivo é ainda um sujeito ativo que assume novas e diversas posições no complexo de vivências e processos simbólicos que caracterizam os diferentes espaços sociais (PAULA; PALASSI, 2007). Como assevera o próprio González Rey (2003, p. 235): "[...] o sujeito em sua processualidade reflexiva intervém como momento constituinte de si mesmo e dos espaços sociais em que atua, a partir dos quais pode afetar outros espaços sociais".

são reproduzidos de maneira consoante àquela lógica de *plano racional único* das instituições totais.

Acredita-se que as especificidades da dinâmica simbólica (SARAIVA; CARRIERI, 2010) que permeia uma instituição total serão apreendidas a partir da observância das relações entre os conceitos de subjetividade, cultura e lugar. A opção pela análise de tais relações é justificada por se julgar que a emergência dos três fenômenos obedece a regras de influências recíprocas ou, especificamente, que os elementos capazes de refletir as noções de subjetividade, a cultura e lugar no meio organizacional (e, no contexto de uma instituição total), não se apresentam como separados um do outro e circunscritos a subsistemas. Isto posto, a pergunta que orienta então esta pesquisa é a seguinte: **Quais as relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar em instituições totais?**

Desdobramento de tal pergunta de pesquisa, o objetivo geral, por conseguinte, é analisar as relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar em instituições totais. É preciso esclarecer que, encerrada nesse objetivo, está a problemática da produção (e controle) da subjetividade nas instituições totais. Cultura (MORGAN, 1996; CARRIERI, 2001; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010) e lugar (LEFEBVRE, 1991) são produções sociais, e, nesse sentido, indaga-se como os elementos que caracterizam essas produções sociais já imbricadas no espaço social de uma instituição total (re)produzem modos de o sujeito ser e se relacionar? Em uma relação inversa, de que forma o sujeito rompe com alguns desses elementos socialmente construídos gerando espaços próprios (e alternativos) de subjetivação? Essas duas questões secundárias da presente pesquisa serão retomadas posteriormente.

Asilos, sanatórios, quarteis, prisões, conventos e mosteiros são todos exemplos de instituições totais (GOFFMAN, 1961). Sabendo da necessidade de precisar o *locus* de pesquisa, deixando-o mais específico, o olhar, no correr deste estudo, direcionou-se para as prisões, lugares em que se executam as penas de privação da liberdade daqueles sujeitos que transgrediram alguma espécie de lei estabelecida socialmente. Um centro de ressocialização[3] feminino foi a unidade empírica escolhida, sendo as pessoas que trabalham em tal centro de ressocialização, bem como as mulheres que lá cumprem pena privativa de liberdade, os

[3] Interpretados sob uma ótica de alternativa nas formas de encarceramento, os centros de ressocialização destinam-se aos presos considerados de baixa periculosidade que se encontram em regime fechado, semiaberto, aberto e provisório. Em geral, são estabelecimentos prisionais cuja administração é compartilhada entre o Estado e alguma organização não-governamental (ONG) (VEDOVELLO, 2008).

sujeitos considerados nesta pesquisa, melhor dizendo, os sujeitos protagonistas desta pesquisa.

A fim de orientar, no âmbito desse centro de ressocialização, os passos para a tentativa de obtenção de respostas ao questionamento principal desta pesquisa, foram traçados alguns objetivos específicos que são os seguintes:

- analisar os aspectos atinentes à constituição do sujeito a partir da identificação de elementos que compõem a trajetória construída por esse sujeito nos domínios da prisão;

- identificar os elementos que compõem a dimensão cultural na organização prisional;

- compreender de que forma a dimensão cultural na organização prisional relaciona-se ao processo de produção de subjetividade;

- identificar os elementos concretos e simbólicos que caracterizam o lugar prisão;

- analisar a articulação dos elementos concretos e simbólicos do lugar prisão com os sentidos que os sujeitos produzem sobre o tal lugar prisão, sobre o lugar que eles ocupam no lugar prisão, bem como no lugar sociedade.

Cumpre salientar que a consecução da presente pesquisa, conformada por tais objetivos, enseja algumas contribuições para a produção de conhecimento na área de estudos organizacionais.

A compreensão é de que a relevância deste estudo repousa, fundamentalmente, nas possibilidades de ampliação das margens de entendimento acerca da articulação entre subjetividade e simbolismo, articulação esta que, de acordo com Paula e Palassi (2007), apesar de apresentar importância para o desenvolvimento das vertentes interpretativistas e críticas, ainda é pouco explorada na literatura. De certa forma, reflexões sobre tal articulação do simbolismo com a subjetividade constituem as bases desta pesquisa. Tanto o lugar (LEFEBVRE, 1991), quanto a cultura (MORGAN, 1996; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010) são produções sociais, em grande medida, fundadas no simbólico. Perscrutar a expressão dos sujeitos e suas produções de sentido frente a esses elementos simbólicos se constitui então como um possível aporte à superação das limitações teóricas e metodológicas na tratativa das vinculações entre os conceitos de subjetividade e simbolismo.

Outra contribuição que se pressupõe ser oferecida quando da realização desta dissertação, relaciona-se, especificamente, com a categoria analítica denominada lugar. Não obstante o reconhecimento do lugar como um construto que serve de referencial para a compreensão das organizações (SPINK, 2001), o que se observa, no campo dos estudos organizacionais, são pesquisas que, muitas vezes, abordam a temática lugar de maneira fragmentada, como se fosse uma categoria descolada de outros fenômenos da dinâmica organizacional (TAYLOR; SPICER, 2007). Nesse sentido, o estudo que aqui se propõe permite avançar nas discussões sobre o lugar na medida em que o interesse não repousa meramente na identificação e análise dos elementos concretos e simbólicos dos espaços sociais, mas também (e principalmente) no modo como tais elementos estabelecem relações com dois outros aspectos significativos nas espacialidades organizacionais: a subjetividade e a cultura.

A escolha da unidade empírica desta pesquisa, um centro de ressocialização feminino, também pode ser vista como um aspecto que atua de modo a corroborar a importância do processo de investigação. O relato acerca dos sentidos produzidos pelos sujeitos, que no centro de ressocialização trabalham ou que cumprem pena, presta a uma reflexão sobre até que ponto tais estabelecimentos prisionais, com as estruturas, processos, políticas, práticas e os simbolismos que lhe são atinentes, se apresentam como espaços sociais com condições que possibilitem ao sujeito desviante a construção de novos modos de vida, e que tal sujeito possa, consequentemente, se declarar e ser declarado por diferentes atores sociais como alguém *ressocializado*. Precisamente, a investigação aqui delineada pode, assim, oferecer contribuições para a reflexão de políticas de cunho penitenciário.

Essa primeira dimensão que, em sua essência, se refere às dinâmicas internas desses tipos de organizações prisionais, tem seus reflexos na sociedade mais ampla, haja vista o interesse da maioria dos indivíduos na diminuição dos índices de violência e de criminalidade[4], índices que, muitas vezes, são compostos também pelos elevados números de reincidência. Ademais, a realização de estudos como este, em organizações que não as do tipo empresarial, traz implicações para a produção de conhecimento no campo da Administração,

[4] Não se ignora aqui uma das hipóteses críticas de Michel Foucault no livro *Vigiar e Punir*, mais precisamente, a de que as prisões, ao invés de se conformarem como dispositivos de repressão e redução da criminalidade, se apresentam como espaços sociais de produção e organização da delinquência. Primeiro, na visão de Foucault (1977), o que se chamaria de controle da criminalidade seria nada mais do que uma repressão seletiva das ilegalidades, isto é, repressão das ilegalidades das classes inferiores. Ainda, no contexto da prisão, a produção de uma delinquência controlável se constituiria como um dos meios de vigilância dessa população. O autor explica, nesse caso, que polícia, prisão e delinquência são os termos de um circuito que não se interrompe, por exemplo, "a vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão" (FOUCAULT, 1977, p. 248).

isso porque desafia o pragmatismo imediatista das soluções organizacionais comprometidas com o lucro, evocando um pressuposto que, muitas vezes, não é tão claro para determinados pesquisadores da área, o de que Administração é, sim, uma ciência social aplicada, mas não apenas para resolver os problemas das empresas, mas da sociedade.

1.1 Organização da dissertação

Esta dissertação está dividida em dez capítulos, incluindo esta introdução, em que foram apresentados alguns pressupostos teóricos que delimitam o contexto de emergência do problema a ser investigado, os motivos que justificam sua reflexão e discussão, bem como os objetivos que nortearam todo o processo de pesquisa.

O segundo capítulo apresenta os apontamentos teóricos acerca de um dos pilares temáticos desta dissertação: a subjetividade. À luz de diferentes correntes de pensamento, inicia-se com uma exposição sobre os conceitos de sujeito e, por conseguinte, do conceito de subjetividade. Realiza-se, pois, na primeira seção, uma breve explanação sobre as concepções de sujeito que se formularam a partir dos preceitos do behaviorismo, da teoria psicanalítica e do enfoque sócio-histórico. Todavia, o que se salienta, ainda nesta primeira seção, são as teorizações que constituem o enfoque histórico-cultural proposto por González Rey (2003; 2009). Sustentado em bases epistemológicas e metodológicas que não se prendem às dicotomias do individual e social, ou do interno e externo, o enfoque histórico-cultural que, inclusive, é adotado nesta dissertação, concebe a subjetividade como uma produção de sentidos que é constituída por momentos de integração, tensão, contradição e ruptura entre os elementos individuais e sociais. Na segunda seção deste segundo capítulo, empreende-se uma discussão sobre os processos de produção de subjetividade nos espaços sociais das organizações, bem como na sociedade mais ampla. Para tanto, ampara-se no conceito de normalidade e na noção de poder disciplinar a fim de indicar os processos de produção de modos normalizados de o sujeito ser e se relacionar nos espaços sociais. O contraponto a essa ideia do que se admite como normalidade é feito com a abordagem do conceito de desvio social e, logo, do que se chama aqui de subjetividades desviantes.

O terceiro capítulo está estruturado em quatro seções. De início, procura-se fazer um resgate das origens históricas do conceito de cultura, demonstrando, então, alguns dos referenciais que sustentam o estudo dos fenômenos culturais a partir dos referenciais fornecidos por algumas das escolas de pensamento nos domínios da Antropologia. Mas por

que e de que forma o construto cultura foi transposto da Antropologia para a Administração? As possíveis respostas a tal indagação são expostas na segunda seção do capítulo. Busca-se, em um primeiro momento, elucidar os principais motivos que justificaram o interesse sobre a dimensão cultural das organizações. Em seguida, ainda nesta seção, são feitas considerações a respeito das duas principais abordagens relacionadas ao estudo da cultura na área de Administração, mais precisamente, discorre-se sobre os preceitos atinentes à tratativa da cultura como variável e da cultura como metáfora. Os defensores da vertente funcionalista costumam entender a cultura como uma variável que a organização *tem*, variável esta que pode ser, assim, controlada segundo a conveniência dos responsáveis pelo gerenciamento das organizações. Foge-se dessa concepção gerencialista, que caracteriza muitas das pesquisas sobre cultura nos espaços sociais das organizações e, desse modo, o texto é alinhado a uma noção de cultura como metáfora, isto é, de cultura como algo inerente a todos os processos organizacionais, como algo que se constroi pelo expressar humano, pelas interações entre os sujeitos, e que não é passível de mensuração ou manipulação ao *gosto do cliente*. Na terceira seção, baseados na premissa de cultura como um fenômeno socialmente construído (MORGAN, 1996; CARRIERI, 2001, CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010), e nas perspectivas que incluem as possibilidades de esse fenômeno socialmente construído ser regido, ao mesmo tempo, por significações alusivas ao consenso, à divergência ou à ambiguidade (MARTIN, 1992; MARTIN; FROST, 2001), é que se partilha da necessidade de compreender uma organização como culturas, no plural (CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010). Na última seção deste capítulo, são descritos os elementos que, comumente, são percebidos como sendo os constituintes da dimensão cultural nas organizações.

No quarto capítulo, são discutidos os aspectos relacionados ao conceito de lugar, mais um dos pilares temáticos desta dissertação. A princípio, são desveladas as possibilidades que emanam da adoção da concepção de lugar para a compreensão dos fenômenos organizacionais. Apreciações são feitas na intenção ainda de caracterizar os modos como a categoria analítica *lugar* é abordada no campo dos estudos organizacionais. No fim desta primeira seção, reconhece-se a existência de controvérsias acerca do uso das terminologias *espaço* e *lugar*, controvérsias estas detalhadas na segunda seção, intitulada *Lugar é diferente de espaço?*. Aliás, quem fornece elementos teóricos para responder, de maneira afirmativa, tal questionamento são autores como Gieryn (2000), Fantinel e Cavedon (2010), Certeau (1998), Augé (1994) e Valadares (2000). Em seguida, clarifica-se a concepção de lugar adotada no estudo, isto é, a concepção de lugar como um produto social (LEFEBVRE, 1991). Especificamente, demonstra-se alinhamento com as ideias de Lefebvre (1991) quando este

aponta que o lugar pode ser definido de maneira objetiva (pode ser físico, geográfico), mas também desponta como algo que se manifesta por meio de um conjunto de sentimentos, interpretações, memórias dos sujeitos em relação aos aspectos materiais, físicos que compõem o espaço. Destarte, finaliza-se o capítulo, chamando a atenção para o fato de que a ideia do lugar como socialmente construído permite entender uma organização como lugares, no plural, haja vista que diferentes sujeitos associam sentidos diferentes aos artefatos (ou objetos) do espaço organizacional, bem como vivem experiências distintas em tal espaço.

O quinto capítulo dedica-se, no geral, a uma discussão sobre as características das instituições totais e, de modo particular, sobre as organizações prisionais. Partindo do referencial de Goffman (1961), apresentam-se reflexões sobre os motivos de as instituições totais serem percebidas como lugares constituídos por processos de mobilização de subjetividades, por processos que denotam uma espécie de ataques ao eu, de desfiguração e profanação do eu. Já na segunda seção, os apontamentos se voltam para o lugar (ou lugares) prisão. O texto é amparado, principalmente, em Foucault (1977; 1992) a fim de tecer considerações a respeito dos discursos que demarcaram a emergência e, logo, a consolidação do lugar prisão no contexto do sistema punitivo. Nesta seção, a qual recebeu o título de *A prisão e seus aprisionamentos*, procurou-se problematizar a relação entre os discursos produzidos e os mecanismos disciplinares utilizados no espaço social de encarceramento destinado aos que transgrediram leis. Já na terceira e última seção deste capítulo, o assunto se refere às dinâmicas formais e informais que permeiam o sistema prisional brasileiro.

A construção da pesquisa, título do sexto capítulo, está estruturado em três seções principais. Na primeira delas, desenvolve-se, de início, a ideia de as organizações se constituírem como espaços sociais em que abundam as manifestações simbólicas que passam ao largo dos intentos de univocidade, conservados pelos que advogam a supremacia de uma espécie de racionalidade técnica na consecução de todos os processos relacionados à gestão das organizações. A partir disso, introduz-se o conceito de dinâmica simbólica (SARAIVA; CARRIERI, 2010), e reafirma-se o interesse de, mediante a análise das relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar, perscrutar as especificidades de tal dinâmica simbólica em uma organização prisional. Ainda, explicitam-se as possibilidades de relações entre os três construtos deste trabalho, e a seção é encerrada apresentando o que se chamou de mapa teórico-empírico da pesquisa, na intenção de esclarecer as questões e objetivos que, no primeiro capítulo, foram propostos. A segunda seção apresenta os aspectos que conformam o posicionamento epistemológico adotado nesta dissertação. Na próxima seção, realizam-se considerações sobre a estratégia, método e técnicas de pesquisa, sobre os motivos que levaram

à escolha da escolha da unidade empírica, bem como sobre o modo como ocorreu todo o trabalho de campo nesta última.

Os três capítulos seguintes foram reservados para a exposição da análise empreendida a partir dos dados coletados. De maneira específica, no sétimo capítulo, as análises foram realizadas tendo em vista, primordialmente, o objetivo de analisar os aspectos atinentes à constituição do sujeito a partir da identificação de elementos que compõem a trajetória construída por esse sujeito nos domínios da prisão. No oitavo capítulo, procurou-se identificar os elementos que constituem a dimensão cultural da organização pesquisada e, principalmente, compreender a forma como esses elementos ou manifestações culturais se relacionavam aos processos de produção de modos de o sujeito ser e se relacionar. Já o capítulo nove foi construído com base nos objetivos específicos de identificar os elementos concretos e simbólicos que caracterizam o lugar prisão; e de analisar a articulação dos elementos concretos e simbólicos do lugar prisão com os sentidos que os sujeitos produzem sobre tal lugar, sobre o lugar que eles ocupam no lugar prisão, bem como no lugar sociedade.

Por fim, no último capítulo, foram redigidas as considerações finais sobre este trabalho. A questão principal bem como as questões secundárias foram retomadas a fim de realizar uma articulação com os principais resultados alcançados.

2 SUBJETIVIDADES

O homem que acorda não é o mesmo que vai dormir.
González Rey

Uma organização é construída pelos e para diferentes sujeitos. Inicia-se, então, a parte de fundamentação teórica desta pesquisa discorrendo sobre o sujeito e os aspectos relacionados à sua expressão, isto é, à sua subjetividade. Na primeira seção, apresentam-se os aspectos que permeiam distintas teorizações sobre o sujeito e subjetividade. Especificamente, na segunda seção, procurou-se realizar uma discussão sobre o processo de produção de subjetividade nas organizações e na sociedade como um todo.

2.1 As concepções de sujeito e subjetividade a partir de diferentes enfoques

Prisões psíquicas. Esta metáfora é utilizada por Morgan (1996) para aludir à natureza psíquica das organizações, à circunstância de estas serem criadas e mantidas mediante processos conscientes e inconscientes capazes de engendrar imagens, ideias, pensamentos e ações que confinam ou aprisionam as pessoas. Aqui, a noção de aprisionamento vem da possibilidade de os pressupostos, as crenças arraigadas, as práticas exitosas se articularem de maneira tal que estreitem o campo de visão da realidade, limitando, por conseguinte, o reconhecimento de ações alternativas.

Gabriel (1995), por sua vez, fala de terrenos *não colonizados*, *não controláveis* para se referir à existência da chamada *organização não gerenciável*, em que as atividades realizadas pelo indivíduo e seu grupo são permeadas, em grande medida, pela ansiedade, pelos desejos, enfim, por emoções de caráter diverso. Nessa orientação de compreender as organizações para além de uma premissa que remete ao comumente considerado racional no ambiente organizacional, o referido autor indica a fantasia (e seus correlatos como histórias, mitos, piadas, fofocas, apelidos, *cartoons*) como elemento fundamental no processo de reconfiguração simbólica do discurso que sustenta as práticas e os eventos oficiais de um dado espaço social.

Não importa o termo, seja prisões psíquicas (MORGAN, 1996), seja terrenos *não gerenciáveis* (GABRIEL, 1995), o que está latente nessas duas elaborações teóricas envolve

toda uma discussão que se relaciona a uma das temáticas desta pesquisa: a questão da subjetividade nas organizações.

Mas, afinal, o que é subjetividade?

À primeira vista, poder-se-ia tomar a subjetividade como um construto que designa uma concepção sobre a natureza da vida humana (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999 *apud* BERNARDES, 2007). Por um instante, tem-se a sensação de que a pergunta foi respondida a contento e de que, munido de semelhante definição, qualquer pesquisador estaria pronto para enveredar pelos caminhos que levam à investigação dos fenômenos subjetivos. O fato é que essa sensação de confiança esmorece a partir do momento em que se percebe a não existência de uma versão unívoca e homogênea a respeito daquela concepção de natureza humana. Ao contrário, pululam versões construídas sob bases epistemológicas, metodológicas e conceituais de diferentes áreas de conhecimento, como a Filosofia, a Sociologia, a Educação e a Psicologia, por exemplo (PAULA; PALASSI, 2007).

A impressão formada, quando do início das leituras sobre subjetividade, é de que a clássica indagação *o que é* está acompanhada de questionamentos mais inquietantes, como *adotar um referencial de qual área do conhecimento* e, principalmente, *por que adotar determinado referencial*. Pressupõe-se que as reflexões sobre a escolha da corrente teórica no âmbito desta pesquisa deverão ser tecidas mas, por agora, sabendo que o "[...] conceito de subjetividade enraíza-se no de sujeito" (BERNARDES, 2007, p. 23) e que este então assume diversos *tipos* dependendo da área de conhecimento.

O estabelecimento da ciência moderna e os primeiros passos da economia capitalista são os marcos de uma afirmação do homem como sujeito agente e centrado em seu próprio eixo ou ainda como sujeito individual, racional e natural (BERLINCK, 2000; GONZÁLEZ REY, 2003; BOCK; GONÇALVES, 2005). É definido sujeito o homem da razão, o que é *senhor de si* e do mundo, o que pode produzir, consumir, ou seja, expressar-se, em toda a sua plenitude, na realidade social. O tornar-se sujeito pressupõe, sim, o exercício da liberdade, mas liberdade regida por um parâmetro unificador de inteligibilidade, consciência e ordem (GONZÁLEZ REY, 2003; BOCK; GONÇALVES, 2005).

Em outras palavras, o sujeito que despontou no âmago de inúmeras tendências filosóficas da modernidade é o sujeito racional, universal, bem aos moldes da célebre formulação cartesiana *cogito ergo sum* ou *penso, logo existo*, e suas variantes, entre as quais, *penso, sou* e *penso, logo sou*. Descartes enxergava certa equivalência entre o ser pensante, o ser consciente e o sujeito. Nessa ótica, a consciência, a qual, para o filósofo, está associada ao conceito de reflexividade, apresenta-se como o ponto de partida da totalidade dos atos do

sujeito. O sujeito cartesiano é, por assim dizer, absoluto, não existe à margem do *cogito*; aliás, é um sujeito que, ao coincidir com sua própria reflexão, não é abarcado por nenhuma espécie de ruptura (BERLINCK, 2000).

Pleno, unificado e soberano. Definitivamente, esses três adjetivos que sumarizam o sujeito agente ou cartesiano não são adequados na tratativa do sujeito que se vislumbra com o auxílio das lentes do marxismo. Por essa linha do pensamento filosófico, o sujeito não é mais aquele ser absoluto, universal, centrado em seu próprio eixo ou, mais especificamente, centrado em um conjunto de categorias metafísicas. Em Marx, o sujeito é concreto, determinado por um sistema de relações históricas e sociais, passível, assim, à ocorrência de ruptura, cisão e alienação. Esse colocar as ações do homem e sua própria natureza como subordinadas a ou determinadas por um dado sistema estrutural é que deixa patente o afastamento daquela noção moderna de subjetividade autônoma ou de centralidade do sujeito (BERLINCK, 2000; GONZÁLEZ REY, 2003; BERNARDES, 2007).

Numa tentativa de conferir a pertinência das muitas críticas dirigidas à teorização marxista acerca da subjetividade humana, Paula (1994) esquadrinha alguns dos textos[5] de Karl Marx, trazendo observações dignas de nota. Em primeiro lugar, Paula (1994) repudia os autores que veiculam a ideia de que a predominância da esfera econômica no quadro teórico desenvolvido por Marx empobrece a compreensão da consciência humana ao longo da história. Um percurso cuidadoso nos escritos de Marx indica que este último teoriza sobre subjetividade de maneira articulada a um método crítico de leitura das sociedades, em particular, da sociedade capitalista. Os aspectos que fundamentariam o campo da consciência estão incorporados em discussões cujos objetos de atenção eram outros, por exemplo, ideologia, trabalho, divisão do trabalho, fetiche da mercadoria. Contudo, é dessa sistemática de análise que emerge o entendimento dos fenômenos subjetivos como situados em um devir histórico das relações sociais. E, talvez, nesse entendimento peculiar dos fenômenos subjetivos repouse a contribuição mais valorosa de Karl Marx, pelo menos na medida em que traz a lume novos elementos (ou elementos alternativos) para o debate do conceito de subjetividade.

A propósito, como fica esse debate do construto subjetividade no âmbito da Psicologia, área do conhecimento marcadamente reconhecida pelo estudo dos processos subjetivos?

---

[5] As obras analisadas foram *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, *A ideologia Alemã*, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, *O Prefácio para a Crítica da Economia Política* e o primeiro capítulo de *O Capital* (PAULA, 1994).

Primeiramente, afirma-se que a Psicologia, em seus primórdios, por não conseguir articular em um todo integrado seus esforços de ordem teórica e suas pretensões de cientificidade, se edifica a partir de divisões, sendo uma, em específico, a divisão entre a produção teórica e a investigação científica. Para se ter uma ideia do fosso que se abria entre as duas primeiras tendências do pensamento psicológico, basta considerar que a perspectiva da chamada psicologia científica, ao contrário da perspectiva teórica, encerra um aspecto essencialmente empírico, rejeitando, dessa forma, tudo que lembra a metafísica especulativa, ou a produção de ideias sem a precedência de uma produção de dados (GONZÁLEZ REY, 2003).

Não obstante a ênfase em preceitos distintos, ambas as tendências, ditas teóricas ou científicas, ou mesmo subjetivistas e objetivistas, compartilham de uma característica que influencia a produção de conhecimento na Psicologia e, por decorrência, as abordagens atinentes à gênese da concepção de subjetividade. Para González Rey (2003), as duas perspectivas careciam de reflexão epistemológica capaz de ensejar posições metodológicas alternativas.

A fim de ilustrar a concepção de homem que foi desenvolvida pelos teóricos da psicologia científica ou corrente objetivista, discorre-se a respeito do behaviorismo. Também denominado condutivismo ou comportamentalismo, o behaviorismo é inserido na discussão sobre subjetividade ao negar, radicalmente, qualquer aspecto referente à consciência. O interesse aqui reside na descrição do comportamento, da atividade observável do sujeito, do que se rende aos mecanismos de mensuração e controle. Ora, "[...] os aspectos obscuros e enigmáticos seriam da alçada da metafísica, e não da 'análise experimental do comportamento'" (FERREIRA, 2000, p. 110), a qual se funda em métodos científicos de observação considerados *infalíveis*. Ainda na esteira da tal distinção que realizam entre os aspectos mentais dos de natureza comportamental, os behavioristas postulam uma noção de que o homem é como uma máquina que apenas responde a estímulos externos.

Já a representação da corrente subjetivista fica por conta da psicologia de base psicanalítica, cujos maiores expoentes são Sigmund Freud e Jacques Lacan (FERREIRA, 2000). Tal como em Marx, a concepção de sujeito em Freud e em Lacan se distancia daquele pressuposto do *cogito* e denuncia, pois, a ilusão de plenitude do sujeito (BERLINK, 2000; BERNARDES, 2007).

Freud traz à baila o sujeito das pulsões, o sujeito que sabe não ser o "[...] senhor em sua própria casa" (BERNARDES, 2007, p. 106), um sujeito que se constitui na ruptura, no

"[...] intervalo aberto entre as instâncias tópicas[6] pré-consciente, consciente e inconsciente (BERLINK, 2000, p. 205). Ademais, mediante a formulação freudiana, as estruturas denominadas por id[7], ego[8] e superego[9], como construtos imaginários do psiquismo, determinariam o funcionamento da mente e explicariam o sujeito forjado em meio às pulsões de vida e de morte (FERREIRA, 2000).

Lacan, de certa maneira, também estabelece uma crítica ao preceito moderno de plena liberdade individual ao conceber o sujeito como determinado por uma ordem simbólica, qual seja, a linguagem (GONZÁLEZ REY, 2003). O sujeito não é agente, como ocorre na postulação *cogitativa*, o sujeito é subordinado a uma ordem ou função simbólica (BERLINK, 2000), precisamente, à "[...] linguagem, que, enquanto código preexistente ao sujeito, sobredetermina-o, por um lado e, por outro, como mediadora das relações com o mundo, não dá conta de tudo, fazendo aparecer o furo, a fenda" (BERNARDES, 2007, p. 106). O ato de falar não envolve meramente a comunicação do conteúdo de uma informação, inscreve o sujeito em determinada posição em relação ao outro (BERLINK, 2000). Nesse sentido, o que Lacan deixa claro é algo que, em partes, serviu de inspiração ao arcabouço do pós-estruturalismo francês, "[...] o poder da linguagem na expressão da pessoa, que se constitui pela linguagem e na linguagem" (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 227).

Behaviorismo e teoria psicanalítica: dois movimentos de produção de conhecimento na psicologia, que, apesar de conservarem fundamentações diferentes acerca da natureza humana, estão circunscritos a um paradigma dominante na ciência, o positivista, com os determinismos e reducionismos que lhe cabem. Isso pelo fato de que, tanto no behaviorismo, quanto na teoria psicanalítica, as construções sobre o que toca ao ser humano são depreendidas sempre numa lógica de superconsideração ou desconsideração de um ou outro aspecto. Assim, a história da Psicologia e, logo, a assunção da subjetividade como seu objeto de estudo se desvela a partir de embates entre o que é afeito à experiência subjetiva interna e o que pertence ao chamado mundo objetivo externo, ou entre o sujeito e o meio em que está

---

[6] Tópica pode referir-se a um ponto principal, assunto, tema, lugar. Em psicanálise, além de uma primeira tópica que delimita o que é consciente, pré-consciente e inconsciente, existe uma segunda tópica que discerne o id, o ego e superego (FERREIRA, 2000).

[7] Parte mais primitiva e menos *acessível* da mente humana, o id é conformado pelas forças pulsionais inconscientes. Quando se trata de id, o princípio do prazer é supremo, busca-se a satisfação das necessidades independentemente do tipo dessas últimas (FERREIRA, 2000).

[8] O ego se configura como uma espécie de mediador entre o id e a realidade externa. É a representação da razão, do pensamento lógico, ou ainda, pode-se dizer que o ego regula a busca pelo prazer engendrada pelo id (FERREIRA, 2000).

[9] O superego é composto na medida em que o sujeito assimila as normas e/ou padrões de comportamento social (FERREIRA, 2000).

inserido. No âmbito das escolas psicológicas de cunho behaviorista e psicanalítico, as relações entre os aspectos subjetivos e objetivos, quando reconhecidas (como ocorre com algumas elaborações freudianas), são pouco exploradas, fazendo com que o dicotômico continue prevalente (GONZÁLEZ REY, 2003; BOCK; GONÇALVES, 2005; GONZÁLEZ REY, 2009).

Bock e Gonçalves (2005) oferecem um exemplo das posturas ou *leituras* que se esboçam ao presumir os elementos subjetivos e objetivos como independentes um do outro na constituição do fenômeno psíquico.

> Quando um jovem pobre, com uma história de vida de abandono e dificuldades, mata alguém, chegamos a pensar que a condição por ele vivenciada o levou a esse ato extremado. Contudo, quando uma jovem da classe média alta pratica o mesmo ato, nós só podemos imaginá-la como alguém doente, afinal, ela tinha tudo de que precisava para ser feliz! Ora, estamos aí perante uma situação em que consideramos, de forma estanque e simplista, a inserção do sujeito no meio social. Apenas situações de miséria são capazes de produzir bandidos. E, pior que isso, passamos a acreditar que situações de miséria produzem bandidos. Passamos a temer aqueles que vêm das camadas pobres. Passamos a vê-los como perigosos. E as classes média e alta? Nenhuma situação de vida parece justificar ato tão hediondo. Não podemos aceitar que a jovem chegue aonde chegou (BOCK; GONÇALVES, 2005, p. 118).

Tais leituras não escondem o determinismo[10] e o essencialismo[11] que substanciaram a maioria das teorias psicológicas nascentes em um circuito de representações dicotômicas, parciais e excludentes. Reconceituações do fenômeno psíquico, no que tange ao tipo de organização e de processos que o caracterizam, apenas seriam possibilitadas mediante a transformação das condições que assentaram um modo *cartesiano-newtoniano* de se produzir conhecimento em psicologia. A apropriação da dialética[12], inicialmente, pelos psicólogos russos, entre eles, Lev Semenovich Vygotsky, e a consequente emergência do enfoque sócio-histórico sinalizam essa ruptura com as bases epistemológicas e metodológicas caras a uma constituição do fenômeno psíquico eivada nas dicotomias individual e social, interno e externo (GONZÁLEZ REY, 2003).

Os autores que dizem adotar o enfoque sócio-histórico, de maneira geral, atribuem aos processos sociais a origem e natureza do homem (MOLON, 2010). Algumas diferenças

---

[10] "Doutrina que reconhece a *universalidade* do princípio causal e portanto admite também a determinação necessária das ações humanas por parte de seus motivos" (ABBAGNANO, 1970, p. 229).

[11] Doutrina filosófica que defende a noção de essência, de um *ser* mesmo ou próprio das coisas. "Trata-se de uma filosofia do ser ideal, que prescinde dos seres ideais", do que se toma por existentes concretos (JAPIASSU; MARCONDES, 1990, p. 88).

[12] No caso da Psicologia sócio-histórica, dialética está no sentido de apreensão do psíquico a partir de um movimento ou esforço de superação das ênfases nas contradições entre subjetivo e objetivo.

conceituais e metodológicas se fazem presentes no conjunto dos trabalhos realizados. Todavia, nesta revisão de literatura, faz-se a opção de apresentar os aspectos que conformam a questão do sujeito e da subjetividade na construção teórica de Vygotsky, um dos autores mais notáveis da corrente sócio-histórica.

Segundo Vygotsky, significativo na constituição do sujeito é o *confronto* do eu-outro nas relações sociais, confronto que, mediado pela linguagem, permite, ao mesmo tempo, o autoconhecimento e o reconhecimento do outro, seja este outro um outro corporificado, imaginário, difuso, simbólico, oculto (MOLON, 2010). Como não poderia deixar de ser, Vygotsky anuncia, assim, as relações sociais como constitutivas do sujeito. Isso, porém, não faz do autor um aliado de uma espécie de determinismo social, que anula o psicológico colocando-o como mero reflexo ou produto do social. O sujeito, para Vygotsky, é constituído e constituinte de relações sociais; em outras palavras, o sujeito sintetiza o conjunto de relações sociais, mas também as constroi, bem naquela máxima de que o homem não apenas se adapta à natureza, ele a altera e, ao alterá-la, aciona processos de transformação no seu eu (MOLON, 2010).

Nesse sentido, Vygotsky explica que a subjetividade não pode ser considerada como um epifenômeno ou fenômeno abstrato, mas como um processo psicológico que, apesar de ser constituído no social, se diferencia dele. Ademais, como processo de interface do psicológico com o social, a subjetividade "[...] não se cristaliza, não se torna condição nem estado estático e nem existe como algo em si, abstrato e imutável. É permanentemente constituída e constituinte" (MOLON, 2010, p. 119). É a manifestação de um sujeito datado, isto é, situado historicamente, de um "[...] sujeito localizado numa corporeidade que é biológica, semiótica, afetiva e histórico-social, portanto, ética" (MOLON, 2010, p. 118).

O que diferenciaria (ou não) esse sujeito histórico, tão presente na obra de Vygotsky e de outros autores da psicologia sócio-histórica, daquela noção moderna ou liberal de sujeito agente ou sujeito individual, racional, natural? Inicialmente, é possível afirmar que tanto o sujeito da concepção moderna, quanto o da concepção sócio-histórica demonstram-se ativos no processo de constituição de sua própria subjetividade, haja vista a suposição de que ambos os sujeitos tenham capacidades cognitiva e afetiva, elementares no registro das experiências. As diferenças entre os dois sujeitos advêm do modo como se interpreta tais capacidades. Mais precisamente, Bock e Gonçalves (2005) exprimem que, na concepção moderna ou liberal, as capacidades são tomadas como naturais, universais, como já inerentes ao homem, sendo que, na maioria das vezes, o sujeito se constitui a partir da associação com uma ideia de estar limitado pela realidade social. Em contrapartida, no enfoque sócio-histórico e, por extensão,

na teoria vygotskiana, essas capacidades são compreendidas como produções históricas, pelo fato de se desenvolverem em uma realidade histórica construída e reconstruída pelo homem ao estabelecer relações sociais concretas. Como produções históricas aproximam-se da processualidade, ao invés da essencialidade, típica no sujeito agente.

Na ânsia de fugir do reducionismo das psicologias objetivistas do comportamento sem desembocar, por outro lado, nas armadilhas do subjetivismo e do idealismo, é preciso, assim, ter certo que Vygotsky defendeu uma concepção de que o sujeito não está isolado em seu mundo privado, tampouco se dilui nas determinações coletivas de um mundo público. Resulta, pois, dessa concepção, a subjetividade como fronteira entre o privado e o público, fronteira que implica a intersubjetividade (MOLON, 2010).

O entendimento da psique para além das tradicionais dicotomias começa com o enfoque sócio-histórico, contudo, não se restringe a ele. González Rey (2003; 2009) advoga o enfoque histórico-cultural, o qual oferece construções ainda mais refinadas para o que tange ao avanço das teorizações sobre o sujeito e sua expressão, isto é, a subjetividade.

Distante de tudo que remeta ao invariante universal, ao que permanece estático no tempo ou ainda *fora de contexto*, a subjetividade, à luz do enfoque histórico-cultural, se afigura, por conseguinte, como uma produção de sentidos histórica e contextualmente localizada. Ao atrelar a produção de sentidos a todos os processos de organização da atividade humana, desde os individuais e microssociais até os macrossociais, a investigação do conceito subjetividade, de acordo com as bases histórico-culturais, possibilita reconstruções da psique individual e também das muitas produções psíquicas que dão forma aos cenários sociais ocupados pelo homem. Reconstruções, na maioria das vezes, confundidas pelos papéis múltiplos. A cultura, por exemplo, assume tanto a forma de uma produção subjetiva, na medida em que denota as condições de vida do homem em uma dada sociedade concreta e em um dado momento histórico, como também, por outra via, não está alheia à função de produzir subjetividade, isto pelo fato de suas especificidades indicarem o curso dos eventos e processos vivenciados pelas pessoas e pelas sociedades (GONZÁLEZ REY, 2009).

Em linhas gerais, a subjetividade traduz o encontro das histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais com os contextos sociais e culturais multidimensionais, contextos representados pelas instituições, pelos tipos de ação social do homem. Nesses contextos, os processos de subjetivação são operados mediante as relações entre pessoas que devem sua origem a outros espaços sociais. Tais relações são, em grande parte, delineadas pelos códigos sociais e emocionais, elementos que expressam as

configurações de sentido já institucionalizadas capazes, assim, de produzir e reproduzir mitos, memórias, discursos e até outras formas de subjetivação social (GONZÁLEZ REY, 2009).

Pelo que se depreende dos argumentos construídos por González Rey (2003; 2009), a unidade teórica essencial do conceito de subjetividade é a categoria *sentido*. Não obstante Vygotsky, em seus últimos trabalhos, ter abordado aspectos que concernem à semelhante categoria, é no âmbito do enfoque histórico-cultural que a produção de sentidos se torna quase que o *centro das atenções*. O sujeito produz sentido quando produz registros emocionais amarrados aos significados e as necessidades que vão sendo cultivados ao longo de sua história. É relevante se faz aqui usar as palavras de González Rey (2009, p. 138) para destacar que:

> [...] a categoria de sentido sempre está associada ao sujeito, em suas posições, em suas tensões e nas consequências de suas ações e relações nos diferentes espaços sociais em que se movimenta. Portanto, o sentido sempre transita pelo singular e se produz no singular. Não há sentido universal, pois todo sentido subjetivo tem a marca da história de seu protagonista. Podemos dizer que há um sujeito quando há produção de sentido, quando há diferenciação e singularidade. Sem isso, o sujeito fica anulado por determinações objetivas externas.

A produção de sentidos, por seu turno, não fica circunscrita ao campo individual, nem ao social, pois encerra o que é constituído nos dois campos dentro de um mesmo sistema. Não é sem motivo, pois, que a subjetividade emerge como sendo esse complexo sistema cujos dois componentes, o individual e o social, se constituem de forma recíproca. Assumir a subjetividade como um fenômeno irredutível ao individual ou apenas ao social abstrato, implica o rompimento com as representações sobre a psique que se pautaram, seja no individualismo, seja no sociologismo. Implica, assim, a ruptura com um pressuposto bastante enraizado de determinação social e linear do indivíduo. Isso porque, no enfoque histórico-cultural, quando se trata de *determinações* ou produções de sentidos do sujeito, mostra-se difícil, se não impossível, a distinção entre "[...] os processos de ordem social, nos quais se produz a ação individual e os processos psíquicos individuais que são constituintes dessa ação" (GONZÁLEZ REY, 2009, p. 141).

De procedência variada são os elementos que compõem a base sobre a qual a produção de sentidos se configura. Os elementos, os quais não adquirem sentido isoladamente por sua condição objetiva, articulam entre si dando forma a uma configuração subjetiva com uma história singular, e caso, no decorrer do processo de desenvolvimento dessa configuração, surja um novo elemento ou evento, o sentido subjetivo adquirido pelo mesmo será de apenas uma etapa do tal desenvolvimento (GONZÁLEZ REY, 2009).

Toda produção de sentido "[...] está associada a uma configuração pessoal que tem uma história e um contexto social que se configura de uma forma determinada diante da ação concreta de um sujeito, e que também tem uma história na vida desse sujeito" (GONZÁLEZ REY, 2009, p. 144). Então, falar de subjetividade adotando o referencial de González Rey (2003; 2009) significa o abandono de teses naturalistas que mantêm a premissa de inerência dos sujeitos a universais traços psicológicos. Poder-se-ia estabelecer a assertiva de que a subjetividade é um sistema aberto que se expressa por meio das ações de sujeitos individuais ou de diferentes instâncias e instituições sociais. Logo, nesta noção de subjetividade, as entidades estáticas desvanecem, e a processualidade se configura como imperiosa (GONZÁLEZ REY, 2009).

Processualidade que, de modo algum, se rende a uma *arrumação* racional. González Rey (2009) observa que a subjetividade não está subordinada à razão humana, apesar de, em partes, ser por esta influenciada. Aliás, o que se denomina posições racionais do ser humano são, na verdade, produções de sentido, mais precisamente, são posições que têm lastro na história do sujeito em determinado contexto, lastro na maneira como os interesses e necessidades organizam a atuação do sujeito naquele determinado contexto. Não seguindo qualquer lógica ou racionalidade externa à configuração de sentidos em que se desenvolve, a produção de sentidos funda-se em uma emocionalidade comprometida com a história e os valores de cada grupo social, de cada pessoa, história e valores que, por sinal, são diferentes. Os pormenores desse argumento estão contidos no trecho que se segue.

> A produção de sentido, os processos de subjetivação são distorcedores, já que estão associados às necessidades de quem os produz e, com isso, não são processos produtores de reflexos sobre sistemas externos a eles. Os sistemas humanos – tanto o homem como os vários espaços sociais em que se constitui – são produtores de sentido, já que são capazes de produzir realidades a partir dos sentidos dominantes em suas culturas, suas histórias, seus valores, suas necessidades, seus mitos e suas crenças. Ou seja, são capazes de produzir realidades culturais que não estão governadas por uma ordem natural externa e sim por sistemas subjetivos que têm uma história e que podem até parecer irracionais para aqueles que não compartilharam essa história (GONZÁLEZ REY, 2009, p. 132).

Nesta seção, discorreu-se sobre as concepções de sujeito em Marx, Freud, Lacan, Vygotsky. E dos apontamentos formulados por González Rey (2003), qual o *tipo* de sujeito que brota?

De início, apresenta-se o sujeito do pensamento, porém, de um pensamento que ultrapassa a mera condição cognitiva e passa a ter suporte da dimensão da emoção simultaneamente fundamentada em sentidos subjetivos produzidos em diferentes zonas da

trajetória de vida da pessoa, em diferentes espaços sociais, em diferentes períodos de tempo, que são todos sintetizados no momento atual de certa ação, de certa relação. Os sentidos subjetivos produzidos em cada uma das atividades realizadas pelo sujeito no correr de sua história vão se integrando e organizando, continuamente, outros processos de subjetivação. Assim, a subjetividade é constituída em diferentes espaços sociais, e, portanto, deve ser investigada tendo em vista tal particularidade (GONZÁLEZ REY, 2003; 2009).

Em González Rey (2003), o sujeito está situado em uma região de prática social. Consequentemente, a categoria sujeito relaciona-se com a de participação. Explicando pormenorizadamente, a complexa prática social com a qual o sujeito está comprometido o transcende, exigindo uma espécie de construção de alternativas que deem conta da expressão daquele sujeito nos espaços sociais. É comum que essa permanente necessidade de construção de alternativas, ao demandar a redefinição de muitos sentidos enraizados, seja portadora de um conflito em algo que se pode chamar de identidade pessoal e social do sujeito. A gênese patológica se encontra, por assim dizer, na eventualidade de o sujeito não engendrar novos sentidos ante esse conflito, de não conseguir edificar novos espaços de integração pessoal. Entretanto, o cerne da concepção de sujeito, de acordo com González Rey (2003), reside no que é atinente à ideia de reorganização da vida, de opção criativa do sujeito no processo de produção de sentidos. Desse modo, o sujeito é reflexivo e, frente à proliferação de situações de fragmentação, ao invés de colocar em relevo teorizações típicas próximas à noção de *morte do sujeito*[13], o que se assoma são teorizações a respeito dos multíplices níveis de desenvolvimento do sujeito.

> O sujeito em sua processualidade reflexiva intervém como momento constituinte de si mesmo e dos espaços sociais em que atua, a partir dos quais pode afetar outros espaços sociais. O sujeito representa um momento de subjetivação dentro dos espaços sociais em que atua e, simultaneamente, é constituído dentro desses espaços na própria processualidade que caracteriza sua ação dentro deles, a qual está sempre comprometida direta ou indiretamente com inúmeros sistemas de relação (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 235).

Muitos dos aspectos que compreendem esse enfoque histórico-cultural já estavam incorporados, de maneira dispersa, em trabalhos precedentes de alguns autores. Castoriadis

---

[13] Muito da explicação dessa expressão sobrevém da natureza das relações de poder. Ao propagar o entrelaçamento entre poder e saber, Foucault (1980; 2004) desfere um golpe às conjecturas modernistas de emancipação do sujeito, ou de que este se veria livre do poder ao ter o conhecimento *verdadeiro* de si mesmo e do mundo em que vive (HARDY; CLEGG, 2001). E disso surge a ilação de que não existe sujeito ou não existe uma noção de *eu* para além dos discursos, ou como proferiu Enriquez (2001b, p. 27), o sujeito assume uma condição de "[...] um ser falado, um ser agido; ele nunca é um ser falante nem um autor de seus atos".

(1982) e Guattari e Rolnik (1986), por exemplo, ofereceram aportes teóricos que já permitem entrever a dimensão subjetiva dos diferentes processos e instituições sociais.

Castoriadis (1982) não usa propriamente o termo subjetividade, mas se atém a um tipo de produção subjetiva: o imaginário. Entrelaçado com tudo que é simbólico no meio histórico e social, o imaginário é, no geral, aquilo que foi inventado, quer se trate de uma invenção absoluta ou não. Trata-se de uma criação humana que atua como se fosse um fator unificante ao proporcionar e/ou estreitar as ligações entre um conteúdo significado e as estruturas simbólicas da sociedade. Em outras palavras, está aliado à geração de sentidos. Mais precisamente, ele é responsável por gerar um sentido que não é o sentido do real, ou referido ao percebido, que não é um sentido racional, nem irracional, muito menos pode receber classificações taxativas de verdadeiro ou falso, "[...] e no entanto é da ordem da *significação*, e que é a criação imaginária própria da história, aquilo em que e pelo que a história se constitui pra começar" (CASTORIADIS, 1982, p. 192). São dessas tais significações imaginárias que se pode extrair o substrato para respostas de indagações como as seguintes: "[...] quem somos nós, como coletividade? Que somos nós, uns para os outros? Onde e em que somos nós? Que queremos, que desejamos, o que nos falta?" (CASTORIADIS, 1982, p. 177).

Em que pesem as especificidades de sua definição na obra de Castoriadis (1982), o conceito de imaginário, ao ser entendido como fenômeno subjetivo na sociedade, demarca uma visão que não é nem objetivista, nem racionalista, encerrando, portanto, elevado valor heurístico para a construção do tema subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2003).

As reflexões de Félix Guattari e Suely Rolnik, já em 1986, chamavam a atenção para a apreciação da subjetividade também como uma produção social. Destaque neste trabalho dos referidos autores é a concepção de subjetividade capitalística, isto é, um tipo de subjetividade produzida pelos ditos sistemas maquínicos que estão associados ao modelo de consumo em massa no capitalismo ou às estruturas totalitárias dos estados. Grosso modo, o processo de subjetivação capitalística equivale a uma imposição de uma determinada ordem que incide sobre as ações, os gestos, os esquemas de pensamento, as montagens de sentido, a modelização de instâncias intrassubjetivas. Desde a mais tenra idade, os indivíduos são inseridos na lógica dos modelos técnicos e imaginários elaborados pelas máquinas de produção de subjetividade capitalística, e o resultado que comumente se revela é a padronização, uniformização desses mesmos indivíduos em consonância com sistemas hierárquicos, sistemas de valores ou sistemas de submissão.

Todavia, as expressões *processos de singularização* ou *revolução molecular* entram em cena para aludir às possibilidades de questionar esse sistema capitalístico de produção de subjetividade, de resistir a todos os processos que conduzem à serialização da subjetividade, de construir modos originais e singulares de sensibilidade e de relação com o outro. Ao pressupor a recusa de todos os modos de codificação previamente estabelecidos e todos os modos de manipulação, a ocorrência dos chamados processos de singularização desencadeia uma espécie de reapropriação de territórios subjetivos. Reapropriação no sentido de que as referências teóricas e práticas do indivíduo não estarão presas a um poder global, seja nos níveis econômico, técnico, seja no nível do saber. Ao contrário, fiando-se no princípio de autonomia, tais referências serão criadas pelos indivíduos depois que estes realizarem uma leitura de sua própria situação, compreendendo sua singularização existencial. É, portanto, no decurso dos processos de singularização que aquele indivíduo padronizado se transforma em sujeito singular (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Aproveitando o ensejo, vale explicitar o questionamento: ser indivíduo é diferente de ser sujeito? Pelo que se percebe, Guattari e Rolnik (1986) avigoram sim essa diferença, bem como o faz Enriquez (2001b). Este último autor considera o indivíduo um ser que está preso a um rígido conjunto de identificações coletivas e, por essa razão, está arrimado a um constante alienar-se, apenas reproduzindo o funcionamento social tal como ele é. Em oposição, a noção de sujeito, ao introduzir uma ideia de libertação da clausura psíquica e social, aponta para a mudança de si mesmo e do mundo. Entretanto, o sujeito não deve ser identificado com a figura de um *heroi*, de um "[...] grande homem que tem uma visão globalizante, que visa à transformação da totalidade enquanto tal" (ENRIQUEZ, 2001b, p. 34). O sujeito é aquele que pode até aceitar algumas determinações, contudo, o fato é que semelhante aceitação vem sempre acompanhada ou contém o germe da transformação, da mudança de *lugar*, da tentativa de produzir certa *anormalidade* em relação ao que, normalmente, é reputado canônico (CASTRO; ARAÚJO, 2001).

O sujeito está para subjetividade, assim como o indivíduo está para o conceito de personalidade. Esse é um axioma que pode ser extraído de uma das discussões que compõem o trabalho de Bernardes (2007). No campo de investigação da personalidade, ou do que os psicólogos denominam individualidade humana, desenrola-se uma busca de identificação das estruturas e processos que permanecem iguais em cada ser humano, a fim de, posteriormente, detectar as possíveis variações individuais e, assim, delinear estratégias de intervenções padronizadoras cujos fins são contíguos aos aspectos que dizem respeito à adaptação do indivíduo ao social. O que se julga como personalidade está sustentado na padronização e

normalização da igualdade e, portanto, na essência de um indivíduo, ao passo que a subjetividade se demonstra no expressar singular dos sujeitos.

2.2 Subjetividade na sociedade e nas organizações: ordenamentos e desvios

Não obstante a adoção do enfoque histórico-cultural como referencial básico na presente pesquisa, há de se fazer aqui alusão às elaborações teóricas de Foucault (1995) sobre a concepção de sujeito, a fim de que elas propiciem uma problematização que tange aos processos de produção de subjetividade em espaços sociais distintos.

Sujeito a alguém pelo controle e dependência, e sujeito à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Estes são os dois significados que Foucault (1995) atribui à palavra *sujeito*, os quais pressupõem sempre uma forma de poder que subjuga, que torna sujeito a. Contudo, ao contrário de um poder soberano, enuncia-se um poder disciplinar (FOUCAULT, 1977, p. 153), que:

> [...] é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo [...] A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

De maneira geral, os dispositivos que se engendram dessa noção de poder disciplinar colocam em funcionamento as operações de comparação, diferenciação, hierarquização, homogeneização e exclusão dos sujeitos. Em primeiro lugar, esses dispositivos permitem que se relacionem as ações dos sujeitos a uma regra de conjunto, a qual subjaz à ideia de comparação. Baseando-se nesse princípio de regra a seguir, ocorre a diferenciação dos sujeitos entre si, além da medição e hierarquização de seus desempenhos e comportamentos singulares. Os indicativos de valor oriundos do processo de medição e hierarquização geram a coação de uma conformidade a realizar, esboçando, assim, as fronteiras que definem o normal e o anormal na e da existência humana. Pode-se dizer que o poder disciplinar normaliza (FOUCAULT, 1977) ou, em outras palavras, os dispositivos disciplinares produzem e reproduzem o que se chamariam de modos normais de ser e se relacionar, ou sujeitos normalizados, ou ainda subjetividades normalizadas.

A formulação e imposição de modos de ser e se relacionar estão imbricadas na lógica de manutenção de uma ordem social construída a partir de fundamentos de uma visão positivista[14] da realidade social e dos sujeitos que a compõem. Modos de ser e se relacionar são prescritos, definem-se os princípios de uma dada ordem social. Os sujeitos que se posicionam fora do que aduz a esse prescrito, a esse definido, são classificados (bem aos moldes do paradigma positivista) como anormais, desviantes ou delinquentes.

Em um esforço heurístico que atende aos requisitos de escopo da presente pesquisa, confere-se a denominação subjetividades desviantes às subjetividades que não se submetem, que não se deixam enquadrar. O sujeito anormal ou desviante é aquele que não se ajusta ao padrão de legalidade definido e *naturalizado*. Entretanto, quais as ações (e reações) que instruem esse padrão na sociedade? Quais as dimensões objetivas e subjetivas que se atrelam aos projetos de ordenamento do ser humano? O que concorre para a inserção do sujeito nas ordens dos discursos médico e jurídico como um objeto a ser recuperado? Tendo em vista tais indagações, urge compreender alguns dos principais aspectos que, comum e convencionalmente, orientam a determinação dos modos anormais ou desviantes de o sujeito ser e se relacionar. Para tanto, vale-se de algumas reflexões teórico-conceituais de Foucault (1997), Velho (1985) e Becker (2008).

O *monstro humano* e o *indivíduo a corrigir* são duas das categorias que se encerram no chamado grupo dos *anormais*, grupo forjado na "[...] correlação com um conjunto de instituições de controle, com uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição [...]" (FOUCAULT, 1997, p. 61).

As leis emergem como quadro de referência para a qualificação do tal *monstro humano*. Não se trata, porém, apenas das leis da sociedade, mas também as leis da natureza. A noção de *monstro humano* é inscrita em um domínio jurídico-biológico. A monstruosidade revela-se pelo ser *diferente* ou a exceção em relação ao que se considera a forma *natural* da espécie. Os seres hermafroditas e os seres homossexuais, por exemplo, são percebidos como transgressores dos princípios atinentes a ideia do *natural*, bem como dos princípios que concernem às regularidades jurídicas (aspectos que regem os rituais de batismo, de casamento etc.) (FOUCAULT, 1997).

---

[14] O positivismo nomeia uma doutrina filosófica caracterizada pela valorização de um método empirista e quantitativo, pela defesa da experiência sensível como fonte principal do conhecimento, e pela proposição das ciências empírico-formais como paradigmas de cientificidade e modelos para as outras ciências (JAPIASSU; MARCONDES, 1990). Outras considerações a respeito da visão positivista (ou paradigma positivista) serão tecidas no capítulo seis.

Já a figura do *indivíduo a corrigir* caracteriza-se mais pelo afastamento da normalidade imposta pelas técnicas de disciplina (ou adestramento) do que das coerções ensejadas pelos imperativos sociais e pelas leis da natureza, como ocorre no caso do *monstro humano*. A categoria de monstruosidade repassa sempre um sentido de exceção. "O monstro humano combina o impossível e o interdito", disse Foucault (1997, p. 61). Em contrapartida, a categoria de *indivíduo a corrigir* incorpora o sentido da possibilidade de emenda ou de reforma do ser anormal. Aliás, o domínio disciplinar da criminologia origina-se dos saberes e discursos sobre esse *indivíduo a corrigir*, bem como das tecnologias criadas a fim de fazê-lo restituir-se aos parâmetros do viver (normal) em sociedade (FOUCAULT, 1997).

Velho (1985) emprega o termo *desviante* quando da apresentação de suas proposições e abordagens. Segundo o referido autor, o ser desviante é o sujeito que realiza uma *leitura* divergente de valores de uma dada formação social, valores estes que são aceitos pela maioria das pessoas na sociedade ou mesmo por grupos específicos no contexto da mesma. Nesse caso, Velho (1985) assevera que o sujeito pode não ser sempre o *desviante*, haja vista que algumas de suas ações, por vezes, são percebidas no âmbito do conjunto de ações dos sujeitos declarados *normais*.

O sujeito *anormal* ou *desviante* seria um *outsider*, para usar a denominação contida no livro de Becker (2008), *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Os grupos sociais estabelecem regras que, essencialmente, designam os comportamentos tidos como apropriados (ou não), ou as ações especificadas como *certas*, *permitidas*, e por extensão, as que são *erradas* ou *proibidas*. Tais regras podem ser instituídas formalmente, por meio da promulgação de leis, sendo o poder de polícia o mecanismo para impô-las. Ainda existem as regras aplicadas mediante procedimentos de caráter informal, na medida em que elas são derivadas de acordos informais sedimentados nos ideais da tradição entre os membros de uma coletividade. O *outsider* é aquele sujeito que se desvia da regra, seja esta de base formal ou informal.

Acredita-se que as interpretações de Becker (2008) sobre o desvio (e o sujeito desviante) avançam em relação as que, predominantemente, delineiam o campo de estudo da desorganização social. Para muitos sociólogos, os processos desviantes são os que perturbam a estabilidade de uma sociedade ou de uma parte dela. Mais precisamente, são discriminados os fenômenos sociais que se ajustam ao que se entende por estabilidade (funcionais) e os fenômenos que *desviam* de tal ordem esperada, isto é, os que reúnem, assim, características disfuncionais. O fato é que essa concepção funcional do desvio ignora o aspecto político do fenômeno. Nessa vertente, destaca-se a definição propriamente dita dos aspectos funcionais (o

que contribui para a realização do objetivo, meta ou função da sociedade ou de um dado grupo social) e disfuncionais (o que atrapalharia a consecução do objetivo ou função). Todavia, os conflitos políticos entre as instâncias individuais e coletivas quando da definição do que seria funcional ou disfuncional, são, frequentemente, obscurecidos.

Becker (2008), por seu turno, argumenta que uma infinidade de questões políticas permeia os processos de formulação, imposição e transgressão das regras. As regras sociais são criadas por sujeitos que pertencem a grupos sociais específicos, sujeitos que, por assim dizer, têm compromissos sociais específicos. De maneira análoga, as ações dos *outsiders* estão também enraizadas em conceitos ético-políticos. Por exemplo, do ponto de vista do sujeito rotulado como desviante, os *outsiders* podem ser as pessoas responsáveis pela formulação das regras que por ele foram violadas. Central na compreensão que Becker (2008) empreende sobre o desvio é a perspectiva relacional, isto é, não existem sujeitos com uma espécie de *natureza* desviante, os sujeitos se constituem desviantes na dinâmica das relações sociais. Becker (2008, p. 21) afirma que o desvio:

> [...] é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em "fatores sociais" que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um "infrator". O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.

Sabe-se que, no âmbito da Sociologia e Psicologia, proliferam as linhas de pesquisa com diferenças conceituais, epistemológicas e metodológicas que dizem respeito ao estudo da anormalidade ou do desvio. Embora não explicitando todas essas linhas de pesquisa, os apontamentos de Foucault (1997), Velho (1985) e Becker (2008) são, para esta dissertação, suficientes para o entendimento de que, na sociedade, maneiras anormais ou desviantes de ser e se relacionar abarcam os hermafroditas, os homossexuais, as prostitutas, os alcoólatras, os loucos, os criminosos. As chamadas técnicas de intervenção sobre o anormal ou desviante, técnicas de variado matiz (segregação de espaços sociais, como um dos exemplos), se tornam o substrato para a construção de um aparato de *defesa* da sociedade (FOUCAULT, 1997).

Até este ponto do texto, os discursos sobre o desvio (ou a anormalidade) articularam-se no nível de análise da sociedade em seu sentido mais amplo. E, especificamente, nos espaços sociais das organizações, quem são os sujeitos *normais* e, logo, quem são os sujeitos *anormais* ou *desviantes*? Sendo uma espécie de microssociedade, poder-se-ia dizer que, em

uma organização, adotam-se os mesmos padrões de (a)normalidade que o são em um nível macrossocial. Se sim, por exemplo, em função de seu *desvio* sexual, os homossexuais são, constantemente, discriminados nas organizações. Todavia, o interesse é perscrutar outras nuances dos processos de produção de subjetividades nesses espaços sociais que se compõem pelas ações humanas orientadas para um fim determinado. Quais são os movimentos de normatização do ser nesses espaços sociais específicos? Existem subjetividades desviantes nesses espaços sociais confundidos com impérios de racionalidade por aqueles pesquisadores guiados pela ortodoxia do paradigma funcionalista[15] no campo de estudos organizacionais?

Na tentativa de esclarecer essas referidas questões, reporta-se ao poder disciplinar, descrito no introito desta seção, poder este alicerçado na noção de organizações formais e complexas. As análises de Foucault (1977) acerca do poder disciplinar se desenvolveram no palco das prisões, espaços sociais em que se nota de maneira mais nítida o entrecruzamento de dispositivos disciplinares que abrangem desde os aspectos relativos à divisão do espaço, à distribuição dos sujeitos nesse espaço, até os aspectos que sugerem a vigilância contínua dos sujeitos. Contudo, a domesticação dos corpos e, consequentemente, a canalização das forças que possam ser produtivas, têm sua vez em outros espaços sociais, tais como nos manicômios, conventos, escolas ou, melhor dizendo, em todas as organizações que tiverem estruturas burocráticas mais ou menos rígidas (PRESTES MOTTA, 1981). Este autor reflete sobre o poder disciplinar no contexto da empresa moderna.

> Essa produção de corpos dóceis, no caso da grande empresa moderna, passa também pela dissolução da instância crítica e pelo empobrecimento do sentimento de identidade. A organização é sempre, boa e irreprovável. Nos casos de conflito, a culpa cai sobre o indivíduo, que frequentemente entra em depressão. Além disso, a organização é uma construção imaginária, onde a autoridade não está identificada com pessoas, mas com o conjunto da organização. Isto a torna especialmente poderosa e, consequentemente, torna o indivíduo milito impotente. Por essa razão ele se identifica com ela, mas se identifica com algo que é imaginário. Na maior parte das relações interpessoais é possível testar nossos fantasmas, porque nos deparamos com objetos reais. No caso da relação indivíduo-empresa tudo se passa no nível do imaginário. Por isso mesmo a construção da identidade através de um jogo de projeções e introjeções com outras pessoas; mas, o que fazer quando o outro é um ser imaginário e onipotente? O indivíduo típico da grande empresa oscila entre a potência e a fraqueza exagerada. O que lhe é difícil é uma consciência equilibrada de sua força efetiva e de seus limites (PRESTES MOTTA, 1981, p. 38).

---

[15] O paradigma funcionalista, além de dar suporte à noção de que a sociedade tem existência real e concreta, está amparado pela dimensão da sociologia da regulação, isto é, as discussões que se forjam neste campo paradigmático do funcionalismo estão mais voltadas para a manutenção do *status quo*, da ordem, do consenso e da solidariedade e integração social. Nas intenções de explicar e predizer a dinâmica do mundo social, os pesquisadores se baseiam na procura de regularidades e relações causais entre os fenômenos de interesse (BURRELL; MORGAN, 1979).

Em linhas gerais, as práticas disciplinares nas organizações regulamentam não apenas os sujeitos mas, também, a coletividade. Inscritas nas estruturas de controle de tipo pessoal, técnico, burocrático ou jurídico, as práticas disciplinares aparecem na forma de políticas, práticas e procedimentos de supervisão, de rotinização, de formalização, de automatização. Não se pode esquecer o conjunto de práticas culturais de adesão, de permissão e de persuasão morais, que buscam o controle do que subjaz às capacidades de reflexão e ação dos sujeitos nos espaços organizacionais (CLEGG, 1996).

Como já foi reproduzido, o poder disciplinar normaliza, então, seja na prisão, no manicômio, no convento, na escola ou mesmo na empresa moderna, os desdobramentos desse poder disciplinar, em maior ou menor grau, relacionam-se aos processos de produção de subjetividades normalizadas.

O indivíduo[16] *preso na armadilha da estrutura estratégica*, este é o título de um dos trabalhos em que Enriquez (1997b, p. 19) defende a tese de que "[...] jamais o indivíduo esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, das empresas) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique". Mais especificamente, em suas apreciações sobre as organizações, Enriquez (1997b) chama a atenção para o exercício do controle sobre o modo de pensar, isto é, inculca-se a ideia de que é preciso pensar sempre no *bem* das organizações ou, em outros termos, pensar sempre nas maneiras de alcançar os objetivos determinados nesses espaços sociais. A lógica que é ainda reforçada é a que se refere aos processos de identificação, na medida em que o indivíduo idealiza os espaços sociais organizativos, se identifica com os mesmos, tornando-se uma espécie de *serviçal voluntário* que descobre o gozo na submissão. Procura-se instaurar, nas organizações, uma significação de que o indivíduo é respeitado, é valorizado. Dizendo de outra forma, nesses espaços, exigem-se "[...] indivíduos que se querem sujeitos (mas que, de fato, são alienados) de seu destino e agentes da história" (ENRIQUEZ, 1997b, p. 25). O que ocorre, porém, é o aprisionamento desses indivíduos nas identificações heroicas, o que os faz se comportarem como seres prontos, delimitados por um padrão de heroi.

Enriquez (1997b, p. 19) elucida que argumentar sobre a prisão do indivíduo na estrutura de amarras organizacionais não significa a validação, por completo, da máxima de que tal indivíduo não possa ser construtor da história, isso porque, em certas condições, o indivíduo assim o pode ser. Com essa tese, o autor apenas intenta expor o quão, nas organizações e na sociedade como um todo, tudo "[...] é construído para fazer o indivíduo crer

[16] Eugène Enriquez considera diferenciações entre os conceitos de indivíduo e sujeito. Ver página 34.

na sua vocação de homem livre e criador, e, para colocá-lo, de fato, *nas grades* (Rosseau), grades sutis e tão ilustres que certos homens reivindicam-nas". Mas, quais as bases histórico-sociais que viabilizaram esse *aprisionamento* do ser nas organizações?

É o próprio Enriquez (2001a) que apresenta um dos referenciais para a explicação desse fenômeno. O autor observa a necessidade fundamental de as pessoas se lançarem na construção de processos identificatórios, os quais sejam capazes de propiciar orientações na vida ou um nível considerável de segurança narcísica. A religião, por exemplo, é um sistema de significações sociais que, de certa forma, *tranquiliza* o homem, dando-lhe uma *garantia* de não viver no puro arbitrário. O fato é que, no contexto da sociedade em geral, devido a um *mal-estar* ou um enfraquecimento em muitas das identificações sociais, as organizações têm, comumente, encarnado o papel de *instituição divina*, de objeto de segurança narcísica. Semelhante proeza é alcançada, na maioria das vezes, com o auxílio da cultura organizacional, um tipo de discurso que, ao veicular dado conjunto de valores e símbolos, pode inscrever as percepções e ações das pessoas em um sistema totalitário que, contraditoriamente, adquire uma aura de *sagrado*. Os sentimentos, as memórias, as interpretações engendrados pelas pessoas a respeito do lugar organização acabam por se anexar à noção de sagrado laicizado, pois estas últimas são levadas a crer que, nos domínios daquela espacialidade social, está encerrado algum princípio legitimador de sua existência, seja na forma de um projeto ou ideal a realizar, seja uma causa a defender.

Falar das organizações, espaços sociais que se formam a partir das ações dos sujeitos na premissa de cumprirem fins determinados, convoca a discutir, mesmo que brevemente (por não ser o foco deste estudo), a questão do trabalho e sua relação com a produção de subjetividades, sejam estas normatizadas ou desviantes.

Concorda-se com Marx (1968) quando ele entende o trabalho como sendo toda ação humana orientada para a transformação da natureza. Essa ação ou ato consciente aparece como a *atividade vital*, para usar o termo presente em Marx (1968), acaba por distinguir o homem dos demais seres vivos. Ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo, numa espécie de relação dialética. O homem se faz no e pelo trabalho, isto é, por meio do trabalho, o homem produz-se e reproduz-se como sujeito. Daí, a importância de, em uma pesquisa como a que se propôs nesta dissertação, *olhar* para os sentidos que os sujeitos produzem a respeito de sua atividade de trabalho.

Apesar do seu fundamento ontológico de humanização dos seres, o trabalho, por vezes, aliena e, assim, desumaniza. A alienação pode assumir formas várias. Na sociedade capitalista, tendo em conta a divisão dos homens em duas classes com interesses antagônicos,

a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe dos que possuem somente a força de trabalho, a alienação ocorre, por exemplo, quando o trabalhador produz algo que não pode possuir ou se apropriar, isto é, quando o sujeito desvincula-se do produto do seu trabalho. De outro modo, o trabalho desumaniza quando se torna apenas um meio de exploração.

Para Schwartz (2000, p. 41), o trabalho envolve sempre um *uso de si*. Nas palavras do autor:

> [...] quando se diz que o trabalho é uso de si, isto quer dizer que ele é o lugar de um problema, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a se negociar: há não execução, mas uso, e isto supõe um espectro contínuo de modalidades. É o indivíduo no seu ser que é convocado; são, mesmo no inaparente, recursos e capacidades infinitamente mais vastos que os que são explicitados, que a tarefa cotidiana requer, mesmo que este apelo possa ser globalmente esterilizante em relação às virtualidades individuais. Há uma demanda específica e incontornável feita a uma entidade que se supõe de algum modo uma livre disposição de um capital pessoal. Tal é a justificação da palavra "uso" e tal é aqui a forma indiscutível de manifestação de um "sujeito".

Se o trabalho é *uso de si*, questiona-se: quem faz uso? De início, o *uso* é aquele que se faz do sujeito, uso delimitado pelas próprias condições históricas, como as que tocam às relações e modos de produção. No entanto, o uso não é apenas aquele que se faz do sujeito, o uso também é aquele que cada um faz de si na realização do trabalho. O sujeito que trabalha não se configura como uma *massa mole*, em que se registra, passivamente, a marcação dos atos de trabalho a reproduzir. Sobre esse uso que o sujeito faz de si mesmo, Schwartz (2000, p. 42) acrescenta:

> Em qualquer grau que seja – e isto pode ser talvez infinitamente variável – e no mesmo movimento de tomada de disposição parcial do uso heterodeterminado de si, o trabalho é sempre também uso de si por si, recentramento do meio de trabalho ao redor de seus possíveis singulares [...] A posição do sujeito que manifesta o ato de trabalho não deverá em nenhum caso reduzir-se, nas relações sociais dadas, ao que os encarregados da administração, os que ordenam ou os prescritores – ou todo "aparelho do Estado" ou toda "prática" socialmente constituída – definem como quadro de exercício. Há capacidades singularmente adquiridas, tendência a usar de si para recompor também de modo infinitesimal, quanto se queira, um mundo à sua conveniência, que estão em jogo em todo ato de trabalho: nenhuma lógica de relações sociais não o domina inteiramente, sem ela estar em algum grau submetida, por sua vez, a este tipo de exigências das quais são portadoras de vidas individuais. Fundamentalmente, todo trabalho humano se desenvolve no híbrido.

Nesse sentido, mesmo diante de coerções materiais e sociais assentadas nos atos de trabalho, abrem-se para o sujeito as possibilidades de uma *gestão diferenciada* de si mesmo, a qual não se restringe às condições históricas e concretas da existência humana. A perquirição

dos modos como se organizam essas relações de *uso* verifica-se como sendo um dos caminhos para o entendimento das subjetividades nas organizações.

Faz-se necessário, nesse ponto do texto, tentar responder a indagação já colocada há alguns parágrafos: quem são os *desviantes* no âmbito das organizações? Tal como se aventou anteriormente, os *desviantes* são aqueles que não se submetem, que não se enquadram, agora ao aparato disciplinar que conforma os espaços sociais das organizações. *Desviantes* são aqueles que não se deixam *aprisionar* pelo sentido de identificação com a organização ou por outros mecanismos de quaisquer estruturas organizacionais. Os *desviantes* são os que buscam, muito embora que de maneira indireta ou velada, espaços de autonomia em espaços sociais em que o objetivo é normalizar. Em síntese, os desviantes são os que, de alguma forma, resistem.

Foucault (1988) lembra que onde há poder, há resistência. O poder não se mostra onipotente e onisciente, apesar de ser onipresente, isto é, apesar de se constituir como uma multiplicidade de correlação de forças que enreda todo o corpo social. Nesse campo de múltiplas correlações de forças também se fala de múltiplas resistências. As resistências não existem fora do campo estratégico das relações de poder, mas Foucault (1988, p. 92) ressalta que:

> [...] isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas [relações de poder], sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irredutível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis.

Resistir significa criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação. Não são lutas contra o poder fundamentalmente, mas contra os efeitos de poder, contra certos estados de dominação (REVEL, 2005). Pode-se dizer ainda, tomando por base o aporte teórico de Gonzalez Rey (2003), que o sujeito está implicado nas possibilidades de ruptura dos limites impostos nos espaços sociais. Sendo capaz de gerar, em diferentes momentos (e espaços socais) de sua trajetória, espaços próprios de subjetivação, o sujeito está além das

normas sociais e, portanto, dos processos (ou políticas, práticas) que se chamaria de totalizantes ou de mobilizadores de modos de ser e se relacionar. Quando se afirma que o sujeito está além das normas sociais, quer se ressaltar o fato de que, embora o sujeito se constitua a partir de suas condições de vida social, não se torna efeito linear de nenhuma dessas condições. Isso porque produz sentidos subjetivos alternativos aos princípios e normas que limitam a expressão das pessoas, caracterizando uma espécie de tensão entre produções de sentidos e o que se tomam como socialmente reconhecido. Por essa ótica, a constituição do homem como sujeito passa, então, pela capacidade de aquele primeiro posicionar-se de maneira ativa e criativa no âmbito dos diferentes espaços sociais, tornando-se, assim, um agente de transformação do mundo em que vive (GONZÁLEZ REY, 2003).

Por fim, chama-se a atenção para o fato de que, nesta seção, vale-se de diferentes argumentos de diferentes autores na perspectiva de desvelar um dos pressupostos defendidos desta pesquisa, isto é, o de que a racionalização nos e dos espaços sociais das organizações não impede a emergência das resistências (FOUCAULT, 1988) ou das configurações subjetivas singulares expressas nas ações e relações do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2003), ou que se denomina aqui subjetividades desviantes. Tal como as regras sociais na sociedade, as regras na organização são reinterpretadas, ressignificadas, e isso se concretiza, mais cedo ou mais tarde, nas ações e relações dos sujeitos.

3 CULTURAS

> Na minha opinião, é importante deixar definido: a cultura é algo muito vasto, muito importante, inscrita muito profundamente nas estruturas sociais, na história, no inconsciente, na experiência vivida e no vir a ser coletivo humano, para ser tratada, de maneira tão trivial, como uma variável dependente cujos fatores e componentes podem ser isolados, medidos [...]
> *Omar Aktouf*

Os sujeitos se relacionam em um espaço social e, a partir dessas interações, percebe-se a emergência de um conjunto de crenças, valores, ritos, rituais, cerimônias, sagas, herois, histórias, lendas, tabus, normas, conjunto este que caracteriza a dimensão cultural de dado espaço social. Neste capítulo, primeiramente, resgatam-se as origens do conceito de cultura, uma das categorias analíticas do estudo. De maneira geral, o que compõe as seções seguintes é uma reflexão acerca dos aspectos que tangem à tratativa desse conceito de cultura no âmbito das organizações e, logo, no âmbito dos estudos organizacionais.

3.1 Origens do conceito

Antes de proceder à apresentação dos aspectos que permeiam a abordagem da cultura no âmbito dos estudos organizacionais, é salutar uma compreensão das raízes históricas do conceito de cultura.

Conta-se que, em 1871, Edward Tylor propôs o vocábulo *culture* com o fito de nomear um conjunto complexo formado por conhecimentos, crenças, arte, moral, leis ou quaisquer capacidades ou hábitos que despontassem quando das relações e atividades empreendidas pelo homem como membro de dada sociedade. Tylor, na verdade, sintetizou em tal vocábulo o sentido imbricado em dois termos, a saber: *Kultur* e *Civilization.* De origem germânica, usava-se o termo *Kultur* para simbolizar os aspectos espirituais de uma comunidade, ao passo que *Civilization* era uma palavra francesa representativa das realizações materiais de um povo. Na empreitada de compor este conceito de cultura, a intenção de Tylor, basicamente, foi afastar explicações rigorosamente calcadas na ideia de aquisição inata, em preceitos de cunho biológico, e colocar, assim, todas as possibilidades de realização humana em um contexto mais próximo da noção de aprendizado (LARAIA, 2002).

Cultura, a partir da observância de sua escrita em latim, *colere*, pode ser, também, associada ao processo de cultivo, às ações de lavrar e desenvolver a terra. A metáfora da agricultura, nesse caso, chama para a análise da cultura como um sistema de crenças e práticas que indicaria uma espécie de grau de refinamento em uma sociedade, isto é, os diferentes níveis e padrões de desenvolvimento social (MORGAN, 1996).

Seja *culture* ou *colere*, o estudo dos fenômenos culturais tem sua origem no campo da chamada Antropologia Social ou mesmo da Antropologia Cultural. Os antropólogos, porém, nunca chegaram a um conceito unívoco ou universal a respeito da temática cultural. A prova disso se deu pela emergência de algumas escolas de pensamento fundamentadas em correntes teóricas distintas que, não obstante encerrarem as limitações apontadas por este ou aquele partidário de uma linha teórica oposta, deram sua contribuição para o avanço das pesquisas nos domínios da própria Antropologia e, como será comentado posteriormente, nos domínios da Administração (CAVEDON, 2003; FREITAS, 2007). Nesse sentido, interpreta-se cultura de maneira diferente dependendo dos referenciais adotados, principalmente, se estes forem derivados das escolas evolucionista, americana, inglesa ou francesa (CAVEDON, 2003).

Os evolucionistas do Século XIX, por exemplo, intitulando-se os descobridores das leis da evolução social, acreditavam na natureza una da mente humana, isto é, todos os indivíduos, de qualquer parte do mundo, partilhavam de uma unidade psíquica, o que caracterizaria uma evolução cultura unilinear e progressiva da humanidade, pois esta, inevitavelmente, passaria pelos estágios de selvageria, barbárie e civilização (CAVEDON, 2003).

Deixando de lado o que se classificaria como causas básicas e subjacentes, os pesquisadores da escola americana, no geral, admitiam que as similaridades culturais (ou não) poderiam ser justificadas pelas relações entre fatores históricos, ambientais e psicológicos. A palavra de ordem, no âmbito da escola americana, é *humano*, a cultura é obra humana, está em constante processo de fluxo, o que talvez explica o fato de muitos estudos dessa corrente ensejarem certo relativismo cultural (CAVEDON, 2003).

Tendo como principais expoentes os antropólogos Malinowski e Radclif-Brown, a escola inglesa se diferencia das outras vertentes pelo fato de que seus adeptos advogam uma análise funcional da cultura. Com a concepção de que a cultura é um todo funcionalmente integrado, cuja função é aglutinar seres humanos em estruturas mais ou menos estáveis, os teóricos dessa escola sempre estiveram às voltas com as questões de automanutenção dos sistemas e negligenciaram assuntos a respeito da mudança estrutural. Em outras palavras, os modelos socioculturais são comparados aos organismos formados por determinadas partes,

partes que estabelecem relações umas com as outras a fim de garantirem a manutenção, a estabilidade e a sobrevivência do tal organismo (CAVEDON, 2003).

Já a escola francesa é bastante reconhecida pelos trabalhos de Lévi-Strauss, antropólogo que diz ser a cultura um sistema simbólico ou uma configuração de sistemas simbólicos, os quais só podem ser compreendidos a partir do momento em que se conhece, detidamente, o sistema total ao qual estão atrelados. Aqui, existe a preocupação com os ditos padrões formais, pois é admitido que estes representam a maneira pela qual os elementos simbólicos, seguindo determinada lógica, relacionam-se uns com os outros formando um sistema total. Ainda, para Lévi-Strauss, a lógica da mente humana é programada, independentemente do tempo, do espaço e das circunstâncias (CAVEDON, 2003).

Em suma, na Antropologia, complexidade parece ser o que norteia a base conceitual quando se trata de pesquisas sobre cultura. A fim de delinear uma noção mais clara da situação desse campo de estudo, Carrieri (2001) afirma que, em 1952, os antropólogos Kroeber e Kluckholm identificaram mais de 250 diferentes definições de cultura.

Contudo, por que e de que forma o construto cultura foi transposto da Antropologia para a Administração? A próxima seção foi construída tendo em vista o objetivo de elucidar semelhante indagação.

3.2 Cultura nas organizações: motivos e principais abordagens

Em primeiro lugar, diz-se que os estudos sobre cultura organizacional ganharam destaque na década de 1980, apesar de alguns aspectos relacionados à temática já poderem ser apontados na produção acadêmica em décadas anteriores. Freitas (2007) afirma que os estudos organizacionais voltam-se, em dada época, para análises de determinados temas, estabelecendo-os, consequentemente, como os *discursos fortes* daquele período. No campo da Administração, *cultura* foi o discurso forte dos anos 1980, assim como o foram a *estratégia* e *estrutura organizacional* nas décadas de 1970 e 1960, respectivamente. Importante nessa sucessão dos chamados discursos fortes é que nenhum se caracteriza por ser inteiramente novo ou exclusivo, por surgir espontaneamente, como em um passe de mágica. Na maioria das vezes, o discurso se torna *forte*, por aparentar ser mais rico e inovador, exatamente, por tentar abarcar e desenvolver elementos e questões levantadas em debates anteriores ou que ainda estão em curso (FREITAS, 2007; 2002; 1997).

A justificativa mais comumente veiculada acerca da massificação dos estudos culturais prende-se, de maneira geral, ao crescimento econômico vertiginoso do Japão, na década de 1980. Objeto de inúmeros estudos, o ganho de competitividade dos japoneses foi, principalmente, atribuído aos valores nacionais, valores estes que, de acordo com maioria dos teóricos, faziam alusão à obediência, à valorização do trabalho em equipe, ao respeito às tradições, à participação no processo de tomada das decisões (MORGAN, 1996; FREITAS, 2007). Por essa via, o aspecto cultural era tomado como condicionante do êxito japonês e, por extensão, do êxito de muitos consultores organizacionais que passaram a incluir a cultura como ingrediente especial no preparo de soluções para os mais diversos problemas que se revelavam nas organizações (FREITAS, 2007).

Alvesson (1987) tenta chamar a atenção para o fato de que o interesse pelo que tange ao cultural e ao simbólico nas organizações não se deve, estritamente, aos aspectos de teor econômico, como deixa em voga a explicação do milagre japonês, o qual serviu apenas no sentido de conferir popularidade ao tema. O autor diz que a sociedade, ao longo dos anos, foi palco para a ocorrência de uma considerável quebra de padrões culturais até então tidos como uniformes e coesos, o que influenciou, em grande medida, o significado da religião, dos papeis sexuais, das figuras de autoridade, da ética no trabalho, por exemplo. As organizações não poderiam ser conduzidas e interpretadas como se estivessem situadas em um vácuo, fazendo, portanto, *vista grossa* para as contínuas fragmentação e heterogeneidade dos padrões culturais, isto é, para uma crise de identificação nas sociedades. Daí a necessidade de realizar uma espécie de *contra-ataque* aos problemas de designação social, compreendendo e aperfeiçoando as ideologias vigentes, oferecendo-as em um pacote juntamente com valores e comportamentos aceitáveis que reproduziria (ou pelo menos, tentaria reproduzir) ordem e segurança quando das interações sociais. Daí a necessidade de enfatizar o entendimento da cultura em contexto organizacional.

Pelo que se percebe, porém, esse entendimento da cultura organizacional foi buscado a partir de múltiplos *olhares*, alguns mais, outros menos próximos dessa ou daquela corrente de pensamento antropológica (CAVEDON, 2003). Cultura como variável e cultura como metáfora são duas das principais formas de olhar para o construto cultura (SMIRCICH, 1983a).

Conceber a cultura como uma variável implica alinhar-se a alguns preceitos da escola funcionalista (ou da escola inglesa, anteriormente descrita) como, por exemplo, à noção de que o mundo social é, no geral, expresso em termos de relações entre elementos denominados *variáveis*, e que tais variáveis podem ser plenamente controladas. Nessa vertente, a cultura

emerge como mais um dos inúmeros subsistemas que constituem o organismo e/ou sistema maior, isto é, a organização. Algo que a organização *tem*, assim como a organização tem estratégia, tecnologia ou estrutura, a cultura torna-se mais um instrumento passível de ser alterado segundo a conveniência dos responsáveis pelo gerenciamento das organizações (SMIRCICH, 1983a; ALVESSON, 2002).

Enxergar a cultura como metáfora significa reconhecer que as organizações são construídas no desenrolar das interações sociais, na forma de os indivíduos se expressarem, se colocarem perante o mundo. Ao contrário de *ter* uma cultura, a organização aqui *é* uma cultura, é um fenômeno social que se sustenta em um expressar humano. Ainda, ao contrário de ser também mais um subsistema distinto dos demais, a cultura no sentido de metáfora enraizada permeia todos os processos organizacionais é, constantemente, refletida nas estruturas formais, nos planos estratégicos e nos sistemas administrativos, só para citar alguns exemplos (SMIRCICH, 1983a; ALVESSON, 2002).

De modo mais geral, como está representado no quadro 1, dois são os campos de estudo da cultura como variável, o campo da gestão comparativa e o campo da cultura corporativa. Já no que se trata à cultura como metáfora, é possível destacar três correntes de pensamento, mais especificamente: (i) cognição organizacional; (ii) simbolismo organizacional; (iii) processos inconscientes (SMIRCICH, 1983a).

Cultura	Campos de estudo	Caracterização
Como variável	Gestão comparativa	- Investigações sobre a influência que as diferenças em valores culturais têm sobre as práticas organizacionais - Um dos maiores expoentes dessa linha de pesquisa é Hofstede (1984)
	Cultura corporativa	- Cultura como mais um dos elementos passíveis de serem gerenciados no âmbito das organizações - Cultura como variável chave em processos de adaptação e desenvolvimento organizacionais - Schein (1992; 2007) é um dos principais pesquisadores que adotam esta perspectiva
Como metáfora	Cognição organizacional	- Define-se cultura como um conjunto de conhecimentos partilhados
	Simbolismo organizacional	- A cultura representa um sistema de símbolos e significados partilhados - Campo de estudo influenciado pelo antropólogo Geertz (1989)
	Processos inconscientes	- A cultura é entendida como sendo a expressão de processos psicológicos e inconscientes - Corrente de pensamento que tem suas origens na antropologia estrutural

Quadro 1 – Cultura como variável e cultura como metáfora
Fonte – Elaborado pela autora a partir de Smircich (1983a)

Hofstede (1984) ganhou reconhecimento realizando pesquisas na linha do que Smircich (1983a) chamou de gestão comparativa, a linha que integra os estudos acerca da

influência que as diferenças em valores culturais dos países tem sobre o feitio das práticas e atitudes gerenciais nos mesmos. O autor define cultura como uma espécie de programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou sociedade em relação a outros. A cultura é refletida nos significados que as pessoas atribuem a vários aspectos da vida, na sua maneira de olhar o mundo e no seu papel no mesmo, nos seus valores, em suas crenças coletivas e nas suas expressões artísticas. Poder-se-ia dizer que a cultura reside nas mentes das pessoas, tornando-se cristalizada nas instituições e produtos tangíveis de uma sociedade, os quais, por sua vez, tendem a reforçar ainda mais os programas mentais. O ato de gerir está fortemente relacionado ao contexto cultural típico de uma coletividade, sendo impossível coordenar as ações das pessoas sem uma profunda compreensão de seus valores, crenças e expressões.

Quando a atenção se volta para o campo da cultura corporativa, em que a cultura se manifesta como variável-chave em processos de adaptação e desenvolvimento organizacional, o destaque fica para Schein (1992), que admite ser a cultura um padrão de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou aprendeu com o objetivo de enfrentar seus problemas de adaptação externa e integração interna. Tais pressupostos básicos, por terem cumprido a contento sua função de apoio ao se lidar com algum problema, são considerados válidos e, por decorrência, são ensinados aos novos membros como a maneira *correta* para perceber, pensar e sentir.

Influenciando o comportamento dos indivíduos e, como consequência, a maneira pela qual os fenômenos são percebidos, a cultura de uma organização, segundo o que foi estabelecido por Schein (1992; 2007), compõe-se por três níveis ou, mais precisamente, pelos artefatos, valores esposados e pressupostos básicos que, respectivamente, são organizados de forma a contemplar, desde os elementos e/ou fenômenos visíveis e mais tangíveis, até aquelas manifestações culturais implícitas e profundamente incorporadas ao contexto organizacional. Os artefatos, fáceis de observar, mas difíceis de decifrar, incluem elementos como arquitetura (*layout*), produtos e tecnologias, mitos, rituais e histórias da organização, linguagem, maneiras de vestir características dos seus membros. Os valores esposados podem ser entendidos, de maneira genérica, como sendo as justificativas para os cursos de ação tomados, o motivo de determinados comportamentos. E, no nível mais profundo, encontram-se os chamados pressupostos básicos, que são aquelas crenças e certezas aprendidas em conjunto, que são compartilhadas e admitidas como corretas à medida que a organização obtém êxito na consecução de suas atividades.

Como mencionado há pouco, circunscritos, em sua maioria, ao campo de influência teórica e metodológica do paradigma interpretativista, os estudos que abordam a cultura como metáfora podem encerrar características atinentes a três campos de estudo, a saber: (i) cognição organizacional; (ii) simbolismo organizacional; (iii) processos inconscientes (SMIRCICH, 1983a).

As pesquisas que se acham no campo temático da cognição organizacional baseiam-se na ideia de que a cultura é um conjunto de conhecimentos partilhados, isso porque é declarado que as organizações são construídas mediante empreendimentos cognitivos sujeitos à constante redefinição. Quais são as estruturas de conhecimento em operação no contexto organizacional, ou ainda, quais são as *regras* ou *scripts* que orientam a ação em tal contexto, surgem como dois exemplos de questionamentos nessa linha cognitiva (SMIRCICH, 1983a).

Os teóricos do campo de estudo intitulado simbolismo organizacional se amparam no pressuposto de que as organizações são, de maneira geral, padrões de discursos simbólicos e, por conseguinte, a cultura representa um sistema de símbolos e significados partilhados. Ainda nessa perspectiva, o importante seria a compreensão do modo como os indivíduos interpretam e entendem suas experiências e, principalmente, como o teor dessa interpretação e desse entendimento se transfere para as ações (SMIRCICH, 1983a). Geertz (2008), antropólogo cujas ideias se aproximam da escola antropológica americana (CAVEDON, 2003), influenciou, em grande medida, o desenvolvimento do simbolismo organizacional. Como é explicitado nas palavras do próprio Geertz (1989, p. 15):

> [...] acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Existem também os trabalhos de pesquisa em que a cultura é definida como expressão de processos psicológicos e inconscientes. Nomeado *processos inconscientes* ou, ainda, abordagem psicodinâmica, é um ramo da cultura como metáfora que sofreu forte influência do antropólogo Lévi-Strauss. Nos domínios dessa vertente, cujas origens estão na chamada antropologia estrutural, as formas e práticas organizacionais são frutos dos processos inconscientes da mente humana, isto é, o que é manifestado de maneira consciente e, por vezes, concreta, é uma projeção do que foi processado e/ou construído de maneira inconsciente (SMIRCICH, 1983a).

Ao analisar as características dos estudos da cultura como uma metáfora, Freitas (2007) assevera que, geralmente, as abordagens estão mais voltadas para o esquadrinhamento de aspectos conceituais e políticos no meio organizacional. Poder, controle social e ideológico, construção de vínculos e formação da imagem, são conteúdos recorrentes.

Smircich, em 1983, expõe, tendo em vista as pesquisas até então empreendidas, duas formas de olhar para o fenômeno cultura, ao passo que Alvesson e Berg, em 1992, destacam cinco. Os referidos autores fizeram alguns apontamentos acerca do modo como a cultura era abordada na teoria organizacional e, dentre esses apontamentos, está a proposição de cinco convenções que se subdividem em doze perspectivas, como está evidenciado no quadro 2.

Convenção	Perspectiva	Caracterização da perspectiva
Cultura	Cultura corporativa	Baseada na noção de que a cultura pode ser mensurada, dirigida e controlada, e de que a mesma pode ser utilizada a fim de atender a determinados objetivos organizacionais
	Sistema de valores e crenças	Estuda as ideias comuns ou os pressupostos básicos que sustentam dada coletividade
	Cognitivismo cultural	Cultura como um conjunto, amplamente partilhado, de formas de conhecimento e de resolução de problemas
	Sistemas de símbolos (artefatos culturais)	A cultura apresenta-se como um sistema todo coeso de símbolos
Construção de significado	Organizações como significados compartilhados	Investigar a cultura sob esta perspectiva requer a consideração das formas como os indivíduos se enxergam no contexto organizacional e interpretam os vários processos que o delimitam
	Organizações como construções e desconstruções de significados	Cultura, nos moldes do que é estático e orientado para o consenso, é devidamente rejeitada neste campo de estudo, sendo priorizada a atenção para os aspectos políticos e sua relação com a construção da realidade
Ideologia	Ideologia corporativa	Sistema de valores que ordena, de maneira positiva e é orientada para o consenso, a realidade na organização
	Ideologia política	Perspectiva mais crítica da convenção ideologia; identifica as organizações como construídas sob um emaranhado de conflitos e interesses
Psicodinâmica	Fantasias partilhadas	Concebe, a partir de alguns conceitos freudianos, a cultura como um resultado de projeções que os indivíduos fazem
	Cultura como arquétipo	Baseando-se no pensamento junguiano, a cultura é investigada a partir da análise dos arquétipos sociais e das profundas estruturas simbólicas
Simbolismo	Particularismo simbólico	Cultura é um conjunto de símbolos que parece independente e desconectado dos padrões simbólicos mais amplos
	Universalismo simbólico	A organização, que é vista como cultura, é um todo simbólico que interage com outras unidades simbólicas

Quadro 2 – Convenções e perspectivas para o estudo da cultura
Fonte – Elaborado pela autora a partir de Alvesson e Berg (1992)

Explicando de modo mais detido, convenções funcionam como *escolas teóricas* que se constituem por conjuntos de principais conceitos e estruturas de referências compartilhadas pela comunidade científica. As chamadas perspectivas indicam, por seu turno, conteúdos mais

precisos das tais convenções ou, em outras palavras, perspectivas podem ser definidas como as nuances das cinco principais abordagens da área, as quais são: (i) cultura; (ii) construção de significado; (iii) ideologia; (iv) psicodinâmica; e (iv) simbolismo.

A primeira convenção, cultura, envolve quatro diferentes perspectivas, que se denominam: (i) cultura corporativa; (ii) sistema de valores e crenças; (iii) cognitivismo cultural; e, (iv) sistemas de símbolos (artefatos culturais). Duas dessas perspectivas, cognitivismo cultural e sistema de símbolos, podem exibir, à primeira vista, uma similaridade com as vertentes que se baseiam no raciocínio da cultura como metáfora. Entretanto, é preciso não se enganar: usual em todas essas perspectivas categorizadas por Alvesson e Berg (1992), nessa convenção, é a consideração de que cada uma nomeia cultura como um subsistema das organizações. Melhor seria dizer ainda que, nos domínios de cada perspectiva, existe variação no que diz respeito à orientação funcionalista – umas são mais, outras menos, mas todas são funcionais.

Em cultura corporativa, como exposto por Smircich (1983a), o aspecto instrumental da cultura assume predominância. O que é decorrente desse pressuposto instrumental é a noção de que a cultura pode ser mensurada, dirigida e controlada, ações que, por vezes, aludem ao que se chamaria de *engenharia cultural* ou *design cultural* (ALVESSON; BERG, 1992).

O foco dos pesquisadores que estabelecem a cultura como um sistema de valores e crenças está nas ideias que são comuns em dada coletividade, naquelas ditas estruturas profundas da organização (ALVESSON; BERG, 1992). Schein (1992), quando fala de pressupostos básicos, oferece um exemplo do que é central nessa abordagem.

Cognitivismo cultural proporciona elementos que permitem comparar cultura de uma organização com uma espécie de mente corporativa. Explicando com outras palavras, cultura é um sistema cognitivo, um conjunto de formas de conhecimento e de resolução de problemas. Esse conjunto amplamente partilhado dentro de uma organização constitui, portanto, um agrupamento de regras e princípios norteadores do modo como os indivíduos processam suas ações, comportamento, emoções, relacionamentos. Cultura, nessa perspectiva, ao estar relacionada com mapas cognitivos coletivos e *scripts* corporativos, integra uma concepção de arcabouço necessário para o mútuo entendimento, a emergência de cooperação (ALVESSON; BERG, 1992).

A cultura também pode ser um *sistema de símbolos ou artefatos*, como é delineado na quarta perspectiva. As organizações, segundo tal enfoque, são sistemas de expressão em que as ações, estruturas, manifestações materiais ou não, encontram certa *concretude* em algumas formas simbólicas. A diferença dessa perspectiva com as vertentes da convenção simbolismo,

que será descrita posteriormente, é que os teóricos daquela primeira acreditam que o sistema de símbolos forma um todo coeso, o qual é ainda nitidamente delimitado pelo ambiente. Além disso, os símbolos se apresentam subordinados à cultura, são meros componentes de uma cultura, o que ocorre de maneira diversa quando se trata da convenção simbolismo, em que os símbolos (e, o sentido a eles dado) são os verdadeiros protagonistas da história. Ou como disseram Alvesson e Berg (1992), ganham um *status* superior.

Organizações como significados compartilhados e *organizações como construções e desconstruções de significados*, aparecem como as duas perspectivas de outra convenção descrita por Alvesson e Berg (1992), isto é, a *construção de significado*. Analisar as organizações a partir significados compartilhados pressupõe considerar a forma que os membros se enxergam no contexto organizacional e interpretam os vários processos que o preenchem. Não pode ser confundida com a linha de trabalho dos cognitivistas culturais pelo fato de que estes destacam princípios e regras de pensamento que acabam por conferir um caráter sistemático ao que se toma por significado, ao passo que para os pesquisadores da linha agora em discussão, o significado emerge e a interpretações dos fenômenos vai muito além do meramente cognitivo. Como a própria denominação já traz algumas pistas, no contorno da perspectiva *organizações como construções e desconstruções de significados*, a dinamicidade e a contradição subjazem o ato de interpretar o que quer que seja ou que esteja no meio organizacional. Cultura, nos moldes do que é estático e orientado para o consenso, é devidamente rejeitado nesse campo de estudo, sendo priorizada a atenção para os aspectos políticos e sua relação com a construção de dada realidade. Referenciada no que é plural, o que surge das reflexões em tal perspectiva geralmente ressalta o pouco êxito dos que, por assim dizer, tentam gerenciar e controlar os significados dos indivíduos que compõem uma organização.

No que tange à terceira convenção, ideologia, discorre-se sobre duas de suas perspectivas: a ideologia corporativa e a ideologia política. Tanto os autores afeitos à vertente da ideologia corporativa, quanto os à ideologia política acreditam na essência de um sistema de valores que ordena a realidade, as ações levadas a cabo na organização, traçando um modo de funcionamento para esta. O ponto que faz divergirem as duas linhas é o sentido que esse sistema de valores assume. A ideologia é descrita num sentido positivo nos estudos da *ideologia corporativa*, fato contrário quando se trata dos adeptos da *ideologia política*, perspectiva mais crítica da convenção que identificam as organizações como construídas em um emaranhado de conflitos de interesses sendo, por conseguinte, o sistema de valores

utilizado com o intento de legitimizar posições, especialmente, as posições dos grupos dominantes (ALVESSON; BERG, 1992).

A psicodinâmica, nessa categorização de Alvesson e Berg (1992), corresponde a uma convenção na qual a cultura é concebida como um fenômeno relacionado aos aspectos mais primitivos e inconscientes das pessoas. Amparada em muitos conceitos freudianos, está a perspectiva que aborda a cultura como um conjunto de *fantasias partilhadas*, como o resultado das projeções que os indivíduos fazem. Certa marca funcionalista faz-se percebida na medida em que a ideia de fantasia partilhada, seja relacionada com a formação da imagem de um líder ou da identificação com a própria organização, pode aludir à questão de ordem funcional, de algo capaz de desembocar em uma ação previsível. Outra nuance da psicodinâmica é a *cultura como arquétipo*, vertente que se orienta pelo pensamento junguiano e define cultura a partir da natureza atual de arquétipos sociais e das profundas estruturas simbólicas. A investigação da cultura é conduzida sem oferecer destaque aos mecanismos de defesa e projeção, tal como ocorre na abordagem freudiana.

Na última convenção, a do simbolismo, são elencadas duas perspectivas, a do particularismo simbólico e do universalismo simbólico. Quando o estudo do conjunto de símbolos é feito de maneira independente e desconectada de padrões simbólicos mais amplos, está se falando do particularismo simbólico que, com esse enfoque, parece reproduzir alguma influência funcionalista. Em contrapartida, o universalismo simbólico considera a organização um todo simbólico que está em constante interação com outras unidades simbólicas.

Descrever, no âmbito dessa fundamentação teórica, esse esquema classificatório elaborado por Alvesson e Berg (1992) não significa que a posição assumida seja de concordância em relação aos princípios do mesmo. Por exemplo, acredita-se que a caracterização das convenções *ideologia* e *psicodinâmica* mostram-se profundamente reducionistas quando se leva em consideração o sentido que esses dois construtos assumem em seus campos de estudo, respectivamente, na Ciência Política e na Psicologia.

Contudo, de maneira geral, ao ler os trabalhos de Smircich (1983a) e Alvesson e Berg (1992), é possível inferir que os estudos sobre cultura são caracterizados então pela multiplicidade, tanto de conceitos, quanto de métodos: nem tudo é o que parece ser. Tal inferência não se aplica, pois, apesar das inúmeras abordagens que se fazem presentes, ficando a hegemonia por conta da concepção funcionalista. Trata-se de cultura e dos elementos que a ela estão relacionados de modo a priorizar aspectos técnicos e descritivos, na maioria das vezes, com a condição de que estes conservem sua utilidade nos diagnósticos e processos de mudança organizacional, de planejamento estratégico, de elaboração de políticas

de recursos humanos, processos que, sobretudo, têm uma razão maior de ser, isto é, a de propiciar o *adequado* funcionamento organizacional, traduzido, para a linguagem das organizações com objetivos de lucro, como diferencial competitivo e rentabilidade monetária crescente (AKTOUF, 1994; FREITAS, 2002).

Um viés manipulador perpassa essa noção funcionalista (também conhecida como noção gerencialista), na medida em que o tentar controlar e gerenciar a cultura a destitui de um sentido de realidade vivida, edificada na espontaneidade, resultado das experiências subjetivas dos indivíduos. Na visão de Aktouf (1994), a despeito de ser associada ao funcionalismo de Malinowski, antropólogo que apregoava uma coordenada relação entre cultura e os demais componentes de uma sociedade, a versão funcionalista de cultura apropriada pela Administração passa ao largo da essência contida na tal escola da Antropologia Social. Na tradição antropológica, o que está em jogo é um pensamento sistêmico e pluridisciplinar, sendo que, na transposição para o contexto gerencial, o que vigora é um utilitarismo estreito, meras derivações de um *how-to*, em que as *ferramentas* são os mitos, os ritos, os credos, as cerimônias.

O que é apontado por Aktouf (1994) e também por Morgan (1996) e Freitas (2007), é que, no geral, houve uma transposição e apropriação indevidas de elementos atinentes à cultura no campo da Antropologia para o campo da Administração. No âmbito das organizações, cultura passou a ser entendida como uma espécie de panaceia para (quase) todos os problemas de gestão, o que, em maior ou menor grau, acabou por comprometer a elaboração de um corpo teórico com discussões robustas sobre cultura no meio organizacional. Para Cavedon (2010), a maioria dos trabalhos, seja os de pesquisa, seja até mesmo os de consultoria, é construída sob uma base frágil no sentido de que não reconhecem e, muito menos, problematizam a interdisciplinaridade envolvida no conceito de cultura.

Aktouf (1994) acredita que investigar a cultura é tratar da interdependência entre história, estrutura social, condições de vida e experiências subjetivas das pessoas. A cultura é conformada por elementos que se acham em contínuas relações dialéticas, elementos que, em certa medida, estabelecem a ligação entre o imaterial e o material. Por encerrar esse feitio, a cultura não deve ser estudada e/ou tratada de maneira trivial, como algo que pode ser isolado, mensurado e modificado ao *gosto do cliente*.

Talvez até por influência do tal utilitarismo estreito, mencionado por Aktouf (1994), não é surpresa se deparar com estudiosos e consultores que *autonomizam* o conceito de cultura, isto é, não atentam para fenômenos mais amplos, desconsiderando o fato de que as

organizações são grupamentos inseridos na sociedade e que, portanto, estabelecem relações recíprocas de influência (FREITAS, 2002).

3.3 Cultura ou culturas nas organizações?

Nesta dissertação, assume-se uma posição contrária aos trabalhos sustentados pelo viés funcionalista (ou gerencialista). As reflexões desenvolvidas se apoiam em bases teórico-metodológicas receptivas à ideia de que a organização em si é um fenômeno cultural criado e mantido socialmente. Nesse caso, a cultura assume o sentido de algo que se desenvolve no decorrer das interações, não é algo imposto sobre uma situação social seguindo as mais novas tendências de gestão (MORGAN, 1996). A análise das organizações como culturas apresenta-se como um complexo esforço interpretativo, isso porque, grosso modo, é necessário que o pesquisador procure *enxergar com os olhos dos membros da organização*, que apreenda o significado e o sentido que diferentes ações, objetos, eventos, expressões, têm para indivíduos diferentes (SMIRCICH, 1983b).

É preciso, contudo, problematizar esse conceito de cultura como fenômeno socialmente construído. Sabe-se que os indivíduos desempenham papel ativo na construção social da realidade, como é sustentado na obra de Berger e Luckmann (2004). É importante, nesse sentido, evidenciar o que foi lembrado por Morgan (1996, p. 144): "[...] todos constroem ou representam realidades, mas não necessariamente sob circunstâncias de sua própria escolha". Os atores envolvidos delineiam suas ações para públicos diferentes e a partir de espaços sociais distintos.

Semelhante assertiva proferida por Morgan (1996) serve como um mote adequado para introduzir a discussão acerca das três perspectivas que podem ser utilizadas logo que a tarefa mostra ser o estudo da cultura no meio organizacional. De certa maneira, tal como foi dito para o que se apresentou de Smircich (1983a) e Alvesson e Berg (1992), a integração, a diferenciação e a fragmentação seriam *formas de olhar* para os aspectos culturais das organizações.

A palavra *integração*, na perspectiva da integração, não é usada sem motivo, pois já explicita a essência do modo como a cultura é entendida. As manifestações culturais são regidas pela consistência e pelo consenso, todos os membros da organização partilham das mesmas significações. No reino da integração, não há lugar para a ambiguidade, para a incerteza, pois os elementos de que se precisa, sendo eles valores, crenças, mitos, ritos, entre

outros, que sofrem variação dependendo do autor, conformam uma cultura homogênea, harmônica, única. Frequentemente chamada de *engenharia de valor* por remeter à ideia de criação de culturas que levariam ao melhor desempenho organizacional, tal perspectiva é representada pelas metáforas do holograma (qualquer fragmento incorpora o que há de importante no todo), do monólito, da claridade em uma selva. Poder-se-ia dizer que insistir no fato de que todos os membros de dado grupo social estariam unidos por uma espécie de *cola*, de *cimento* atende aos interesses daqueles responsáveis por compor o *discurso da organização* (MARTIN, 1992; MARTIN; FROST, 2001).

Contudo, como bem salienta Aktouf (1994, p. 51), "[...] uma cultura não significa necessariamente unidade, homogeneidade ou monolitismo". Em outros termos, a cultura, como um conjunto de significações e/ou representações oriundas das interações sociais, pressupõe a consideração do que é plural e, não apenas, do que se convencionou interpretar como padrão em determinada coletividade. Aliás, os sujeitos de uma coletividade têm modos de pensar e de agir que são peculiares, os quais, em decorrência, influenciam a conformação das relações concreto-econômicas, sociais e simbólicas, todas relações que aludem ao que Aktouf (1994) concebe como cultura; todas relações que, muitas vezes, são ambíguas e contraditórias.

A diferenciação, por sua vez, é uma perspectiva que desafia, *em partes*, o modo integrativo de analisar a cultura. Coloca-se em evidência a expressão *em partes* porque os teóricos que tomam por base os conceitos da diferenciação admitem a existência de inconsistências no que se refere às manifestações culturais; mas tais inconsistências existem somente para além das fronteiras de um determinado grupo. Mais precisamente, nessa perspectiva ainda existe consenso, ainda existe um conjunto de significações partilhadas dentro dos grupos que se formam no contexto da organização. O consenso não se estende para a organização como um todo; ele está contido nos *pequenos grupos* ou no que comumente se denomina *subculturas*. Ilhas de claridade em uma selva de ambiguidades, esta é a metáfora utilizada para ilustrar o que permeia essa perspectiva, a qual traz contribuições no sentido de analisar as dinâmicas dos jogos de poder, dos conflitos de interesses entre os grupos de uma organização (MARTIN, 1992; MARTIN; FROST, 2001).

Já o foco nas ambiguidades e a complexidade no relacionamento entre as manifestações culturais, em suma, caracterizam a perspectiva da fragmentação. A ambiguidade, que desponta quando coexistem múltiplas explanações acerca de um fenômeno que o tornam plausível, é colocada em primeiro plano, ao invés de ser excluída do âmbito organizacional ou canalizada fora dos pequenos grupos. O consenso não abrange toda a

organização, nem ao menos uma determinada subcultura. O consenso, nesse caso da fragmentação, encerra natureza transitória e é específico e referente à certa questão, o que engendra a produção de pequenas afinidades entre os indivíduos, afinidades que tão logo serão substituídas. Daí a metáfora da rede ser pertinente nessa perspectiva, pois os indivíduos seriam os nós da rede, interligados a alguns, mas não a todos os nós da rede. A comparação com uma selva, lugar de inúmeros elementos pouco conhecidos é, também, adequada (MARTIN, 1992; MARTIN; FROST, 2001).

As chamadas perspectivas de diferenciação e fragmentação (MARTIN, 1992; MARTIN; FROST, 2001) parecem entrar no campo de estudos sobre a cultura representando o que se denominaria *discursos de resistência*, cumprindo, por decorrência, um papel de romper com o ideal unificador que sustenta a visão integrativa de compreender o simbólico nas organizações. Assim, quando da realização de pesquisas, poder-se-ia indicar a melhor ou *mais útil* perspectiva? Temerário seria esse apontamento, principalmente, tendo em vista o que foi afirmado por Martin e Frost (2001, p. 235).

> Está implícita na estrutura das três perspectivas a suposição de que esses pontos de vista sociocientíficos são impostos, subjetivamente, no decorrer do processo de coleta e interpretação de dados culturais. Frequentemente, uma das perspectivas chamada de ponto de vista "da casa" pode ser facilmente reconhecida pelos membros e pesquisadores culturais, enquanto as duas outras são mais difíceis de ser acessadas. Portanto, é ilusório supor que determinada organização apresenta uma cultura caracterizada por uma dessas três perspectivas. Pelo contrário, qualquer cultura, em qualquer época, apresenta aspectos similares. As três perspectivas.

O caminho seria, talvez, a consideração da base conceitual das três perspectivas, assim como fez Cavedon (2000) ao conduzir, em duas universidades, um estudo cujo objetivo era compreender as significações que diferentes grupos (alunos, professores e funcionários) tinham em relação à instituição a qual pertenciam. Em cada um dos dois espaços organizacionais, um achado importante, isto é, a presença de aspectos atinentes à integração, diferenciação e fragmentação. Deparou-se com uma significação dominante, com significações partilhadas por indivíduos de um mesmo grupo, e aquelas que eram comuns aos indivíduos independentemente do seu grupo de origem.

Carrieri e Leite-da-Silva (2010) firmam o uso das três perspectivas a fim de compreender a configuração da cultura nas organizações ou, melhor dizendo, compreender as culturas na organização. É preciso atentar para o termo cultura que aparece no plural. A explicação é simples. Os indivíduos compõem sua realidade a partir de peculiaridades de um tempo e de um espaço; são indivíduos historicamente constituídos. Ao estabelecer interações

em diferentes contextos sociais, os indivíduos acumulam um tipo de bagagem cultural com elementos oriundos do processo de construção de cada realidade. Logo que são inseridos no contexto organizacional, os indivíduos não aparecem de *mãos vazias*, trazendo consigo suas próprias bagagens culturais, fazendo das organizações um mosaico cultural, um conjunto de aspectos que, não obstante se relacionarem e se intercruzarem, não constituem algo homogêneo. Por isso, a defesa da existência de culturas e não de uma cultura apenas.

A alusão a um mosaico a fim de representar a complexidade dos fenômenos culturais também já tinha sido apresentada por Morgan (1996, p. 131). Segundo o referido autor, "[...] nas organizações existem frequentemente sistemas de valores diferentes que competem entre si e que criam um mosaico de realidades organizacionais em lugar de uma cultura corporativa uniforme". O que exatamente constituiria esse mosaico cultural? No curso deste texto, não foram poucas as vezes em que se fez menção aos elementos que conformam as múltiplas culturas sem, contudo, desfiar suas características, os aspectos que possibilitam a identificação de tais componentes. Assim, recorre-se a Trice e Beyer (1984)[17], bem como a Freitas (2007) a fim de realizar, na seção a seguir, uma explanação sobre crenças (ou pressupostos), valores, ritos, rituais, cerimônias, sagas, herois, estórias, lendas, tabus, normas.

3.4 Os elementos culturais

Em primeiro lugar, as crenças, também referenciadas pelo termo *pressupostos*, expressam algo que não é admitido como natural, não é questionado nem discutido na organização, ou seja, o que é tido como verdade na organização (FREITAS, 2007).

Representando o coração das culturas, os valores indicam os aspectos que concorrem para a definição de sucesso em dado contexto. Um conjunto de valores desponta como se fosse um norteador dos comportamentos no cotidiano, na medida em que a escolha dos valores defendidos já denota alguns padrões que devem ser alcançados (FREITAS, 2007).

---

[17] Não se desconhece a orientação funcionalista do trabalho de Trice e Beyer (1984), orientação esta diversa à que sustenta os aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos da presente pesquisa. Entende-se, porém, que a forma de *olhar* para esses elementos culturais é que denotaria a consideração da cultura como variável, cujas investigações se amparam em pressupostos gerencialistas e, logo, instrumentais e homogeneizantes das significações culturais. Ou, por outro lado, da cultura como metáfora, vertente que se apoia em bases interpretativistas, o que possibilitaria o reconhecimento das múltiplas significações culturais. Nesta pesquisa, admite-se que, em uma organização, esses elementos culturais conformam inúmeras significações, as quais delineiam a ideia de consenso ou coesão mas, principalmente, indicam a existência de dissenso ou ambiguidades.

Sobre o que concerne ao rito, Trice e Beyer (1984) destacam o seu caráter de atividade planejada que consolida diversas formas de manifestações culturais em um único evento. Fundamentalmente baseada na interação social, a condução de um rito tem lastro em objetivos diferentes, a depender, portanto, do tipo considerado, se é um rito de passagem[18], de degradação[19], de reforço[20], de renovação[21], de redução de conflitos[22], de integração[23]. Um ritual, segundo os autores citados anteriormente, seria um conjunto de técnicas e comportamentos capaz de *controlar* e/ou amenizar ansiedades.

Sendo um conjunto de ritos em torno de determinada ocasião ou evento (TRICE; BEYER, 1984), as cerimônias são vislumbradas a partir de seu perfil mais exclusivo, mais elaborado e mais solene (FREITAS, 2007).

Uma saga, por seu turno, assume a forma de uma narrativa imbricada de termos heroicos, a respeito das realizações de um grupo e de seus líderes (TRICE; BEYER, 1984). Ligado às sagas está, portanto, o conceito de heroi, indivíduo que personifica os valores organizacionais e, como consequência, atua no sentido de fornecer um modelo de comportamento aos demais indivíduos (FREITAS, 2007).

Embasadas em eventos reais, as histórias são as narrativas que funcionam como mapas e *scripts* indicando os comportamentos adequados no ambiente organizacional. As estórias realizam uma espécie de divulgação dos valores adotados, do modo como, comumente, as coisas são empreendidas pelos grupos (FREITAS, 2007).

Muito similares às sagas e às estórias, as lendas são citadas por Trice e Beyer (1984) como narrativas sobre dado aspecto do cotidiano, mas que foram *embelezadas* com instigantes detalhes ficcionais.

---

[18] Representa a transição dos papéis sociais exercidos pelas pessoas. Nas organizações, acontece, por exemplo, quando da realização do treinamento introdutório, o indivíduo passa a fazer parte do contexto organizacional, ou então, passa a desempenhar uma atividade diferente, que o coloca em um *status* diferente (TRICE; BEYER, 1984).

[19] É um tipo de rito que representa a quebra de identidades sociais. Processos de demissão se inserem como exemplos (TRICE; BEYER, 1984).

[20] Reconhece o esforço dos indivíduos no desempenho de seus papeis, estabelece a *premiação* dos comportamentos tidos como corretos (TRICE; BEYER, 1984).

[21] Modifica as estruturas sociais a fim de melhorar seu funcionamento. A execução dos projetos de desenvolvimento organizacional é um bom exemplo (TRICE; BEYER, 1984).

[22] Como a própria expressão já sugere, é um tipo de rito calcado no objetivo de reduzir os possíveis conflitos e, assim, alcançar e manter o equilíbrio nas relações sociais (TRICE; BEYER, 1984).

[23] Suscita nos indivíduos uma noção de pertencimento a uma dada coletividade. Festas de fim de ano, promovidas na organização, pode servir como exemplo (TRICE; BEYER, 1984).

Se os valores representam as formas de pensar e agir sancionadas e tomadas como corretas por um grupo, Freitas (2007) afirma que os tabus emergem numa via oposta, como sendo o que é considerado proibido em determinado meio social. Nomeiam-se tabus, "[...] temas que causam constrangimentos, erros que envergonham, segredos que devem ser mantidos guardados, comportamentos pouco habituais ou perversos, decisões catastróficas, preconceitos e discriminação em relação a assuntos ou segmentos específicos [...]" (FREITAS, 2007, p. 27).

A leitura do que permeia as normas ou regras também se mostra importante na consecução na busca de um entendimento sobre as dinâmicas que sustentam uma organização. Sendo tácitas ou explicitas, as normas assinalam os procedimentos ou comportamentos classificados como o padrão, o certo. Não é sem motivo que a delimitação do conjunto de normas é precedida das escolhas referentes ás crenças e aos valores. Aliás, não há relação apenas entre crenças, valores e normas; todos os elementos culturais estão, de certa forma, interligados.

4 LUGARES

E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
– Lá sou amigo do rei –
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada.
Manuel Bandeira

Em uma das seções do capítulo precedente, falou-se das organizações como culturas. Agora, neste capítulo, defende-se, em linhas gerais, a compreensão das organizações como lugares. Ademais, busca-se apresentar os elementos que estão implicados na construção das distintas noções a respeito dos construtos de espaço e lugar (ou espaço social).

4.1 O lugar nas organizações: alguns apontamentos

O lugar, sítio das espacialidades humanas, sustenta-se no cotidiano, realidade social marcada pelos traços do presente e da história, o que pode colocar o ser humano diante do desamparo, mas que, ao mesmo tempo, pode lhe fornecer algo para refazer, para re-juntar, no con-texto, suas fragmentações na história e nas geografias propriamente ditas (VALADARES, 2000).

Não obstante a adoção da concepção de lugar permitir uma compreensão acerca da processualidade que demarca as ações e relações dos sujeitos nas organizações (e, portanto, da dinâmica que movimentam estas últimas), pode-se dizer que ao lugar quase sempre foi atribuído um *lugar* de pouca relevância na composição dos estudos empreendidos na área de Administração e de muitos outros campos do conhecimento. Sobre essa espécie de negligência no que tange aos debates e avanços teóricos sobre o conceito, Foucault (1992) busca explicação citando apenas um aspecto relacionado aos rumos tomados pelo discurso dos filósofos em meados do Século XVIII. Nessa época, as descobertas da física teórica e experimental contribuíram para que se tornasse imperativa, no âmbito da Filosofia, a problemática do tempo em detrimento da ideia de continuar a produzir trabalhos de cunho filosófico sobre uma política sistemática dos espaços. Destarte, corroborando uma

desqualificação correlata do espaço, este, por vezes, passou a incorporar um sentido de algo morto, imóvel e inerte (FOUCAULT, 1992).

Com o intento de investigar o modo como a produtividade do trabalhador seria afetada pelas condições do ambiente físico, mais precisamente pelos níveis de iluminação do ambiente, Elton Mayo é frequentemente, apontado na literatura como um dos primeiros estudiosos, no contexto das Ciências Humanas e Sociais, que se dedicaram, mesmo que indiretamente, à temática do lugar[24] (DASKALAKI; STARA; IMAS, 2008). A abordagem de Mayo acerca do lugar fica mais próxima de uma concepção racional e natural, cujos pressupostos ainda estão enraizados em certo utilitarismo, seguindo ditames de um imperativo econômico que lembra fortemente a administração científica de Frederick Taylor. Nessa linha de raciocínio, o que fica em voga é o impacto determinístico de aspectos físicos ou não (interações entre as pessoas) sobre a produtividade dos indivíduos no ambiente organizacional, isto é, este último é interpretado como algo unidirecional, pois se coloca o lugar como constituído ou pelos aspectos físicos ou por aspectos sociais.

O entendimento do espaço a partir de preceitos estritamente racionais difere, todavia, da perspectiva que admite ser o lugar uma categoria construída socialmente, isto é, os aspectos simbólicos, as sensações evocadas, os pensamentos, as memórias, as experiências vivenciadas pelos atores sociais é que despontam como os elementos constituintes de um espaço social delineado. O destaque aqui é conferido para o fato de que o lugar não é apenas *usado*, mas construído quando da inter-relação dos artefatos físicos e respostas emocionais dos indivíduos, construção esta que pode reforçar ou divergir de alguns aspectos pré-concebidos, já determinados (CAIRNS; MCLNNES; ROBERTS, 2003; DASKALAKI; STARA; IMAS, 2008).

[24] Apesar de Daskalaki, Stara e Imas (2008) não terem feito menção à Bentham, não se ignora aqui a importância de suas formulações a respeito do panóptico, figura arquitetural que encerra o princípio de organização de unidades espaciais de modo a fazer funcionar uma vigilância total e irrestrita dos comportamentos dos sujeitos. No centro, instala-se uma espécie de torre vazada por largas janelas que se abrem para a parte interna de uma construção em anel, divida em inúmeras celas. Assim, diz Foucault (1977, p. 178) que "[...] no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto". Tal é a configuração básica do panóptico, dispositivo que contribuiria, logo, para a formação de um estado de consciência sobre a existência de uma vigilância contínua, e que, para Foucault (1977), automatiza e desindividualiza o poder.

Embora autores como Daskalaki, Stara e Imas (2008) e Cairns, McInnes e Roberts (2003) estabeleçam que, no campo dos estudos organizacionais, as pesquisas sobre o lugar estão circunscritas aos domínios das premissas teóricas e metodológicas de dois paradigmas, o funcionalismo[25] e o interpretativismo[26] (ou construcionismo), Taylor e Spicer (2007) consideram que a abordagem da temática ainda encerra caráter bastante fragmentado. As contribuições teóricas fornecidas acabam, em sua maioria, por denotar pouco valor heurístico, principalmente pelo fato de os estudos analisarem os espaços como categorias separadas, descoladas dos outros fenômenos comumente tratados nas investigações (TAYLOR; SPICER, 2007). Seriam lampejos daquela visão de espaço como algo morto, inerte e imóvel? Talvez.

Não é, porém, apenas a característica da fragmentação do quadro analítico que poderia compor a descrição das pesquisas sobre o lugar. Já aqui, neste ponto, é preciso reconhecer as controvérsias entre os diversos autores quanto às terminologias que devem ser empregadas ou não. Em linhas gerais, afirma-se que as divergências se agrupam em torno de dois conceitos, quais sejam: lugar (em inglês, *place*) e espaço (em inglês, *space*). Na seção seguinte, expõem-se essas divergências (e, por vezes, similaridades) entre o que os autores chamam de lugar e espaço.

4.2 Lugar é diferente de espaço?

Para Gieryn (2000), Fantinel e Cavedon (2010), Certeau (1998), Augé (1994) e Valadares (2000), o conceito de lugar é diferente, sim, da noção de espaço. Localização geográfica, forma material e ambiente com significado e valor, são as três expressões que Gieryn (2000) utiliza a fim de resumir as características capazes de classificar algo como sendo um lugar. De início, o lugar está localizado, se apresenta como um único ponto no universo, o que permite realizar-se a distinção entre o *aqui* e o *lá*, o *perto* e o *longe*. Em seguida, o lugar, com seus objetos (e/ou artefatos), naturais ou artificiais, chama para a

---

[25] Ver nota de rodapé da página 15.

[26] Adotar, de maneira estrita, o paradigma interpretativista equivale ao reconhecimento da sociedade como um produto da experiência subjetiva e intersubjetiva. Destarte, a realidade é compreendida levando-se em conta o ponto de vista do sujeito participante, isto é, de um sujeito que confere nomes e cria o mundo social. Aqui, a visão da corrente de pensamento conhecida como voluntarismo é imperiosa, isso porque o sujeito é percebido como sendo autônomo e, por conseguinte, livre de quaisquer determinações externas que tangem ao situacional ou ao ambiental. Tal como o paradigma funcionalista, o interpretativismo está calcado em uma concepção de regulação (BURRELL; MORGAN, 1979).

consideração de materialidade. E, por último, é destacado que a nomeação atribuída pelos sujeitos, a identificação que estes conservam com dada localização geográfica e suas formas materiais é que completam a definição de lugar. Parece evidente, pois, a interdependência dos três condicionantes do lugar, sendo que nenhum deles deve sobrepor-se aos outros, não podendo eles ser estratificados como mais ou menos importantes. Construído de maneira contínua, sempre em transformação, o lugar é, basicamente, regido pelos verbos delimitar, nomear, identificar, significar (GIERYN, 2000).

Gieryn (2000) concebe uma diferenciação entre lugar e espaço, dizendo que este se constitui meramente por geometrias abstratas (distância e direção, por exemplo) desprovidas, consequentemente, de forma material, e de significado e valor para as pessoas. Isto é, na ótica desse autor, o lugar aparece como *espaço preenchido* por pessoas, práticas, experiências, objetos e representações. E tal *espaço preenchido* assume grande significância quando se trata de perscrutar o cotidiano organizacional e social na medida em que, ao ser incorporado por memórias, identidades e normas culturais, o lugar possibilita a compreensão das barreiras (e/ou possíveis hierarquias), explícitas ou implícitas, físicas ou não, que norteiam os padrões de ação dos sujeitos em um meio social.

Apesar de as análises no trabalho de Fantinel e Cavedon (2010) terem abarcado um nível mais amplo, o das cidades, vale citar os elementos que, para as autoras, diferenciam um espaço de um lugar. Realidade formada por simples sucessão de traçados é o que se entende por espaço. Quando entra em cena um conjunto de elementos em torno dos quais uma identidade é criada, está se falando de lugar. A diferença entre os dois termos é colocada, diferença que se coaduna, de maneira geral, com a que foi destacada por Gieryn (2000). Todavia, Fantinel e Cavedon (2010) ressaltam que os dois conceitos não devem ser visualizados como duas realidades totalmente opostas pois, na verdade, eles se entrecruzam. Precisamente no momento em que ocorre um processo de atribuição de sentidos e significados ao espaço, este já não é mais espaço, porque se transforma em lugar.

Com uma abordagem divergente em relação às de Gieryn (2000) e de Fantinel e Cavedon (2010), Certeau[27] (1998) define lugar como uma configuração instantânea de posições, uma espécie de ordem que estabelece a distribuição dos elementos nas relações de coexistência, o que implica, por conseguinte, a impossibilidade de duas coisas ocuparem o

---

[27] Valendo-se dos conceitos de estratégia e tática, Certeau (1998) também desenvolve a concepção de lugares de poder, analisando as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos em um contexto. No capítulo referente às instituições totais, apresentamos esses conceitos de estratégias e táticas, entretanto, não abordamos os mesmos, de maneira profunda no trabalho de análise dos dados. Desse modo, no último capítulo desta dissertação, o de considerações finais, essa concepção de lugares de poder ajuda a conformar a agenda de pesquisa que decorre do presente estudo.

mesmo lugar, elas estão situadas cada uma em um lugar *próprio* e apenas podem se posicionar uma ao lado das outras. O lugar, segundo esta visão, é reduzido à lei de um *estar aí*. Por sua vez, o espaço seria uma espécie de *lugar praticado*, isso tendo em vista o fato de que aquele se caracteriza como um conjunto de movimentos, como "[...] efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais" (CERTEAU, 1998, p. 202). Os espaços são especificados pelas ações, pelo movimento constante de sujeitos históricos. Ainda, quando se trata de espaço, são excluídos os critérios de univocidade e de um *próprio* que fundamentam o conceito de lugar.

Certeau (1998) também coloca em pauta a transformação dos lugares e espaços. Nesse ponto, as relações são bidirecionais, isto é, lugares se transformam em espaços e vice-versa. É citada como ilustração uma rua, lugar geometricamente definido, que, à medida que é ocupada e utilizada pelos pedestres, já se classificaria na categoria de espaço.

O lugar nos moldes estabelecidos por Certeau (1998) não é convergente com o que propugna Augé (1994) na definição de lugar antropológico. Augé (1994) explica o lugar antropológico como sendo uma construção concreta e simbólica do espaço, espaço este enredado pelas inúmeras vicissitudes e contradições da vida social. Identitário, relacional e histórico, são os três fundamentos que asseguram a classificação de um lugar para o referido autor. O lugar é identitário pelo fato de incorporar um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições, que suscita um significado para os indivíduos que se encontram em uma espacialidade específica. A natureza relacional do lugar se deve ao fato de se constituir como uma realidade onde as relações, que conservam caráter singular para as partes implicadas, se processam. Por ser um lugar de memórias, um espaço em que a identidade e as relações se conjugam, tornando-se profundamente imbricadas, o lugar antropológico é, em última instância, histórico.

E, no rastro da definição de lugar antropológico, Augé (1994) fala do que compõe, por outro lado, o termo espaço. O lugar antropológico, como se percebe, está atrelado ao sentido inscrito e simbolizado, ao passo que a noção de espaço seria aplicada para nomear as ditas superfícies não simbólicas. Mais abstrato que o conceito de lugar, trata-se do termo espaço para se referir indiferentemente a uma extensão, a uma distância entre dois objetos materiais, ou ainda a uma grandeza temporal, quando se diz, por exemplo, *espaço de uma semana*.

Além dos construtos lugar e espaço, Augé (1994) discorre a respeito de outro conceito: o de não-lugar. É conferida a denominação não-lugar a uma realidade espacial que não pode ser descrita como identitária, relacional e histórica. Basicamente, o não-lugar surge para

corresponder a certos fins, como transporte, trânsito, comércio etc. A relação de uso que os indivíduos mantêm com dado espaço é imperiosa, criando assim uma espécie de tensão solitária, ao contrário, portanto, dos lugares antropológicos que aludem a um social orgânico.

Não-lugar é, no entendimento de Valadares (2000), um silêncio, uma espécie de lugar-nenhum (BENKO, 1994), reconhecido pela ocorrência de um des-aparecimento de tudo que permeia a construção de identidade, cidadania e da nomeação dos (e pelos) sujeitos. Importante afirmar é que seria nessa falta dos vazios espaciais que, muitas vezes, os sujeitos se perceberiam, interna e externamente, como fragmentados, seres originários de um i-mundo, de um tipo de submundo.

Aproveitando o ensejo, é exposto aqui o que Valadares (2000) considera sobre as conceituações de espaço e lugar. Espaço é a palavra designada para fazer alusão ao *onde* se desenvolvem as engenharias e arquiteturas. Pode-se estabelecer que o lugar surge das implicações do convívio. Explicando melhor, o convívio entre os sujeitos pressupõe limites, delimitações, elementos que constituem os diferentes espaços sociais, os quais equivaleriam aos palcos para as *presenças* envolvidas na construção de signos, sinais, símbolos, metáforas e alegorias. A transformação de um espaço em lugar é levada a cabo quando todas essas significações se superpõem à engenharia e à arquitetura. Ponto de encontros e despedidas, sítio de construção de memórias e recordações, o lugar se configura, pois, como um *locus* de surgimento do sujeito, um *locus* em que os limites, os indícios, os limiares ideais, torna-se terreno fértil para o exercício da nomeação.

Fischer (1994) não empreende uma distinção entre espaço e lugar, tal como as que foram realizadas por Gieryn (2000), Fantinel e Cavedon (2010), Certeau (1998), Augé (1994) e Valadares (2000). Aliás, Fischer (1994) utiliza somente o termo espaço e defende ser este sempre uma produção social. Acredita-se que a contribuição principal do autor reside em apresentar conceitos que ampliam as possibilidades de entendimento e discussão acerca do campo de pesquisas atinente aos espaços organizacionais.

"A organização repousa sobre um modelo de racionalidade da qual podemos dizer que racionaliza os lugares neutralizando as qualidades sensíveis do espaço" (FISCHER, 1994, p. 90). Tal é a assertiva usada por Fischer (1994) a fim de alegar que o espaço é *o espelho da organização*. Muitos dos princípios desse modelo de racionalidade se concretizam e dão forma, por exemplo, ao *espaço dividido*, *espaço imposto* e *espaço controlado*. Diz-se que as organizações se constituem como espaços divididos tendo em vista o seu caráter de unidade distinta em relação ao meio social mais amplo, conferindo, inclusive, apreciações comparativas sobre o que está *dentro* ou *fora*. O ambiente organizacional é fragmentado

segundo os ditames da especialização das atividades, isto é, localizações, distâncias, relações de vizinhos, repousam sobre o que é conhecido como monofuncionalidade (FISCHER, 1994).

O espaço organizacional é, de certa forma, imposto. Um sistema de atribuição de lugares permite, muitas vezes mediante uma escala social rigorosa, *fixar* categorias de indivíduos em locais definidos, designando, por consequência, os outros lugares acessíveis e os que são proibidos. O lugar é imposto na medida em que cada sujeito é instalado em dado lugar sem que o tenha propriamente escolhido. E essa imposição do lugar, justificada por garantir o *adequado funcionamento* dos processos que envolvem o cotidiano organizacional, acaba por refletir um aspecto significativo, qual seja, o sistema hierárquico, que inscreve os estatutos e funções convergentes à natureza do espaço ao qual o sujeito ocupa (ou, em outras palavras, ao lugar que lhe foi imposto). Dessa maneira, "[...] o espaço organizacional, como todos os outros espaços sociais ordenados, é um espaço político na medida em que ele é o vetor das orientações que o poder lhe imprime" (FISCHER, 1994, p. 91).

O jogo dos espaços na organização, ou em outros termos, a arrumação dos espaços organizacionais revela, por seu turno, a estrutura de vigilância idealizada a fim de se ter o controle sobre aquele que *lá* ou *aqui* está. O espaço, assim, é controlado, mediatiza o funcionamento hierárquico por meio de arrumações, arrumações estas que orientam as vias de circulação, os canais formais de comunicação (FISCHER, 1994).

Tal como Fischer (1994), Baldry (1999) não expõe elementos para diferenciar os termos espaço e lugar. Usa apenas a palavra espaço (*space*) para fazer menção a uma realidade socialmente construída, que incorpora prioridades e valores econômicos e sociais, que representa estruturas de poder, fornecendo, logo, mensagens sobre a hierarquia, o *status* e o comportamento considerado adequado. A maneira pela qual o espaço é estruturado encerra uma mensagem com conteúdo simbólico, implica certa ordem social. E, caso essa ordem imposta seja questionada, o espaço passa a ser descrito, na perspectiva de Baldry (1999), como um *terreno contestado*, realidade permeada pelas contradições e pelos conflitos de interesses.

Baldry (1999) faz ainda considerações atinentes aos espaços generificados, em que dada espacialidade é delimitada pelo que tange às relações de gênero. Com base nisso, determinam-se os espaços dos homens e os espaços de mulheres, o *quanto* daquele espaço cabe ao indivíduo por ser ou não um diferente *da* categoria hegemônica ou até mesmo por ser um diferente *na* categoria ao qual pertence.

De modo análogo, Taylor e Spicer (2007) não se preocupam com possíveis distinções entre os construtos espaço e lugar mas, baseando-se na perspectiva de que os estudos acerca

do espaço organizacional (essa é a expressão utilizada no texto) se encontram profundamente fragmentados, a partir do exame de inúmeras pesquisas, oferecem uma estrutura que sintetiza e integra as três vertentes possíveis na abordagem do assunto. A primeira envolve os estudos do *espaço como distância*. Além dessa linha, existem os estudos que assumem hipóteses atinentes ao *espaço como materialização das relações de poder* e do *espaço como experiência vivida*. Cada uma dessas três categorias contém pressupostos diferentes acerca da natureza do espaço, enfatizando dimensões diferentes do mesmo.

Por exemplo, o foco de análise da abordagem que toma o espaço como distância recai sobre a mensuração da distância entre dois ou mais pontos. Torna-se importante o que pode ser observado, o que é passível de ser mensurado. Aqui, o interessante é o *físico* do espaço organizacional e, partindo da ideia de geometria euclidiana, os pontos considerados, quando se usa o conceito de espaço como distância, podem ser prédios, recursos, clientes, competidores. Nos estudos desse tipo não é incomum, portanto, a predominância de mapas e gráficos relacionando cálculos e medidas (TAYLOR; SPICER, 2007).

Contudo, o que explicaria esse conjunto de padrões de distâncias para além dos cálculos e medidas? A resposta pode ser encontrada nas investigações que tratam o espaço como materialização das relações de poder. A indagação fundamental que marca a consecução dos estudos dessa linha é: por que os espaços são configurados como são? Com regularidade, as investigações realizadas apontam tais espaços como planejados mecanismos de controle, enraizados nas estruturas vigentes de poder e dominação (TAYLOR; SPICER, 2007).

No tocante à terceira abordagem dos espaços organizacionais, o esforço está em compreender, por meio das percepções e experiências dos indivíduos, a maneira como as realidades espaciais são produzidas, como as suas manifestações são compreendidas. A intenção, por exemplo, não é calcular a distância entre as paredes, como acontece na vertente do espaço como distância, mas apreender o sentido que os indivíduos conferem à existência daquelas paredes tal como elas se apresentam no espaço. Logo, os elementos simbólicos, o relato dos indivíduos sobre como eles vivenciam e interpretam as dinâmicas que comportam o espaço, são destacados (TAYLOR; SPICER, 2007). Nessa acepção, o espaço é como se fosse preenchido por significados e presenças, os quais terminam por constituir as identidades individual e social dos sujeitos (BROWN; HUMPHREYS, 2006).

Taylor e Spicer (2007) discutem sobre essas três abordagens e, no fim, recomendam a apreciação dos aspectos que subjazem a cada uma, atentando, principalmente, para a sua inter-relação. Isso fica evidente, inclusive, logo que os dois autores definem o espaço

organizacional como práticas de distância e proximidade que são ordenadas mediante certo planejamento e que, por fim, são interpretadas pelos atores sociais que as vivenciam.

Finda essa visão geral acerca de um campo de estudos edificado em meio a algumas divergências epistemológicas e terminológicas, é chegado o momento de situar a presente pesquisa no campo. Primeiramente, este trabalho é construído a partir da concepção de lugar como um produto social (LEFEBVRE, 1991). Como Lefebvre (1991) indica, o lugar pode ser definido de maneira objetiva, mas também desponta como algo que se manifesta por meio de aspectos mentais ou cognitivos. O autor conclui esse raciocínio salientando o pressuposto de que o lugar (ou espaço social, como está referido em sua obra) nunca é *vazio*, porque incorpora significados para os atores que nele estabelecem (ou estabeleceram) suas ações. O lugar pode ser físico, geográfico, mas é, além disso, uma metáfora para um conjunto de sentimentos, interpretações, memórias dos sujeitos em relação àquela espacialidade.

O que é essencial nessa ideia de lugar como socialmente construído é a possibilidade de coexistirem inúmeros lugares em um único ambiente físico (FLYVBJERG; RICHARDSON, 1998 *apud* RICHARDSON; JENSEN, 2003). Ideia, pois, bastante próxima do conceito de lugar, segundo Taylor e Spicer (2007). Como exposto, o significado que os indivíduos conferem e as experiências vividas frente aos objetos e formas geométricas do espaço, às lutas de poder e aos conflitos de interesses que se processam na realidade espacial, é que marcam a emergência do lugar (TAYLOR; SPICER, 2007).

Ambiente físico carregado de significado, contexto da sobrevida biológica e da existência psicológica, realidade do enraizamento, construído a partir do social e do cultural, todas são expressões de autoria de Chanlat (1996a), mas que igualmente demonstram o *lugar* sob o qual esta pesquisa, na forma de um problema e alguns objetivos, se ampara. A propósito, neste estudo, utilizar-se-á a palavra *lugar* para aludir ao construto ora em voga, sendo a expressão espaço social uma possível equivalente.

No lugar, inscrevem-se e reproduzem-se funções materiais e valores sociais (FISCHER, 1994). Daí ser possível concordar com Chanlat (1996a) e enxergar o processo de ordenamento do lugar como sendo um jogo arriscado e um desafio. Segundo as próprias palavras desse autor:

> [...] um jogo arriscado no sentido de que cada ator (individual ou coletivo) procura, na medida de suas possibilidades, apropriar-se de parte da totalidade através da territorialidade e das relações de poder; um desafio no sentido de que o espaço *concebido* é apenas um possível entre tantos outros, sempre submetido, uma vez realizado, à crítica do espaço *vivido* (CHANLAT, 1996a, p. 108).

O lugar, que emerge a partir de uma dialética entre elementos materiais e de construção simbólica, é um dos pilares da ação humana e, portanto, não é absoluto, não está fechado em si mesmo, não está restrito a limites físicos. Ao contrário, por se configurar como uma arena de interações entre os sujeitos, o lugar incorpora também a relação com outros lugares. Cite-se como exemplo o lugar organização, que pode ser investigado considerando o lugar sociedade, o lugar mundo (CHANLAT, 1996a; SPINK, 2001; RICHARDSON; JENSEN, 2003).

E é, fundamentalmente, por se construir nesse quadro de possibilidades da ação humana, que o lugar não é uma realidade passiva. Na verdade, é um elemento que, de maneira concomitante, estrutura interações, prescreve ações humanas (cabe aquele determinado lugar a determinado sujeito), mas também é por elas modificado. Além disso, o lugar pode ser interpretado a partir de uma lógica de dinamicidade, porque está em contínua transformação (CHANLAT, 1996a; STEPHENSON, 2010).

5 INSTITUIÇÕES TOTAIS

E de repente o resumo de tudo é uma chave.
Carlos Drummond de Andrade

Quais são as características de uma instituição total? E, de modo específico, quais as políticas, práticas, ações, relações que concorrem para a construção da realidade nas prisões, um dos tipos de instituição total? Tais indagações foram objeto de nossas discussões nas seções que compõem o presente capítulo.

5.1 Algumas considerações preliminares

De início, diz-se que uma instituição total, categoria à qual pertencem as organizações prisionais, aparece como sendo o local em que os sujeitos, geralmente em grande quantidade, vivem *fechados*, separados da sociedade mais ampla, tendo sua vida formalmente administrada por considerável período de tempo. Falar de *fechamento*, no âmbito dessas organizações totais, significa fazer alusão ao fato de que o "[...] seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico [...]" (GOFFMAN, 1961, p. 16).

Em uma instituição total, é percebida a ruptura das barreiras que separam todas as esferas da vida de um sujeito. Por exemplo, as atividades de lazer, trabalhar, dormir, as quais, pelo menos em tese, seriam realizadas em diferentes lugares, são realizadas em um mesmo local e sob uma única autoridade. Ademais, todas essas e outras atividades obrigatórias são realizadas, de maneira ordenada e concomitante, segundo os ditames de um "[...] plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição" (GOFFMAN, 1961, p. 18). Não é difícil perceber e admitir, portanto, a adequação da palavra controle no que tange à representação do cotidiano dos sujeitos que vivem em uma instituição total. Controle das necessidades humanas, do modo e do quando serão satisfeitas.

Goffman (1961, p. 22) corrobora essa perspectiva do controle afirmando o seguinte sobre as organizações totais: "[...] são as estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu". Como o leitor já deve ter percebido, tal assertiva apareceu, há pouco, no final da seção anterior, para chamar a atenção para lugares

constituídos por processos de mobilização de subjetividades, por processos que denotam uma espécie de ataques ao eu, de desfiguração e profanação do eu.

Uma primeira mutilação ou desfiguração do eu seria caracterizada pelas próprias barreiras que existem entre o sujeito e o mundo externo, pois acontece uma ruptura no que tange aos papéis desempenhados em sua vida antes de ser um interno de um asilo, de uma prisão. Ocorre o despojamento dos papéis, uma vez que o sujeito é impedido de realizar a sequência de atividades nos horários a que estava acostumado, por exemplo. "Violenta-se a autonomia do ato", destaca Goffman (1961, p. 42). É vislumbrada a perda de decisão pessoal, as mais corriqueiras particularidades que compõem a ação de uma pessoa acabam sendo atreladas aos regulamentos estabelecidos pela equipe dirigente.

Não apenas as ações de uma pessoa, os papéis que ela deve desempenhar ficam sob o jugo dos responsáveis pela condução de uma instituição total. O sujeito, ao ser admitido, é despido de sua aparência usual, perde o que é chamado de equipamento de identidade (ou *estojo de identidade*), ou seja, os artefatos (vestuário e outros objetos pessoais), bem como os serviços capazes de manter a imagem usual que o sujeito tem de si (GOFFMAN, 1961).

Outra forma de mortificação do eu, inclusive, estreitamente relacionada com essa perda do equipamento de identidade, se mostra na forma da chamada exposição contaminadora. Nas instituições totais, os internos são expostos a situações e coisas percebidas como contaminadoras, pois elas não se relacionam aos sentimentos de um eu mantidos no mundo externo. A fronteira entre o sujeito e o ambiente é invadida, "[...] as encarnações do eu são profanadas" (GOFFMAN, 1961, p. 31) quando, por exemplo, há a violação da informação individual, especificamente, quanto às posições sociais e ao comportamento anterior do internado; e, também quando é imposto o contato interpessoal, as relações sociais ao interno, de forma que este "[...] deixa de ter o controle quanto a quem o observa em sua desgraça, ou conhece o seu passado" (GOFFMAN, 1961, p. 34).

Até esse ponto do texto, discorreu-se acerca de algumas características e alguns processos imbricados no âmbito de uma instituição total, a fim de situar o eixo teórico em que fundamenta o debate sobre as prisões, *locus* de interesse nesta pesquisa. É necessário, agora, que as explanações assumam caráter mais específico, que o *olhar* esteja direcionado para o cenário prisional, cujas características serão discutidas na seção seguinte.

4.2 A prisão e seus "aprisionamentos"

Como surgiu a prisão? Semelhante questionamento serve assim ao propósito de encetar os primeiros apontamentos sobre o *lugar prisão*.

Quando o assunto é atinente à concepção e história das prisões, já se torna uma espécie de praxe se amparar nas considerações presentes no livro de Foucault (1977), *Vigiar e Punir*, pelo fato de a obra abarcar uma análise do desenvolvimento do sistema punitivo ao longo dos tempos, uma descrição pormenorizada do que condicionou uma espécie de *evolução* na *arte de fazer sofrer*.

Em linhas gerais, Foucault (1977) procura defender a ideia de que a emergência da pena de prisão corresponde ao período em que os mecanismos institucionais que davam forma e faziam funcionar uma sociedade de soberania foram reajustados a fim de fazer valer as premissas de uma sociedade disciplinar, de vigilância. Explicando de maneira mais detida, no final do Século XVIII e início do Século XIX, no bojo de transformações sociais e econômicas está a noção de um novo tipo de exercício de poder, um poder capilarizado, que atravessa todo corpo social, diferente, portanto, do conceito de poder como algo centralizado e, muitas vezes, personificado na figura do monarca. O fato é que a instauração de uma nova "economia" do poder deixaria suas marcas na forma de tratar aqueles indivíduos cujo comportamento não se mostrava consoante aos códigos sociais que vigoravam na época (FOUCAULT, 1977; 1992).

Não mais os castigos físicos concebidos para a obtenção de sofrimentos excessivos, não mais a exposição desses sofrimentos em locais públicos e, por decorrência, não mais a espetacularização da dor. Quando da utilização de toda a sorte de suplícios a fim de fazer sofrer o condenado, a sistemática do ato de punir não fugia muito da descrição dada a seguir.

> Finalmente foi esquartejado [relata a Gazette d'Amsterdam]. Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam afeitos à tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembrar as coxas do infeliz, cortar-lhe os nervos e retalhar-lhe as juntas (FOUCAULT, 1977, p. 11).

Diante do repúdio a cenas como a que foi narrada por Foucault (1977) anteriormente, seria possível levantar a hipótese de afrouxamento da severidade penal? É preciso não descartar tal hipótese. O mais adequado, porém, seria advogar o fenômeno da mudança de objeto da ação punitiva, isto é, não tanto o castigo do corpo, mas o da alma. Pune-se de outro modo, o corpo não é mais o sujeito da pena, pois o que interessa é o corpo como objeto de

uma representação. O que caracteriza as penas, a partir de então, não precisa se materializar em mutilações corporais, passíveis de serem vistas e provocar o temor nos demais atores sociais, ela pode assumir um aspecto incorpóreo que atue no castigo, ou melhor, no cerceamento do intelecto, da vontade e das disposições do sujeito. Os efeitos do castigo não repousam diretamente sobre o corpo, todavia, em certa medida, precisa-se do corpo para se fazerem representados muito além desse (FOUCAULT, 1977).

Foucault (1997) associa essa reforma do direito criminal a uma estratégia de remanejamento do poder de punir, a qual abarca técnicas capazes de garantir a maximização dos efeitos do exercício do poder e, ao mesmo tempo, a diminuição dos seus custos econômico e político (por não se atrelarem mais ao sabor das vontades do poder monárquico).

Nas palavras de Foucault (1977, p. 76), "[...] conjuntura que viu nascer a reforma não é portanto a de uma nova sensibilidade; mas a de outra política em relação às ilegalidades". Explicando melhor, o referido autor diz que, no Antigo Regime, os diferentes estratos sociais tinham uma margem de ilegalidade tolerada. Muitas vezes, a não aplicação das regras apresentava-se como condição do funcionamento político e econômico da sociedade. Em meados do Século XVIII, porém, no âmbito de uma formação social erigida sobre a relação capital/trabalho, o alvo da ilegalidade popular não mais recai sobre os direitos, mas sobre os bens. Sob o novo estatuto da propriedade comercial e industrial, a ilegalidade dos bens torna-se intolerável, sendo necessário, portanto, puni-la, que se conforme um sistema punitivo para tanto, isto é, a prisão.

O patíbulo e todo o teatro punitivo dão lugar, assim, ao cumprimento das penas em "[...] uma grande arquitetura fechada, complexa e hierarquizada que se integra no próprio corpo do estado" (FOUCAULT, 1977, p. 103). O encarceramento do criminoso nessa arquitetura se afigura como um dos marcos concretos da passagem da punição nos moldes dos regimes monárquicos à vigilância da sociedade disciplinar, em que o exercício do poder se desvincula do conceito negativo de repressão, de total apropriação, para se alinhar aos aspectos do que seria classificado como adestramento ou domesticação dos corpos para determinados fins. Na sociedade disciplinar e, especificamente, na organização prisão, mediante aos dispositivos disciplinares, canalizam-se as forças dos corpos no intento de que estes se tornem dóceis e produtivos.

O castigo e a correção que o mesmo engendra estão circunscritos à relação entre o prisioneiro e os que o vigiam, sendo esta última fundada nos processos de transformação e controle dos indivíduos, processos que se situam, ao mesmo tempo, como condição e consequência da formação de um saber acerca dos indivíduos (FOUCAULT, 1977; 1992).

Notas sobre o crime cometido, sobre o comportamento do acusado antes e depois da imposição da sentença, sobre a conduta diária do sujeito no interior do cárcere, constituem, no geral, o que se entende por conhecimentos ou por saberes gerados, os quais permitem comparar o lugar prisão a um aparelho do saber, cuja dinâmica de funcionamento se confunde, na maioria das vezes, com a simples repartição dos sujeitos nesta ou naquela categoria, tendo como base um *histórico* ou *relatório* sobre os mesmos. Nas palavras do próprio Foucault (1977, p. 112), "[...] a prisão torna-se uma espécie de observatório permanente que permite distribuir as variedades do vício ou da fraqueza".

As técnicas, os vários discursos de teor apreciativo, sejam diagnósticos, prognósticos, ou mesmo os normativos, acabam por delinear um estatuto de verdade que se inter-relaciona com a prática do poder de vigiar e punir. O que se observa aqui é o entrelaçamento do poder e do saber, um incidindo sobre o outro ou, mais precisamente, quem exerce o poder cria objetos de saber e, a recíproca também é verdadeira, isto é, o saber provoca efeitos de poder, quando da utilização do conjunto acumulado de informações, de conhecimentos (FOUCAULT, 1977; 1992).

Contudo, o lugar prisão já existia desde a Antiguidade como espaço social utilizado para retenção de indivíduos contestadores ou ameaçadores das configurações do poder vigente, de indivíduos indesejáveis na perspectiva das elites sociais (mendigos, estrangeiros) e, depois, para assegurar que o indivíduo ficaria à disposição da justiça até a execução do castigo que lhe cabia, fosse esse castigo a morte, a deportação, a tortura, a venda como escravo (CABRAL, 2006; MAIA et al., 2009). Logo, afirma-se que a prisão, nos seus primórdios, era um espaço onde se cumpria uma curta etapa do processo de punição, ao passo que a partir do Século XIX, a prisão incorpora praticamente todo esse processo, consolidando-se como o *locus* da execução da pena de privação de liberdade (CABRAL, 2006).

Não se pode deixar de mencionar também que o ato de cumprir a pena em uma prisão conserva resquícios do ideal cristão de penitência e redenção, o que toma o sofrimento como algo que enseja a expiação da pena (CABRAL, 2006; SANTA RITA, 2006; MAIA et al., 2009). No decorrer da Idade Média, por exemplo, aos monges rebeldes era imposto o recolhimento nas celas ou alas, locais que recebiam a denominação de penitenciários, pois se acreditava que nesses espaços, mediante a realização de orações e castigos físicos, os clérigos estariam mais próximos de obter o perdão (SANTA RITA, 2006; MAIA et al., 2009).

Ainda na empreitada de recuperar os elementos históricos que tangem às prisões, é importante citar Rusche e Kirchheimer (2004), autores que associam as transformações dos sistemas penais às especificidades dos modos de produção vigentes em diferentes épocas.

Foucault (1977), em suas elaborações teóricas, recupera[28] essa relação entre sistema punitivo e sistema de produção. Todavia, os aspectos desse debate se apresentam com maior riqueza de detalhes na obra de Rusche e Kirchheimer (2004). Por essa linha de raciocínio, o uso (e, por vezes, a intensidade) de quaisquer práticas penais não está ligado apenas ao combate dos crimes, mas também e, principalmente, obedecem a um conjunto de forças sociais, de forças econômicas. Cada estágio de desenvolvimento econômico tem seus reflexos sobre o caráter das ações punitivas estipuladas para um dado meio social e, em um dado período de tempo. Em uma das passagens de seu livro, Rusche e Kirchheimer (2004, p. 20) afirmam:

> [...] é evidente que a escravidão como forma de punição é impossível sem uma economia escravista, que a prisão com trabalho forçado é impossível sem a manufatura ou a indústria, que fianças para todas as classes da sociedade são impossíveis sem uma economia monetária. De outro lado, o desaparecimento de um dado sistema de produção faz com que a pena correspondente fique inaplicável. Somente um desenvolvimento específico das forças produtivas permite a introdução ou a rejeição de penalidades correspondentes.

A lógica que sustenta esse e outros argumentos de Rusche e Kirchheimer (2004) é que o sistema penal não se configura como um fenômeno isolado, sendo parte de um sistema social. Lógica similar direciona as reflexões de Wacquant (2001), para quem o crime e as estratégias para contê-lo não se apresentam como fenômenos isolados, muito pelo contrário, a sua compreensão depende da análise das condições sociais e econômicas próprias do contexto em que aquele está inserido.

Wacquant (2001, p. 7) diz que a penalidade, segundo os preceitos neoliberais, aguça certo paradoxo na medida em que é calcada na pretensão de "[...] remediar com um 'um mais Estado policial e penitenciário' o 'menos Estado econômico e social' que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países". Com o intento de fazer face ao aumento da pobreza e dos níveis de desigualdade social, problemas que ganharam maior destaque a partir da ocorrência dos processos de desregulamentação da economia, o estado se apega ao recurso do sistema penitenciário como forma de repressão.

As prisões da miséria: não é sem motivo que tal expressão intitula a obra de Wacquant (2001). Os aparelhos policial, judicial, penitenciário surgem como instrumentos cuja utilidade está atrelada ao exercício de um tipo de *ditadura sobre os pobres*, por serem estes pertencentes à categoria de indivíduos perigosos e potencialmente criminosos que, portanto, necessitam de controle estrito. É precipitada a afirmação de que situações de miséria

[28] Michel Foucault fez algumas considerações com base na obra de Rusche e Kirchheimer, *A punição e a estrutura social*, editada pela primeira vez em 1939.

produzem criminalidade. O que Wacquant (2001) quer demonstrar, porém, são os indícios de que a pobreza vem sendo criminalizada, principalmente quando os efeitos da globalização, com seu falso ecumenismo econômico, assumiram proporções mais amplas.

Martins (2008), por seu turno, constroi suas reflexões numa linha mais afeita à questão da causalidade quando o assunto se volta para a relação entre miséria e criminalidade. Dessa forma, o processo capitalista de produção, ao provocar, em maior ou menor grau, a redução da participação dos indivíduos no mercado de trabalho, bem como a impossibilidade de usufruir os bens que lá são produzidos, expõe um contingente significativo de indivíduos aos extremos da pobreza e da marginalização social. Para o autor, aos indivíduos que se encontram *incluídos* nessa classe marginalizada resta o delineamento de estratégias de sobrevivência, as quais nem sempre vão ao encontro das regras estabelecidas na sociedade, caracterizando diversas espécies de desvios, incluindo o que se convencionou chamar de crime.

A tais regras estabelecidas socialmente está relacionado um sentido de acordo, de pacto construído na interação dos atores sociais, sendo que o ato de não respeitar qualquer dessas premissas normativas já denotaria a emergência do desvio. Entretanto, é simplório considerar o desvio preso somente à qualidade do ato de transgredir. Deve-se atentar, por conseguinte, para o que fornece sustentação a esse ato, isto é, para sua composição relacional e para sua ligação com julgamentos morais, ideológicos, com realidades edificadas nas diferenças de poder (BREITMAN, 1999).

É importante notar que tais considerações, realizadas por Breitman (1999), encontram suas raízes nas elaborações teóricas de Émile Durkheim, as quais dizem respeito à relação entre crime e sociedade. Em primeiro lugar, as regras estabelecidas socialmente seriam abarcadas pelo que Durkheim (1978, p. 40) denominou consciência coletiva ou comum, isto é, "[...] o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [...]". Em outras palavras, consiste em um sistema de representações e de ações que, apesar de encerrar aspectos específicos em realidades distintas, não confere sua essência às características particulares das posições e condições dos indivíduos em dado meio. As ditas consciências particulares não se confundem com a consciência coletiva ou comum que, em linhas gerais, acaba delimitando e/ou constrangendo comportamentos (DURKHEIM, 1978).

Nesse sentido, o ato criminoso é instaurado em uma perspectiva que se fundamenta em uma espécie de divergência entre representações coletivas e ações individuais. Para Durkheim (1978), o crime, que se poderia interpretar então como sendo uma ofensa aos sentimentos coletivos, consiste em um fato social normal em todas as sociedades. A normalidade é uma característica atribuída exatamente para indicar o fato de que, em todas as sociedades, serão

percebidos comportamentos que aludem à discordância entre o coletivo e o individual. O desvio, por assim dizer, desempenha um papel de reforço da coesão social, pois a ofensa ao sistema de representações e ações coletivas suscitaria a (re)formulação e consolidação (e, de certa maneira, a evolução) das normas. Por essa ótica, o preceito de manutenção da coesão social estende-se à justificação dos mecanismos do sistema de punição. Sobre a função da pena, Durkheim (1978, p. 56) assevera:

> [...] embora proceda de uma reação completamente mecânica, de movimentos passionais e em grande parte irrefletidos, não deixa de desempenhar um papel útil. Este papel apenas não está ali onde se o vê ordinariamente. Ela não serve, ou não serve senão secundariamente para corrigir o culpado ou intimidar seus imitadores possíveis; sob este duplo ponto de vista, sua eficácia é justamente duvidosa e, em qualquer caso, medíocre. Sua verdadeira função é manter intacta a coesão social mantendo toda a vitalidade da consciência comum.

Ainda no âmbito de um enfoque funcionalista, Merton (1970) trata os comportamentos desviantes como típicos de situações de anomia. Quando, em um dado meio social, não há um alinhamento (ou uma correspondência) entre objetivos definidos e normas para regular (controlar) sua realização dos mesmos, inaugura-se, portanto, o fenômeno da anomia. Assim, o crime (ou delinquência) revela-se uma forma de comportamento desviante (desviado ou divergente) em que se observa a rejeição de práticas institucionais que estão atreladas à consecução de objetivos culturais específicos.

O crime pode até ser considerado uma espécie de desvio, porém, é um desvio passível de ser compreendido de maneiras distintas, dependendo da perspectiva que se adota. Bastos (1997) e Sequeira (2009) apresentam suas concepções baseadas em aspectos oriundos da Psicologia.

Uma linha psicanalítica de interpretação, no geral, reconhece a ação delituosa como uma tendência que o sujeito tem de buscar punição, sendo o crime, então, uma tentativa de reparar algo visto como um tormento pelo sujeito. Desse modo, reincidência criminal seria "[...] entendida como um mecanismo psíquico compulsivo que compeliria o indivíduo a repetir atos desagradáveis e que inevitavelmente o conduziriam a uma situação punitiva" (BASTOS, 1997, p. 101).

Sequeira (2009), ao refletir sobre a relação entre perversão e criminalidade, diz que o crime pode se constituir como uma resposta a certa invisibilidade presente em muitas vidas. Mas tal invisibilidade tem suas raízes no social e não puramente na dimensão individual, como admitem alguns outros autores ao esboçarem uma caricatura do criminoso como um ser perverso. Visto como uma resposta aos espaços sociais incapazes de oferecer condições para

que o indivíduo desenvolva um sentido de pertencimento, o crime vincula-se, pois, a uma noção de pacto social desmentido, um pacto social que existe, mas que, devido às influências das lógicas da exclusão e da exceção, não se efetiva de forma igualitária para todos os membros da sociedade. Aqui, perversão representa um mecanismo amplo, podendo ser comparada a um sintoma social e, não simplesmente, individual. Não obstante utilizar um referencial psicanalítico para elaborar a maioria de seus apontamentos, percebe-se que a maneira de Sequeira (2009) enxergar a ação criminosa se aproxima das questões discutidas por Wacquant (2001) e Martins (2008).

O fato é que, independentemente de qual perspectiva se utiliza para elencar os aspectos que condicionam a realização de um crime, a prisão passou a ser o lugar dos que cometeram atos desviantes ou criminosos, um lugar entre o mundo da criminalidade e o restante do mundo social (CUNHA, 2010). Um lugar que, em sua acepção moderna, é justificado por três razões. Primeiramente, às prisões é incorporado o caráter retributivo da pena, pois visa castigar o transgressor que provocou malefícios e prejudicou a ordem social. Em segundo lugar, a prisão traz à tona o aspecto preventivo, na medida em que, pelo menos em tese, o confinamento do indivíduo transgressor pressupõe uma espécie de incapacidade no que diz respeito à realização de novos crimes para além dos muros do cárcere. Por fim, como não poderia deixar de ser, o discurso da recuperação, da reforma, da correção do indivíduo aparece como uma das dimensões que conferem legitimidade ao aprisionamento. Partindo da lógica criminoso-paciente, dentro da prisão, o indivíduo seria reeducado, recuperado, preparado, por conseguinte, para a sua futura reinserção na sociedade (LEMGRUBER, 1983; CABRAL, 2006; MAIA et al., 2009).

Análogo ao processo de ressignificação do lugar prisão ao longo dos anos, primeiro como espaço de segregação de indivíduos indesejáveis, em seguida, como retenção e custódia temporária de criminosos, e depois como pena propriamente dita de viés correcional (SANTA RITA, 2006), poder-se-ia dizer que as três finalidades precípuas da prisão moderna também são "ressignificadas" pelos autores que escrevem sobre o assunto.

Para alguns dos autores consultados, como Cunha (2010), Tavares e Menandro (2008), Santa Rita (2006), Espinoza (2004; 2002) e Baratta (2002), contraditória e conflituosa são as palavras que caracterizam a relação entre esses três objetivos e outros mecanismos apresentados como sustentáculos do discurso constituinte das organizações prisionais. Por exemplo, relacionar educação (e, por decorrência, a recuperação) à prisão, na perspectiva de Baratta (2002), se configura como algo contraditório na medida em que a educação, em seu sentido pleno, é obtida em um ambiente dotado de condições que sejam capazes de criar e

potencializar o sentimento de liberdade e de espontaneidade do indivíduo, o que não é refletido no cárcere, onde o que predomina é o disciplinar, o repressivo e o uniformizante.

A ressocialização ou recuperação entre muralhas tão somente legitima a política pública de controle e repressão dos desviantes (MARTINS, 2008; CUNHA, 2010). Cunha (2010) declara que imputar às prisões um papel de espaço pedagógico é o mesmo que insistir em uma visão mistificadora das prisões, pois estas não têm elementos capazes de corroborar, plenamente, a imagem de espaços de cuidado e proteção dos criminosos. Tudo não passaria de uma retórica que serve, por um lado, ao propósito do Estado de controlar uma massa de indivíduos que acabaram, seja por quaisquer razões, sociais ou econômicas, ocupando o lugar de apêndice inútil da sociedade (TAVARES; MENANDRO, 2008), sendo que, de outro lado, também atende ao objetivo implícito dessa última de se ver separada dos que são considerados *perigosos* e, portanto, deles se sentir protegida (CUNHA, 2010)

Não se pode negar que a ação disciplinadora e reguladora, no âmbito das prisões, empreende modificações no foro mais íntimo do condenado. Mas tais modificações nem sempre são consoantes ao ideal que pressupõe o retorno dos indivíduos, teoricamente reeducados ou recuperados, ao convívio social. Nesses espaços sociais justificados pela ressocialização, os aspectos punitivo e disciplinar são imperiosos, além de assumirem diversos matizes dependendo dos critérios que envolvem as dimensões socioeconômica, étnico-racial, de gênero, critérios que, por vezes, norteiam as interações sociais nas prisões (CUNHA, 2010).

A prisão emerge, principalmente, como um *locus* de produção e exercício da violência (CASTRO, 1991), onde a violência se torna instrumento de troca (ESPINOZA, 2002). E é tanto a violência que povoa o imaginário coletivo sobre a vida no cárcere (torturas, maus tratos, precariedade das condições de vida, ausência de assistência jurídica e social) que, vez ou outra, é explicitada e denunciada por grupos ligados à defesa dos direitos humanos, quanto a violência mais sutil representada pelas relações de dominação e/ou sujeição dos agentes institucionais sobre a população carcerária e, até mesmo, entre os próprios indivíduos abarcados nesta última (CASTRO, 1991).

Repressão, no contexto prisional, apresenta faces múltiplas, isto é, pode assumir formas de coerção física violenta ou incorporar significados psicológicos. Os olhares, os silêncios, as cautelas, dependendo da situação, são inseridos em uma ótica de violência e, por conseguinte, se mostram também como formas sutis de repressão (LEMGRUBER, 1983; CASTRO, 1991). Desse modo, a incoerência perpassa os discursos produzidos e as técnicas utilizadas nesse espaço de encarceramento destinado aos que transgrediram leis, aos que

descumpriram um suposto pacto social (SEQUEIRA, 2006), enfim, aos que foram expulsos da sociedade (ESPINOZA, 2004).

O ordenamento jurídico, a Lei de Execução Penal[29], por exemplo, é construído sob a máxima de uma terapêutica prisional que visa propiciar a reeducação e ressocialização do preso. Todavia, levam o nome de *reinserção* processos que, em sua essência, remetem a um preceito oposto, o da exclusão. Isso pelo fato de, nas prisões, os mecanismos institucionais se articularem no desenho de uma lógica que apenas segrega, separa e coloca os indivíduos à mercê de um sistema de relações em que as categorias inferior (ou aqueles que são segregados) e superior (ou aqueles que segregam) aparecem bem delimitadas. Especificamente ao indivíduo criminoso resta o lugar do diferente, ou mesmo o do não-lugar ou sem lugar, isto é, o indivíduo apenas está em um mundo sem fazer parte dele.

Sequeira (2006), então, acredita que reeducação e ressocialização são palavras da lei totalmente vazias de sentido ou, pelo menos, vazias do sentido que quer legitimar o aprisionamento, e indica a metáfora do *estrangeiro* como adequada para representar o indivíduo criminoso, pois este é o desconhecido (e/ou desconsiderado) pelos outros, e é o desconhecido por si mesmo, já que ocorre a (ou pelo menos, empreende-se uma tentativa de) apropriação de todos os aspectos de sua vida, o completo aprisionamento de seu ser.

O discurso fundador do sistema prisional, muito embora se eleve a partir das promessas de reinserir o indivíduo na sociedade, de transformá-lo em cidadão, leva a cabo contínuos processos que atuam de maneira a afirmar e reafirmar a condição do sujeito como um desalojado social, como um delinquente. A prisão, conforme Lira e Carvalho (2002), ao invés de espaço social para a ressignificação de condutas, espaço para a reedição de histórias e de projetos de vida, é um lugar em que os elementos materiais e de construção simbólica têm lastro nos chamados processos de mortificação elencados por Goffman (1961). Esses aspectos comprometem a estruturação subjetiva do encarcerado, provocando o seu (des)sujeitamento, isto é, a perda de muitos dos referenciais, os quais não são substituídos por outros.

Em vista disso, não é surpresa se deparar com a afirmação de que o discurso penitenciário se sustenta nas noções racionalistas sobre o sujeito, na perspectiva de um homem-máquina. O próprio substantivo *pena* ou *punição*, ao denotar o castigo, a repressão que objetiva expurgar um mal social no sujeito desviante, lembra a noção de homem

---

[29] Em síntese, a Lei de nº 7.210, de 11 de julho de 1.984, tem como objetivo assegurar a efetivação das disposições de sentença ou de decisão criminal, descriminando, ainda, as condições necessárias para a integração social do condenado.

sistematizada pelo behaviorismo psicológico, isso porque o modelo baseado em associações de estímulo/resposta equivaler-se-ia à abordagem da punição como método de retificação do comportamento indesejado (LIRA; CARVALHO, 2010).

Já dizia Foucault (1977) que a prisão se firmava como a maquinaria mais potente no que concerne à finalidade de impor, ao indivíduo considerado *pervertido*, um modo de ação, isto porque tem como bases a disciplina incessante, que não se interrompe a menos depois de cumpridas as sentenças, e a disciplina despótica, que pressupõe, mediante os mecanismos internos de castigo e repressão, um poder quase total sobre os indivíduos (FOUCAULT, 1977).

A disciplina, em qualquer de suas modalidades, manifesta-se como um dos pilares da instituição prisão e pretende o alcance da perfeição dos movimentos e das habilidades, a estabilização das condutas e dos corpos, anulando o homem enquanto ser desejante e desconsiderando, portanto, os discursos individuais (LIRA; CARVALHO, 2002).

Quando se está em uma instituição total, incluindo nessa categoria as prisões, o sentimento que irrompe nos sujeitos é o do tempo perdido, destruído, tempo que precisa ser apagado, cumprido, preenchido de alguma forma. E é aí que entram as chamadas atividades de distração, as quais funcionam como maneiras de passar o tempo, fazendo com que os indivíduos esqueçam, por momentos, a sua situação. Assistir à televisão, ler, participar de jogos e realizar algum ofício ilustram os tipos de atividades que, normalmente, aliviam a impressão de tempo morto que se tem nas instituições totais. Assim, com base nessas considerações, uma instituição total pode ser comparada a uma espécie de *mar morto* onde se revelam pequenas *ilhas* de atividades, *ilhas* de uma aparente vivacidade que tende a minimizar a tensão psicológica que brota defronte aos inúmeros processos de ataques ao eu (GOFFMAN, 1961).

Especificamente para o contexto das prisões, Bastos (1997) fala de uma dessas ditas *ilhas* de atividades, o trabalho. Encerrando caráter terapêutico, o exercício de uma atividade laborativa, via de regra, permite que o indivíduo olvide seus desenganos, suas aflições, seus temores e, principalmente, *engane* o tempo. Contudo, a autora assevera que "[...] o trabalho é como uma medicação paliativa que anestesia a dor mas sequer se aproxima das causas" (BASTOS, 1997, p. 89). Tal declaração acena para o fato de que, em uma prisão, o trabalho ora é considerado uma atividade que dignifica os indivíduos, imputando-lhes um sentimento de produtividade e utilidade, ora é significado como uma atividade que os explora na condição de encarcerados, cerceando-lhes a *liberdade* de poder não fazer nada quando lhes aprouver (BASTOS, 1997).

Concomitante à exposição aos processos de mortificação, o indivíduo que se encontra em uma instituição total começa a receber instruções formais e informais atinentes ao que se conhece por sistema de privilégios. Tal sistema abarca três elementos: (i) as *regras da casa*, um conjunto formal e explícito de prescrições e proibições que se relacionam à conduta diária considerada *correta* na instituição; (ii) os prêmios ou privilégios propriamente ditos, que, inseridos em uma categoria de satisfações potenciais, são alcançados em troca de obediência estrita à equipe dirigente; e, por fim, (iii) os castigos, que se apresentam como as consequências da desobediência às regras definidas (GOFFMAN, 1961).

Nas prisões, é comum que esse sistema de privilégios esteja relacionado ao que Espinoza (2004) denomina *poder da caneta*, ou uma espécie de autoridade outorgada pela legislação de execução penal aos funcionários do sistema penitenciário, os quais elaboram os laudos sobre a adequação (ou inadequação) do indivíduo a todas as regras e condicionantes da disciplina institucional. Semelhante *poder* influencia a inserção ou não do indivíduo nas atividades que ocorrem na prisão e, consequentemente, o tempo que ele permanece no cárcere. A questão é que quem se ampara nesse *poder* de concessão de prêmios e castigos geralmente se distancia dos dispositivos formais, instalando, por outro lado, uma disciplina *fora de hora*, que se firma na regra do medo.

O breve relato sobre o exercício do *poder da caneta* já deixa patente as características que entremeiam as relações sociais que se desenvolvem atrás das grades. Aliás, para se referir à complexidade dessa teia de relações que mediam o encarceramento, Castro (1991) faz uso da palavra caleidoscópio, isso porque, no interior da prisão, os processos de dominação ensejam várias nuances, tanto aparentes, quanto invisíveis. Como já dito, a dominação é posta em relevo, mas dominação que não se restringe às típicas relações hierárquicas entre agentes institucionais e população carcerária, haja vista a existência de práticas de dominação entre os próprios encarcerados, apesar de estas últimas serem de mais difícil identificação e compreensão.

As regras do sistema prisional já estão dadas, mesmo tendo em vista as suas muitas *variações*, se tem uma ideia do preço a pagar pelas infrações cometidas. O campo do imprevisível fica mais por conta das relações entre os encarcerados, sendo necessário descobrir as regras que ditam semelhante convívio. As relações são construídas com cautela, além de encarnarem significados contraditórios, conforme o exemplo das relações de amizade que, na prisão, podem incorporar a noção de proteção, prestígio ou desprestígio e, ainda, fraqueza (CASTRO, 1991).

A prisão como espaço físico oferece, inicialmente, uma ideia de ruptura, de separação do contexto social global. No entanto, como um espaço social, como um lugar, parece erigir-se em experiências e representações que, normalmente, esboçam uma face caricaturada de vários aspectos que se desenrolam na sociedade maior (CASTRO, 1991; ESPINOZA, 2004). Nesse sentido, Castro (1991) afirma ser a prisão uma microssociedade em que o autoritarismo, presente nas relações sociais no mundo *lá fora*, carrega as tintas da dominação. "Tudo que acontece aqui [prisão] acontece lá fora; pode não ser na mesma proporção, no mesmo sentido, mas é a mesma coisa, tem pessoas que têm poder, tem pessoas que com esse poderio que têm dominam as outras" (CASTRO, 1991, p. 57).

Considerações análogas às de Castro (1991) são apresentadas por Espinoza (2004), que remete ao fato de a prisão representar uma caricatura da sociedade em geral, na medida em que aquela primeira se torna palco para a ocorrência de processos característicos de uma gestão diferenciada das ilegalidades, isto é, a intensidade de contenção dessas é prescrita se valendo de práticas discriminatórias em relação aos grupos sociais que já sofrem com a marginalização em outros espaços sociais. Tal como se percebe em muitos desses outros espaços sociais, na prisão também se insiste em realizar uma espécie de inclusão ao mesmo tempo em que são operadas divisões ou categorias. Em outras palavras, insiste-se em incluir excluindo. Assim, empreender transformações da *instituição prisão*, construída nas relações entre os indivíduos encarcerados e os responsáveis por sua vigilância, é algo que deve ser precedido de transformações concretas nas relações que compõem a sociedade como um todo.

Deixando de lado a menção aos projetos que, por ora, guardam traços utópicos, busca-se, a essa altura do texto, o entendimento das possíveis táticas utilizadas pelos indivíduos no enfrentamento dos processos de mortificação e do intrincado jogo de relações sociais na prisão. Goffman (1961) discorre acerca de quatro táticas ou maneiras de adaptação dos indivíduos em uma instituição total. A primeira delas é conhecida pela expressão *afastamento da situação*, isto é, o interno se mostra apático em relação à maioria dos acontecimentos à sua volta. A tática de *intransigência* é identificada nas ações do interno que se recusa a seguir as ordens estipuladas pela equipe dirigente. A *colonização*, em contrapartida, ocorre quando a tensão comum entre os mundos externo e o da instituição se reduz, e o indivíduo chega a admitir o seu cotidiano permeado pelas amarras institucionais como sendo algo maior e melhor do que as vivências anteriores no mundo externo. Finalmente, quando o indivíduo afirma sua plena concordância a todos os mandos e desmandos da equipe dirigente, tentando representar o papel do *interno perfeito*, diz-se que semelhante indivíduo adotou uma tática de *conversão*.

"O próprio discurso penitenciário se desenrola como se não houvesse ninguém frente a ele, a não ser uma tabula rasa [...] Na realidade, existe um material – os detentos – que resiste incrivelmente". Essa assertiva proferida por Foucault (1992, p. 224) convida para a reflexão acerca das estratégias de resistência que os encarcerados descobrem, inventam e reproduzem no contexto da prisão, não obstante o seu caráter totalizante.

Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006) salientam que os indivíduos podem elaborar e utilizar as estratégias de resistência classificadas como (i) reativas; e (ii) ativas. As estratégias denominadas reativas apresentam o sentido puramente negativo da resistência e ocorrem, por exemplo, quando os indivíduos reafirmam sua identidade criminosa procurando conseguir vantagens no meio social mediante processos de intimidação. De modo contrário, as estratégias de resistência ativa surgem quando da busca de mudança, de transformação de *lugar*, da potência de criação de novos mundos, citando-se como mais comuns as seguintes: concepção de códigos internos (conjunto de regras admitidas e aceitas entre os encarcerados, os códigos, muitas vezes, sustentam os relacionamentos favorecendo a emergência de cooperação entre os indivíduos; a não delação e o respeito ao dia de visitas, são duas das regras pertencentes ao código interno de muitos espaços prisionais), as produções artísticas (composição de músicas sobre suas histórias, desenhos feitos nas paredes das celas) e a ruptura com o discurso de vítima.

Certeau (1998) apresenta os conceitos de estratégia e táticas, conceitos estes que podem substanciar os processos de entendimento acerca do cotidiano em uma organização prisional. O referido autor confere a denominação estratégia ao cálculo das relações de forças que se tornam possíveis no instante em que um sujeito de querer e poder mostra-se como isolável das exterioridades. De outra forma, a estratégia refere-se a uma ação que se origina de um lugar próprio, circunscrito pelas relações de dominação. Mais precisamente, nas palavras de Certeau (1998, p. 102):

> [...] as estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros.

Por sua vez, as táticas, na visão de Certeau (1998), são ações que se configuram a partir da ausência de um próprio, isto é, têm por base o lugar do outro, o lugar que é imposto. Nesse sentido, as táticas são contextuais e oportunistas, delimitadas pelas possibilidades de ganho em um lugar do outro. A concepção das táticas repousa no pressuposto do que Certeau

(1998, p. 101) chama de *ausência de poder*, ao passo que os modelos estratégicos se organizam mediante os postulados de poder. As táticas remetem, pois, à "[...] hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder" (CERTEAU, 1998, p. 102).

Agora, no que se refere à trajetória do indivíduo criminoso, é levantada a questão do estigma, termo este criado pelos gregos na Antiguidade Clássica. Nessa época, eram feitos, com cortes ou com fogo, determinados sinais no corpo do indivíduo com o objetivo de deixar evidenciada a sua condição de escravo, traidor ou criminoso. Estigma era uma palavra usada para denominar os tais sinais que faziam referência ao *status* moral da pessoa que os portava, fazendo desta última um ser que deveria ser evitado. Nos dias contemporâneos, o conceito de estigma, de maneira geral, está calcado na ideia de não aceitação social, o que lembra bastante a acepção dada pelos gregos à palavra. Todavia, apesar de ser usado para aludir a certo atributo depreciativo, é preciso ter em mente que o estigma tem sua origem em uma linguagem de relações sociais, pois um atributo pode servir ou não para a estigmatização de um indivíduo dependendo do meio social considerado. Um estigma se configuraria, portanto, na relação entre atributo e estereótipo (GOFFMAN, 2008).

A encarnação do estigma *criminoso*, de acordo com Bastos (1997), se inicia no ato de inscrição do indivíduo em algum artigo do Código Penal. Nesse ritual de condenação, o artigo em que a justiça punitiva inscreve o indivíduo funciona como uma espécie de insígnia que, tal como ocorria na Grécia, identifica os diferentes na sociedade e, principalmente, tem força de impor um destino ao réu. Acolhendo o pressuposto de uma economia das penas, o enquadramento do indivíduo no código torna (ou, pelo menos, tem a função de tornar) a sentença objetiva, graduando-a em tempo de duração de forma que não apareça definitiva e, sim, um marco que inaugura o processo de modelação do indivíduo.

É, pois, no cotidiano da prisão que a encarnação do estigma *criminoso* é consolidada. As relações construídas pelos sujeitos no cárcere com seus pares e, especialmente, com os membros da equipe dirigente, imprime naqueles primeiros um sentimento de fraqueza ante seus impulsos mais hostis. Crente nessa impossibilidade de controlar seus impulsos chamados por muitos de patológicos, o sujeito, na maioria das vezes, incumbe a instituição da tarefa de *libertá-lo* de seu mal ou, melhor dizendo, do mal que lhe irrogaram. Aqui, a institucionalização da vontade traz à baila o assujeitamento, a infantilização do sujeito, que se sente incapaz de abrir novos caminhos sem os *cuidados* da instituição (BASTOS, 1997).

Sendo assim, a angústia é o que predomina quando do retorno do indivíduo ao convívio na sociedade. Bastos (1997, p. 105) explica que existe um descompasso entre

indivíduo e sociedade, na medida em que o primeiro "[...] não está preparado para enfrentar a vida na sociedade, e esta também não se aparelhou para aceitá-lo de volta". Ademais, quando o ex-preso procura reconstruir sua história pessoal com base em outros referenciais que não os do crime, precisa encarar um complexo obstáculo, isto é, ultrapassar uma grande barreira de preconceitos. "E imerso nesse solitário desafio, se apercebe de que o estigma de bandido parece estar definitivamente tatuado em seu ser" (BASTOS, 1997, p. 105).

As palavras de Aguirre (2009, p. 35), mencionadas a seguir, contêm a essência da explanação feita até este momento sobre a realidade que é construída nos espaços prisionais. Na visão do referido autor:

> [...] as prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam as sociedades; empresas econômicas que buscam manufaturar tanto bens de consumo como eficientes trabalhadores; centros para a produção de distintos tipos de conhecimento sobre as classes populares; e, finalmente, espaços onde amplos segmentos da população vivem parte de suas vidas, formam suas visões do mundo, entrando em negociação e interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado.

E, no Brasil, quais as especificidades que norteiam a construção da realidade nas prisões? Algumas considerações, que compõem a seção seguinte, são apresentadas na tentativa de responder a tal questionamento.

5.3 Breve panorama do sistema prisional no Brasil

Destaque nos debates da mídia e nas conversas das pessoas no seu dia a dia, os temas da violência e a criminalidade engendram opiniões divergentes no âmbito da sociedade brasileira. De maneira geral, o discurso sobre a defesa de medidas mais rígidas no que tange à correção dos criminosos e, por conseguinte, ao combate da impunidade convive, lado a lado, com o discurso que procura confirmar a ineficácia da instituição prisão quando o assunto é o alcance de objetivos como recuperação dos criminosos e redução dos índices de violência e criminalidade (BUCKERIDGE, 2011).

Contudo, a complexidade não se atém somente aos debates dos tais temas: ela também se estende para os (ou talvez, seja decorrência dos) arranjos formais e informais que conformam o chamado sistema prisional na medida em que das relações construídas entre os

atores desse último originam-se inúmeras tensões e conflitos que acabam por influenciar, em maior ou menor grau, o delineamento de políticas públicas no setor (CABRAL; ARAÚJO, 2010).

Lugar em que os indivíduos cumprem suas penas justificadas por um controverso discurso de ressocialização, as prisões especificamente fazem parte do sistema de justiça criminal, sistema ainda composto pela polícia, pelo ministério público, pelas varas criminais e pelos tribunais de apelação (CABRAL; ARAÚJO, 2010). Os tipos de prisões, ou de estabelecimentos penais, como reza a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), são os seguintes: penitenciária[30], colônia agrícola, industrial ou similar[31], casa do albergado[32], hospital de custódia e tratamento psiquiátrico[33] e cadeia pública[34]. Já o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Conselho Nacional de Política Criminal (CNPC) se apresentam como dois organismos do sistema prisional com a função de, no geral, fiscalizar a aplicação dos dispositivos legais concernentes à execução penal (CABRAL; ARAÚJO, 2010).

Na busca de ampliar o entendimento das dinâmicas que caracterizam esse conjunto de instituições que formam o sistema prisional, Cabral e Araújo (2010) inclui neste as influências dos atores sociais que se encontram em organizações ditas pertencentes à esfera política, isto é, organizações como Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. O autor explica que tais entidades políticas são construídas por representantes de diversas correntes de pensamento sobre o que diz respeito ao sistema penitenciário, desde aquelas correntes sustentadas em preceitos de endurecimento das penas até aquelas cujos membros advogam a implementação de penas alternativas.

Entidades religiosas, entidades de classe e organizações Não-Governamentais (ONGs) ligadas à defesa dos direitos dos indivíduos encarcerados também se somam ao grupo de organizações descritas desde o início dessa seção e, assim, constituem o que Cabral e Araújo (2010) nomeiam *arranjo formal* do sistema prisional. O aspecto informal de semelhante sistema, de acordo com o autor, fica por conta das regras elaboradas pelos internos, regras

---

[30] Ver nota de rodapé 3.

[31] Aloja o condenado que cumpre pena em regime semiaberto (BRASIL, 1984).

[32] Espaço onde são cumpridas a pena privativa de liberdade, em regime aberto, e a pena de limitação de fim de semana (BRASIL, 1984).

[33] Destinado aos indivíduos considerados inimputáveis (isentos de pena) e semi-imputáveis. Segundo a redação do Código Penal, dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, os indivíduos com doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, incapazes de entenderem o caráter ilícito do fato, são chamados de não imputáveis (BRASIL, 1984).

[34] Local onde ficariam recolhidos os presos provisórios (BRASIL, 1984).

que, ao contornarem o que é padrão em muitas das restrições formais, cristalizam modos peculiares de relações entre os presos de diversos espaços prisionais.

Aliás, para se ter uma ideia da quantidade de indivíduos que passam parte de suas vidas nesses diversos espaços prisionais, recorre-se aos dados consolidados no relatório de diagnóstico do sistema penitenciário brasileiro (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010). Não obstante o fato de existirem lacunas no correr do levantamento das informações (alguns estados deixam de expor informações sobre determinados quesitos), a leitura do tal relatório permite corroborar uma afirmativa que, comumente, introduz as discussões nos trabalhos de muitos pesquisadores que se dedicam aos estudos nas prisões: a de que cresce cada vez mais o número de encarcerados no Brasil.

No ano de 2008, 451.219 eram os indivíduos que compunham a população prisional brasileira, sendo que, entre eles, 422.565 eram homens e 28.654 mulheres. Todos esses números sofreram pequena elevação em 2009, tendo em vista que a população carcerária total foi para 473.626 indivíduos, ficando os números da população carcerária feminina e masculina, respectivamente, em 442.225 e 31.401 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010).

Como o Estado exerce o controle e instaura a ordem em meio a essa imensa massa de encarcerados? Essa indagação, que substanciou a pesquisa de Batista (2009), pode surgir no momento em que muitos leitores se deparam com tal espécie de informação estatística e buscam refletir sobre suas possíveis implicações na realidade social.

Em linhas gerais, Batista (2009) trabalha com a hipótese de que, no Brasil, existem duas modalidades de construção da ordem e do controle nas prisões ou, mais precisamente, uma que se baseia sobre a prerrogativa do Estado na gestão de tudo que permeia o cotidiano prisional e, outra modalidade, que toma a pacificação nas prisões como um resultado da negociação entre Estado e as lideranças dos presos.

No primeiro caso, a instituição prisão, como produção material e simbólica, é construída a partir da aplicação de rotinas e procedimentos disciplinares que visam impedir a ocorrência da *guetização*, um fenômeno, que de acordo com Batista (2009), está ligado à formação de gangues, quadrilhas ou comandos no espaço prisional. Nessa modalidade que, por sinal, é minoritária no Brasil, o objetivo é controlar, o máximo possível, todos os aspectos do cotidiano das prisões. Os mecanismos institucionais seriam pensados de maneira a promover uma negação dos poderes, hierarquias e valores culturais próprios dos detentos.

No tocante à segunda modalidade, a instauração da ordem depende de certas trocas realizadas entre o Estado e os encarcerados, o que faz, muitas vezes, dos acordos de pacificação aqui negociados instrumentos que simbolizam diferentes lealdades, ilegalidades,

exercícios de dominação e opressão nos relacionamentos entre os atores institucionais e os presos. O Estado delegaria aos presos a regulação de parte da vida cotidiana na prisão, e os presos pagariam na moeda de manutenção da paz nas instituições – como menos ações de fugas e de violências entre os internos, por exemplo.

Batista (2009) completa sua argumentação sobre o problema da produção do controle e da ordem nas prisões brasileiras salientando o fato de que ambas as modalidades são reflexos de formas de relacionamento entre Estado e sociedade historicamente produzidas, interações que são observadas desde a fundação da República. Isto é, as situações que remetem às duas lógicas foram e continuam sendo recriadas e atualizadas pelos diferentes atores sociais em outros espaços além dos da prisão, tais como favelas, feiras de pirataria e feiras informais, por exemplo.

Ao ter um conjunto de leis consoantes com as recomendações internacionais a respeito dos direitos dos indivíduos no cárcere, o Brasil pode até eventualmente se diferenciar de outros países da América Latina. Todavia, ter todo o aparato normativo e veicular um discurso aprazível sobre os ideais de ressocialização dos criminosos, não significa que a realidade nas prisões seja efetivamente pautada nesses preceitos. Lembra Ferrari (2010) que a violação dos direitos dos presos acontece constantemente, direitos essenciais como saúde, educação, trabalho e preservação dos vínculos familiares.

Ademais, como já foi aventado por alguns autores na seção anterior (CASTRO, 1991; ESPINOZA, 2004; SANTA RITA, 2006; SEQUEIRA, 2006; CUNHA, 2010), a instituição prisão mais tem demonstrado sua face punitiva, servindo como um dos instrumentos que viabilizam a segregação de grupos sociais ao contrário da reintegração social dos indivíduos.

6 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

> A lógica de um pensamento é o conjunto das crises que ele atravessa, assemelha-se mais a uma cadeia vulcânica do que a um sistema tranquilo e próximo do equilíbrio.
> *Gilles Deleuze*

Três seções principais compõem este capítulo. No primeiro capítulo, quando da apresentação dos pressupostos teóricos que sustentam a delimitação desta pesquisa, ressaltou-se a expectativa de que, mediante a análise das relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar, compreender-se-ia a dinâmica simbólica nas instituições totais. Agora, neste capítulo, o qual recebe o título de *A construção da pesquisa*, precisamente na primeira seção, logo a seguir, expõem-se, assim, algumas possibilidades de relações entre subjetividade, cultura e lugar no âmbito do que se delimitou como *locus* de pesquisa, isto é, as organizações prisionais, um dos tipos de instituição total. Na seção seguinte, procura-se evidenciar o posicionamento epistemológico que substanciou a busca pela apreensão dos aspectos que constroem a realidade nas organizações, aspectos estes que, de modo geral, tangem ao expressar dos sujeitos. E, por fim, na última seção do capítulo, é feita uma explanação sobre os aspectos metodológicos que caracterizaram a construção deste trabalho.

6.1 Dinâmica simbólica nas prisões: relações entre subjetividades, culturas e lugares

"O universo humano é um mundo de signos, de imagens, de metáforas, de emblemas, de símbolos, de mitos e de alegorias" (CHANLAT, 1996c, p. 30). Inicia-se o presente texto com essa assertiva a fim de destacar o quanto a noção de ser um humano está calcada em uma dimensão simbólica. Os seres humanos apresentam-se como produtores de sentidos e símbolos; aliás, o que distingue tais seres humanos do resto do mundo vivente são as capacidades que estes têm de simbolizar, representar e interpretar a realidade que os envolve (CHANLAT, 1996b).

Espaços sociais particulares da experiência humana, as organizações são lugares enraizados no simbólico (CHANLAT, 1996c). Como dizem Saraiva e Carrieri (2007), para além das dimensões formalmente estabelecidas, pululam, no contexto das organizações,

aspectos ditos não-objetivos, não-racionais. Em outras palavras, nas organizações, existe um *mundo simbólico* constituído por signos, seus significados, aspectos explícitos e implícitos.

Em um primeiro momento, quando se fala de símbolos no meio organizacional, lembra-se dos objetos ou artefatos que encerram certa materialidade, como a logomarca da organização, por exemplo. É preciso considerar, porém, que, em uma organização, os sujeitos empreendem ações, relacionam-se entre si, sendo tais ações e interações constituídas a partir de uma processualidade simbólica, haja vista o movimento de significações e ressignificações que se instaura nesses agir e relacionar.

A expressão *simbolismo organizacional*, na visão de Dandridge, Mitroff e Joyce (1980), abarca os aspectos de uma organização que os sujeitos costumam usar para mostrar ou tornar compreensíveis os sentimentos inconscientes, imagens e valores inerentes a tal organização. A questão é que o preceito da univocidade passa longe quando se trata da produção e do consumo dos simbolismos nas organizações, isso porque a manifestação do simbólico incorpora distintas possibilidades de interpretação, ou de outro modo, "[...] existe uma dinâmica simbólica associada à forma como os distintos grupos organizacionais percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes" (SARAIVA; CARRIERI, 2010, p. 211). Mais precisamente, embora haja uma intencionalidade por parte dos que gerenciam as organizações quando da elaboração e implementação de processos, práticas e ferramentas que procurem mobilizar as subjetividades das pessoas, acredita-se que estas últimas constroem modos de ser e se relacionar que não se restringem ao que é prescrito como normal ou regular em dado contexto organizacional (SARAIVA; CARRIERI, 2010).

Tendo em vista essa ideia da existência de uma *dinâmica simbólica* nas organizações, logo se fez presente a indagação: quais as especificidades da dinâmica simbólica em uma organização prisional? Incluídas na categoria de instituição total, as prisões "[...] são estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu" (GOFFMAN, 1961, p. 22). As instituições totais são espaços sociais reconhecidos pela existência de processos, práticas e procedimentos que denotam uma espécie de ataques ao *eu*, de desfiguração e profanação do *eu* (GOFFMAN, 1961). Com o intento de perscrutar os aspectos que circunscrevem a dinâmica simbólica nesse espaço social cujas características básicas tangem ao controle dos sujeitos, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: **Quais as relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar em instituições totais?**

Neste trabalho, o protagonismo é do sujeito que cumpre pena na organização prisional, bem como para o sujeito que exerce suas atividades laborativas em tal organização. Dizendo de outra forma, o que assume centralidade neste estudo é o sujeito e, por decorrência, a sua

expressão, isto é, sua subjetividade. Ora, são os sujeitos que produzem sentidos, são os sujeitos que produzem símbolos, são os sujeitos que conferem significações e ressignificações aos atos e artefatos que constituem as organizações. Destarte, um primeiro objetivo emerge, qual seja: analisar os aspectos atinentes à constituição do sujeito a partir da identificação de elementos que compõem a trajetória construída por esse sujeito nos domínios da prisão.

De início, procura-se desvelar, pois, as ações realizadas ou mesmo as práticas exercidas por esses sujeitos no espaço social da prisão. Quais as ocupações do sujeito que cumpre pena e quais os sentidos que a elas atribui? Quais os sentidos que os funcionários atribuem às atividades que realizam na organização prisional? Essas foram duas das questões que nortearam as tarefas de coleta e análise dos dados. Ainda, a constituição dos sujeitos passa pelas relações com o *outro*. Então, fez-se necessário apreender os sentidos subjetivos produzidos pelos sujeitos a respeito de suas relações com o *outro*, na tentativa de identificar os pontos em que tais sujeitos se reconheciam ou se diferenciavam em relação a esse *outro*.

Os sujeitos se relacionam em um dado espaço social, e dessas interações surge um conjunto de crenças, valores, ritos, rituais, cerimônias, sagas, herois, estórias, lendas, tabus, normas, conjunto tal que enseja sentidos produzidos *sobre* e *naquele* contexto social. Assim, neste estudo, busca-se identificar os elementos que compõe a dimensão cultural na organização prisional, procurando analisar o modo como esses elementos estão relacionados ao processo de produção de subjetividade.

Entretanto, quais as possíveis relações entre subjetividade e cultura? Neste momento, faz-se premente colocar em evidência as possíveis relações entre esses dois eixos teóricos da pesquisa. Na medida em que desempenha a função de agenciadora de sentidos e significados (FREITAS, 1997), poder-se-ia afirmar que manifestações culturais produzem sentidos subjetivos. Continuando o raciocínio, a cultura configura-se como uma espécie de institucionalização da magia, constroi-se uma dimensão simbólica (com herois que tornam o sucesso possível, com ritos de consagração, por exemplo) de maneira a criar um *completeness sense*, que, em maior ou menor grau, atua diretamente no imaginário dos sujeitos, *moldando-lhes* os pensamentos (FREITAS, 2002). De maneira mais precisa, a cultura é um:

> [...] conjunto de representações imaginárias sociais que se constroem e reconstroem nas relações cotidianas dentro da organização e que se expressam em termos de valores, normas, significados e interpretações, visando um sentido de direção e unidade, tornando a organização fonte de identidade e de reconhecimento para seus membros (FREITAS, 2002, p. 97).

Não se pode deixar de salientar o que é fundamental na forma como Freitas (1997) define cultura, isto é, o seu teor político. Cultura pode ser descrita enquanto um mecanismo de poder que permeia todas as relações entabuladas no contexto organizacional, não sendo propriedade de um indivíduo ou de um grupo. Contudo, essa denominada ausência de posse, na maioria das vezes, torna o caminho mais fácil para que se exerça semelhante instrumento de poder de uma maneira eivada de sutilezas.

Ainda nesse debate sobre o que caracteriza a relação entre cultura e subjetividade (ou cultura enquanto mobilização de subjetividade), é possível apelar para as reflexões empreendidas por Enriquez (1997a), principalmente quando este afirma que as organizações se apresentam como um sistema cultural, simbólico e imaginário. Sistema cultural, pois, oferece uma estrutura de valores, normas que delimitam o modo como os diversos atores organizacionais deverão orientar sua conduta, sua relação com o mundo. Sistema simbólico na medida em que os ritos, os mitos, os herois cumprem o papel de dar significação e, portanto, uma espécie de legitimação à ação dos membros da organização. E, por fim, o sistema que facilita a consolidação dos sistemas cultural e simbólico, isto é, o sistema imaginário. Mais especificamente, a organização pode criar um imaginário que se mostra enganador quando tenta prender os sujeitos nas "[...] armadilhas dos seus próprios desejos de afirmação narcisista [...]; na medida igualmente em que a organização lhes garante suas capacidades em protegê-los do risco de quebra de sua identidade, da angústia de desmembramento" (ENRIQUEZ, 1997a, p. 35).

O desenvolvimento de um imaginário enganador, do logro, propicia as condições, no contexto organizacional, para a criação de um mito coletivo ou uma ideologia, sendo que, desse modo, os valores, consoantes às visões de mundo defendidas e propagadas como as corretas, são incorporados (introjetados) de maneira a impedir, portanto, a individuação (ou singularização) do sujeito ou, em outras palavras, a constituição de um sujeito autônomo e autorreferenciado (ENRIQUEZ, 2000). Por essa linha de pensamento, muitas vezes no meio organizacional, as pessoas se tornam cúmplices no que diz respeito à mobilização de sua subjetividade na medida em que crêem numa espécie de liberdade para fazer suas próprias escolhas (FREITAS, 2002).

Até aqui, pelo que se depreende, cultura realmente ajuda a construir subjetividade. Contudo, até que ponto essa construção corresponde, única e exclusivamente, aos ditames de uma racionalidade organizacional? Mais uma vez, tomam-se emprestadas as palavras que Freitas (2002, p. 98) utiliza para responder uma questão similar: "[...] depende das respostas dos indivíduos em seu conjunto". Nesse caso, é pertinente reconhecer que as organizações são

espaços coletivos em que existem as diferenças, em que irrompem os conflitos e em que também desabrocha a convivência negociada (FREITAS, 2002). É pertinente reconhecer que os sujeitos, em sua processualidade reflexiva, são capazes de romper com os limites imediatos que o contexto social parece impor (GONZÁLEZ REY, 2003), o que permite entrever uma relação inversa entre os construtos cultura e subjetividade, isto é, as configurações subjetivas individuais (ou singulares) (re)criando produções sociais como a cultura.

A propósito, uma organização prisional se apresenta como um lugar, e o lugar, na acepção que aqui se adota, está assentado em uma concepção de produção social. Daí, agora, surge a indagação: quais as possíveis relações entre lugar e subjetividade?

O lugar, ao ser entendido a partir de uma dinâmica de limites físicos, simbólicos ou sociais, potencializa ou não a ação individual e social, constitui um tipo de palco no qual o sujeito reflete sobre sua *presença* em um lugar (ou quem sabe, em lugar nenhum) no mundo. Ora, como não reconhecer que o espaço social nas suas modalidades dividido, controlado ou imposto, não produz e reproduz modos de ser humano ou experiências subjetivas, ao gosto de uma suposta racionalidade (FISCHER, 1994; VALADARES, 2000; HALFORD; LEONARD, 2006)?

Vislumbra-se uma relação inversa, isto é, a noção de que configurações subjetivas individuais atuariam também de forma a constituir o espaço social (ou lugar). Como já relatado na parte de fundamentação teórica, isso fica mais claro quando dos processos de apropriação, caracterizados pela dominação, de caráter físico ou psicológico, do sujeito sobre o lugar, fazendo desse último alvo de práticas e intervenções capazes de corroborá-lo ou transformá-lo de acordo com suas peculiaridades. Para o sujeito, a apropriação permite que ele se afirme (ou se reafirme) sobre dado lugar, fazendo desse algo único e próprio (FISCHER, 1994). Ademais, vale-se aqui, mais uma vez, da noção de um sujeito reflexivo (GONZÁLEZ REY, 2003), que tem a capacidade de colocar em xeque muitos dos determinismos dos espaços sociais ao questionar o mundo em que vive, e que acaba por produzir sentidos que não somente constituem o seu eu, mas que também perfazem os espaços sociais nos quais estabelece relações.

A fim de orientar a compreensão dessas possíveis relações entre lugar e subjetividade, procura-se, de início, identificar os elementos concretos e simbólicos que caracterizam o lugar prisão. Duas questões sustentaram esse nível de análise: (i) Existem diferentes lugares no lugar prisão? (ii) Quais os elementos concretos e simbólicos que demarcam esses diferentes lugares no lugar prisão? Em seguida, busca-se analisar a articulação dos elementos concretos

e simbólicos do lugar prisão com os sentidos que os sujeitos produzem sobre esse lugar, sobre o lugar que eles ocupam no lugar prisão, bem como no lugar sociedade.

O mapa teórico-empírico desta pesquisa está representado na figura 1.

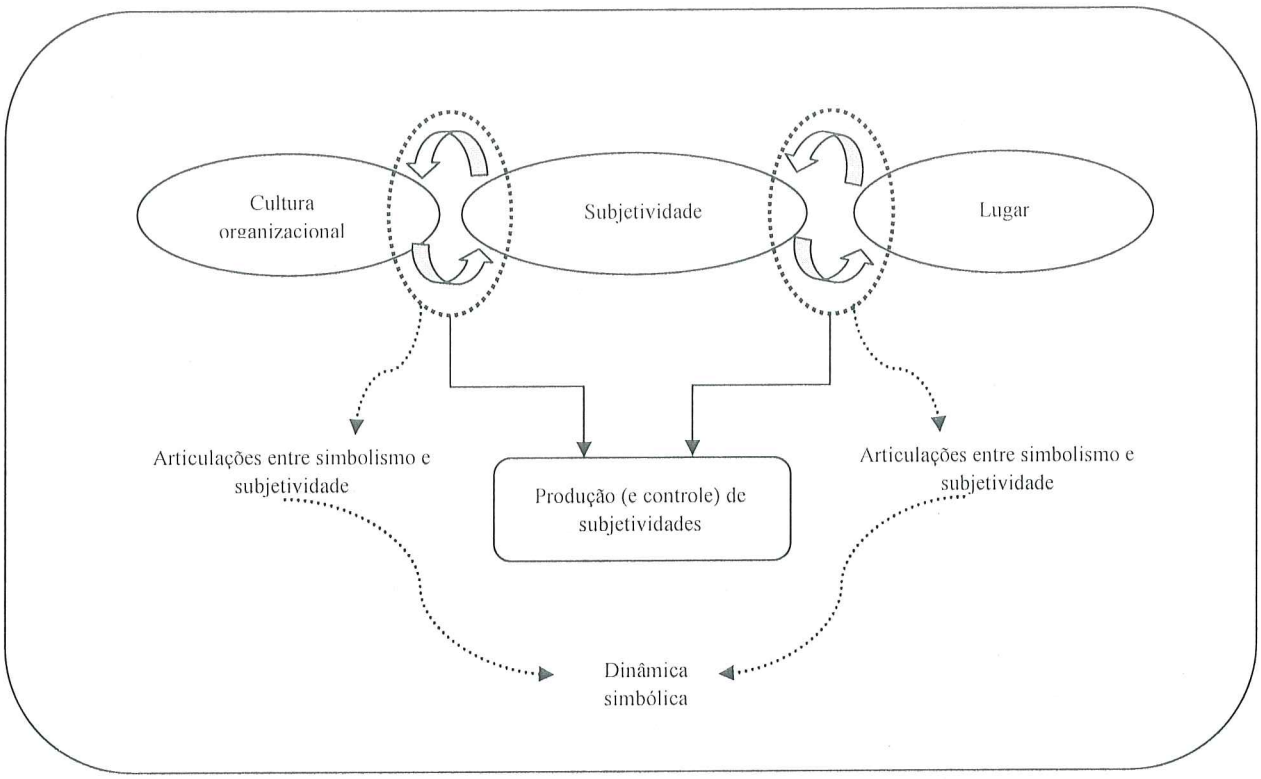

Figura 1 – Mapa teórico-empírico da pesquisa
Fonte – Elaborada pela autora da dissertação

Na intenção de analisar esses processos contínuos de significação e ressignificação dos diferentes signos, ou mesmo dos diferentes elementos formais e informais que perpassam o cotidiano nas organizações, baseou-se em três categorias analíticas: subjetividade, cultura organizacional e lugar. Optou-se pela análise das relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar pelo fato de se julgar que a emergência dos três fenômenos se pauta em princípios de influências recíprocas.

A cultura (MORGAN, 1996; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010) e o lugar (LEFEBVRE, 1991) são, de certo modo, produções simbólicas que se organizam nas práticas e relações sociais entre os sujeitos. Ainda, a cultura em uma organização e o próprio lugar organização são construídos a partir da produção de sentidos dos sujeitos que, qualquer que seja o motivo, têm suas percepções e ações ali histórica e contextualmente localizadas. Ao propor analisar as relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar, aborda-se então a problemática da produção (e controle) da subjetividade nas organizações.

Se tais organizações, aqui, incluem as prisões, são consideradas padrões de discursos simbólicos (SMIRCICH, 1983a), construídos quando das interações humanas, de que forma tais discursos concorrem para a construção dos indivíduos como sujeitos que pertencem a uma determinada coletividade (ou determinada categoria)? Em outras palavras, de que forma tais discursos mobilizam subjetividades, ou normalizam modos de o sujeito ser e se relacionar? Por outro lado, questionam-se os modos de o sujeito exercer seu potencial (re)criador diante das estruturas e processos organizacionais de cunho normalizador. Quais os mecanismos de resistência do sujeito às tentativas de mobilização e controle de suas produções de sentidos? Tais indagações, em maior ou menor grau, se inscrevem em um nível de análise das possíveis articulações entre simbolismo e subjetividade e, na medida em que abarcam movimentos de significação e ressignificação, entende-se que as especificidades da dinâmica simbólica da organização prisional escolhida serão compreendidas.

6.2 Da posição epistemológica

"Conhecimento científico é conhecimento provado"; "Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência"; "O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente". Tais assertivas, para Chalmers (1993, p. 24), delineiam, comumente, as concepções mantidas acerca da ciência moderna ou do conhecimento científico, visões essas que remetem ao que se poderia chamar de epistemologias objetivistas.

O modelo de racionalidade científica, que fornece as bases para a ciência moderna, não obstante ter se desenvolvido no domínio das ciências naturais a partir do Século XVI, se estende, no correr dos Séculos XVIII e XIX, ao âmbito das ciências sociais emergentes. Essa nova racionalidade científica conduz, assim, a uma distinção fundamental entre conhecimento científico e senso comum. Mais precisamente, todas as formas de conhecimento que não se pautarem em princípios epistemológicos e regras metodológicas da tal racionalidade científica seriam classificadas na categoria senso comum (SANTOS, 2006).

No bojo desses princípios epistemológicos e regras metodológicas que amparam essa visão positivista de enxergar o mundo, está uma noção de que o avanço do conhecimento científico ocorre por meio da quantificação e da formulação de leis gerais sobre os fenômenos. Conhecer tornou-se, então, sinônimo de quantificar, bem como de dividir,

classificar e, por fim, identificar relações de causalidade que sustentem a elaboração de leis gerais (SANTOS, 2006).

As noções que conformam esse modelo de racionalidade científica, que se origina nos idos do Século XVI, podem ser percebidas como sendo o prenúncio do desenvolvimento da corrente positivista no Século XIX. O positivismo, dentre outros aspectos, encerra a defesa da analogia entre as Ciências Exatas (ou Naturais) e as Ciências Humanas (ou Sociais). Aliás, o pressuposto é de que o mundo social é regido por leis naturais, independentes, pois, da vontade e das ações do homem. Destarte, no contexto das Ciências Sociais, assim como das Ciências Naturais, a observação e explicação de um dado fenômeno se dariam de forma objetiva, neutra, sem julgamentos de valor, sem ideologias.

Durkheim (1978), um dos expoentes da tradição positivista, explicita que os processos de investigação deveriam se assentar, primeiro, na consideração dos fatos sociais[35] como coisas, isto é, os fatos sociais seriam reduzidos às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. Ademais, a postura metodológica objetiva e rígida diante dos fatos sociais perpassaria o afastamento sistemático de todas as noções prévias. O caráter das observações dos fatos sociais remonta ao dos modelos de observação adotados no âmbito da Física e da Biologia. Nas palavras de Durkheim (1978, p. 108):

> [...] por isso é de regra, nas ciências naturais, afastar os dados sensíveis que se arriscam a ser demasiadamente pessoais, retendo exclusivamente os que apresentam um suficiente grau de objetividade. É assim que o físico substitui as vagas impressões produzidas pela temperatura ou pela eletricidade por uma representação visual das oscilações do termômetro ou eletrômetro. O sociólogo é obrigado às mesmas precauções. As características exteriores que lhe permitem definir o objeto das suas pesquisas devem ser tão objetivas quanto possível. Podemos pôr como princípio que os fatos sociais são tanto mais suscetíveis de ser objetivamente representados quanto mais livres estiverem dos fatos individuais que os manifestam.

Weber (2001) apresenta formulações que rompem com o ideal positivista de conhecimento objetivamente válido no campo das Ciências Sociais. Toda ação humana atrela-se às categorias de *fins* e *meios*. Assim sendo, os atos do sujeito no processo do fazer científico se baseiam em um conjunto de valores norteadores, não estando o fazer científico livre, pois, da subjetividade. Os tais valores norteadores ou *juízos de valor* são intrínsecos ao processo de pesquisa, não devem ser rejeitados. Ao contrário, devem ser avaliados, intersubjetivamente, pela comunidade científica.

---

[35] "É um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior; ou ainda, que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais" (DURKHEIM, 1978, p. 92).

Em outra obra, Weber (1998) pugna a separação do método de investigação das Ciências Naturais e das Ciências Sociais. O entendimento dos aspectos que constituem a realidade social subjaz o emprego do chamado método compreensivo, o qual consiste na compreensão dos sentidos das ações das pessoas e não apenas do que determina a exterioridade ou materialidade dessas ações, o que poderia ser identificado por simples observação direta. Conhece-se a realidade social por meio do sentido que os sujeitos conferem a suas ações, por meio das intenções subjetivas dos agentes ou, em outras palavras, o conhecimento da realidade social advém da capacidade analítica acerca das relações singulares, e não do conhecimento de leis ou proposições gerais. O trabalho de análise e descrição da realidade social a partir dessas premissas demarca, assim, os limites de uma epistemologia interpretativista.

Um dos aspectos que se podem ser depreendidos do que foi exposto por Weber (1998; 2001) é de que os processos de construção do conhecimento acerca de um objeto ou fenômeno dependem, fundamentalmente, das posições do sujeito do conhecimento. Sobre este ponto, concorda-se com as colocações de Schaff (1978, p. 291), que chama a atenção para o fato de que o sujeito que conhece está inserido em:

> [...] determinações socais mais diversas, em função das quais introduz no conhecimento elementos de subjetividade diversos: preconceitos, opiniões preconcebidas, predileções e fobias, os quais caracterizam sua atitude cognitiva. Mas o seu conhecimento é sobretudo função de outros fatores, igualmente determinados socialmente, tais como: a sua visão de realidade social, ligada à teoria e ao sistema de valores que aceitou; o seu modo de articulação da realidade, articulação que o leva a construir, a partir de fragmentos, fatos significantes em um sistema de referência determinado [...]

Schaff (1978) reforça a ideia de condicionamento social do conhecimento e que, desse modo, os conhecimentos obtidos em dada atividade científica não são totais, absolutos e definitivos, mas limitados, parciais e relativos. "O processo de conhecimento científico é ele próprio um fato humano, histórico e social", resume Goldmann (1979, p. 27).

Exemplo de uma dessas determinações sociais implicadas no fazer científico é a adoção que os pesquisadores fazem de determinado paradigma, conceito este, originalmente, proposto por Kuhn (1991). Na visão de Kuhn (1991, p. 13), os "[...] paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência". De outra forma, pode-se dizer que os sujeitos que conhecem se baseiam em dado paradigma, isto é, um modelo de representações e interpretações ou, ainda, uma teia de compromissos

teóricos e metodológicos, no intento de compreenderem dado aspecto da realidade social. Kuhn (1991) chega a declarar que as disputas retóricas substanciam o processo de escolha entre paradigmas ou teorias científicas, isto é, importaria mais a habilidade dos cientistas em estabelecer, de maneira persuasiva, suas regras, seus modelos, suas questões, do que o apego estrito aos argumentos que teriam origem na realização dos ditos experimentos controlados.

Com a finalidade de demarcar posicionamentos epistemológicos, é comum os pesquisadores da área de Administração recorrerem ao livro de Burrell e Morgan (1979), *Sociological Paradigms and Organisational Analysis*, obra que, em linhas gerais, apresenta quatro paradigmas[36] ou posições metateóricas que delimitariam a investigação científica e a produção das teorias organizacionais. É comum, também, que tais pesquisadores adotem um dos quatro paradigmas que conformam o quadro de referência elaborado por Burrell e Morgan (1979) ou, mais precisamente, o funcionalismo[37], o interpretativismo[38], o humanismo radical[39] e o estruturalismo radical[40].

Todavia, percebe-se, assim como Willmott (1993) e Deetz (1996), o quanto o diagrama construído por Burrell e Morgan (1979) se sustenta em uma perspectiva dualística que gera, em decorrência, a polarização, a segregação das análises, ou a incomensurabilidade paradigmática[41]. Portanto, no âmbito deste estudo, não se concebe o fato de que a realidade social seja constituída somente por *isto* ou *aquilo*, ou que os sujeitos sejam o resultado somente *disto* ou *daquilo*. De maneira mais específica, acredita-se que a realidade social é construída pelos processos de nomeação engendrados pelos sujeitos. É reconhecido também um conjunto de estruturas concretas, tangíveis, que está além da consciência dos sujeitos, que

---

[36] "Paradigmas são pressupostos metateóricos que subscrevem uma estrutura de referência, um modo de teorizar, um *modus operandi* dos cientistas sociais que operam dentro deles" (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 23).

[37] Ver nota de rodapé na página 15.

[38] Ver nota de rodapé na página 26.

[39] Em linhas gerais, o paradigma humanista radical é configurado pela interseção das dimensões subjetivista e da mudança radical. Uma noção básica é de que os sujeitos criam e sustentam a realidade social, porém, o que se origina dessa construção, muitas vezes, aprisiona aqueles mesmos sujeitos, controlando, restringindo e alienando a potencialidade inerente de ser humano. Assim, as reflexões dos teóricos humanistas radicais estão engajadas, em grande medida, na descoberta dos meios capazes de libertar o sujeito das amarras que permeiam as estruturas de dominação ideológica (BURRELL; MORGAN, 1979).

[40] O estruturalismo radical é o paradigma que chama a atenção para o fato de que o mundo social é formado por estruturas sólidas, concretas, reais, que independem dos significados e sentidos atribuídos pelo sujeito. No âmbito das formações sociais, acontecem as relações estruturais e, dessas, a emergência de conflito, elemento fecundo que suscitaria a mudança radical ou mudança dos padrões e/ou arranjos de dominação (BURRELL; MORGAN, 1979).

[41] "O que ela [a incomensurabilidade] implica é que cada paradigma deve, logicamente, desenvolver-se separadamente, perseguindo sua própria problemática, ignorando as problemáticas de outros paradigmas, considerando-os inválidos [...]" (JACKSON; CARTER, 1991 *apud* CLEGG; HARDY, 2001, p. 33).

potencializa ou limita a ação desses sujeitos, assim como de seus futuros processos de nomeação. O construto lugar, por exemplo, é entendido sob uma base de sentimentos e memórias do sujeito imbricadas em um determinado espaço que não prescinde dos aspectos físicos, geográficos, concretos que o condicionam.

É defendida uma posição de que existem estruturas objetivas que potencializam e limitam as ações e que, desse modo, os sujeitos não são completamente autônomos nos contextos sociais. Entretanto, admite-se a possibilidade da mudança radical, a possibilidade de o sujeito transcender determinadas limitações dos arranjos sociais existentes. Aliás, isso deve ter ficado claro quando da explicitação das relações entre os construtos subjetividade, cultura e lugar. Mais precisamente se, por um lado, a cultura era destacada como um conjunto de representações imaginárias que visa *enquadrar* os sujeitos, era feita uma alusão, por outro, à capacidade de os sujeitos ressignificar os discursos que lhe eram impostos, por exemplo.

No final dessas breves reflexões, chega-se à conclusão de que esta pesquisa não pode ser classificada em apenas um dos quadrantes, na medida em que abarca os fundamentos subjetivista e objetivista da dimensão atinente à natureza da ciência, passando pelo extremo da mudança radical na dimensão sobre a natureza da sociedade. Procura-se, desse modo, adotar uma perspectiva multiparadigmática quando se trata da análise dos fenômenos sociais nas organizações.

6.3 Das escolhas metodológicas

Laperrière (2012) afirma que toda metodologia científica encerra o propósito de resolver, de modo sistemático, os problemas que se impõem aos atos que constituem os processos de apreensão do mundo. Nas seções seguintes são tecidas considerações a respeito da abordagem, estratégia e técnicas que conformaram o arcabouço metodológico próprio da investigação acerca das relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar em uma instituição total.

6.3.1 Estratégia e método de pesquisa

Pesquisas científicas são construídas a partir de uma linguagem que se baseia, essencialmente, em conceitos, proposições, estratégias, métodos, técnicas e, por vezes, em hipóteses (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011). Inicia-se, portanto, a discussão sobre a

linguagem que caracteriza este trabalho asseverando que a estratégia que subjaz a sua construção é de cunho qualitativo.

Por que a adoção de uma abordagem qualitativa? A resposta está atrelada aos pressupostos, já assumidos em seções anteriores, sobre a natureza dos principais construtos dessa dissertação: lugar, cultura e subjetividade. Produção social foi uma expressão muito usada para se referir ao lugar e à cultura, haja vista o entendimento de que ambos emergem a partir das interações entre os sujeitos (LEFEBVRE, 1991; CHANLAT, 1996a; MORGAN, 1996; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010). Por seu turno, admitiu-se a subjetividade como a maneira de esses mesmos sujeitos, os quais têm uma trajetória que lhes é singular, expressarem-se ou produzirem sentidos em um espaço social (GONZÁLEZ REY, 2003; 2009). Decorre-se que a investigação do lugar e da cultura como socialmente construídos e da subjetividade como uma manifestação de sentidos histórica e contextualmente localizada, passa ao largo da visão quantitativa que pressupõe a realidade social como uma estrutura fixa de relações causais entre variáveis que, mediante técnicas de mensuração e a adoção de modelos experimentais, poderiam ser traduzidas pela formulação de leis e de explicações gerais (CHIZZOTTI, 2005).

Ao contrário, em uma pesquisa qualitativa como esta, os esforços se voltam para uma compreensão acerca da natureza particular dos fenômenos (ou objetos) e das relações que estabelecem, sendo tal natureza delimitada por algumas regularidades mas, também (e principalmente), pela complexidade, pelas inconstâncias e contradições (GODOY, 1995; CHIZZOTTI, 2005). Em outras palavras, a estratégia qualitativa se mostra adequada ao oferecer sustentação ao objetivo de analisar as dinâmicas imbricadas, por exemplo, nas relações entre os aspectos simbólicos de uma espacialidade, as memórias, significações culturais a ela vinculadas e os sentidos que nela e sobre ela são produzidos. Parafraseando Flick (2004), pode-se dizer que a abordagem qualitativa foi escolhida pelo fato de que, neste trabalho, não importa o estudo de situações passíveis de serem reproduzidas em contextos artificiais de *laboratório*, mas, sim, das implicações engendradas pelas distintas práticas e interações dos sujeitos em um espaço social peculiar.

Ademais, admite-se, tal como González Rey (2010), que o conhecimento tem um caráter construtivo-interpretativo, isto é, a produção de conhecimento não se confunde com apropriação linear de uma realidade e um consequente elencar de categorias universais. De modo contrário, as reflexões e práticas de investigação são legitimadas a partir da intenção de se produzir novas *zonas de sentido*, ou campos de inteligibilidade que, longe de esgotar as possibilidades de explicação de uma questão de pesquisa, abrem os caminhos para novos e

futuros aprofundamentos nas construções teóricas. Recorrendo às palavras de González Rey (2010, p. 6):

> [...] ao afirmar que nosso conhecimento tem um caráter construtivo-interpretativo, estamos tentando superar a ilusão de validade ou a legitimidade de um conhecimento por sua correspondência linear com uma realidade, esperança essa que se converteu, contrariamente ao que pensam e sentem seus seguidores, em uma construção simplificada e arbitrária a respeito da realidade, ao fragmentá-la em variáveis susceptíveis de procedimentos estatísticos e experimentais de verificação, mas que não possuem o menor valor heurístico para produzir "zonas de sentido" sobre o problema que estudam, afastando-se, dessa forma, da organização complexa da realidade estudada.

A fim de gerar, então, novas *zonas de sentidos* a respeito das relações entre lugar, cultura organizacional e subjetividade em instituições totais, otou-se pelo estudo de caso. Yin[42] (2005) assinala que o método de estudo de caso é caracterizado pela investigação profunda de fenômenos contemporâneos inseridos em determinado contexto da realidade, principalmente quando os limites entre fenômeno e contexto assumem contornos pouco discerníveis. Essa estratégia de pesquisa torna-se adequada quando o pesquisador busca a compreensão das dinâmicas presentes em contextos singulares (EISENHARDT, 1989), ou quando as descrições são complexas e abrangem uma miríade de elementos (STAKE, 1978).

Os fenômenos têm sentido apenas em relação ao contexto no qual se inserem. Tal premissa, que vale, tanto para a investigação dos fenômenos do mundo natural, quanto para a dos que pertencem ao mundo social, conduz a busca por procedimentos que permitam uma espécie de *imersão* dos pesquisadores nos contextos *naturais* em que são produzidos os fenômenos. Esses contextos *naturais* precisam ser suficientemente amplos para fazer sentido, além de suficientemente delimitados, de modo a viabilizar as condições para a consecução de uma análise em profundidade (LAPERRIÈRE, 2012). "Conforme os objetivos dos pesquisadores, suas perspectivas teóricas e o método qualitativo escolhido, essas situações naturais variarão enormemente, podendo tratar-se de uma história de vida, de uma conversa, de uma subcultura, de uma instituição social [...]" (LAPERRIÈRE, 2012, p. 417).

Escolhido com base no intento de apreender os fenômenos em um determinado contexto *natural*, o estudo de caso foi levado a cabo no que se chamaria de centro de ressocialização, haja vista a classificação dos espaços prisionais. Parte-se de alguns aspectos implicados na ideia do singular como instância de produção de conhecimento científico, entre eles o fato de que o processo de generalização é possível, mas não é um processo amarrado à

[42] Não obstante saber que Robert Yin apresenta o método estudo de caso a partir de uma abordagem que parece estar calcada em preceitos funcionalistas, utilizam-se, aqui, as apreciações de semelhante autor haja vista sua importância para a consolidação do arcabouço teórico sobre o método estudo de caso.

quantidade de unidades empíricas ou de sujeitos considerados (GONZÁLEZ REY, 2003; 2010). A seguir, está a subseção que se compõe pela caracterização do espaço social em que se realizou a presente pesquisa.

6.3.2 "As coisas só tem significado quando nós as conhecemos": o objeto de pesquisa

"As coisas só tem significado quando nós as conhecemos". Semelhante assertiva, a qual compõe parte do título dessa subseção, chama a atenção de quem adentra na portaria da unidade feminina do Centro de Reintegração Social Franz de Castro Holzwarth da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Itaúna. Escrita com letras coloridas e nos idiomas português, inglês e espanhol, a assertiva se encontra emoldurada e pendurada na parede, sendo um dos poucos objetos que compõem a mobília da sala de espera da APAC feminina, a unidade empírica da presente pesquisa. Nesse contexto, então, tal frase chama a conhecer um pouco da APAC feminina de Itaúna.

Inaugurada em 26 de julho de 2002, nas mesmas instalações onde outrora funcionava a APAC masculina, a APAC feminina, na época de realização desta pesquisa, abrigava cerca de 30 mulheres ou, melhor dizendo, 30 recuperandas, as quais cumpriam suas sentenças nos regimes fechado, semiaberto e aberto. A equipe responsável pela gestão da organização pesquisada compõe-se de uma gerente administrativo, uma secretária executiva, uma tesoureira, um inspetor de metodologia e um advogado. Ainda, quatro mulheres ocupam o cargo de plantonista, exercendo, pois, as atividades de vigilância e custódia das mulheres que cumprem pena na APAC feminina.

Compreender os aspectos simbólicos, subjetivos, sociais e organizativos que constituem a unidade feminina da APAC requer o entendimento dos elementos inerentes à formação da organização APAC como um todo.

A história da APAC não começa em Itaúna, cidade do estado de Minas Gerais. A APAC foi fundada, no dia 18 de novembro de 1972, no estado de São Paulo, mais precisamente, na cidade de São José dos Campos. Aliás, em 1972, a APAC era apenas um pequeno grupo de voluntários cristãos denominado "Amando o Próximo, Amarás a Cristo" que empreendia visitas às cadeias e presídios da cidade de São José dos Campos. Tal grupo, idealizado pelo advogado Mário Ottoboni, formou-se a partir do intento de prestar assistência aos sujeitos que cumpriam penas privativas de liberdade, para amenizar, portanto, as constantes aflições vividas por aqueles primeiros. Todavia, em meio a inúmeras dificuldades

que cada vez mais despontavam (muitos voluntários eram impedidos de entrar em determinados estabelecimentos prisionais, por exemplo) e atrapalhavam o desenvolvimento desse trabalho de Pastoral Carcerária (ou Penitenciária)[43], o grupo "Amando o Próximo, Amarás a Cristo", em 1974, adquire personalidade jurídica e passa a atuar como Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC[44] (FBAC, 2010; OTTOBONI, 1997; 2001).

A partir de então, a APAC, entidade civil de direito privado e organização auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, no processo de execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto, consolida, sob o respaldo da Constituição Federal, do Código Civil e da Lei de Execução Penal, a consecução de objetivos precípuos, já partilhados ainda quando da Pastoral Carcerária, quais sejam: promover a humanização das prisões sem perder o caráter punitivo da pena, ajudar o condenado a se recuperar e se reintegrar ao convívio da sociedade (FBAC, 2010; OTTOBONI, 1997; 2001).

Nesse ponto do texto, poder-se-ia tecer questionamentos acerca do que diferenciaria um presídio, uma penitenciária de um centro de ressocialização da APAC, fundando nos preceitos citados no parágrafo anterior. A resposta é, inclusive, objeto de destaque nos materiais institucionais elaborados com o fito de divulgar a proposta apaqueana.

> [...] a principal diferença entre a APAC e o Sistema Prisional Comum, é que na APAC os próprios presos (recuperandos) são co-responsáveis pela sua recuperação e têm assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade (FBAC, 2010, p. 22).

Ainda na defesa de diferenças entre os espaços prisionais comuns e a APAC, Ottoboni (2001, p. 45) diz que: "[...] enquanto o sistema penitenciário praticamente – existem exceções – mata o homem e o criminoso que existe nele, em razão de suas falhas e mazelas, a APAC propugna acirradamente por matar o criminoso e salvar o homem". De maneira mais específica, o cerne da questão parece estar na percepção de que, muito mais do que um "lugar geográfico", a APAC se coloca como sendo um método de recuperação dos sujeitos que, porventura, cometeram alguma espécie de delito. Um método "[...] que pode ser aplicado em qualquer estabelecimento penal, com ou sem o concurso da polícia [...]" (OTTOBONI, 2001, p. 53).

---

[43] Grupo constituído por sujeitos que estabelecem ações de evangelização nos espaços sociais da prisão.

[44] A APAC é filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), órgão que tem a função de orientar e manter a unidade de propósitos das associações.

O conjunto de políticas, práticas e processos em que subjazem todos os centros de ressocialização da APAC é delineado, em maior ou menor grau, a partir da observância aos doze elementos fundamentais do que se nomeia *Método APAC*: (i) participação da comunidade; (ii) recuperando ajudando recuperando; (iii) trabalho; (iv) religião; (v) assistência jurídica; (vi) assistência à saúde; (vii) valorização humana; (viii) família; (ix) o voluntário e sua formação; (x) centro de reintegração social (CSC); (xi) mérito; e (xii) a jornada da libertação com cristo (FBAC, 2010; OTTOBONI, 1997; 2001).

Segundo a metodologia apaqueana, tudo se inicia com a *participação da comunidade*, haja vista a necessidade de, cada vez mais, despertar em diversos atores sociais a necessidade de fortalecer iniciativas calcadas no objetivo de preparar o retorno dos sujeitos condenados ao convívio da sociedade, já que, segundo Ottoboni (2001), o Estado tem conseguido pouco êxito na realização de semelhante objetivo.

A máxima *recuperando ajudando recuperando*, segundo elemento do método, surge no bojo de corroborar atitudes de cooperação entre os sujeitos que vivem em um mesmo espaço social, o que demarcaria regras de boa convivência. Aqui faz-se premente esclarecer o motivo da utilização do léxico *recuperando*. No âmbito da APAC, o discurso da recuperação assume preponderância e, assim, a designação admitida como correta para se referir ao sujeito que cumpre pena é *recuperando*. Esse tal eufemismo, de acordo com o próprio Ottoboni (1997; 2001), evita o uso de termos como *preso*, *interno*, *apenado*, *condenado*, *encarcerado*, os quais atuam de maneira a depreciar o ser humano.

O *trabalho* faz parte da proposta da APAC, e é concebido e/ou significado de maneiras distintas dependendo, pois, do regime de cumprimento de pena em que é aplicado. Por exemplo, no regime fechado, prioriza-se a feitura de atividades laborterápicas (ou artesanais). A formação de mão de obra especializada ou, em outras palavras, a profissionalização dos sujeitos por meio de oficinas específicas é o que sustenta a concepção desse terceiro elemento do método no regime semiaberto. No regime aberto, a inserção social norteia o desempenho das atividades laborativas. Nesse estágio de cumprimento de pena, o recuperando trabalha em espaços sociais para além dos muros do Centro de Reintegração Social (FBAC, 2010; OTTOBONI, 2001).

O quarto elemento do Método APAC é a *religião*. Na explicação que busca justificar a abordagem do aspecto religioso quando do cumprimento das penas privativas de liberdade, remete-se sempre à "[...] importância de se fazer a experiência de Deus, ter uma religião, amar e ser amado, sem imposição de credos, desde que pautada pela ética, levando à transformação moral do recuperando" (FBAC, 2010, p. 21).

A metodologia da organização também prevê *assistência jurídica* aos recuperandos que não dispõem de recursos capazes de arcar com a contratação de um advogado. Além de assistência jurídica, existe uma preocupação com a saúde dos privados de liberdade, fornecendo-lhes assistência médica, psicológica e odontológica (OTTOBONI, 2001).

Torna-se importante dizer que, nas descrições a respeito do Método APAC, a questão da *valorização humana* aparece como sendo a base do trabalho levado a cabo nos centros de reintegração social. Ottoboni (2001, p. 85) escreve o seguinte sobre a valorização humana no contexto da APAC:

> [...] em reuniões de cela, com a utilização de métodos psicopedagógicos e mediante palestras de valorização humana, será realizado grande esforço para fazer o recuperando dar-se conta da realidade na qual está vivendo, bem como conhecer os próprios anseios, projetos de vida, as causas que o levaram à criminalidade, enfim, tudo aquilo que possa contribuir para a recuperação de sua auto-estima e da auto-confiança.

A recuperação dos sujeitos que cometeram crimes também passa pela busca do estreitamento dos vínculos familiares. A integração com a família, segundo os idealizadores do método, é tida como primordial em todos os estágios da vida prisional. Além da família, o voluntário ocupa posição de destaque no que tange ao desenvolvimento do trabalho da APAC. Na composição da metodologia, faz-se menção à ideia do voluntariado sensibilizando diversos atores sociais de dada comunidade para a causa defendida pela APAC e, posteriormente, a formação de um corpo de voluntários por meio de seminários intensivos destinados ao ensino da metodologia da organização (OTTOBONI, 2001).

O décimo elemento do método, *centro de reintegração social*, alude aos requisitos que deve abarcar o espaço físico em que os sujeitos cumprem suas penas de prisão. Um desses requisitos se refere, basicamente, à divisão dos espaços para a execução da pena, isto é, a existência de instalações para os denominados regimes fechado, semiaberto e aberto (OTTOBONI, 2001).

"A vida do recuperando é minuciosamente observada, no sentido de apurar seu mérito e a consequente progressão nos regimes" (FBAC, 2010, p. 21). Essa é uma das asserções utilizadas para esboçar uma ideia do que vem a ser *mérito* na esfera de discussão do Método APAC. Por ora, é importante ter em mente que o mérito, a partir dos preceitos apaqueanos, ultrapassa o mero ato de o sujeito ser *obediente* às normas disciplinares. Adquirir mérito, além do cumprimento das regras, envolve toda uma apreciação do envolvimento dos sujeitos com a proposta socializadora da organização, isto é, se tais sujeitos procuram desempenhar

atividades (ou mesmo demonstrar atitudes desejadas no convívio social, seja com os recuperandos, funcionários, voluntários ou visitantes) para além das que já lhe são impostas.

O que se denomina *jornada de libertação com cristo* constitui o último elemento da metodologia elaborada pelos idealizadores da APAC. Conhecida como sendo o ponto alto da metodologia, a tal jornada é, em linhas gerais, um encontro anual que ocorre sob a forma de inúmeras palestras de cunho fortemente religioso. Diz-se que o "[...] objetivo é provocar no recuperando a adoção de uma nova filosofia de vida, através de quatro dias de reflexão e interiorização de valores" (FBAC, 2010, p. 21).

Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México são exemplos de países que contam com organizações prisionais em que o trabalho desenvolvido com os sujeitos que cumprem pena privativa de liberdade é baseado nos princípios que constituem o Método APAC. No Brasil, existem cerca de 120 APACs juridicamente organizadas. Todavia, nesta pesquisa, o interesse recai sobre a unidade feminina da APAC de Itaúna. Contudo, por que logo a escolha de uma APAC como unidade empírica? E por que a escolha da APAC feminina de Itaúna? Na próxima subseção, empreende-se uma tentativa de responder a essas duas indagações.

6.3.3 Aproximação com o campo de pesquisa

Viu-se em Weber (2001) que o processo do fazer científico sustenta-se na escolha dos ditos *fins últimos*, o que implica considerar a subjetividade de quem pesquisa. Esses *fins últimos* de certa forma orientam o pesquisador quanto à delimitação do problema de pesquisa, das opções epistemológicas, teóricas e metodológicas que apoiarão a abordagem dos fenômenos ou das situações que constituem o referido problema. De maneira mais específica, Laperrière (2012, p. 414) afirma que:

> [...] os fenômenos humanos podem ser apreendidos a partir de diversas perspectivas teóricas, demandando um enfoque diferente na coleta e na análise dos dados; importando, assim, que as escolhas do pesquisador sejam claramente indicadas, de modo a permitir uma correta contextualização dos resultados. Por outro lado, o julgamento do pesquisador não se forma senão a partir de seus conhecimentos formais ou de suas análises teóricas. É a sua experiência integral que é solicitada pelo campo de pesquisa: sua apreensão pessoal do mundo, seus sentimentos, suas intuições, seus valores. Abstraindo-a, volta a deixá-la descontrolada, inconsciente, e, portanto, insidiosa, tornando-se invisíveis as posições pessoais do pesquisador no processo de objetivação dos dados. Enfim, a pesquisa nas ciências humanas é reflexiva: a interação entre os sujeitos e o pesquisador não se dá sem consequências, de parte a parte.

Contudo, não se garante a validade dos resultados de uma investigação apenas reconhecendo a subjetividade de quem pesquisa. As escolhas existenciais do sujeito assumem importância significativa na tarefa de entender a ação humana e, logo, a ação de fazer pesquisa, produzir conhecimento, mas isso não é o mesmo que concordar com o fato de que todas as formas de perceber e interpretar a realidade social são válidas. O sujeito que conhece não pode ficar alheio ao que se convenciona denominar critérios de cientificidade que permeiam as abordagens qualitativas do mundo social. A busca pelo *controle* ou neutralização da subjetividade, um ideal defendido pelos adeptos das epistemologias e metodologias positivistas, não se prefigura alternativa. O que se mostra mais adequado, nesse caso, é fornecer esclarecimentos acerca dos aspectos que concorrem para a formação da perspectiva de quem pesquisa, a fim de que membros da comunidade científica reflitam sobre de que maneira os sentidos produzidos pelo sujeito que conhece contribuíram para a obtenção dos resultados da pesquisa (LAPERRIÈRE, 2012). Tal processo intersubjetivo não ocorre somente no período derradeiro da investigação científica, mas de modo contínuo, em todas as suas fases. A própria qualificação do projeto desta dissertação, em meados de abril do ano de 2012, apresentou-se como um momento de interação intersubjetiva que resultou no incremento de muitos aspectos do plano desta pesquisa.

Tendo em vista essas considerações de Laperrière (2012), bem como os argumentos de Schaff (1978) sobre as determinações sociais implicadas na produção do conhecimento, procura-se delimitar a(s) posição(ões) do sujeito que conhece na compreensão das relações entre lugar, cultura organizacional e subjetividade na APAC feminina. Importa saber, por exemplo: (i) os sentidos que o sujeito que conhece produz sobre a APAC feminina e, por decorrência, os sentidos produzidos pelos sujeitos que trabalham ou cumprem pena na APAC feminina de Itaúna; (ii) o lugar do sujeito que conhece os lugares dos sujeitos nos lugares APAC feminina de Itaúna; (iii) os valores partir dos quais o sujeito que conhece conduziu o processo de investigação acerca dos valores partilhados (ou não) pelos sujeitos no âmbito da APAC feminina. Acredita-se que esses elementos que caracterizam a(s) posição(ões) do sujeito que conhece são elucidados com a resposta a uma pergunta: Qual o(s) lugar(es) do(s) lugar(es) APAC (com seus simbolismos e padrões de sociabilidade) na trajetória da pesquisadora?

Tudo começou no ano de 2008, ano em que a pesquisadora, ainda em seu curso de graduação, participou de um projeto de extensão cuja unidade empírica era a APAC masculina da cidade de Santa Luzia, no estado de Minas Gerais. O objetivo do projeto era

"[...] desenvolver um modelo de gestão de competências que contribuísse para a eficácia das políticas e das práticas administrativas e, consequentemente, para a plena implantação das diretrizes e dos procedimentos estabelecimentos pelo Método APAC" (BRANDÃO; WERNECK; SILVA, 2009, p. 185). Uma das atividades da pesquisadora foi a realização de entrevistas com todos os sujeitos que conformavam o lugar APAC masculina de Santa Luzia, os sujeitos que cumprem pena e os sujeitos responsáveis pela direção da organização.

Na primeira visita à APAC masculina, logo no portão de entrada, a pesquisadora espantou-se ao saber que o sujeito que recebia e permitia a passagem de toda a equipe do projeto era um dos sujeitos que lá cumpriam pena privativa de liberdade. "Mas eles ficam com a chave do portão na mão e não fogem?" Essa foi a pergunta que a pesquisadora fez para uma das professoras coordenadoras da pesquisa. A resposta veio em seguida: "Sim. Aqui é um presídio diferente dos outros que a gente está acostumada a ver na televisão". A palavra *diferente* fez com que a pesquisadora questionasse: "Ah, as pessoas que estão aqui cometeram crimes menos graves então?" E a sensação de alívio por parte da pesquisadora se dissipa ao ouvir a resposta: "Não, aqui tem gente que cometeu todo tipo de crime". Reproduz-se aqui esse diálogo, ainda presente na memória da pesquisadora, a fim de se recuperar o primeiro sentimento produzido em relação ao lugar APAC, isto é, o sentimento do medo. E foi o medo que esteve presente nas próximas duas visitas, principalmente, quando do momento da entrevista, em que a pesquisadora indagava aos sujeitos que cumpriam pena sobre os motivos que o levaram ao cárcere.

Entretanto, a convivência com os sujeitos que cumpriam pena fez com que as tardes de quinta-feira (o trabalho de campo era realizado exatamente nesse dia) incorporassem outro significado para a pesquisadora. Os preconceitos mantidos em relação ao sujeito desviante foram desaparecendo, e um sentimento de satisfação emergia nos dias do trabalho de campo. O aprendizado não se restringia ao entendimento de todas as etapas de um processo de investigação científica. Quando os sujeitos que cumpriam pena relatavam o seu cotidiano na APAC, as percepções da pesquisadora, de alguma forma, não permaneciam as mesmas de outrora. Depois de um ano, as atividades do projeto foram encerradas, e a pesquisadora passou a se dedicar ao entendimento de outros fenômenos da realidade social em outras realidades sociais.

Já no curso de mestrado, no ano de 2011, mais precisamente, no período de realização da disciplina *Dinâmica simbólica nas organizações*, concebeu-se a ideia da escrita de um artigo que contivesse os resultados de uma pesquisa sobre os sentidos do trabalho para quem cumpre pena privativa de liberdade. Daí, a pesquisadora lembrou-se da APAC. A intenção,

porém, era desenvolver esse trabalho com as mulheres presas, talvez pela inclinação da pesquisadora em se envolver com as questões que concernem às posições da mulher na sociedade. Um contato exitoso foi empreendido com a APAC feminina de Itaúna e, ainda em 2011, um processo de pesquisa foi conduzido, o qual resultou na produção de dois artigos (SILVA; SARAIVA, 2012a; SILVA; SARAIVA, 2012b) e, por fim, na motivação de buscar respostas para o problema de pesquisa desta dissertação.

Subjetividade, cultura organizacional e lugar eram os construtos que demarcaram a realização da pesquisa na APAC feminina de Itaúna agora, no ano de 2012. Seja em 2011, seja em 2012, a pesquisadora produzia sentidos diferentes daqueles que produziu nas primeiras visitas à APAC masculina de Itaúna. A chave do presídio nas mãos do sujeito que cumpria pena não mais era causa de estranhamento. Em 2012, quase todos os rostos eram conhecidos pela pesquisadora, haja vista a pesquisa feita em 2011. Assim, não foram raras as vezes que se ouviu: "Ah, que bom que você voltou, você sumiu daqui".

Da segunda quinzena de setembro à primeira quinzena de novembro do ano de 2012 foi o período abarcado pela coleta de dados para a construção desta dissertação. Geralmente, as atividades no campo de pesquisa eram levadas a cabo no correr de dois a três dias por semana e, assim, em razão da distância entre as cidades de Belo Horizonte e Itaúna, os responsáveis pela direção da APAC admitiram que a pesquisadora pernoitasse, por diversas vezes, em tal organização. Durante a noite, a pesquisadora permanecia no espaço social destinado aos sujeitos que cumprem pena no regime aberto e, ao longo do dia, o convívio era, predominantemente, com as mulheres dos regimes fechado e semiaberto. Nos dias em que estava na APAC, a pesquisadora fazia todas as refeições junto com as mulheres que cumprem pena ou *recuperandas*, denominação que será usada a partir de agora.

Essa inserção no campo viabilizou, sobremaneira, as condições para a realização da observação livre (TRIVIÑOS, 2007), técnica que supõe um olhar (seguido de reflexões, óbvio) para os comportamentos aparentes, os gestos dos sujeitos, bem como as características materiais (e simbólicas) dos espaços sociais. Foram redigidas, assim, algumas notas de campo que, em momento oportuno, serviram de apoio ao ato de interpretação do que foi coletado.

A entrevista, porém, configurou-se como o principal instrumento de elucidação dos sentidos subjetivos. As entrevistas foram semiestruturadas, tipo de entrevista que consiste de um conjunto de questões abertas, realizadas segundo uma ordem prevista, sendo que o entrevistador pode adicionar, durante o processo, possíveis indagações para esclarecimento

(LAVILLE; DIONE, 1999). Tópicos norteadores compuseram os roteiros[45] de pesquisa, isto é, apenas delimitou-se um conjunto de temas para os processos dialógicos que, de maneira geral, recaíram sobre as relações e modos de vida construídos pelos sujeitos dentro e fora do cárcere. No caso, tais sujeitos foram as pessoas que trabalham na APAC feminina, membros da equipe dirigente e da equipe de plantonistas e os sujeitos que vivem na APAC feminina, as mulheres que cumprem pena de prisão.

No quadro 3, estão sumariadas informações a respeito das recuperandas entrevistadas.

Entrevista	Idade	Motivo da prisão	Tempo que cumpre pena na APAC	Regime de cumprimento de pena
E1	31 anos	Roubo e associação ao tráfico	5 meses	Semiaberto
E2	20 anos	Tráfico de drogas	1 ano e 6 meses	Aberto
E3	33 anos	Tráfico de drogas	1 ano	Semiaberto
E4	26 anos	Tráfico de drogas	1 ano e 2 meses	Semiaberto
E5	31 anos	Tráfico de drogas	7 meses	Fechado
E6	27 anos	Tráfico de drogas	5 meses	Semiaberto
E7	32 anos	Tráfico de drogas	11 meses	Semiaberto
E9	27 anos	Tráfico de drogas	5 meses	Semiaberto
E12	51 anos	Homicídio	2 anos e 5 meses	Semiaberto
E13	30 anos	Tráfico de drogas	2 anos e 6 meses	Semiaberto
E14	35 anos	Tráfico de drogas	4 meses	Semiaberto
E15	47 anos	Tráfico de drogas	1 ano	Aberto
E16	27 anos	Tráfico de drogas	1 ano e um mês	Fechado
E20	42 anos	Tráfico de drogas	1 ano e um mês	Fechado
E21	29 anos	Tráfico de drogas	1 mês	Fechado
E22	42 anos	Estelionato	4 meses	Aberto
E23	27 anos	Homicídio	4 meses	Fechado
E24	25 anos	Tráfico de drogas	4 meses	Fechado
E26	28 anos	Tráfico de drogas	1 ano	Fechado

Quadro 3 – Perfil dos entrevistados – Recuperandas
Fonte – Elaborado pela autora da dissertação

No contexto de realização das entrevistas com as recuperandas, a pesquisadora também se valeu da técnica chamada fotoelicitação, a qual "[...] envolve o uso de fotografias para evocar comentários, memória e discussão no decorrer de uma entrevista semi-estruturada" (BANKS, 2009, p. 89). Retirada da internet, a fotografia[46] consiste na imagem das mãos de uma mulher algemadas para trás. A fotografia era mostrada para a recuperanda, sendo-lhe indagados os sentimentos ou memórias que emergiam a partir do ato de olhar para a imagem.

Além disso, sempre ao final das conversas com as recuperandas, a pesquisadora formulava a questão: "Se você fosse tirar uma fotografia de um lugar aqui na APAC, que,

[45] Ver Apêndices A, B e C.

[46] Ver Anexo A.

para você, representa a APAC, qual lugar seria esse?" Os discursos produzidos a partir dessa questão foram a base para que a pesquisadora tirasse fotografias dos lugares que tinham sentido para os sujeitos. Tais fotografias revelam, assim, não apenas o *olhar* da pesquisadora, uma vez que ela as tirou, mas, essencialmente, buscam desvelar o *olhar* do sujeito para o lugar em que cumpre pena. Não entregar a câmera fotográfica para que cada um dos sujeitos compusesse as imagens dos espaços foi uma decisão tomada tendo em vista as restrições impostas às mulheres que cumprem pena de transitarem em diferentes espaços (do regime aberto, semiaberto e fechado).

O quadro 4 contém as informações dos sujeitos entrevistados que estão ligados às atividades de gestão da APAC feminina de Itaúna.

Entrevista	Idade	Cargo	Tempo de exercício no cargo
E8	30 anos	Inspetor de Metodologia e Coordenador dos Seminários de Estudo do Método Apac	1 ano e 6 meses
E11	42 anos	Secretária Executiva	4 meses
E17	29 anos	Tesoureira	8 meses
E25	37 anos	Gerente Administrativo	3 anos

Quadro 4 – Perfil dos entrevistados – Equipe dirigente
Fonte – Elaborado pela autora da dissertação

Foram também entrevistados os sujeitos que ocupam o cargo de plantonista, isto é, os sujeitos cujas atividades precípuas se relacionam à vigilância e organização geral no espaço social da APAC feminina. O perfil das plantonistas entrevistadas consta no quadro 5.

Entrevista	Idade	Tempo de exercício no cargo de plantonista
E10	21 anos	4 meses
E18	29 anos	4 meses
E19	42 anos	2 meses

Quadro 5 – Perfil dos entrevistados – Plantonistas
Fonte – Elaborado pela autora da dissertação

Ao todo, foram realizadas 26 entrevistas e, antes de iniciar cada uma delas, a pesquisadora colocava o sujeito a par dos objetivos da pesquisa. Em seguida, era apresentado ao entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido[47], documento que prevê a autorização para uso do conteúdo do que o sujeito diz no momento da entrevista. Cada entrevista durou, em média, 50 minutos, tendo todas elas sido gravadas e, posteriormente, transcritas.

[47] Ver Anexo B.

O regimento disciplinar interno e outras publicações institucionais da APAC também foram coletados. Devido, porém, às limitações de tempo para o término da pesquisa, o referido material secundário não fez parte do *corpus* de análise. Reconhece-se, portanto, que apenas a consideração de material primário acaba por delinear uma limitação metodológica deste estudo.

6.3.4 Estratégia de análise dos dados

Os sentidos expressados precisavam ser interpretados, o que demandou a definição de um instrumento de análise. Para os fins deste trabalho, foi escolhida, então, a análise francesa do discurso.

Como definido por Maingueneau (1998), semelhante técnica não se limita a uma análise linguística do texto em si ou, por outro lado, a uma análise sociológica ou psicológica do seu contexto. É um instrumento que "[...] visa a articular sua enunciação sobre um certo lugar social" (MAINGUENEAU, 1998, p. 13). Adotar a técnica de análise do discurso passa pelo reconhecimento de que a linguagem não se configura como um universo de signos formais ou como uma entidade abstrata e neutra que serve apenas como meio de comunicação. Linguagem é, na instância dos discursos, modo de interação, modo de produção social e, portanto, lugar da manifestação da ideologia (BRANDÃO, 2002).

Na problemática dessa proposta de pesquisa, foi salientado o interesse em compreender as especificidades da dinâmica simbólica (SARAIVA; CARRIERI, 2010) que permeia um estabelecimento prisional (um tipo de instituição total), tomando como base, para tanto, a observância das relações entre os conceitos lugar, cultura e subjetividade. Consoante a uma linha de pensamento que concebe uma organização como um conjunto de linguagens (WESTWOOD; LINSTEAD, 2001), algo que se constitui no e pelo discurso (MUMBY; CLAIR, 1997) poder-se-ia dizer que perscrutar a dinâmica simbólica de uma organização (incluindo as prisões) seria o mesmo que perscrutar a existência de discursos que encerram matizes distintos.

Admitindo-se essa perspectiva, a técnica de análise de discurso demonstraria então ser adequada à tarefa de interpretar todo o material empírico. Explicando melhor, na medida em que são forjados nas interações humanas, os lugares organização, os lugares em uma organização e as culturas nessa mesma organização representam (ou são representados por) discursos, sejam estes velados ou explícitos. Ademais, os sujeitos produzem discursos a partir

das interações que aqueles primeiros desenvolvem com outros sujeitos no contexto de espaços sociais específicos. Aliás, os sujeitos, nesta pesquisa, se manifestam a partir de uma situação peculiar que é estar encarcerado em um centro de ressocialização ou, então, a partir de outra situação peculiar, que é trabalhar em um centro de ressocialização. A investigação presente está sustentada, portanto, na premissa de que, por meio das práticas discursivas, se compreenderá a produção de sentidos que se desenvolve na dinâmica das relações sociais historicamente constituídas e culturalmente localizadas (SPINK; MEDRADO, 1999).

Como produção social de textos e, precisamente, uma das formas de subjetividade social, os discursos se organizam dentro de inúmeros sentidos subjetivos, em cuja totalidade encerra-se o seu valor heurístico para o entendimento da realidade social. "O emprego das palavras é uma expressão simbólica, que além de mostrar um ou vários sistemas discursivos, significa também a história única de quem fala, o que diferencia as emoções associadas do emprego das palavras, dando lugar ao seu sentido" (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 213).

A transcrição de todos os discursos gerados no correr das entrevistas rendeu um total de 385 páginas impressas. Em seguida, as entrevistas foram lidas e decompostas em fragmentos discursivos menores, baseando-se na organização dos tópicos principais de cada roteiro. O material obtido ao cabo dessa tarefa foi chamado de *entrevistas tabuladas*. Mais uma vez, fez-se a leitura dos fragmentos que compunham esse referido material com o intento de realizar uma nova seleção de fragmentos, agora, tendo em conta, especificamente, os objetivos do estudo. O efetivo *corpus* da análise, um material de 95 páginas, foi produto dessa seleção, à qual se conferiu o nome de *entrevistas trabalhadas*.

Desse *corpus* de análise, foi feita ainda a escolha de enunciados a partir das categorias que se referem aos construtos subjetividade, cultura organizacional e lugar, categorias aquelas explicitadas nos títulos de cada seção e subseção do capítulo de análise. Empreendeu-se, assim, a análise de tais enunciados discursivos tendo em vista a sistemática[48] de identificação: (i) dos principais aspectos da análise lexical[49]; (ii) dos temas[50] e figuras[51] (explícitos e implícitos); (iii) dos principais percursos semânticos estruturados a partir dos temas e figuras; (iv) dos aspectos interdiscursivos; (v) dos aspectos da sintaxe discursiva; (vi) aspectos refletidos e refratados nos discursos; (vii) das condições de produção dos discursos; (viii) dos principais discursos presentes no texto; (ix) dos aspectos ideológicos defendidos e combatidos

[48] Baseada no roteiro utilizado por Saraiva (2009).

[49] Tipo de vocabulário.

[50] Elementos mais abstratos de um enunciado.

[51] Elementos mais concretos de um enunciado.

nos discursos; e (x) da posição do discurso hegemônico em cada um dos textos, em relação aos discursos hegemônicos na sociedade em que eles se situam. É importante deixar claro aqui que nem todas essas estratégias de análise do discurso foram usadas em todos os fragmentos discursivos. O uso dessa ou daquela estratégia discursiva esteve também atrelado aos objetivos que se mantinham na construção de cada seção dos capítulos de análise, pois se levou em consideração a pertinência de exposição de cada aspecto discursivo dos enunciados em cada parte do texto de análise.

7 VIDAS NA PRISÃO: SENTIDOS, CONFLITOS, APRISIONAMENTOS E RUPTURAS

A vida só é possível reinventada.
Cecília Meireles

Analisar os aspectos atinentes à constituição do sujeito a partir da identificação de elementos que compõem a trajetória construída por esse sujeito nos domínios da prisão. Esse foi o objetivo específico que, primordialmente, norteou as análises dos discursos proferidos pelos sujeitos desta pesquisa, quais sejam: os sujeitos que cumprem pena na APAC feminina, as recuperandas, e os sujeitos que não cumprem pena na APAC feminina, mas que exercem atividades laborativas nesse referido espaço social, plantonistas e dirigentes.

O interesse aqui recaiu sobre o *vivido* dos sujeitos na APAC feminina ou, em outras palavras, a intenção foi apreender os sentidos produzidos pelo sujeito acerca de si mesmo, das práticas que exerce (ou que sobre ele se exerce, ou, pelo menos, que se busca exercer) e das relações construídas (ou desconstruídas) com o *outro* nos e dos diferentes espaços sociais. É preciso dizer que essa maneira de conduzir o *olhar* para os discursos dos sujeitos se deve ao aporte teórico adotado. Mais precisamente, partilha-se de uma concepção histórico-cultural do homem (GONZÁLEZ REY, 2003), isto é, o homem se constitui sujeito a partir de suas produções de sentidos em diferentes espaços sociais, em diferentes períodos de tempo, produções de sentidos que se integram e se organizam no momento atual de certa ação, de certa relação.

Ademais, este capítulo foi construído a partir do referencial de que as produções de sentidos não ficam circunscritas ao intrapsíquico, mas se orientam por meio de uma dialética entre o que é individual e social. A subjetividade individual corresponde aos processos de produção subjetiva que contradizem e confrontam as configurações subjetivas dos espaços sociais. Já a subjetividade social refere-se a um sistema que integra sentidos subjetivos que, produzidos nas diferentes zonas da vida social da pessoa, se fazem presentes nos processos de relação que caracterizam qualquer grupo ou agência social (GONZÁLEZ REY, 2003).

Definido o principal suporte teórico para a realização das análises, discutem-se, agora, as produções de sentidos dos sujeitos da pesquisa.

7.1 O sujeito e o "outro"

"Não existe sujeito sem o outro [...]", afirma González Rey (2003, p. 183). Todavia, ainda segundo o mesmo autor, é preciso atinar para o fato de que: [...] este outro não é simplesmente uma voz, é um sentido subjetivo configurado nas emoções que historicamente tem constituído na história do sujeito em relação com este outro" (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 183). Nesta seção será apresentada, então, parte das análises dos sentidos subjetivos dos sujeitos a respeito do(s) *outro(s)*. Ao refletir sobre o *outro*, sobre a relação com *outro*, o sujeito também reflete sobre si mesmo, demarcando suas posições no espaço social APAC feminina e também em outros espaços sociais para além da prisão.

7.1.1 O "eu" "recuperanda" e o "outro" "presa"

Nos fragmentos discursivos (001), (002), (003), (004) e (005), as mulheres que cumprem pena na APAC produzem sentidos subjetivos sobre a condição de ser uma "recuperanda" ou de ser uma "presa". Em tais enunciados, o principal percurso semântico é o do "ser".

> (001) Ahh, tem diferença entre recuperanda e presa, porque eu acho que presa é um bicho. E agora recuperanda, não. Recuperanda está sempre melhorando. Agora, presa já é mais difícil, porque presa, quem fica preso é um animal. E até a sociedade parece que enxerga assim mesmo. Onde a gente anda, às vezes, saindo de escolta, e vai até hospital algemada, e se você é recuperanda, parece que tem até uma luz na gente. Mas, parece que eles olham diferente de quando a gente está andando com a Suapi[52]. (E3)[53]

> (002) Eu acho muita diferença. 'Preso', nem o animal merece esta palavra, que é muito triste. Recuperanda é bem melhor, porque você está recuperando aquilo que você fez de errado, você está tendo oportunidade de recuperar aquilo. Você tem a oportunidade de se tornar uma nova pessoa, uma nova mudança de vida. Agora, estar preso, a hora que soltar, vai soltar aquele monstro de novo. O que eu imagino é isto. E então se você está na prisão, enquanto você está lá sendo tratado do jeito que está, só causa ódio, raiva. E quando sai, sai cada vez pior. (E5)

[52] Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI).
[53] Com o intuito de preservar a espontaneidade das falas, nesta e nas demais transcrições de entrevistas, não se priorizou a correção gramatical e linguística.

De início, é necessário relembrar[54] que em todos os centros de reintegração da APAC "recuperando" é o termo considerado correto para a designação dos sujeitos que cumprem pena. Além da justificativa de ser considerado depreciativo se dirigir aos sujeitos como seres *sentenciados*, *detentos*, *apenados*, diz-se *recuperando* porque, ao aplicar de modo integrado os princípios que compõem o método de trabalho da APAC, emergiria a percepção de que "[...] algo perdido está sendo ou vai ser readquirido" (OTTOBONI, 1997; 2001).

Então, inscritas em uma instância social com configurações de sentido institucionalizadas (GONZÁLEZ REY, 2003) sobre o que se deve ou não dizer, E3 e E5 reproduzem o discurso da recuperação, o qual está associado ao *ser* "recuperanda" e, logo, o *estar* cumprindo pena na APAC. Mais precisamente, nesses dois fragmentos discursivos, as enunciadoras se pronunciam acerca das diferenças que demarcariam a existência de duas possibilidades de *ser* quando se trata das mulheres que cumprem pena privativa de liberdade, ser uma "recuperanda" ou ser uma "presa".

Ser uma recuperanda é diferente de ser uma presa, a qual cumpre pena em outros espaços sociais da prisão, espaços sociais indicados, na maioria dos discursos analisados neste estudo, pela denominação "sistema comum". E3 defende essa concepção já no início do fragmento discursivo (001), deixando explícito o tema da diferença. Na seleção lexical "Ahh, tem diferença entre recuperanda e presa, porque eu acho que presa é um bicho. E agora recuperanda, não", o implícito subentendido é que as mulheres que cumprem pena e são chamadas de "presa" recebem tratos tais como os conferidos a animais irracionais (a partir da metáfora "bicho"), ao passo que ser recuperanda é tratada como um ser um humano digno.

Nos fragmentos discursivos (001) e (002), evidencia-se a descrição da "recuperanda" a partir de suas relações com o tema da "mudança". A possibilidade de mudança no sujeito em si, emerge como um dos fundamentos do ser recuperanda. No primeiro discurso, está implícito o tema da mudança, enquanto que a enunciadora de (002) explicita o tema, por exemplo, no trecho "Você tem a oportunidade de se tornar uma nova pessoa, uma nova mudança de vida". Ser recuperanda implica a possibilidade de mudança de uma trajetória marcada pelo cometimento de crimes. Ser recuperanda, então, implica recuperação.

Em contrapartida, a disposição para os projetos de mudança não é atribuída ao ser "presa", aspecto este que permite a consideração do fenômeno da reincidência, relacionando-o, assim, aos espaços sociais do chamado sistema comum. Especificamente, tendo em conta o que foi dito em (002), a "prisão" (palavra que, nesse fragmento, é usada para denominar os

[54] Foi feita, no capítulo intitulado *A construção da pesquisa*, uma menção sobre esse motivo de o sujeito, na APAC, ser chamado de *recuperando* ou *recuperanda*.

estabelecimentos prisionais do sistema comum), é o lugar onde não se vislumbraria a possibilidade de mudança e, logo, de recuperação. Para E5, o *estar preso*, aqui se pressupondo, sob maus tratos ("E então se você está na prisão, enquanto você está sendo tratado do jeito que está [...]"), catalisaria as disposições do sujeito para, quando do seu retorno à sociedade mais ampla, reincidir nas atividades criminosas. E3, por seu turno, atribui, implicitamente, o fenômeno da reincidência aos sujeitos da categoria "presa" na seleção lexical: "Agora, presa já é mais difícil [...]". A referência feita a esses processos de reincidência constitui a interdiscursividade nos dois fragmentos discursivos, haja vista a ideia de recuperação que, primordialmente, está encerrada nos mesmos: a recuperanda, por ser tratada dignamente, pode se recuperar; a presa, por ser tratada como um bicho, não.

No enunciado (001) e (002), as enunciadoras teceram suas reflexões sobre o ser uma "presa", fazendo, para tanto, associações com a palavra "animal". Depreende-se que a palavra "animal" foi usada para remeter aos animais irracionais, diferentes, pois, dos seres humanos, recurso que parece revelar um sentido de inferioridade do "ser presa". No trecho "[...] quem fica preso é um animal", E3 usa o léxico "animal" para se referir à situação do estar preso e do ser presa. Ensejando uma comparação, "animal" sugere uma ligação com a agressividade e, logo, com o medo que se tem de algo por ser agressivo.

Ainda segundo E3, os membros da sociedade demonstram-se conscientes dessas diferenças que permeariam o ser uma "recuperanda" e o ser uma "presa". O olhar para o sujeito que cumpre pena seria um olhar diferente dependendo da presença de elementos relacionados ao sistema comum ("SUAPI", por exemplo), onde as mulheres privadas de liberdade recebem a denominação de "presa". Esse olhar, que pode relacionar-se com o julgamento da sociedade, seria mais tolerante em relação à recuperanda, denominação usada na APAC, justamente em função da perspectiva de recuperação (e, portanto, de *emenda* de algum desvio social cometido pelo sujeito) que sustenta o léxico "recuperanda".

Pela seleção lexical "Onde a gente anda, às vezes, saindo de escolta, e vai até hospital algemada, e se você é recuperanda, parece que tem até uma luz na gente. Mas, parece que eles olham diferente de quando a gente está andando com a Suapi", a compreensão é de que os sentidos subjetivos acerca das diferenças entre a condição de ser recuperanda e de ser presa estão atrelados a uma experiência vivida (e sentida) por quem diz. Não obstante estar em um espaço social em que os discursos institucionalizam o ser recuperanda, E3 produz sentidos sobre suas ações concretas em diferentes espaços sociais da prisão, APAC e sistema comum, e tais sentidos se relacionam às diferenças entre cumprir pena na APAC e cumprir pena no sistema comum. Em última instância, esses sentidos relacionam a recuperação ao espaço

social APAC e, de certo modo, a reincidência ao espaço social do sistema comum. Destarte, entende-se que mediante a um processo reflexivo, a enunciadora intervém na sua constituição como sujeito, bem como na constituição subjetiva dos espaços sociais APAC e sistema comum. Aqui, vislumbra-se, então, um dos aspectos que sugere a dialética entre o individual e o social na produção de subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2003).

Além do percurso semântico do "ser", o qual exibe elementos temáticos e figurativos atinentes às reflexões sobre a condição do ser uma recuperanda e do ser uma presa, os fragmentos discursivos (003) e (004) se estruturam pelo percurso semântico da "linguagem".

> (003) Tem uma grande diferença sim entre presa e recuperanda. A diferença maior que existe de recuperanda com presa, aqui, acho que você já sai até um pouco do foco, de que você está presa. Porque tem este negócio de recuperação, de melhoria, de transformação. E presa é detenta, presa, e as pessoas, às vezes, colocam um ar de arrogância nas palavras, conforme elas vão usar e acho que tem isto. Não sei, acho que fica marcado e tudo, conforme a pessoa fala, o jeito dela se expressar. E esta expressão, presa, por onde eu já passei já ouvi, você acaba, acaba que você quer descontar na outra. E aqui na APAC você se descobre, porque aqui você está é, eu coloco aqui como se eu estou me fortalecendo para mim sair lá fora e ganhar um rumo para a minha vida. Eu acho que tem muita diferença. Hoje, eu nem lembro mais da palavra presa. Eu não me lembro mais. Eu acho que por mais que eu esteja privada da liberdade, antes quando eu cheguei e tudo, eu usava muito, eu falava: 'Nossa, porque eu estou presa, porque eu estou e não sei o que, eu sou presa'. Não, agora não. Eu sou recuperanda. É porque quando eu cheguei até me adaptar, né. 'Eu sou presa e tudo, e não sei o que'. Aí, a direção vinha e falava: 'vocês são recuperandas. Vocês estão aqui para recuperar. Vocês erraram, vocês estão privadas de liberdade'. Então eu acho que este trabalho de valorização humana também é o que faz muita diferença aqui. Este trabalho de valorização que lá no presídio não tem. Aqui, você é valorizada, aqui tem este trabalho de valorização humana. Para você se sentir você mesma, para você se amar, para você ter sonhos. Eu acho que esta é a grande diferença: a presa e a recuperanda. (E4)

> (004) Falar que você é uma presa é totalmente diferente, é uma humilhação. É tipo chegar e falar: 'Você é preso, você não vale nada, você é um lixo'. Agora, na APAC não. Recuperanda, pelo sentido da palavra, já diz que a pessoa está recuperando de uma coisa errada que ela fez. A pessoa que realmente quer um objetivo de vida, que realmente quer uma mudança, ela se sente bem mais aliviada em estar chamando ela de recuperanda do que ser chamada de presa. (E26)

No fragmento discursivo (003), os temas da "diferença", da "recuperação", da "transformação" e da "privação de liberdade" (a partir de "privadas de liberdade"), juntamente com as figuras discursivas "presa", "recuperanda", "detenta", "palavras", "APAC", "presídio", formam o discurso que trata da importância/influência da linguagem nos processos de recuperação de quem cumpre pena. Baseando-se na concepção de que existe diferença entre ser uma "presa" e ser uma "recuperanda", a enunciadora indica que o uso da palavra "presa" comporta aspectos que poderiam ser relacionados à estigmatização (GOFFMAN, 2008) dos sujeitos que cometeram crimes. Tal afirmação se baseia no implícito

subtendido da seleção lexical: "E presa é detenta, presa, e as pessoas, às vezes, colocam um ar de arrogância nas palavras, conforme elas vão usar e acho que tem isto. Não sei, acho que fica marcado e tudo, conforme a pessoa fala, o jeito dela se expressar". De maneira oposta, o léxico "recuperanda", o qual seria atribuído às mulheres que cumprem pena na APAC, encerra uma acepção ligada à possibilidade de mudança de trajetórias e, em decorrência, ligada à recuperação dos sujeitos que tiveram sua incursão no mundo do crime.

No âmbito da APAC, o implícito subentendido de o sujeito ser nomeado pela palavra "recuperanda" parece destituí-lo da consciência sobre sua situação de aprisionamento. Essa interpretação é sustentada pela seleção lexical: "A diferença maior que existe de recuperanda com presa, aqui, acho que você já sai até um pouco do foco, de que você está presa". Para E4, ser chamada de recuperanda é um ato que influenciaria a forma de o sujeito pensar sobre si mesmo (suscita o amor-próprio) e de se colocar no mundo (elaborar planos ou "ter sonhos"). Corrobora-se, pois, a partir dessa interpretação, a importância da linguagem na construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Ainda, pelo enunciado (003), depreende-se que, na APAC, os elementos linguísticos para se referir à situação de aprisionamento sugerem uma espécie de regulação. Por exemplo, na APAC, o sujeito não está preso, ele está privado de liberdade. O controle da linguagem, consequentemente, é percebido no que diz respeito à utilização das denominações "recuperanda" e "presa", conforme a seleção lexical: "Eu acho que por mais que eu esteja privada da liberdade, antes quando eu cheguei e tudo, eu usava muito, eu falava: 'Nossa, porque eu estou presa, porque eu estou e não sei o que, eu sou presa'. Não, agora não. Eu sou recuperanda. É porque quando eu cheguei até me adaptar né. 'Eu sou presa e tudo, e não sei o que'. Aí, a direção vinha e falava 'vocês são recuperandas. Vocês estão aqui para recuperar. Vocês erraram, vocês estão privadas de liberdade'." Assim sendo, nota-se refração linguística no trecho: "Hoje eu nem lembro mais da palavra presa. Eu não me lembro mais". E4, implicitamente, procura demonstrar que reproduz a linguagem que é legitimada pela APAC. O que não faz parte do vocabulário autorizado (o léxico "presa"), simplesmente é esquecido.

O fragmento discursivo (004) também é composto pelo discurso que trata da importância da linguagem nos processos de recuperação de quem cumpre pena. A "humilhação", a "mudança" e a "diferença" (a partir do léxico "diferente"), são os temas do referido discurso. Para E26, dirigir-se ao sujeito usando a palavra "presa" consistiria em um ato de humilhação, que realçaria o desprezo por quem cometeu algum crime. Essa ideia de desprezo é sugerida pelo léxico "lixo", o qual sugere a referência àquilo que não tem mais qualquer utilidade, àquilo que, então, pode ser descartado: "É tipo chegar e falar: 'Você é

preso, você não vale nada, você é um lixo'." Diferentemente, a palavra "recuperanda" repassa um sentido de disposição para o ato de remir-se e, portanto, de mudar. E o implícito pressuposto é de que tais perspectivas da recuperação e da mudança funcionariam como lenitivos para o enfrentamento das situações no âmbito do cárcere. As crenças que subjazem o léxico "recuperanda" trazem uma espécie de consolo ao sujeito que cumpre pena privativa de liberdade: "A pessoa que realmente quer um objetivo de vida, que realmente quer uma mudança, ela se sente bem mais aliviada em estar chamando ela de recuperanda do que ser chamada de presa".

E26, no texto (004), faz uso do eufemismo na construção de seu discurso. A expressão "coisa errada" substitui a palavra crime (ou delito). O uso desse eufemismo remete à questão de que, para González Rey (2003), a linguagem traduz os sentidos subjetivos dos sujeitos, suas emoções, emoções estas que estão em movimento contínuo entre os espaços sociais, a partir das ações dos sujeitos nos diferentes espaços sociais. Pressupõe-se que enunciar a palavra crime (ou delito) evoca emoções de um período de tempo, de um espaço social que E26 escolhe não lembrar. Interpreta-se o uso desse eufemismo como sendo uma manifestação do sujeito reflexivo (GONZÁLEZ REY, 2003), isto é, do sujeito que, de certa maneira, rompe com alguns elementos do social a fim de gerar novas instâncias de subjetivação.

Ainda no que se refere aos sentidos subjetivos produzidos sobre o *ser presa* e o *ser recuperanda*, exibe-se, a seguir, o enunciado (005). Pode-se asseverar que o semelhante enunciado é construído a partir dos temas implícitos do "aprisionamento", da "libertação", da "diferença" e da "recuperação".

> (005) Lá na penitenciária, a gente era chamada de detenta, 'detenta fulana de tal'. E aqui na APAC eu sou chamada de recuperanda. Recuperanda nem em todo momento. Aqui, eu sou chamada pelo meu nome. Eu sou chamada de amiga, de companheira, eu sou chamada de diretora artística. E então eu não me sinto como se eu estivesse presa. Eu não me sinto como se eu estivesse assim num lugar, numa cadeia, numa prisão. Eu me soltei, eu me libertei, entendeu, dentro de mim. Porque também tem uma prisão, que a gente não está preso só atrás das grades, a gente está preso dentro da gente mesmo. E então eu me libertei. Eu acho muito legal, a maneira de tratar a gente é muito legal. Recuperanda é porque a gente está se recuperando. É igual o lema daqui, é matar o criminoso e recuperar a vitima. Porque dentro da gente existia um criminoso, mas a partir do momento que a gente vem para a APAC, ele morre. Aí, a gente é apenas uma vítima daquilo mesmo que a gente cultivou dentro da gente, de ir contra a lei, do crime. (E6)

A enunciadora, em (005), estabelece uma diferenciação entre as nomeações que recebia na penitenciária ("detenta", "detenta fulana de tal") e as que recebe na APAC ("recuperanda", "amiga", "companheira", "diretora artística"). Na APAC, ser chamada por

essas referidas denominações, bem como pelo seu próprio nome, permite que a enunciadora não tenha a sensação de aprisionamento. Segundo E6: "E aqui na APAC eu sou chamada de recuperanda. Recuperanda nem em todo momento. Aqui eu sou chamada pelo meu nome. Eu sou chamada de amiga, de companheira, eu sou chamada de diretora artística. E então eu não me sinto como se eu estivesse presa".

Em seu discurso, E6 afirma a existência de dois tipos de aprisionamento: o aprisionamento objetivo (físico), que é representado pela figura discursiva das "grades"; e, o aprisionamento subjetivo, aquele que ocorre no interior do sujeito ou, de outro modo, o que se refere à parte psíquica do sujeito. Depreende-se que essa prisão interior estaria associada ao sofrimento do sujeito, advindo das experiências em outros espaços sociais da prisão, isso pelo fato de que a mudança no caráter das nomeações, as quais recebe no espaço social da APAC, parece ter contribuído para a "libertação" interior de quem enuncia, enfim, para a dissipação do seu sofrimento: "Porque também tem uma prisão, que a gente não está preso só atrás das grades, a gente está preso dentro da gente mesmo. E então eu me libertei". Aqui, nota-se, então, que o sujeito produz sentidos a respeito do aprisionamento a partir de suas emoções em diferentes espaços sociais de cumprimento de pena privativa de liberdade, isto é, a subjetividade de quem enuncia é construída em uma dinâmica histórico-cultural (GONZÁLEZ REY, 2003).

O *ser recuperanda* e, logo, o *estar na APAC* são ressignificados por E6 a partir de uma perspectiva de redenção, de salvação do sujeito. As reflexões de E6 acabam por circunscrever a organização APAC em uma dimensão de *instituição divina*, de algo que propicia uma espécie de segurança narcísica ao sujeito, como discute Enriquez (2001a). Isso porque, na percepção da enunciadora, o sujeito que cumpre pena na APAC está fadado à recuperação. Na seleção lexical "porque dentro da gente existia um criminoso, mas a partir do momento que a gente vem para a APAC, ele morre. Aí, a gente é apenas uma vítima daquilo mesmo que a gente cultivou dentro da gente, de ir contra a lei, do crime", a menção a uma espécie de morte do criminoso consiste numa metáfora que indica a recuperação do sujeito desviante.

Por falar em sujeito desviante, percebe-se que "recuperanda" é uma denominação que demonstra estar baseada naquela lógica da categoria do *indivíduo a corrigir*, uma das categorias de anormais enunciadas por Foucault (1997). Entende-se que é um implícito subentendido no léxico "recuperanda" a possibilidade de emenda, de correção do sujeito. Subjaz, assim, ao chamamento "recuperanda" a ideia de anormalidade, de desvio. Em outras palavras, quando se afirma que a palavra "recuperanda" suscitaria, nos sujeitos que cumprem pena, a percepção de que "[...] algo perdido está sendo ou vai ser readquirido" (OTTOBONI,

1997; 2001), implícita está a ideia de algo que falta, de algo que retiraria, pois, a normalidade do sujeito.

E é a partir das inter-relações dessa configuração subjetiva já implicada nesse espaço social sobre a condição de ser recuperanda, com a configuração subjetiva de cada uma enunciadoras dos discursos (001), (002), (003), (004) e (005), é que se constroem as produções de sentidos sobre o *eu* "recuperanda", o *eu* que cumpre pena no espaço social APAC, e sobre o *outro*, o *outro* "presa" que se posiciona (ou é posicionado) em um distinto espaço social da prisão.

7.1.2 A "recuperanda-modelo"

Nos depoimentos (006) e (007), duas recuperandas refletem sobre as ações e práticas sociais que permeiam a condição de ser "recuperanda-modelo". O enunciado (006) é demarcado pelos percursos semânticos da "obediência", da "punição" e da "adaptação". Os temas se referem ao que é "padrão" (a partir do léxico "modelo"), ao "compromisso", ao "dever" (a partir do léxico "responsabilidade") e à "transgressão" (a partir do léxico "falta").

> (006) Recuperanda-modelo é a recuperanda que trabalhou, que não desobedeceu, que é o modelo da APAC, que é a recuperanda trabalhadeira, que tem responsabilidade, a recuperanda que respeita as normas e não desobedece as plantonistas, tanto as plantonistas, direção como as recuperandas. A recuperanda que não teve bolinha. Nossa, já levei tanta bolinha. Bolinha amarela desobedece as regras, por exemplo, chegar atrasada na oração, tem a roupa adequada para fazer oração, acordou atrasada, deixou coisa em cima da cama, desobedeceu a plantonista, não usou o crachá, deixou as coisas desorganizadas, não cumpriu as regras direito. A primeira bolinha é amarela, e então é simples, simples não, é falta leve. A segunda bolinha é a vermelha e que é grave não, é não me lembro. A do meio é mais ou menos. E a preta que é grave mesmo. Dá até transferência, por exemplo, se uma recuperanda discutir feio. Não tanto transferência, mas pode ser uma coisa grave, tem uma bolinha preta. E aí tem a primeira bolinha amarela, que é um dia sem lazer, sem ver uma televisão, sem ouvir um som. As primeiras duas bolinhas ficam uma semana sem ver televisão. A terceira bolinha uma semana, uma semana sem televisão e uma semana sem telefone. Não é fácil. Aqui é muita regra pra seguir, pra adaptar à APAC é difícil. Só quem consegue, é só quem quer recuperar mesmo. Eu já ganhei muita bolinha, no começo foi difícil para mim. Não estava nem aí para nada. Mas, nossa, foi muito difícil. A APAC tem regras, e nós recuperandas temos que cumprir as regras. Se não cumpriu, vai ganhar um comunicado, uma advertência, ou um comunicado verbal ou no papel, um comunicado. (E2)

Dos percursos semânticos e temas identificados, delineia-se o discurso do mérito. No bojo do imaginário social a respeito do ideal de recuperanda, esse discurso do mérito, em linhas gerais, chama para a consideração dos processos de negociação que permeiam os

relacionamentos na prisão. As sanções são aplicadas ou os prêmios são concedidos a partir de uma dinâmica instaurada e ditada pelas relações de troca. Relações de troca no seguinte sentido: se o sujeito obedece, ele aufere algumas regalias (ter dia de lazer, assistir televisão, usar o telefone), ao passo que a desobediência implica a retirada dessas últimas, ou na punição, simbolicamente representada pelas bolinhas nas cores "amarela", "vermelha" e "preta".

É preciso ter mérito para garantir a satisfação de determinadas necessidades no espaço social da prisão. Ainda, é necessário ter mérito para ser uma "recuperanda-modelo", para ser o *modelo* ou exemplo da APAC. A noção de exemplo, já em sua acepção, enseja caráter instrutivo. No caso, a recuperanda-modelo concretiza, de certa maneira, os comportamentos tidos como corretos na APAC. A nomeação da recuperanda-modelo parece, logo, consistir em uma tentativa de impor a normalização do sujeito no que se refere às suas relações com o *outro* na prisão (bom relacionamento com as outras recuperandas, bem como com as plantonistas e direção) e, principalmente, com os dispositivos que conformam o arcabouço disciplinar da APAC (trabalho, obediência às normas). Essa normalização da maneira de o sujeito ser e se relacionar na APAC, torna-se evidente ainda nas primeiras reflexões de E2: "Recuperanda-modelo é a recuperanda que trabalhou, que não desobedeceu, que é o modelo da APAC, que é a recuperanda trabalhadeira, que tem responsabilidade, a recuperanda que respeita as normas e não desobedece as plantonistas, tanto as plantonistas, direção como as recuperandas".

Assim, a percepção é de que a figura da "recuperanda-modelo" incorpora um sentido de dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1977) calcado no objetivo de produzir subjetividades normalizadas. Percebe-se, assim, no contexto da APAC, a vigência de um sistema de gratificação-sanção, o qual funciona a partir da qualificação dos comportamentos e desempenhos como bons ou maus, positivos ou negativos, e, por conseguinte, da distribuição de tais comportamentos e desempenhos em uma estrutura de notas ou pontos, criando, assim, uma espécie de economia penal ou contabilidade penal. E são essas *qualificação* e *quantificação* do sujeito é que possibilitam a marcação dos seus desvios, a hierarquização de suas qualidades, competências e aptidões e, portanto, a configuração dos preceitos que subsidiarão os atos de recompensar ou corrigir o sujeito (FOUCAULT, 1977), sendo um desses atos a escolha (ou não) da "recuperanda-modelo".

No fragmento discursivo (006), a interdiscursividade relaciona-se, então, à questão do demérito, do não ser digno de algo. E2 evoca um período de sua trajetória na APAC em que apresentava comportamentos não legitimados pela referida organização, um período de

dificuldades na adaptação ao lugar e a seus mecanismos regulatórios, um período em que, portanto, era punida: "Nossa, já levei tanta bolinha [...] Eu já ganhei muita bolinha, no começo foi difícil para mim. Não estava nem aí para nada". Tomando por base algumas elaborações teóricas de Foucault (1988), afirma-se que essa maneira não legitimada de comportar-se corresponderia a pontos de resistência (ou de ruptura em relação) aos aspectos disciplinares imbricados na lógica (normalizadora) que perpassa o processo de nomeação da "recuperanda-modelo". No caso, as ações concretas dos sujeitos, ações não legitimadas, seriam fruto de produções de sentidos *desviantes*. Agora, a partir de González Rey (2003), assevera-se que esses comportamentos não legitimados originam-se da processualidade reflexiva do sujeito, da capacidade de o sujeito posicionar-se de maneira ativa e criativa nos espaços sociais.

O aspecto refratado do discurso de E2 aparece como sendo a defesa da necessidade de cumprir as regras da APAC. Em outras palavras, a enunciadora, uma das recuperandas, tenta evidenciar sua concordância quanto ao aparato regulatório da organização pesquisada: "A APAC tem regras, e nós recuperandas temos que cumprir as regras". O fato é que em trechos anteriores do mesmo fragmento discursivo, E2 destaca os problemas de cumprimento às regras devido à grande quantidade das mesmas, por exemplo, em: "Aqui é muita regra pra seguir, pra adaptar à APAC é difícil", e tal aspecto é refletido linguisticamente.

O percurso semântico da "adaptação", que alude à ideia de cumprir essas tais regras e o que for estabelecido pela APAC, também é identificado no enunciado (007), a seguir. Semelhante percurso semântico aparece articulado ao tema explícito da "mudança". Ainda, em semelhante enunciado, reconhece-se o percurso semântico da "vigilância", isso pelo fato de E7 fornecer elementos discursivos de que o comportamento da recuperanda é observado, é avaliado. Tais elementos discursivos são identificados quando da elaboração de construções frasais usando, para tanto, os verbos "escolher", "ver", "avaliar", "notar", "colocar" (o verbo "colocar" no sentido de dispor ou classificar o sujeito em dada situação ou posição social).

> (007) Este negócio da recuperanda-modelo, é a recuperanda que eles escolhem que fez um tanto dentro do regime fechado. Aquela recuperanda que eles viam que dava trabalho e de repente ela resolveu mudar. Viu a mudança dela. E, aí, eles vão avaliando você, o seu comportamento, como você trata os outros, se você está trabalhando direitinho, cumprindo as regras. Você não obedecia, de repente, você começa a obedecer, começa a fazer tudo direitinho. Aí eles notam, e aí eles te colocam, te escolhem como recuperanda-modelo, porque você quis mudar. Percebe que você quis mudar de vida mesmo e que realmente você teve uma mudança. (E7)

E7 enuncia, assim, o discurso da disciplina, disciplina esta que perpassa o se tornar ou não uma "recuperanda-modelo". A aceitação e, em decorrência, a sujeição a um conjunto específico de modos de se posicionar no espaço social (maneira de desenvolver relações sociais, desempenho de atividades laborativas, cumprimento de todas as regras, como três exemplos), são delineadas como duas exigências que concernem à escolha da "recuperanda-modelo". Pode-se dizer que semelhante processo de escolha é substanciado por uma espécie de estrutura de vigilância do comportamento dos sujeitos (FOUCAULT, 1977). O procedimento da observação, sugerido pelos verbos "ver" e "notar", bem como a menção ao processo de avaliação do comportamento, fornecem uma ideia dos dispositivos que contribuem para a classificação dos sujeitos quanto sua adequação ao espaço social APAC.

À ideologia defendida do discurso da disciplina percebe-se a contraposição implícita do discurso da resistência (da rebeldia do sujeito), resistência esta já enunciada por E2 no fragmento discursivo (006). De início, a aceitação e a sujeição nem sempre se fazem presentes, isto é, os sujeitos, por vezes, adotam comportamentos diferentes dos que são legitimados pela APAC. A essas ações não legitimadas são atribuídas as mesmas interpretações que as descritas para o enunciado (006), à luz das distintas teorizações de Foucault (1988) e González Rey (2003).

No fragmento discursivo (007), a ideia de resistência fica mais clara na seleção lexical: "Aquela recuperanda que eles viam que dava trabalho [...]". O fato é que, pela forma como esse elemento interdiscursivo, que alude à resistência, foi trazido para o discurso (a partir do verbo "ver" no passado), o entendimento é de que se processa uma espécie de reforço do discurso da disciplina – ideologia defendida no discurso – pois é construído um argumento de que quem não se ajusta a alguns condicionantes organizacionais pode se emendar e, assim, tornar-se uma "recuperanda-modelo". Aqui, neste discurso, ao mesmo tempo em que se esboça a noção de resistência aos modos (normatizados) de ser e se relacionar, delineia-se a ideia de que os sentidos ditos normalizados parecem sobrepujar os sentidos de ruptura, que se chamariam de desviantes ou de criativos.

7.1.3 O sujeito e suas relações

Nesta subseção, são apresentados os sentidos subjetivos que os sujeitos atribuem às relações com o(s) *outro(s)*. O percurso semântico das "relações sociais" suporta a construção

dos próximos quatro fragmentos discursivos, (008), (009), (010) e (011), os quais fazem alusão, especificamente, ao caráter das relações desenvolvidas entre as recuperandas.

> (008) Cada recuperanda é de um jeito, cada uma tem um jeito. Todas são seres humanos, e quanto mais eu vejo o ser humano, mais eu gosto dos animais [...] E você só vê as recuperandas uma querendo o mal da outra, não vê uma querendo o bem, não vê amor, não vê aquela coisa que vamos fazer isto de coração. Eu vejo que elas estão fingindo. Então a gente fica até com medo de uma ou duas. O lema da APAC é recuperanda ajudando recuperanda. Mas, eu falo que é recuperanda fudendo recuperanda. O que pode fazer para atrapalhar faz. (E5)

Predominante, no enunciado (008), é o tema do "conflito", conflito este que tange às relações sociais na APAC. Um quadro conflituoso é explicitado quando se trata do relacionamento entre as recuperandas. E5 se vale do argumento que remete à diferença de personalidade dos sujeitos a fim de justificar o clima de animosidade que se instala na APAC. E5 refere-se ao *outro* "recuperanda" e sua diferença na seguinte seleção lexical: "Cada recuperanda é de um jeito, cada uma tem um jeito". No trecho "Todas são seres humanos, e quanto mais eu vejo o ser humano mais eu gosto dos animais [...]", E5 faz uma adaptação de um ditado reproduzido na sociedade mais ampla: quanto mais conheço os homens, mais gosto dos animais. Quando se faz menção a esse dito, o implícito subtendido é a descrença nas relações humanas, na criação de vínculos afetivos entre os sujeitos.

Ademais, em (008), a ideia de harmonia que se pretende veicular pelo que se chamariam de meios institucionais ("O lema da APAC é recuperanda ajudando recuperanda") é uma concepção ressignificada por E5, de maneira a corroborar, pois, a existência de conflitos ("Mas, eu falo que é recuperanda fudendo recuperanda").

Os temas do "conflito", da "punição" e da "diferença" aparecem no enunciado (009), o qual se organiza por dois percursos semânticos: o das "relações sociais", referido anteriormente e o percurso semântico da "tolerância".

> (009) Há conflitos, o que mais tem aqui é conflitos. Há conflitos. Há conflitos sim, mas, os conflitos aqui é igual eu te expliquei a gente tem que resolver eles no diálogo. Antes da punição, tem que haver advertência, tem que haver diálogo, reunião prisional, pra não ter agressão. Porque aqui dentro da APAC, não é admitido agressão física. Então, tem que conversar. Não é permitido nem agressão física e nem verbal. Nem através de palavras você não pode agredir a outra pessoa. Então você não pode fazer isto, e então o que é que acontece, a gente tem que entrar em acordo, conversar, dialogar. Se possível todos os dias fazer reunião [...] Todas nós temos que ter reunião prisional. Esta reunião é para resolver conflitos, mas, conflito sempre há. Onde tem mulher tem conflito. Sempre há. Hoje mesmo a gente teve conflito. Hoje a gente teve discussões e muita coisa a gente já resolveu. Mas é assim, todos os dias, praticamente todos os dias tem uma coisinha, mas a gente tem que resolver. A gente tem que conviver com as pessoas, com as diferenças delas, aceitar os defeitos dos outros. Eu, a partir do momento que eu aprendi a conviver com as

> pessoas com os defeitos, sem, assim, eu não posso acomodar porque aqui não é a minha casa, mas eu tenho que tolerar, as pessoas me toleram. Por que é que eu não posso tolerar as pessoas?! Eu também tenho defeito, ninguém é perfeito. E as pessoas me toleram. E aí eu vou reclamar dos defeitos do outro?! Não, eu tenho que tolerar também. Eu tenho que passar por cima disto. Eu tenho que ter na minha consciência que eu preciso me adaptar com as diferenças, porque lá fora tem muita diferença. Na sociedade, tem muita pessoa diferente, todo mundo é diferente. (E6)

O discurso de E6 é o da convivência negociada, isto é, o discurso sobre os aspectos que são (ou devem ser) ajustados quando do trato cotidiano entre os sujeitos. Os sentidos subjetivos que E6 produz a respeito do relacionar-se com o *outro* "recuperanda" são sentidos subjetivos enraizados na ideia de conflito. E6 explicita a consciência que tem sobre esse caráter conflituoso das relações sociais no meio em que cumpre pena: "Há conflitos, o que mais tem aqui é conflitos. Há conflitos".

A resolução dos conflitos demonstra, por sua vez, ser regulada. As figuras discursivas da "reunião" e, especificamente, da "reunião prisional" são percebidas como exemplos de mecanismos associados a tal processo de regulação. Estimula-se nos sujeitos a disposição de falar sobre o que concerne ao(s) motivo(s) de alguma discórdia. O que está implícito subentendido nessa ênfase que a enunciadora confere à necessidade do diálogo é o medo da punição, pois, medidas disciplinares serão tomadas se o sujeito resolver, mediante artifícios *não institucionalizados*, as possíveis contendas que teriam origem em suas relações com o *outro*, precisamente, o *outro* "recuperanda". Essa interpretação é possibilitada pela seleção lexical: "Porque aqui dentro da APAC não é admitido agressão física. Então, tem que conversar".

Além do percurso das "relações sociais", o discurso da convivência negociada é também construído pelo percurso semântico da "tolerância". Em outras palavras, a enunciadora defende que o relacionar-se com o *outro* "recuperanda", na APAC, demanda aceitação, isto é, admitir e tolerar os sujeitos e as particularidades que os constituem: "A gente tem que conviver com as pessoas, com as diferenças delas, aceitar os defeitos dos outros [...] Por que é que eu não posso tolerar as pessoas?! Eu também tenho defeito, ninguém é perfeito. E as pessoas me toleram. E aí eu vou reclamar dos defeitos do outro?! Não, eu tenho que tolerar também. Eu tenho que passar por cima disto".

Nessa seleção lexical, repara-se a refração linguística quando a enunciadora associa a existência de conflitos aos estereótipos de gênero: "Onde tem mulher, tem conflito". E6 parece justificar a situação conflituosa que permeia as relações sociais na APAC, pautando-se no argumento de a referida organização se constituir como um espaço social conformado por mulheres, seres que, para E6, são afeitos às discórdias.

Quem profere o enunciado (009) é uma recuperanda, assim como ocorre no enunciado (008). Assim sendo, é o próprio sujeito que produz sentidos subjetivos sobre suas relações com o *outro*, ou é o sujeito que produz sentidos sobre as relações entre os sujeitos de um grupo ao qual pertence, o grupo de recuperandas. Em contrapartida, nos enunciados (010) e (011), quem fala fornece elementos discursivos que indicam a sua situação de sujeito que não cumpre na APAC, mas de um sujeito que trabalha na APAC. Perceba que a maneira de usar o pronome "elas" para se referir às recuperandas delineia uma noção de distanciamento das situações relatadas, por exemplo.

> 010) As recuperandas são próximas, muito próximas, até para o mal. Elas se encobrem. Por exemplo, como no caso desta recuperanda que estava bêbada lá no semiaberto. O semiaberto tem o tamanho desse cômodo aqui como você viu lá embaixo, é pequeno. E ficam oito pessoas lá dentro e então todo mundo sabia que ela tinha bebido. E elas se conhecem. E quando você sobe com uma, todas as outras querem saber, defender. Em qualquer situação, aí isto é negativo. Elas são muito próximas. Mas, olha, no geral eu acho que as recuperandas cumprem bem as regras, porque todas conhecem o sistema comum. Então comparando lá com aqui, elas não querem correr o risco de voltar para lá. E se você infringir as regras aqui tem que voltar. Em uma boa parte delas, você sente gratidão pela APAC e então esta gratidão funciona, pelo menos, auxilia as regras. Tem sempre as infrações, às vezes, elas ocultam, às vezes, a gente descobre. (E10)

> (011) Aqui é em termos de amizade, de respeito. É uma recuperanda respeitando a outra. Assim, existem conflitos, porque o ser humano ele tem dificuldade. Então, tem dia que é algo mesmo da pessoa não estar bem mesmo. Às vezes, é alguma notícia, alguma visita, às vezes, a mãe está doente, então isso aí, às vezes, gera pra elas também uma preocupação, deixaram famílias lá fora né. Então, assim, por mais que elas cometeram crimes, coisas erradas, existem sentimentos, né. (E19)

Considerando o fragmento discursivo (010), identifica-se o tema da "cumplicidade" quando se trata das relações entre os sujeitos que cumprem pena na APAC. Quem o enuncia faz menção explícita ao que se poderia interpretar como uma aliança entre as recuperandas. O vínculo construído no relacionar-se entre os sujeitos proporcionaria as bases para a contestação de uma ordem imposta. Os aspectos que elucidam essa reflexão estão presentes na seleção lexical seguinte: "As recuperandas são próximas, muito próximas, até para o mal. Elas se encobrem". Aqui, "mal" é tema que faz referência ao ato de se opor a algo, a uma determinada ordem estabelecida pela organização, por exemplo.

Ainda, mediante o percurso semântico da "obediência", constroi-se, no fragmento discursivo (010), o discurso da disciplina pela gratidão e pelo medo. Para E10, a sujeição das recuperandas aos preceitos regulamentares se inscreve numa perspectiva de gratidão pela possibilidade de cumprir pena em um espaço social como a APAC, implicitamente, qualificado como superior em relação aos demais. Na APAC, o sujeito que cumpre pena é

disciplinado pelo medo, medo de abandonar o que, em determinado momento, lhe parece mais adequado. E10 diz o seguinte: "Mas, olha, no geral eu acho que as recuperandas cumprem bem as regras, porque todas conhecem o sistema comum. Então comparando lá com aqui, elas não querem correr o risco de voltar para lá. E se você infringir as regras aqui tem que voltar. Em uma boa parte delas, você sente gratidão pela APAC e então esta gratidão funciona, pelo menos, auxilia as regras".

No depoimento (010), a seleção lexical que incorpora elementos interdiscursivos em relação ao discurso da disciplina, é a seguinte: "Tem sempre as infrações, às vezes, elas ocultam, às vezes, a gente descobre". Precisamente, a figura discursiva "infrações" demarca o sentido da resistência de quem cumpre pena, do não assujeitamento das recuperandas ao que foi imposto.

No enunciado (011), E19, por seu turno, elabora um discurso atinente à normalidade do conflito nas relações entre os sujeitos. De início, mediante a explicitação dos temas da "amizade" e do "respeito", procura-se caracterizar a APAC como sendo um lugar de harmonia: "Aqui é em termos de amizade, de respeito. É uma recuperanda respeitando a outra". Apesar da defesa de uma convivência harmoniosa, E19 não deixa de reconhecer a existência de conflitos entre os sujeitos que cumprem pena na APAC. Todavia, a emergência dos conflitos é justificada pelas implicações de *ser humano* no mundo. Os modos de relacionar entre as recuperandas seriam afetados pelos aspectos que conformam outras instâncias subjetivas e sociais da constituição daquelas primeiras como sujeitos. Tais aspectos permeiam o relacionar-se com a própria família, como sugere E19, por exemplo: "Às vezes, é alguma notícia, alguma visita, às vezes, a mãe está doente, então isso aí, às vezes, gera pra elas também uma preocupação, deixaram famílias lá fora né". A fala de E19 aponta, então, para a consideração de que a produção de sentidos dos sujeitos, isto é, sua subjetividade é influenciada por elementos inscritos em diferentes instâncias dos diferentes espaços sociais (GONZÁLEZ REY, 2003).

Implicitamente, no trecho "Então, assim, por mais que elas cometeram crimes, coisas erradas, existem sentimentos, né", E19 indica a concepção que tem ou os sentidos subjetivos que produz acerca dos sujeitos desviantes, qual seja: a de sujeito destituído de sentimentos de afeição ou de cuidado em relação ao *outro*. O que possibilita semelhante interpretação é o uso da expressão "por mais" na referida construção frasal em que E19 afasta do sujeito recuperanda essa característica que, na visão da enunciadora, parece ser intrínseca ao sujeito que cometeu quaisquer crimes.

No enunciado (012), o percurso semântico também é o das "relações sociais", o qual, agora, faz alusão às relações construídas entre os sujeitos que cumprem pena, as recuperandas, e os sujeitos que trabalham na APAC, as plantonistas. Aliás, ressalta-se que, nos discursos (012), (013), (014), quem reflete sobre essas relações são as recuperandas, mulheres que cumprem pena na APAC.

> (012) Eu tenho uma convivência, eu, particularmente, tenho uma convivência ótima com elas. Sai uma plantonista, eu choro, choro. Porque a gente passa a ser amiga delas e elas amigas da gente. E tem aquele negócio de amiga, quando a gente quer conselho, a gente deita no colo. Quando tem uma que a gente tem mais afinidade, a gente deita no colo e conversa e fala da sua vida. E uma plantonista que tinha aqui e que me encantou muito e que eu quero cultivar a amizade lá na rua que é a Silvana, que ela chegava de manhã e ela me abraçava e falava assim: 'ora por mim'. E eu falava assim: 'você sempre está em minhas orações'. Não porque ela fazia nada por mim não, mas pela pes'soa dela, por ela, eu sempre gostei muito da pessoa dela. E então eu acho que passa a ser, as profissionais que trabalham aqui hoje se põem no mesmo nível que a gente. E não tem este negócio, eu sou plantonista e você é presa. Não. Elas comem com você, elas bebem no seu copo, é normal. (E4)

Em (012), os temas da "convivência", da "afinidade" e da "amizade" sustentam o discurso da igualdade entre os sujeitos. Procura-se deixar em evidência o caráter afetuoso que qualifica o relacionamento entre as duas personagens de que trata o enunciado: a mulher que cumpre pena, que é quem enuncia, e a(s) plantonista(s). A personalização dos contatos das recuperandas com um sujeito que desempenha as atividades de um cargo na APAC emerge no discurso a partir da disposição dos já referidos temas da "convivência", da "afinidade", da "amizade", bem como de figuras discursivas como "conselho", que remete ao cuidado, e "colo", que aparece incorporando um sentido atrelado ao amparo.

A ideia dessa personalização nas relações atua de maneira a reforçar o que E4 quer expor em seu discurso, isto é, a concepção de que não existem diferenças entre os sujeitos, pelo menos, entre os sujeitos de dois diferentes grupos sociais que compõem a APAC: o grupo das recuperandas e das plantonistas. Uma das afirmações feitas por quem enuncia parece indicar a anulação do que se poderia chamar de identidade profissional da plantonista, em detrimento de uma possível identificação entre os sujeitos envolvidos: plantonistas e recuperandas. E4 diz: "E não tem este negócio, eu sou plantonista e você é presa. Não". Por essa seleção lexical, depreende-se a falta de elementos que demarcariam as posições dos sujeitos e o modo como estes se relacionam com a alteridade, principalmente, quando se trata do *outro* em outro grupo social. A ideologia defendida é a da igualdade.

Todavia, é da percepção das diferenças entre os sujeitos que se origina a ênfase dada a esse discurso da igualdade, discurso presente em (012). A seleção lexical "E então eu acho que passa a ser, as profissionais que trabalham aqui hoje se põem no mesmo nível que a

gente", sugere que, implicitamente, a enunciadora produz sentidos subjetivos a respeito da existência de categorias ou classes entre os sujeitos. O ato de se colocar na mesma categoria (ou *nível*) implica o deslocamento de uma categoria diferente, superior ou inferir ao que se admite como parâmetro e/ou critério. E, no caso, pressupõe-se que as categorias seriam diferenciadas baseando-se no fato de se ter cometido ou não um crime, ou de cumprir ou não pena privativa de liberdade na APAC. Assim, a invocação dessas diferenças pode ser interpretada como um elemento interdiscursivo do fragmento (012).

"Cuidado", "atenção", "reprimenda" são os percursos semânticos que conformam o enunciado (013). Destaca-se, assim, o discurso da assistência, a qual é relacionada à plantonista.

> (013) Elas são assim, sabe, as plantonistas, às vezes, elas tratam a gente como se a gente fosse filho delas. E quando a gente é tratado como filho, às vezes, alguns filhos abusam. Então assim, elas são extremamente carinhosas com a gente, sempre procurando ver tudo o que a gente precisa. Conversar. Coisas materiais mesmo. 'Porque é que você está assim hoje', 'você está precisando de alguma coisa', 'se você estiver precisando você pode me pedir que eu arrumo para você'. Pelo menos comigo sempre foi assim, sempre foi assim, porque eu não tenho a cara de pau de pedir. E nem de falar assim: 'estou precisando disto e disto e disto'. A minha cara queima. Mas elas sempre falaram, 'você está precisando de alguma coisa?'. E sempre chegavam com alguma coisa para me agradar, sabe. Então, eu nunca tive nenhum problema de discussão com plantonista, nunca tive nenhum problema de debate e nem nada com as plantonistas, não. Mas há, sim, quem tem. Das meninas falar: 'ah, aquela plantonista não gosta dela, daquela, da outra'. Às vezes, a gente faz alguma coisa assim que é errada aos olhos delas, elas chegam assim, não é no meio de todo mundo, chamam a gente num canto e falam, 'não faz isto não', 'você está errando'. Então assim, como são pessoas que procuram sempre estar me agradando, eu procuro sempre estar retribuindo. Porque, assim, também não adianta a pessoa vir me agradar e eu jogar os pés na pessoa. Então, assim, buscar sempre tentar estar agradando elas também, porque é uma forma também de estar retribuindo esse carinho que a gente tem aqui na APAC (E9).

Implicitamente, E9 traz o tema da "mãe" (a partir do léxico "filho") para o discurso (013), sendo o espírito caritativo que se atribui a esta última o grande destaque. A mãe (no caso, a "plantonista"), quando do relacionamento com seus filhos (as recuperandas), busca prover as necessidades básicas dos mesmos, necessidades de cunho afetivo e material: "Então assim, elas são extremamente carinhosas com a gente, sempre procurando ver tudo o que a gente precisa. Conversar. Coisas materiais mesmo".

Além dessa ideia de benignidade que permeia o imaginário social sobre a mãe e, em consequência, sobre a plantonista, percebe-se a emergência do papel pedagógico assumido pela plantonista, na medida em que esta censura os comportamentos classificados como indesejados, ao mesmo tempo, instruindo, pois, sobre o que se admite como o correto no âmbito da APAC.

No depoimento (013), intimamente relacionado ao discurso da assistência está outro discurso: o da gratidão. De maneira mais específica, pelo fato de as plantonistas empreenderem esse trabalho assistencialista, procura-se reconhecê-lo de alguma forma: "Então, assim, buscar sempre tentar estar agradando elas também, porque é uma forma também de estar retribuindo esse carinho que a gente tem aqui na APAC". O implícito pressuposto é que essa gratidão seria demonstrada a partir da obediência do sujeito que cumpre pena. O "estar agradando", aqui, corresponderia, por exemplo, ao sujeitar-se aos mecanismos disciplinares, cuja responsabilidade de aplicação, na maioria das vezes, recai sobre a plantonista.

Assim como E9, no depoimento (013), a enunciadora de (014) produz sentidos subjetivos que atribuem ao *outro* plantonista as posições assumidas pela figura parental da "mãe". O relacionar-se com o *outro* plantonista parece suscitar emoções similares ao relacionar-se com o *outro* "mãe".

> (014) Eu, pra te falar assim, eu vejo elas como se fosse a minha mãe. Se estou mal, sento com elas, peço conselhos. A gente se sente muito desamparada, sabe. Porque a gente está privado da liberdade que é a coisa mais importante que a gente tem. Mas, assim, tem hora que pesa muito a cadeia, a gente pensa: 'nossa, tem que pagar mais tantos anos pra mim poder ir embora'. Aí pesa né. Mesmo aqui na APAC tem hora que pesa. (E21)

Precisamente, neste fragmento discursivo (014), o discurso é o do "desamparo". Na prisão, o sujeito que cumpre pena se percebe inserido em uma situação de desamparo e enuncia, pois, o percurso semântico da carência afetiva, fenômeno este que parece acometer os sujeitos no cárcere. As relações com o *outro* plantonista atuariam de maneira a promover o abrandamento da sensação de orfandade (de abandono) nos sujeitos que cumprem pena: as "recuperandas". O implícito pressuposto é de que essas relações estabelecidas simbolizariam a restituição de vínculos afetivos construídos para além dos muros da prisão, em outros espaços sociais, vínculos que, na maioria das vezes, são parcial ou totalmente rompidos pela própria situação de isolamento social dos sujeitos.

O enunciado (014) permite ainda a interpretação sobre as emoções que despontam em relação aos espaços sociais da prisão. E21 destaca o sofrimento ao período vivido na prisão: "Mas, assim, tem hora que pesa muito a cadeia, a gente pensa: 'nossa, tem que pagar mais tantos anos pra mim poder ir embora'. Aí pesa né". O sofrimento demonstra ser um sentimento que perpassa as vivências do sujeito em todos os lugares no contexto prisional, até

mesmo na APAC, lugar que parece melhor do que os demais. O que permite essa pressuposição é a seguinte seleção lexical: "Mesmo aqui na APAC tem hora que pesa".

O relacionamento entre as recuperandas e as plantonistas é objeto de reflexão por parte dessas últimas, nos enunciados (015), (016) e (017). No fragmento (015), o discurso que predomina é o da imparcialidade (impessoalidade).

> (015) É normal o relacionamento entre nós e as recuperandas. É igual eu estou te falando, elas sabem dos direitos e deveres. E assim, elas respeitam também, dou respeito pra elas como ser humano normal, porque elas são normal, não é porque elas estão pagando por um erro que elas cometeram que elas são diferentes. E nenhum de nós estamos livres da, de cometer algum deslize. Tanto é que eu já vivenciei o que elas estão passando e eu acho assim que sou bem humana nessa relação e também sou justa. Então assim, o que é dever é dever, e o que é direito é direito, e as regras tem que ser cumpridas, lógico. Nunca que eu deixo que passe desapercebido alguma regra da casa, ou ordem da gerência. Eu procuro fazer o meu trabalho com mais clareza possível. (E18)

E18 defende que, na APAC feminina, as ações efetuadas pelos sujeitos, principalmente pela plantonista no exercício de seu trabalho, são regidas pelo que tange à questão do que já é estabelecido como "direito" ou como "dever" naquele dado espaço social. Segundo a enunciadora, o arcabouço regimentar (direitos e deveres sumarizados no Regimento Interno), parece circunscrever os sujeitos a um relacionar-se numa dimensão de neutralidade, não se coloca passível de julgamento. A seleção lexical é elucidativa a esse respeito: "Então assim, o que é dever é dever, e o que é direito é direito, e as regras tem que ser cumpridas, lógico". A reflexão linguística é percebida quando E18 procura explicitar o seu empenho no exercício de uma das funções da plantonista, a função de assegurar o cumprimento às regras da APAC: "Nunca que eu deixo que passe desapercebido alguma regra da casa, ou ordem da gerência".

Ao discurso da impessoalidade (imparcialidade) quando se trata das relações que se processam entre plantonista e recuperanda na APAC, contrapõe-se ao da identificação, por parte da plantonista, com o sujeito que cumpre pena, no caso, o *outro* recuperanda. Percebe-se tal elemento interdiscursivo quando a enunciadora de (015) sugere ter vivenciado a experiência do cumprimento de pena e que, portanto, alguns aspectos (o que se refere à justiça, por exemplo) que caracterizariam suas relações com o *outro* recuperanda, estariam fundamentados em tal período no cárcere. E18 afirma: "E nenhum de nós estamos livres da, de cometer algum deslize. Tanto é que eu já vivenciei o que elas estão passando e eu acho assim que sou bem humana nessa relação e também sou justa".

No fragmento discursivo (015), E18 se vale de eufemismos para construir suas produções de sentidos. Os léxicos "erro" e "deslize" são usados no sentido de crime, de delito cometido. A expressão "já vivenciei o que elas estão passando" sugere o fato de que a enunciadora já cumpriu pena de prisão. Pressupõe-se que o recurso da substituição de palavras, nesse caso, pode ter sido usado devido a uma dificuldade de quem enuncia em aludir explicitamente a um período que ocupava outra posição nos espaços sociais da prisão, isto é, a do sujeito que cumpre pena.

E18 traz ainda para seu discurso o tema da normalidade do sujeito. De maneira mais específica, procura atribuir a característica da normalidade ao sujeito desviante que cumpre pena: "[...] dou respeito pra elas como ser humano normal, porque elas são normal [...]". O implícito pressuposto é de que ao perceber o *outro* desviante que cumpre pena (recuperandas) como sendo um "ser humano normal", a enunciadora de (015) procura auto-afirmar a sua normalidade como sujeito, uma vez que, como já foi dito, alguns aspectos de seu discurso evidenciam a sua passagem pelo cárcere como sujeito desviante que cumpre pena.

Em se tratando dos enunciados (016) e (017), pode-se dizer que eles apresentam o discurso da disciplina com amor, o que parece ser uma espécie de preceito que circunscreve o relacionar-se entre as plantonistas e as recuperandas.

> (016) Eu penso de uma forma, quer dizer, eu tenho que exercer a autoridade que eu tenho, mas eu sempre coloco pra elas assim, o amor que eu tenho por elas, em termos mesmo de sentimento, de olhar como ser humano né. Então assim, aquela coisa de carinho. Então o meu relacionamento com elas, eu acredito pra mim, que seja bom, mas eu também tenho que separar as coisas. Quando tem que repreender, chamar a atenção, eu tenho que exercer também como autoridade. Então o meu relacionamento com elas, assim, é um bom relacionamento, é de amor mesmo. Eu coloco as duas coisas. Eu não fico assim com uma diferença entre elas, como uma barreira. Tem o meu momento de carinho, momento de conversar. Quer conversar comigo em particular, a gente tenta de todas as formas doar nosso tempo, porque na verdade é uma plantonista no período pra atender muitas. Então assim, é meio corrido, mas dá pra levar [...]. (E19)

> (017) Não é fácil né, porque o trabalho da plantonista envolve a disciplina com amor. Então, assim, você tem que ser rígida, mas também você tem, assim, é como se você estivesse educando o seu filho, você tem que corrigir ele, mas ao mesmo tempo dar amor, dar carinho. Não é fácil. Porque é a mesma coisa que você pegar uma criança e educar ela desde pequena. Então você pega as mulheres já vividas, e a maioria delas maltratadas mesmo pela vida, e é o que eu te falei, é um trabalho a longo prazo, porque é muito difícil elas aceitarem o carinho, elas aceitarem o amor, elas aceitarem uma palavra assim 'obrigado'. É muito difícil. Agora até que não, elas já estão mais acostumadas. Então é tudo assim, é aquele cuidado mesmo de você manter a disciplina, mas ao mesmo dando amor. Porque a APAC trabalha a disciplina com amor. (E11)

Desse chamado discurso da disciplina com amor, percebe-se, por meio do enunciado (016), que o modo de as plantonistas se relacionarem com os sujeitos que cumprem pena parece estar calcado na contradição, haja vista que aquelas primeiras reconhecem a necessidade de conceber suas ações a partir da observância de algum (alguns) elemento(s) que confere(m) uma espécie de poder legítimo ao desempenho de determinadas funções na APAC: "Eu penso de uma forma, quer dizer, eu tenho que exercer a autoridade que eu tenho [...]". Todavia, aliado a esse aspecto *racional*, E19 traz para o discurso a forte influência do aspecto afetivo na realização desse trabalho das plantonistas: "[...] mas eu sempre coloco pra elas assim, o amor que eu tenho por elas, em termos mesmo de sentimento, de olhar como ser humano né. Então assim, aquela coisa de carinho". Em outras palavras, E19 aponta a existência de vínculos emocionais em uma relação em que uma das partes precisa zelar pela sujeição da outra aos princípios referentes a uma ordem formal já estabelecida.

Neste enunciado (016), o implícito pressuposto é que se delineia uma espécie de conflito quando a plantonista reflete sobre o caráter das relações que desenvolve com o *outro* (no caso, as "recuperandas"). Busca-se resolver esse possível conflito a partir do que se poderia identificar como processo de *racionalização* das posições assumidas no espaço social, isto é, no contexto de realização de suas ações, E19 defende uma espécie de delimitação (ou separação) dos aspectos vistos como formais daqueles afetivos. Tal ilação emerge, principalmente, da seleção lexical seguinte: "[...] mas eu também tenho que separar as coisas".

No fragmento discursivo (017), fica em destaque a dificuldade que permeia essa tarefa de harmonizar duas dimensões que, em essência, seriam contraditórias, já que, uma estaria mais ligada ao formal (dito racional) e a outra relacionada à afetividade. É preciso assegurar a sujeição de quem cumpre pena a mecanismos organizativos previamente estabelecidos ou, melhor dizendo, o alcance da disciplina com todos os aspectos que lhe são atinentes (os métodos de punição, por exemplo): coloca-se como uma das responsabilidades das plantonistas em um contexto em que se admite a existência e a influência das emoções, dos possíveis vínculos afetivos com o *outro* recuperanda. Aqui, E11 remete ao tema da "mãe" (a partir do léxico "filho") a fim de representar o caráter das relações desenvolvidas entre um *eu* plantonista e um *outro* recuperanda. A seleção lexical seguinte permite essa inferência: "Então, assim, você tem que ser rígida, mas também você tem, assim, é como se você estivesse educando o seu filho, você tem que corrigir ele, mas ao mesmo tempo dar amor, dar carinho". Aliado a esses sentidos subjetivos sobre a "mãe", segue-se o aspecto da infantilização do sujeito que cumpre pena, pois, é construída uma imagem de que o processo

de ressocialização das mulheres que cometeram crimes encerraria as mesmas características dos processos de instrução pelos quais passa uma criança. E11, enunciadora de (017), aponta: "Porque é a mesma coisa que você pegar uma criança e educar ela desde pequena".

Tal como nos depoimentos (008), (009), (010), (011) e (012), os enunciados (018), (019) e (020) são demarcados pelo percurso semântico das "relações sociais". Nestes três últimos discursos, trata-se, porém, das relações sociais entre os sujeitos que cumprem pena e os sujeitos responsáveis pela gestão do espaço social APAC. Nos depoimentos (018), (019) e (020), as recuperandas são as enunciadoras, são elas, assim, que refletem sobre suas relações com um *outro*, que, no caso, se refere aos sujeitos que compõem a "direção" da APAC.

> (018) Para mim, é tranquilo. Igual eu te falei, ela trata a gente muito bem, com carinho. A gente vê que tem carinho. Eu, pelo menos, vejo que ela tem um carinho muito grande por mim. Ela, a diretora, me trata como se eu fosse, como se eu não fosse presa, ela me trata como se eu fosse, como amizade mesmo. Eu não gosto de falar mal deles não. Quando eu vejo alguém falando mal deles, eu fico com raiva. Eu não gosto. Tem umas recuperandas aqui que choram de barriga cheia, sabe. Falam 'Ah, APAC é isto, a APAC não faz nada pela gente'. Mas não. O que a APAC pode fazer ela faz pra qualquer uma. E tem umas que são muito revoltadas, mas eu acho que é revolta mesmo por causa do tipo de vida. E falam mal da APAC e da direção. Porque o que a APAC pode fazer ela faz para a gente, eles fazem. Fazem até além. É algumas recuperandas que gostam de debater e de se achar. (E5)

> (019) É igual eu te falei, a direção, algumas eles tratam bem e as outras tratam como exceção. Algumas eles dão mais chance e outras eles deixam de lado, principalmente quem não tem família. Eu sou uma delas, sempre fui muito discriminada aqui dentro. Não vou mentir não. Porque eles acham que a gente é de longe e que a gente é boba, e que a gente tem que fazer tudo o que eles querem. Já levei vários comunicados, fiquei de tranca aqui por coisas banais. Por fofoca de recuperanda no regime fechado. Coisa que não tinha nada a ver. (E14)

> (020) Se você tiver bem, tiver mérito, tiver bom comportamento, aqui você tem tudo, você tem vários benefícios. Mas, isso, é só pra quem quer ser ajudado, porque quem não quer ser ajudado, não tem como você ajudar né. Por exemplo, aquelas pessoas que cometem erros aqui, que cometem faltas graves, eles ainda dão uma chance. (E24)

No fragmento discursivo (018), identifica-se o discurso da igualdade que, supostamente, caracterizaria o relacionamento entre os sujeitos de dois grupos diferentes, precisamente, o grupo de quem cumpre pena, composto pelas "recuperandas", e o grupo dos responsáveis pela gestão da APAC, a equipe dirigente. E5 procura deixar claro que a situação de seu aprisionamento não se coloca como uma barreira para a construção de relações amistosas (ou mesmo criação de vínculos afetivos) com a "direção", mais especificamente, com um dos seus membros: a "diretora". E5 diz ser tratada com "carinho", mesmo fazendo parte de uma coletividade que parece julgar como sendo inferior, isto é, a dos que estão

privados da liberdade. Se o *outro*, membro da equipe dirigente, não considera possíveis diferenças entre ele e a recuperanda que pronuncia o discurso, se aquele primeiro mostra apreço pelo sujeito desviante, é necessário, pois, retribuir esse sentimento. No caso de quem enuncia, essa retribuição consiste em não criticar a equipe dirigente e, por extensão, a APAC. Quem se opõe, de alguma forma, ao que é imposto pelos membros da direção, ou aos elementos que, no geral, conformam a APAC, demonstra ser um *outro* (agora, um *outro* recuperanda) desajustado que insiste em atuar de maneira a sublevar uma determinada ordem social supostamente influenciado por aspectos de uma trajetória enraizada no cometimento de desvios. A seguir, a seleção lexical que oferece as bases para semelhante interpretação: "O que a APAC pode fazer ela faz pra qualquer uma. E tem umas que são muito revoltadas, mas eu acho que é revolta mesmo por causa do tipo de vida. E falam mal da APAC e da direção. Porque o que a APAC pode fazer ela faz para a gente, eles fazem. Fazem até além. É algumas recuperandas que gostam de debater e de se achar".

Diferentemente do fragmento discursivo (018), o enunciado (019) apresenta o discurso da desigualdade que subjaz ao relacionamento entre recuperandas e membros da equipe dirigente da APAC. O enunciado compõe-se pelo tema da "discriminação" (a partir do léxico "exceção"), isto é, delineiam-se, no âmbito da APAC, categorias de recuperandas, sendo, pois, diferente a forma de a equipe dirigente relacionar-se com os sujeitos das tais categorias: "Algumas eles dão mais chance e outras eles deixam de lado, principalmente quem não tem família". E14 reflete sobre a sua posição no contexto dessas relações sociais desenvolvidas na APAC, e, a partir dessa reflexão, se coloca como um dos sujeitos que recebem um tratamento injusto: "Eu sou uma delas, sempre fui muito discriminada aqui dentro". Ocorre refração linguística na medida em que a enunciadora busca reforçar a ideia de que sofre discriminação relatando as punições (levar "comunicados" e ficar "de tranca") que recebeu no espaço social da APAC.

Em se tratando do enunciado (020), é percebido o discurso da obediência como tática de sobrevivência. Subtende-se que um dos personagens são os membros da equipe dirigente da APAC (a partir do léxico "eles"), grupo com prerrogativa de decisão sobre vários aspectos que dizem respeito ao sujeito que cumpre pena. Nesse sentido, o (bem) relacionar-se com a equipe dirigente implicaria a submissão dos que por tal grupo seriam influenciados. Em outras palavras, o sujeito precisa ser disciplinado, haja vista que a sua trajetória no espaço social da APAC (em termos da obtenção de "benefícios" ou não) depende, em grande medida, das relações cultivadas com os membros da equipe dirigente. E24 diz: "Se você tiver bem, tiver mérito, tiver bom comportamento, aqui você tem tudo, você tem vários benefícios". Ademais,

E24 faz menção a certa condescendência dos sujeitos que fazem parte da equipe dirigente em relação aos sujeitos que cumprem pena. Para E24, os membros da direção da APAC apresentariam uma atitude benevolente ("dão uma chance") em relação àqueles sujeitos que contrariam a ordem instituída na organização, pois a estes ainda é concedida a oportunidade do reparo.

7.2 Os sentidos do trabalho

De acordo com González Rey (2003), o sujeito está sempre situado em uma região de prática social. Nesta subseção, o objetivo foi a compreensão desses sujeitos implicados no processo de realização do que se pode entender como uma das práticas sociais exercidas no espaço social da APAC, qual seja: o trabalho.

Os sujeitos que cumprem pena no espaço social APAC concebem reflexões a respeito das atividades de trabalho que realizam. Em outras palavras, as recuperandas tecem apontamentos sobre os aspectos que delimitariam a relação que elas estabelecem com o trabalho no espaço social da prisão. (021), (022), (023) e (024) são os enunciados que contêm o dizer (e o refletir) das recuperandas sobre o trabalho. No enunciado (021), cujo tema principal é, pois, o "trabalho", é evidente o percurso semântico da "utilidade", no sentido de valor que o trabalho encerra para o sujeito.

> (21) O que me trouxe aqui pra APAC foi o trabalho né. O trabalho, quando você está presa, é muito importante. Não sei assim, porque eu acho que é assim, pra recuperação da gente. Porque a gente que está no crime, a gente não está acostumado com trabalho. E, sinceramente, pra mim, é tudo muito novo esse negócio de trabalho, é ficar trabalhando o dia inteiro. Eu ainda estou me adaptando. Mas, o trabalho é muito importante, porque quando eu sair, eu quero mudar, eu quero fazer diferente, quero arrumar um bom emprego, quero acompanhar meus filhos, e pra isso, tenho que começar a me adaptar enquanto eu estou aqui presa. É igual um trabalho lá fora, começa cedo, tem horário de almoço, tem horário pra voltar para o trabalho de novo. Por isso que eu acho que aqui é o lugar pra readaptar mesmo. (E24)

Identifica-se, nesse depoimento, o discurso do trabalho como mecanismo de reintegração social. De início, é explícito que o discurso é proferido por alguém cuja trajetória foi marcada, predominantemente, pelo exercício das atividades ilícitas, isto é, relacionadas ao crime, pois E24 ressalta o aspecto de novidade que a prática do trabalho assume em sua vida. Por isso, a menção ao período de adaptação em que se encontra ("Eu ainda estou me adaptando"), pois o trabalho não constitui um hábito na trajetória do sujeito. Dessa forma, o

trabalho aduz a um sentido de "mudança" (tema implícito) ou mesmo de "recuperação" (tema explícito) daquele sujeito cujas práticas, antes da prisão, não se circunscreviam a uma espécie de ordem institucionalizada e legitimada pelos grupos hegemônicos na sociedade. O trabalho na prisão funciona, assim, como um instrumento que ensaia a (re)inserção do sujeito nessa ordem social.

O percurso semântico da "utilidade" e o tema do "trabalho", os quais compuseram o enunciado (021), sustentam ainda o discurso da redenção, nos fragmentos discursivos (022) e (023).

> (022) O trabalho é muito importante aqui. O trabalho é uma coisa boa para a gente crescer na vida, uma coisa pra gente ocupar a mente. Porque, nossa, mente vazia é uma coisa assim, ainda mais a de preso. Mente vazia não dá certo, a gente só pensa coisa ruim. E sempre na APAC tem sempre uma coisinha para a gente fazer. Por causa disto exatamente. É um livro, é um serviço, é tudo, uma coisa assim para a gente ocupar a mente mesmo, pra gente nunca pensar coisas ruins. (E2)

> (023) É ótimo. Eu amo trabalhar, porque mente vazia é oficina do diabo. Então a gente estando trabalhando, a gente está distraindo e não pensa coisas lá da rua. Por mais que eu tenha os meus filhos e eu amo eles demais, eu penso menos neles quando eu estou trabalhando. E então o trabalho é muito importante aqui na APAC, muito mesmo. E você pode perguntar qualquer uma aqui. Eu levanto cedo e se precisar eu fico até as 10 horas da noite trabalhando, porque eu amo trabalhar. Desde lá da rua, eu amo trabalhar. Enquanto eu estou trabalhando eu não estou discutindo. Você não está enxergando as coisas que os outros fazem. Você está focada ali. E então o trabalho é muito importante aqui na APAC. Em qualquer lugar o trabalho é muito importante. (E3)

Em (022), nota-se o discurso da redenção pelo fato de que, na visão da enunciadora, primeiramente, o trabalho permite a realização do sujeito, oferece condições para o "crescer na vida" de maneira legitimada pela sociedade. Depreende-se essa ideia de legitimação a partir da construção frasal: "O trabalho é uma coisa boa [...]". No enunciado (022), o que qualifica o trabalho é o adjetivo "boa", isto é, a palavra "boa" contrasta com o léxico "ruim", o qual, implicitamente, parece relacionar-se com o que não é legitimado no contexto da APAC (comportamentos afeitos a indisciplina, por exemplo), bem como no âmbito de espaços sociais que não os do cárcere. E2 reproduz, assim, o discurso hegemônico do trabalho como prática fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos, para a dignificação do sujeito, para o "crescer na vida". O trabalho configura-se, assim, como mecanismo que possibilitaria a redenção do sujeito desviante que cumpre pena.

Valendo-se da expressão popular "mente vazia é oficina do diabo", a enunciadora de (023) defende a prática do trabalho, pois este, no geral, se insere na categoria de atividades que atuaria de forma a restringir o processo de degradação dos sujeitos. Aqui, mais uma vez,

se instaura a perspectiva "redentora" do trabalho. O fenômeno da refração linguística é percebido nos trechos discursivos em que E3 busca ressaltar a dedicação que confere ao trabalho, prática que, de certa forma, institucionaliza e legitima o sentido de ordem na vida social, opondo-se, por conseguinte, ao que ofenderia as representações dessa ordem, isto é, o exercício de atividades criminosas. A seleção lexical que permite essa ilação é a seguinte: "Eu levanto cedo e se precisar eu fico até as 10 horas da noite trabalhando, porque eu amo trabalhar. Desde lá da rua, eu amo trabalhar".

E2, no fragmento discursivo (022) também associa ao trabalho o sentido de preenchimento da dimensão psíquica do sujeito, representada pela figura discursiva da "mente". Se o sujeito não aplica seus esforços na realização de alguma atividade que enseja alguma materialidade (a partir dos léxicos "livro" e "serviço"), o que se instaura é o vazio dos estados de consciência e subconsciência daquele primeiro. E esse vazio da mente sugere o ato de pensar sobre tudo aquilo que também não é legitimado em dado espaço social. O trabalho imposto ocupa esse tal vazio, delimitando o que pode ser objeto das reflexões por parte do sujeito: "E sempre na APAC tem sempre uma coisinha para a gente fazer. Por causa disto exatamente. É um livro, é um serviço, é tudo, uma coisa assim para a gente ocupar a mente mesmo, pra gente nunca pensar coisas ruins". Nesse caso, o trabalho permite a "fuga" da elaboração de determinado tipo de reflexão, classificado como "ruim". E2 silencia a respeito do que consistiria esse "pensar coisas ruins", por exemplo. O trabalho, para E2, é uma prática social que resgata o sujeito de muitos dos seus próprios pensamentos, mesmo que o implícito pressuposto sugira o aprisionamento do sujeito em outros pensamentos.

No fragmento discursivo (023), o tema da "fuga" aparece novamente quando das considerações do sujeito a respeito do valor que o trabalho enseja. "Fuga", aqui, já incorpora o sentido de o sujeito fugir de si mesmo, não refletindo sobre determinadas características, relações e posições que lhe são próprias. Especificamente, para E3, o trabalho parece assumir, no geral, a acepção do alheamento (tema implícito a partir do léxico "distraindo") do sujeito sobre algo, isto é, a prática de alguma atividade de trabalho atua de maneira a distrair o sujeito, fazendo com que este não conserve pensamentos que, de alguma forma, lhe causam sofrimento. E3, por exemplo, afirma a perda de parte da sua consciência sobre alguns aspectos que concernem ao caráter das suas posições no conjunto de relações construídas na APAC ("Enquanto eu estou trabalhando eu não estou discutindo. Você não está enxergando as coisas que os outros fazem"), bem como sobre os que se referem (e se localizam) em outros espaços sociais (a situação da família, por exemplo, na sociedade mais ampla).

Os sentidos que E2 e E3 atribuem ao trabalho que realizam na APAC, lembra o que foi explicitado por Bastos (1997) sobre o exercício das atividades laborativas na prisão. Para esse autor, o trabalho, na maioria das vezes, permite que os sujeitos que cumprem pena olvidem seus desenganos, suas aflições, seus temores. O fato é que, mesmo o trabalho incorporando um sentido de "fuga" ou o que se poderia até chamar de "alienação", concorda-se com Schwartz (2000) quando este afirma que o trabalho sempre envolve um uso de si por si. Entende-se que, para as enunciadoras de (022) e (023), o trabalho torna-se um instrumento de reorganização da vida na prisão, mesmo que esta reorganização implique o alheamento do sujeito acerca de alguns aspectos de sua realidade.

Já o percurso semântico que aqui se chamou de "natureza do trabalho" caracteriza o enunciado (024). Nesse enunciado, os sentidos que se produzem em relação ao trabalho o inscrevem como prática social que possibilita a diferenciação entre os sujeitos de diferentes espaços sociais no contexto da prisão, quais sejam: os regimes fechado e semiaberto.

> (024) Lá no fechado, o trabalho é mais laborterápico, artesanato e tal. É mais para você ficar pensando, refletindo e tudo. O trabalho é mais assim. Você chega no semiaberto já é mais tumultuado, mais agitado, corre pra lá, corre pra cá, limpa aqui e faz escolta, e já é completamente diferente. Muda da água para o vinho. Aqui, no semiaberto, é mais profissionalizante. Aqui, profissionaliza, você está mais perto da liberdade. Você passa a ter depois o direito de trabalho externo. A APAC te ajuda, aqui tem máquina de costura e então você pode estar aprendendo. Eles te indicam aqui, e então eu acho assim que quando passa para o semiaberto, já é mais um trabalho de profissionalização mesmo. Assim, é como se fosse assim, a sua liberdade está chegando, e 'aí já tomou uma posição?!' Você agora não pode pensar igual pensava quando estava no fechado. Tem que ter mais responsabilidade. Eu acho que é mais assim. (E4)

De início, E4 chama a atenção para as diferenças que permeiam a natureza das atividades de trabalho executadas no âmbito dos regimes fechado e semiaberto, espaços sociais distintos de cumprimento de pena. A imposição de trabalhos de tipos distintos acaba por revelar a concepção que se tem dos sujeitos que conformam cada espaço social na APAC.

Mais precisamente, no regime fechado, primeiro estágio da execução penal, as atividades encerram um cariz terapêutico, pois o sujeito desviante, percebido como um *doente social*, precisa de condições e de tempo para refletir sobre o que concerne ao seu processo de emenda, o que equivaleria a um processo de cura: "Lá no fechado, o trabalho é mais laborterápico, artesanato e tal. É mais para você ficar pensando, refletindo e tudo". Pressupõe-se que, a confecção de artesanatos, por exemplo, a qual, na maioria das vezes, abarca a aplicação de técnicas que não prescindem de significativa concentração, possibilitaria o desenvolvimento da paciência nos sujeitos ante as situações peculiares do cárcere. Já no

regime semiaberto, o trabalho atrela-se ao tema da profissionalização: "Aqui, no semiaberto, é mais profissionalizante. Aqui, profissionaliza, você está mais perto da liberdade". O sujeito que avança mais um estágio da execução penal, está mais próximo da liberdade; é, pois, necessário atribuir àquele primeiro atividades que lhe demandem aumento do senso de responsabilidade (o auxílio na realização de "escolta" de outras recuperandas, por exemplo).

Em suma, para E4, as características que conformam o trabalho influenciam o modo como os sujeitos percebem a si próprios e aos outros no mesmo espaço social ou em espaços distintos. O sujeito, que ocupa o espaço social do regime semiaberto, pensa diferente daquele sujeito que se encontra no regime fechado. A seleção lexical "Você agora não pode pensar igual pensava quando estava no fechado" apresenta-se como elucidativa a esse respeito. E4 fala do trabalho que realiza e, de certa forma, de sua posição como sujeito no regime semiaberto (isso fica indicado pelo uso do léxico "aqui" para se referir ao espaço social do regime semiaberto, bem como do léxico "lá" para aludir ao regime fechado). Todavia, reconhece (pressupõe-se que por meio da lembrança das próprias experiências, pois todos os sujeitos que estão no semiaberto devem permanecer um período no regime fechado) o *outro* e as atividades de trabalho que esse *outro* executa no regime fechado.

Quem não cumpre pena também reflete sobre sua relação com o trabalho, mais especificamente, sobre o trabalho na APAC. Os discursos (025), (026), (027), (028), (029), (030), (031) e (032) são construídos pelas plantonistas e por membros da equipe dirigente. Primeiramente, o percurso semântico do "envolvimento com o trabalho" subjaz aos enunciados (025), (026), (027) e (028), os quais exibem o discurso da dedicação. Em linhas gerais, ao refletir sobre seu trabalho, quem enuncia em (025), (026), (027) e (028) se percebe no desempenho de determinadas práticas sociais e, com isso adquire possibilidade de reconhecer a alteridade. Assim, delimita-se a existência um *outro* que realiza um trabalho diferente de quem enuncia.

> (025) A gente fala que a gente como funcionário da APAC é, antes de mais nada, um voluntário. Por exemplo, a minha função aqui é de gerente administrativo, eu teria que vim, marcar o cartão, ter horário pra cumprir meu trabalho. 'Ah, terminei minha tarefa, pronto e acabou, vou embora'. Mas não é assim. Ontem, eu saí daqui muito depois do meu horário. Então, assim, tudo que eu faço a mais é um trabalho voluntário, não me gera uma hora extra né. É tudo aquilo que foge da minha função burocrática. Então eu gosto muito de falar que, primeiro, eu sou uma voluntária, primeiro. Depois eu sou funcionária da APAC né. Então, eu não tenho dia nem hora pra trabalhar. E, em primeiro lugar, tudo que eu venho a fazer é com muita dedicação e com muito amor né. Hoje, vamos dizer assim, pra função que eu tenho, a nível de salário, se eu fosse trabalhar em qualquer empresa, eu ganharia muito mais do que eu ganho na APAC. Então, é aquilo de você não estar preso à instituição pelo dinheiro ou por alguma outra regalia. Não. É pelo amor que você tem pela obra, que é uma obra de Deus. É esse amor, é algo que prende a gente e que

fica muito difícil de você se desprender. Eu acho que mesmo hoje se eu quisesse sair da APAC, eu acho que eu não consigo né. Então é isso, é esse amor que a gente por aquilo que você faz. E você faz um diferencial, não igual a um robô, igual, por exemplo, numa empresa de produção, é diferente, é muito diferente. (E25)

(026) Nós funcionários, a gente acaba mais sendo voluntário né. Por que voluntário?! Porque não é como um emprego comum com horário de chegar e sair, tipo 'ah, deu 5 horas eu vou embora e largo tudo para trás'. Não. Porque quantas vezes eu estava na minha casa e me ligaram 'ah, estou precisando disto, uma recuperanda está assim, elas estão precisando de uma coisa ou outra'. Então, este trabalho nosso, não é um trabalho como outro qualquer onde você tem um horário de chegada e depois bate o cartão e vai embora. A gente sempre leva isto para casa porque, às vezes, não consegue desligar. Às vezes, você está no horário do almoço e vê uma recuperanda no cantinho ali e tal, e você vai pra casa e você fica com aquilo na cabeça: 'o que é que eu posso fazer para ajudar ela, ela está com este problema, está com aquele'. Então, assim, acaba mais sendo um voluntariado mesmo, mais do que um funcionário. (E11)

(027) Eu vou te falar, eu acho que todas que trabalham aqui, tanto na administração, quanto como plantonista, em geral, eu acredito que seja a mesma resposta. Eu ouvi isso uma vez da gerente, e é real, e é verdade mesmo: a gente que é voluntário, que trabalha na APAC, a gente quando passa daquele portão pra fora, a APAC vai junto com a gente. Eu acho que isso é marcante na minha vida. Mesmo quando eu estou na minha casa, meu pensamento está aqui. Eu creio assim, é responsabilidade, mas, mais, eu acho que é amor também, entendeu?! Vale a pena. A gente vê que trabalhar com quem realmente quer mudança vale a pena, é isso que nos move, entendeu?! A gente vê que tem uns assim, muitas que querem, e a gente vê o resultado. Então é isso que nos move. Então assim, o que me marcou mesmo é que mesmo que você seja voluntário, a gente acaba se envolvendo de uma maneira muito grande, passa a ser como pessoas da nossa casa, da nossa família mesmo. Não vejo assim só pelo lado profissional, entende?! [Mas como você se sente envolvida?] Envolvida em termos de poder ser útil mesmo, entendeu?! E acaba que é como se, como poderia assim explicar, é como se elas dependessem da gente também. Então é uma dependendo da outra, entendeu. Acaba que gera, gera sentimento também, sabe. Gera preocupação, compromisso. (E19)

(028) É o tal negócio, a gente tem que ser voluntário acima de tudo, antes de ser funcionário aqui da APAC. Então, assim, às vezes, quando, por exemplo, eu estou em casa, no dia da minha folga, eles me ligam pra fazer um favor pra alguém, tem uma pessoa que precisa de ir ao médico e, por exemplo, não tem ninguém pra levar. Será que eu vou dormir em paz, com a consciência tranquila se eu negar isso?! Então isso está na gente, não tem como. E eu não sei falar 'não', e eles também não vão me ligar à toa. E a gente sabe que tem pessoas que trabalham em empresas e no dia folga desliga até o celular pra não incomodar. Já eu nunca desligo meu celular. Precisou, chamou, eu estou aqui. Porque são vidas né, não é material. Não é, por exemplo, refrigerante igual lá no lugar que eu trabalhar antes. Então é diferente, você tem que ser voluntário acima de tudo, você tem que se doar mesmo para essa causa. Então assim, eu sou apaqueana e não abro mão do meu trabalho. Assim, espero ficar aqui muitos anos e, eu sei que tenho que ser voluntária primeiramente. Quando precisar de mim eu tenho que estar aqui [...] Pra mim, assim, hoje eu vejo, é, eu não me vejo mais fora da APAC. Porque eu quando me doou, me doou mesmo. Então, assim, não me vejo fora da APAC, é o que eu gosto de fazer, que é trabalhar com pessoas, com vidas. Não me vejo fora da APAC, não sei o que seria de mim, só Deus sabe. (E18)

No fragmento discursivo (025), E25 indica seu envolvimento com o trabalho que realiza por meio da menção aos temas do "trabalho voluntário", do "amor" e da "dedicação". O sujeito reflete sobre sua prática de trabalho e a insere em uma categoria diversa as das práticas que comporiam outras organizações de trabalho (as empresas, por exemplo). Mais precisamente, o vínculo que o sujeito demonstra ter com seu trabalho não se restringe aos aspectos formais de uma atividade ou função (o que ficaria demarcado nos contratos de trabalho: atribuições, condições e compensações financeiras). No (e com o) trabalho, o sujeito estabelece relações que caracterizam a posição em que este último reconhece para si, isto é, a de "voluntário". A figura discursiva do "voluntário" – refração linguística – se sobrepõe a do "funcionário" (reflexão linguística), quando da reflexão do sujeito sobre suas posições no espaço social em que trabalha: A gente fala que a gente como funcionário da APAC é, antes de mais nada, um voluntário. [...] Então eu gosto muito de falar que, primeiro, eu sou uma voluntária, primeiro. Depois eu sou funcionária da APAC né".

Outro discurso que se apresenta a partir do percurso semântico do "envolvimento" é o discurso do aprisionamento. E25 diz conservar certa dependência emocional em relação ao seu trabalho e, logo, em relação à organização em que trabalha. A enunciadora se sente presa ao trabalho que realiza na APAC, não sendo capaz de vislumbrar o abandono do mesmo: "Eu acho que mesmo hoje se eu quisesse sair da APAC, eu acho que eu não consigo né".

Em (026), os sentidos subjetivos produzidos por quem enuncia delineiam a ideia de que o trabalho influencia a forma como o sujeito reflete sobre si mesmo e sobre os *outros*. E11 se percebe diferente dos *outros*, dada a natureza das atividades que realiza e dado o modo como as realiza. E11 não tem apenas um "emprego comum" tal como os outros, E11 também assume para si não somente o papel de "funcionário", mas também o de "voluntário".

O tema do "voluntariado" e a figura discursiva do "voluntário" aparecem no enunciado (026) de forma a ressaltar a perspectiva da entrega, de doação do sujeito ao trabalho que realiza na APAC. O ato de dedicar-se ao trabalho assume proporções tais que os limites entre o espaço social da "casa" e o espaço social do "trabalho" são rompidos. As responsabilidades que permeiam a atividade que desempenha na APAC influenciam (ou acompanham) o sujeito em outros espaços sociais para além dos da organização pesquisada. A seleção lexical a seguir é elucidativa a esse respeito da inexistência de barreiras na representação dos aspectos concernentes às instâncias pessoal e profissional do sujeito: "Então, este trabalho nosso, não é um trabalho como outro qualquer onde você tem um horário de chegada e depois bate o cartão e vai embora. A gente sempre leva isto para casa porque, às vezes, não consegue desligar. Às vezes, você está no horário do almoço e vê uma

recuperanda no cantinho ali e tal, e você vai pra casa e você fica com aquilo na cabeça: 'o que é que eu posso fazer para ajudar ela, ela está com este problema, está com aquele'."

O fragmento discursivo (027) tem início apresentando a associação da figura discursiva do "voluntário" com as figuras discursivas da "plantonista" e dos membros da equipe dirigente da APAC (a partir do léxico "administração"). E19 busca reforçar essa questão do voluntariado ao afirmar que a relação que estabelece com seu trabalho ultrapassa o sentido de mero cumprimento de atribuições, estendendo-se para a acepção da identificação com uma causa, no caso, o processo de emenda de quem cometeu crimes. A enunciadora diz: "Eu creio assim, é responsabilidade, mas, mais, eu acho que é amor também, entendeu?! Vale a pena. A gente vê que trabalhar com quem realmente quer mudança vale a pena, é isso que nos move, entendeu?!". Ainda, os aspectos que constituem o trabalho desempenhado acabam por influenciar o modo como o sujeito estabelece suas ações em outros espaços sociais. Isso fica mais claro pela seleção lexical: "Mesmo quando eu estou na minha casa, meu pensamento está aqui".

Em (028), assim como se percebe quando se trata dos enunciados (025), (026) e (027), um dos aspectos que ajudam a conformar a ideia de dedicação ao trabalho é a figura discursiva do "voluntário". Ser "voluntário" parece remeter a um tipo de entrega, de doação que não se associa quando o sujeito se identifica apenas como um "funcionário". Por isso da ênfase sobre a necessidade de se conservar a premissa do ser um "voluntário". Quem enuncia em (028) defende essa questão nas seleções lexicais seguintes: "É o tal negócio, a gente tem que ser voluntário acima de tudo, antes de ser funcionário aqui da APAC"; "Então é diferente, você tem que ser voluntário acima de tudo, você tem que se doar mesmo para essa causa"; "Assim, espero ficar aqui muitos anos e, eu sei que tenho que ser voluntária primeiramente". E, ainda, como foi notado nas reflexões de E11 e E19 nos fragmentos discursivos (026) e (027), E18, que enuncia o discurso (028), procura deixar claro que a dedicação que se confere ao trabalho não se restringe ao espaço social da APAC, pois o mundo da "casa" e o mundo do "trabalho" se tornam apenas um. O sujeito que trabalha na APAC é solicitado a qualquer hora, em qualquer lugar, sendo o atendimento a tais solicitações profissionais um dos requisitos para o bem-estar daquele primeiro. E18 destaca: "Então, assim, às vezes, quando, por exemplo, eu estou em casa, no dia da minha folga, eles me ligam pra fazer um favor pra alguém, tem uma pessoa que precisa de ir ao médico e, por exemplo, não tem ninguém pra levar. Será que eu vou dormir em paz, com a consciência tranquila se eu negar isso?!".

Outro discurso intimamente relacionado ao da dedicação no enunciado (028) é o discurso da dependência em relação ao trabalho ou, em outras palavras, do aprisionamento do

sujeito ao trabalho que realiza na APAC. Assim como E25, no depoimento (025), E18 não é capaz de se perceber no exercício de outras atividades de trabalho, em outra organização de trabalho. A seleção lexical seguinte, enunciada por E18, confirma esse achado: "[...] Então, assim, não me vejo fora da APAC, é o que eu gosto de fazer, que é trabalhar com pessoas, com vidas. Não me vejo fora da APAC, não sei o que seria de mim, só Deus sabe".

Diante das especificidades encerradas no discurso da dedicação, presente nos textos (025), (026), (027) e (028), além da menção, em (025) e (028), de certa dependência emocional do sujeito em relação ao trabalho, tomam-se algumas considerações de Enriquez (1997b) a fim de conceber algumas reflexões sobre os discursos apresentados. Em tais discursos, as enunciadoras demonstram uma forte identificação com a organização APAC e, por extensão, ao trabalho que realizam na APAC. A identificação é tamanha que os sujeitos se denominam "voluntários" da APAC, sujeitos que entregam, sobremaneira, à consecução dos propósitos da organização. Rompem-se os limites entre as instâncias pessoal e profissional do sujeito, tal como o autor sugere que acontece em organizações empresariais. Em casa ou em outros espaços sociais para além da APAC, o sujeito se sente "preso" às demandas de seu trabalho. Contudo, essa "prisão" não se torna motivo de angústia, mas sim de bem estar do sujeito, o qual não mais se percebe fora da APAC ou exercendo outras atividades de trabalho, como foi visto em (025) e (028). Aqui, o entendimento é que a figura discursiva do "voluntário" alinha-se, de certo modo, com o que Enriquez (1997b) chamou de "serviçal voluntário", alguém que descobre gozo na submissão.

Sobre os enunciados (029) e (030), apresentados a seguir, a compreensão é de que os mesmos são elaborados a partir do percurso semântico das "relações no e com o trabalho".

> (29) O lema da APAC é disciplina com amor. E é nele que a gente tenta se ater. Logo que eu entrei, eu acho que eu me abalei com o caso de uma moça aqui que teve uma recaída nas drogas quando teve saída autorizada, porque, nessa época, eu fiquei muito amiga delas, muito amiga, como se eu não fosse autoridade e elas não me reconhecessem com esta autoridade. Eu sou muito jovem e tal. Aí, aos pouquinhos eu estou entendendo, você tem que ter uma relação de amiga, quase, mas com muito limite, impor mesmo a disciplina, as regras, e você não pode dar privilégio pra uma, ter mais amizade com uma e ser mais distante com a outra. Tem que ser justa com cada uma, tem que dar a mesma atenção para todas. Você não pode dar privilégios. Então, e é bom você não se envolver tanto porque não é a nossa função. A nossa função é fazer as regras serem cumpridas pra APAC ter controle da situação, enfim. Eu me envolvi no início, acho, porque eu trabalhava durante o dia, então é mais intenso, a gente fica mais próximo. E é normal a gente se envolver, se comover. Mas, é aquela coisa, a gente tem ver como se fosse um trabalho de enfermeira, médico, pessoa que trabalha no resgate de pessoas. Se você não manter uma distância, você fica muito abalada psicologicamente e não vai exercer bem. Eu estava ficando extremamente cansada, abalada quando saía daqui, e ficava preocupada demais com os dramas delas. (E10)

> (030) Mais marcante pra mim aqui na APAC foi a primeira vez que eu tive que algemar uma recuperanda. Pra mim, foi muito difícil. Pior de tudo ainda porque ela estava grávida e assim pra mim colocar a algema nela. Ali, pra mim, foi a pior coisa do mundo, até então não tinha tido coragem. Aí a Denise falou 'não, vamos lá, eu coloco, depois você acostuma'. Então isso pra mim foi muito marcante aqui, acho que pelo fato de eu ter sido presa e também de ela estar grávida, porque quando eu estava presa eu também estava grávida. Então, pra mim assim, marcou muito, foi muito difícil. E depois eu superei, lógico, fiquei mais tranquila. Assim, eu aqui por exemplo, acho que eu nunca vou ter coragem de levar uma recuperanda para a tranca, lá para o regime fechado, lá para o castigo. Por que? Porque eu acho que uma boa conversa sempre resolve tudo, sabe. Mas, sei que se houver um caso desse no meu plantão, vou ter que cumprir com a regra da casa. (E18)

A enunciadora de (029) produz sentidos sobre uma de suas experiências no desempenho das atividades de plantonista e, a partir disso, profere o discurso da despersonalização das relações humanas no trabalho. A construção do que se poderia chamar de vínculos afetivos com os sujeitos que cumprem pena não é apresentada como uma posição acertada da plantonista no espaço social em que executa seu trabalho: "Então, e é bom você não se envolver tanto porque não é a nossa função". Esse tipo de relação no trabalho (com os sujeitos que cumprem pena) acaba por restringir o exercício do que, em tese, admite-se como sendo uma das práticas sociais da plantonista no espaço social da APAC feminina: "[...] fazer as regras serem cumpridas pra APAC ter controle da situação, enfim".

Todavia, esse enunciado (029), por vezes, compõe-se de construções frasais com sentidos contraditórios, aspecto que, implicitamente, chama a atenção para a questão do conflito que demarcaria o conjunto de práticas e relações sociais que concerne ao trabalho da plantonista. Por exemplo, ao mesmo tempo em que pressupõe a necessidade da amizade com os sujeitos que cumprem pena (ou o *outro* recuperanda), E10 defende a imposição da disciplina mediante a aplicação das regras, algo que, a princípio, comportaria a perspectiva da imparcialidade.

Assim, ao mesmo tempo em que parece valorizar a noção de proximidade com o sujeito que cumpre pena, estimula-se a ideia de distância emocional. E10 chega a comparar o trabalho da plantonista com o trabalho do "médico" e da "enfermeira", a fim de destacar a conveniência de o sujeito, na prática de suas atividades de trabalho na APAC, abster-se de qualquer tipo de sentimento em relação ao sujeito que cumpre pena: "Mas, é aquela coisa, a gente tem ver como se fosse um trabalho de enfermeira, médico, pessoa que trabalha no resgate de pessoas. Se você não manter uma distância, você fica muito abalada psicologicamente e não vai exercer bem".

Percebe-se a refração linguística quando E10 procura justificar, implicitamente, o seu envolvimento emocional com o trabalho por meio do argumento de que ainda é jovem

(reflexão linguística) e, portanto, com poucas experiências que lhe propiciariam o discernimento capaz de substanciar outro tipo de atuação. Depreende-se esse aspecto refratado no seguinte trecho: "Logo que eu entrei, eu acho que eu me abalei com o caso de uma moça aqui que teve uma recaída nas drogas quando teve saída autorizada, porque, nessa época, eu fiquei muito amiga delas, muito amiga, como se eu não fosse autoridade e elas não me reconhecessem com esta autoridade. Eu sou muito jovem e tal".

No enunciado (030), os sentidos subjetivos produzidos por E18 também estão relacionados ao conflito das posições que o sujeito apresenta no espaço social em que executa seu trabalho. Primeiramente, o trabalho de E18 parece ser conformado por uma atribuição que se destaca no conjunto do enunciado: a atribuição de algemar alguém, no caso, os sujeitos que cumprem pena na APAC. Semelhante atribuição aparece no discurso e remete ao tema implícito do "dever". Por seu turno, a necessidade de cumprir esse dever vincula-se ao tema do "sofrimento", haja vista que E18 se identifica com a situação de aprisionamento do sujeito a ser algemado: "Mais marcante pra mim aqui na APAC foi a primeira vez que eu tive que algemar uma recuperanda. Pra mim, foi muito difícil. Pior de tudo ainda porque ela estava grávida e assim pra mim colocar a algema nela. Ali, pra mim, foi a pior coisa do mundo, até então não tinha tido coragem [...] Então isso pra mim foi muito marcante aqui, acho que pelo fato de eu ter sido presa e também de ela estar grávida, porque quando eu estava presa eu também estava grávida".

O ato de algemar alguém se torna doloroso na medida em que sugere uma recuperação das experiências de E18 e, logo, das emoções que compuseram a sua trajetória no cárcere. Aqui, pode-se observar o quanto a formação dos sentidos subjetivos está atrelada a uma processualidade da ação humana em diferentes espaços socais (GONZÁLEZ REY, 2003). Os processos simbólicos e emocionais de outro momento da vida de E18 (o cumprimento de pena privativa de liberdade) estão imbricados na produção de sentidos subjetivos relativos a uma determinada situação concreta (o ato de algemar uma recuperanda) em um momento atual.

Assim, delineia-se, no fragmento discursivo (030), a noção do conflito de posições do sujeito, pois, o que o trabalho demanda do sujeito, no que tange ao exercício de algumas atribuições, atua de maneira a configurar um embate com as disposições (ou vontades) de tal sujeito, as quais têm suas raízes nas experiências ao longo de sua trajetória. E18 procura ressaltar a superação desse embate ou desse conflito de posições em: "E depois eu superei, lógico, fiquei mais tranquila". Logo em seguida, porém, ocorre a (re)afirmação sobre a dificuldade que se percebe quando se trata da tarefa de punir uma recuperanda: "Assim, eu

aqui por exemplo, acho que eu nunca vou ter coragem de levar uma recuperanda para a tranca, lá para o regime fechado, lá para o castigo".

Já o enunciado (031) indica o percurso semântico do "resultado", em termos do que parece se figurar como consequência do trabalho de quem diz, que constroi, assim, o discurso do êxito, mais precisamente, do êxito do trabalho relacionado à recuperação dos sujeitos que cumprem penas privativas de liberdade na APAC feminina.

> (31) A motivação que eu tenho, hoje, dentro da APAC, é ver que uma recuperanda chega aqui um lixo mesmo, tratada como um objeto, entende?! Não é nem como um animal, mas como um objeto como se não tivesse coração, não pudesse arrumar um cabelo, não tivesse o direito de contato com o filho etc. e tal. E ali você começar a ver a mudança nela, a transformação naquela mulher, de querer uma vida melhor, de querer conviver de novo com os filhos, de querer se livrar das drogas, de voltar a fazer oração, de voltar a ter autoestima. Então, essa é a minha motivação pra esse meu trabalho. (E25)

E25, um dos membros da equipe dirigente, atribui a motivação para o trabalho que executa à percepção das mudanças que se processam nas recuperandas, no decorrer do período que estas permanecem na APAC. Quando de sua chegada à APAC, o sujeito desviante (o *outro* recuperanda) se apresentaria de uma determinada forma: inscrito em um estado de degradação. Aliás, procura-se reforçar esse aspecto degradante que caracterizaria o sujeito por meio das figuras discursivas: "lixo", "objeto" e "animal". A "mudança" do sujeito que cumpre pena, isto é, a alteração das percepções que conserva sobre si mesmo e sobre os outros, emerge como sendo o tema que demarca, implicitamente, a ideia de resultado (no caso, bem-sucedido) do trabalho de recuperação (ou ressocialização). Logo, quem enuncia se sente motivado (ou mesmo reafirma sua posição no mundo, no caso, no mundo do trabalho), pois vislumbra o que se enquadraria, de certo modo, como efeito de suas ações (atuações), de suas práticas sociais em um dado espaço social.

Os obstáculos (dificuldades) no trabalho também são objeto de reflexão de E25, agora no enunciado (32).

> (32) As dificuldades no nosso trabalho são muito grandes. Principalmente, pelo fato de a APAC ser uma instituição sem fins lucrativos a gente tem grandes problemas financeiros. E não é uma instituição igual a um hospital do câncer ou, por exemplo, uma APAE que a sociedade se mobiliza e vai lá e faz campanha e ajuda financeiramente com doações. A APAC é um presídio, a APAC, na verdade, recolhe o lixo da sociedade, o que está à margem da sociedade. São pessoas que mataram, que estupraram, que traficaram, que roubaram. Então é muito difícil o ser humano que está lá fora doar nem que seja um real ou litro de leite pra uma pessoa que já matou né. Então humanamente falando nós ainda não estamos nessa evolução de que se a sociedade se unir e cuidar do ser humano que está aqui dentro, ele vai sair daqui com uma chance menor de voltar a cometer crimes. Quer dizer, é um

> criminoso a menos na sociedade. Quem mais ganha é a própria sociedade, são as nossas famílias, nossos filhos, eles que vão estar ganhando com isso [...] Outra grande dificuldade é de trabalhar com o humano. Porque do mesmo jeito que é o bem mais precioso que Deus fez, é um ser imperfeito, justamente devido a esse livre arbítrio. Então são pessoas que chegam aqui indisciplinadas, que tem dificuldades de acordar cedo, de trabalhar, de estudar. Então, mostrar e motivar essa pessoa que isso vai fazer bem pra ela, até ela conseguir internalizar isso e começar essa mudança de mentalidade, é muito difícil. Por isso, o momento mais triste e difícil que tem é quando é necessário transferir uma recuperanda, que talvez está aqui até um ano, transferir, levar ela de volta para o sistema comum, por problemas de adaptação mesmo à metodologia, por faltas graves, indisciplina. É, chegamos ao caso aqui de ter tido até uma lesão corporal, de uma recuperanda que espancou a outra né. Então isso é muito triste. São os nossos conflitos. Hoje tem também a realidade, né, do homossexualismo. É, por se tratar de um presídio feminino, essa realidade vem crescendo muito. Então quer dizer várias mulheres, algumas não têm companheiro, a carência é muito grande, acaba que começa a se envolver umas com a outras, e isso dificulta o nosso trabalho, dificulta muito [...]. (E25)

No princípio de seu discurso, a enunciadora produz sentidos subjetivos esboçando a ideia de não legitimação da função social da APAC, organização em que aquela primeira realiza suas atividades laborativas. Na visão de E25, o trabalho realizado na APAC, por ser direcionado aos sujeitos que cometeram algum tipo de desvio social (o *outro* recuperanda), restringe a mobilização da sociedade no que tange à concessão de algum auxílio à organização, principalmente, o de caráter financeiro. Para quem enuncia, a APAC se configura como um espaço social onde estão os "expulsos" da sociedade. Aliás, essa concepção da marginalização fica evidente na seguinte seleção lexical: "A APAC é um presídio, a APAC, na verdade, recolhe o lixo da sociedade, o que está à margem da sociedade. São pessoas que mataram, que estupraram, que traficaram, que roubaram". Nesse sentido, o *outro* que está fora da APAC não reconhece o propósito que subjazeria esta última, isto é, o propósito de recuperação do *outro* que está cumprindo pena no âmbito da tal organização.

Ao refletir sobre os obstáculos (dificuldades) que estariam circunscritos ao desempenho de seu trabalho na APAC, E25 faz alusão ao discurso da resistência. E25 diz que nem todos os sujeitos que cumprem pena na APAC são submissos a uma determinada ordem imposta, seja tal ordem referente a um padrão de atividades ou práticas sociais ("Então são pessoas que chegam aqui indisciplinadas, que tem dificuldades de acordar cedo, de trabalhar, de estudar [...]"), seja esta ordem referente a um padrão de relações sociais, por exemplo, quando da condenação do homossexualismo ("Hoje tem também a realidade, né, do homossexualismo. É, por se tratar de um presídio feminino, essa realidade vem crescendo muito. Então quer dizer várias mulheres, algumas não têm companheiro, a carência é muito grande, acaba que começa a se envolver umas com a outras, e isso dificulta o nosso trabalho, dificulta muito").

Ainda, pela seleção lexical "Outra grande dificuldade é de trabalhar com o humano. Porque do mesmo jeito que é o bem mais precioso que Deus fez, é um ser imperfeito, justamente devido a esse livre arbítrio", enuncia-se que o suposto livre arbítrio dos sujeitos (o *outro* recuperanda) dificulta o trabalho de disciplinarização (controle) dos mesmos, ou escrevendo de outra maneira, E25 relata, implicitamente, que o suposto livre arbítrio dificulta, pois, as tentativas de normalização dos modos de o sujeito ser e se relacionar na APAC.

8 CULTURAS NA APAC: SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE A RECUPERAÇÃO E A RESISTÊNCIA

Matar o criminoso e salvar o homem.
Mário Ottoboni

Este capítulo foi escrito tendo em vista o cumprimento dos objetivos de identificar os elementos que compõem a dimensão cultural na APAC e, ainda, compreender a forma como esses elementos ou manifestações culturais se relacionam aos processos de produção de modos de o sujeito ser e se relacionar na APAC.

Vale-se do pressuposto de que a cultura é uma produção social (MORGAN, 1996; CARRIERI, 2001; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010). A propósito, entende-se que a própria organização é um fenômeno cultural criado e mantido socialmente (MORGAN, 1996). Desenvolvidas no decorrer das interações entre diferentes sujeitos historicamente constituídos, as manifestações culturais em uma organização conformam uma espécie de mosaico cultural, pois são manifestações que, não obstante se relacionarem, se intercruzarem, não constituem algo homogêneo (MORGAN, 1996; CARRIERI, 2001; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010). Portanto, concorda-se com Carrieri e Leite-da-Silva (2010) quando defendem a existência de culturas e não de uma cultura apenas nos espaços sociais de uma organização.

Os discursos analisados nas seções que seguem foram escolhidos na perspectiva de apresentar reflexões a respeito desse mosaico cultural na APAC ou das culturas na APAC, compostas, em linhas gerais, por significações e ressignificações que aludem aos processos de recuperação e de resistência dos sujeitos desviantes.

8.1 APAC: presídio, centro de recuperação social, clínica de recuperação e spa

Smircich (1983b) disse que a análise das organizações como culturas demanda a apreensão dos sentidos que os diferentes sujeitos conferem aos conjuntos de diferentes ações, objetos, eventos, expressões, todos imbricados em dado espaço social. Quais os sentidos envoltos na dinâmica de ações e relações sociais na APAC? A partir dos enunciados (033), (034) e (035), os quais são construídos por mulheres que cumprem pena no espaço social APAC, pode-se asseverar que um desses sentidos se relaciona ao discurso da recuperação.

(33) Eu falaria assim, a APAC é muito bom. Se a APAC fosse só as paredes, falar a verdade. Difícil é só a convivência, mas quem tem juízo obedece. Igual a gente fala, APAC é bom por um lado porque é, como vou explicar, é porque é mais tipo uma clínica, a gente está aqui para recuperar. Ninguém está aqui para julgar ninguém. Porque na cadeia só te julgam, e aqui não, aqui você está só para recuperar. Então aqui, pra mim, é uma clínica de recuperação. Melhora quem quiser né. [Por que parede?]. Parede, porque parede não fala nada. Agora, convivência é nós presa. Olha, eu mesma falando presa. É nós recuperanda que estamos convivendo com nós recuperanda. Mas tem gente que dá pinta com uma, com outra, e tem uma e tem outra mais difícil. E eu nesta luta, como se diz, brigo, discuto, mas sempre e em primeiro lugar, você tem que ver que sem Deus você não é nada não. E outra, discutiu hoje ali, eu sou assim se eu discuto ali na mesma hora eu vou ali e peço perdão para Deus e peço desculpa a outra porque senão a gente não tem uma boa convivência. Em primeiro lugar, a gente levanta e pede a Deus para dar força mais um dia. Porque quando eu sair daqui eu quero sair de cabeça erguida. E como se diz, e bem com todos. Todo mundo fala, você levanta e já está bem. Não tem coisa melhor do que você olhar no espelho e ver que você está bem. Em primeiro lugar, é você olhar o seu lado e depois os outros. E as meninas falam, você já levanta sorrindo e eu falo: 'Gente, eu sou uma recuperanda feliz'. Por mais que eu tenha essa doença, mas eu sou feliz. Eu sou feliz porque eu me amo demais. Eu tenho uma família que me ama, tenho os meus filhos. E até aqui, mesmo com as briguinhas, mas uma gosta da outra. E eu gosto demais da APAC também. Ela me ajuda muito, eu agradeço demais a APAC. (E3)

(34) Aqui na APAC eu acho que é, eu estou voltando a ser a pessoa que eu era antes de entrar no mundo das drogas. Voltando a ter o meu caráter. Voltando a ser mãe, porque até isto eu tinha destruído, o meu vínculo com os meninos. Eu voltei a ser um ser humano, porque eu estava igualzinho a um lixo. Eu não estava vivendo, eu vegetava. No sistema comum, muitas das vezes, você sai revoltado, você vira bicho, e aqui, recupera o ser humano mesmo, quando realmente o ser humano quer mudança. Aqui eles acreditam, ajudam, dão oportunidade. O que não tem no presídio. (E13)

(35) A APAC é um centro de recuperação para pessoas condenadas. E a APAC transmite para a gente amor, união. Ajuda a gente no que pode. A gente também tem que querer a mudança de vida. E é um centro de recuperação social, aonde trabalha também com a família da gente. Faz a união da família. Mostrando o amor. A gente está em recuperação, e só não recupera quem não quer, dentro da APAC. Eu acho que tinha que existir só a APAC e não presídio né. Porque o mundo ia melhorar demais. Porque o mundo ia melhorar demais. Não ia ter tanta violência igual tem. Porque quando você sai da cadeia, você sai mais revoltada. E aí você sai e não tem experiência nenhuma, e, por exemplo, aqui que eu tô fazendo essas sandalinhas, então eu posso sair daqui com uma experiência, então posso ir para uma fábrica, bordar, trabalhar. Agora, um traficante que vai ficar quase a vida inteira na cadeia, vai sair de lá e vai fazer o que? Vai voltar a traficar de novo. Não tem aquele ânimo, não tem aquela disposição. Eu imagino isto. E então aqui na APAC se a pessoa quiser mudar, ela muda. E agora na cadeia, ninguém sai com um plano de mudança. Eu acho que sai de lá é com mais raiva. (E5)

Especificamente, em (033), a enunciadora, ao comparar explicitamente a APAC com uma "clínica de recuperação", sugere a perspectiva da reabilitação para a construção da imagem da organização pesquisada. E13, enunciadora do discurso (034), estabelece que, no âmbito da APAC, recupera-se um conjunto de características individuais ("caráter"), de

papeis sociais ("mãe"), os quais se supõe perdidos em consequência do envolvimento com as drogas. Já em (035), a ideia de recuperação parece advir, primeiramente, do tratamento conferido ao sujeito que cumpre pena e a sua família. São alusivos a este respeito os seguintes trechos: "E a APAC transmite para a gente amor, união. Ajuda a gente no que pode"; e, "Faz a união da família. Mostrando o amor." Ademais, para E5, o que contribui para enunciação da recuperação nos domínios da APAC seria a consecução de atividades laborativas, pelo fato de se acreditar que a mesma viabilizaria, mais facilmente, a futura reinserção social do sujeito.

Nos três referidos discursos, seja de maneira implícita ou mesmo explícita, as enunciadoras defendem, então, a APAC como o espaço social adequado ao cumprimento de penas privativas de liberdade, haja vista as condições que ali são viabilizadas para a recuperação dos sujeitos. Por exemplo, E13 descreve a APAC como sendo "o" lugar, dentre os outros espaços sociais da prisão, que possibilita a restituição da dignidade do sujeito: "Eu voltei a ser um ser humano, porque eu estava igualzinho a um lixo. Eu não estava vivendo, eu vegetava".

Em uma linha oposta, nos fragmentos discursivos (034) e (035), as enunciadoras combatem, pois, a ideia do sistema comum como espaço social de cumprimento de penas privativas de liberdade. As palavras "lixo" e "bicho" são usadas por E13 para suscitar a situação de degradação vivida pelo sujeito no sistema comum. E5, na seleção lexical "E agora na cadeia, ninguém sai com um plano de mudança. Eu acho que sai de lá é com mais raiva", chama a atenção para a impossibilidade de emenda quando o sujeito cumpre pena nas organizações do sistema comum.

Aliás, parece que o discurso da recuperação, no âmbito da APAC, se consolida, de certa forma, a partir da interdiscursividade que se delineia quando as enunciadoras de (034) e (035) deixam subtendido o fenômeno da reincidência dos sujeitos que cumprem pena em espaços sociais do sistema comum. O sistema comum é o lugar da revolta, do que é indigno, ao passo que a APAC é o lugar da recuperação, da mudança, da confiança, da assistência, da oportunidade.

Todavia, não obstante as enunciadoras perceberem a APAC como sendo um espaço social diferente dos espaços sociais do sistema comum, isto é, com as condições necessárias para a recuperação de um sujeito que cometeu algum crime, nos depoimentos (033) e (035), indica-se uma transferência de toda a responsabilidade por tal recuperação para cada sujeito que naquele espaço social cumpre sua pena. Em outras palavras, a responsabilidade da recuperação recai, plena e totalmente, sobre a instância individual, isto é, o sujeito, diante de todas as possibilidades de recuperação proporcionadas pela APAC, é quem decide sobre o ato

de mudar sua trajetória ou não. E3 deixa claro esse aspecto de responsabilização do sujeito por sua própria recuperação na seguinte seleção lexical: "Melhora quem quiser né." Também existem algumas passagens no fragmento discursivo (35) que salientam esse aspecto, quais sejam: "A gente também tem que querer a mudança de vida"; "A gente está em recuperação, e só não recupera quem não quer, dentro da APAC"; e, "E então aqui na APAC se a pessoa quiser mudar, ela muda."

Além do discurso da recuperação, vale dizer que, no enunciado (033), identifica-se o discurso da convivência na prisão ou, em outras palavras, o discurso que é atinente às dinâmicas que permeiam o relacionar entre os sujeitos no âmbito da APAC. A enunciadora principia o seu discurso estabelecendo uma espécie de ironia que já delineia a complexidade da formação de laços sociais naquele contexto prisional: "Eu falaria assim, a APAC é muito bom. Se a APAC fosse só as paredes, falar a verdade [...] Parede, porque parede não fala nada. Agora, convivência é nós presa. Olha, eu mesma falando presa. É nós recuperanda que estamos convivendo com nós recuperanda". O implícito subtendido é que existem problemas de relacionamento entre os sujeitos que cumprem pena na APAC. Aliás, nesta referida seleção lexical, depreende-se a ideia do controle da linguagem, pois, a partir do que se apregoa no contexto da própria APAC e no que se veicula em materiais institucionais, a denominação "presa" é característica de quem cumpre pena em espaços sociais distintos aos da APAC feminina, onde se usa a nomeação "recuperanda". Na seleção lexical, E3 traz para o discurso o léxico "presa", mas procura corrigir-se mencionando o léxico "recuperanda".

A construção das relações na prisão não se restringe ao outro "recuperanda", como aparece de maneira predominante no fragmento discursivo (033). E3 remete ao relacionar-se com o *outro entidade espiritual*. É de se destacar o apego de quem profere o discurso com uma entidade espiritual,"Deus" ("[...] você tem que ver que sem Deus você não é nada não") e, logo, a influência dessa tal entidade na aceitação da prisão ("Em primeiro lugar, a gente levanta e pede a Deus para dar força mais um dia"). A inferência é de que esse apego a uma entidade espiritual se configuraria, simultaneamente, como uma estratégia e como uma tática no espaço social do cárcere permeado pelas relações de dominação (CERTEAU, 1998). Entretanto, isso é algo para se discutir em outro momento. Retoma-se a exposição dos discursos que encerram os sentidos que os sujeitos atribuem à APAC.

No fragmento discursivo (036), por exemplo, identifica-se, primeiramente, o discurso da benevolência da APAC, tendo em vista o amparo conferido pela citada organização aos sujeitos que cumprem pena por algum crime.

> (036) A APAC é uma instituição que ajuda os condenados. Uma pessoa que está condenada, no sistema comum, sofrendo humilhação, aí se quiser uma mudança de vida a APAC é o lugar. Quando a pessoa chegar aqui ela vai ver que aqui a gente é tratado como ser humano, como uma pessoa, que tem caráter, dignidade, respeito. E as pessoas aqui elas te dando uma oportunidade, você vai descobrindo o seu dom, o seu talento, para você poder fazer alguma coisa lá fora. Isto é APAC. APAC ela é formada por pessoas que querem fazer o bem. E o problema da criminalidade hoje não é da APAC, o problema da criminalidade hoje é da sociedade. A sociedade precisa ajudar a APAC. Por que? Porque a sociedade acha que mandar um preso para a penitenciária vai ressocializar ele, vai ensinar a ele. O governo, o dinheiro que o governo poderia estar investindo num posto de saúde, num hospital melhor, num aparelho melhor para as crianças, numa incubadora, por exemplo. Tem muito hospital que falta tanto recurso para a saúde, porque a verba do governo que poderia ir para lá, vai para a penitenciária, para tratar de criminoso que quando sair de lá vai sair pior. Às vezes, entrou porque roubou um celular e quando chega lá dentro da penitenciária aprende tanta coisa que quando sai de lá ele rouba um banco. Porque ele saiu com a cabeça virada, com a malícia. A cabeça dele transforma lá dentro. Lá dentro, ele vai aprendendo a sobreviver. É a mesma coisa de Daniel na cova dos leões. Viver lá dentro, não é viver, lá você sobrevive. Lá você tem que sobreviver. A APAC é diferente. Tem, tem muita gente que não se adapta aqui na APAC. Assim, eu não sou muito boa para falar não, porque igual eu te falei eu sou recente aqui. Mas tem muitas meninas que são mais antigas que falam, que tiveram muitas meninas que passaram aqui e que não se adaptaram. E tiveram que voltar para o sistema comum. A minha opinião de não se adaptar, é tem pessoas que não se adaptam com as regras. Tem pessoas que acham que regra não é pra ser cumprida. Acham: 'Ah, ninguém vai falar nada'. E aí começam a desobedecer as regras. Eu acho que você tem que se adaptar, olhar o melhor caminho por onde ela quer seguir. E quando a pessoa não quer mudança de vida, ela não se adapta aqui na APAC não, não se adapta mesmo não. Mas não é o lugar, porque é a gente que faz o lugar. Se você quiser fazer do lugar um céu você faz, mas se você quiser fazer do lugar um inferno, você faz também. E tem pessoas que fazem intrigas, fazem fofoca para fazer o ambiente ficar ruim. É difícil de trabalhar com esta pessoa, é difícil de trabalhar com a mente, porque praticamente eles trabalham muito com a mente do ser humano. Porque aqui como você não pode trabalhar com agressão, a punição tem que ser mais leve, você trabalha com a mente da pessoa, com o psicológico da pessoa. Você vai ensinar para ela que ela tem que seguir um caminho melhor, um caminho diferente e que se ela teve uma vida errada até agora, que a vida certa é boa, que trabalhar é bom, ser um cidadão é bom. Só a APAC mesmo pra fazer isto com a gente. (E6)

Esse amparo, na forma das práticas de tratamento dos sujeitos, parece contribuir, inclusive, para a ressignificação da posição que esses últimos ocupam no mundo, reforçando, portanto, uma espécie de processo de autoconhecimento. Isso fica mais claro quando na seguinte passagem do fragmento discursivo (036): "Quando a pessoa chegar aqui ela vai ver que aqui a gente é tratado como ser humano, como uma pessoa, que tem caráter, dignidade, respeito. E as pessoas aqui elas te dando uma oportunidade, você vai descobrindo o seu dom, o seu talento, para você poder fazer alguma coisa lá fora".

Os sentidos subjetivos que E6 relaciona ao espaço social da APAC se referem às noções de mudança, respeito e dignidade, todos temas do referido discurso da benevolência. Em contrapartida, aos espaços sociais do sistema comum, associa-se o sentido da humilhação. E6 defende a superioridade da APAC como espaço social de cumprimento de pena em relação

aos demais lugares, tais como a "penitenciária". Nesse caso, o entendimento da enunciadora é de que a sociedade erra ao reforçar a ideia dos presídios ou das penitenciárias como lugares de ressocialização. Para E6, ao contrário da APAC, os espaços sociais do sistema comum apenas contribuem para catalisar o problema da criminalidade na sociedade, pelo fato de aqueles primeiros se constituírem como contextos de aperfeiçoamento de práticas do mundo do crime.

As reflexões de E6 permitem apontar outro discurso relacionado à APAC, o do controle, mais precisamente, da natureza dos mecanismos utilizados para a obtenção do controle dos sujeitos na APAC. Busca-se resgatar os sujeitos de uma "vida errada", ensiná-los os preceitos de uma "vida certa" adotando, para tanto, processos, práticas, instrumentos que atuem sobre o psiquismo, sobre o que é subjetivo ou como é explicitado no fragmento, sobre o "psicológico da pessoa". Destarte, a enunciadora de (036) julga os processos punitivos como sendo "mais leves", isso pelo fato de, no âmbito da organização pesquisada, não se admitir a agressão física. E a responsabilidade pela não adaptação a tais mecanismos mais leves de controle, bem como a outros aspectos atinentes à APAC, recai única e exclusivamente sobre cada um dos sujeitos que ali cumprem pena.

Defende-se, em semelhante enunciado, a concepção de que o fracasso de quem não se adapta às regras da organização não depende da austeridade que pode ou não caracterizar estas últimas. O fracasso advém da disposição do sujeito em mudar sua trajetória e, portanto, submeter-se aos mecanismos normativos e/ou regulatórios da APAC que têm sua razão de ser atrelada ao apontamento de um "caminho melhor" ou mesmo um "caminho diferente". Esse "caminho melhor" ou "caminho diferente" indicaria uma espécie de normalização do modo de o sujeito ser e se relacionar, normalização esta que seria alcançada por dispositivos disciplinares (FOUCAULT, 1977) calcados na premissa de impor aos sujeitos uma relação de docilidade ou, talvez, de dependência, como se afigura no próximo texto.

Em (037), os percursos semânticos da instrução (educação/ensino) e da gratidão, estruturam assim o discurso da dependência, mais precisamente, da dependência do sujeito em relação à organização em que cumpre pena, a APAC.

> (037) A APAC é uma segunda casa pra gente. É como se fosse uma mãe, uma segunda mãe. Ensina tudo, desde pequenininha até chegar lá grandona e ir pra rua de novo. Trata a gente com carinho como se fosse uma criança. Você viu que as celas aqui parecem quarto de boneca, às vezes nem na casa da gente tem isso que a gente tem aqui. Eu acho que a gente deveria dar mais valor né. (E21)

A APAC é comparada a uma "mãe", a qual, além de proporcionar afeto, seria a responsável pela formação do sujeito no sentido de lhe fornecer princípios para o bem viver

em sociedade ao longo de toda uma trajetória de vida. A fim de reforçar a característica do materno que perpassa a organização pesquisada, E21, assim, chega ao ponto de infantilizar o sujeito que cumpre pena na APAC, isto é, compará-lo a uma "criança". A APAC é apresentada como a "segunda mãe", e também inscrita numa dimensão de espaço social familiar ("A APAC é uma segunda casa pra gente"), o que decorre, em seguida, a defesa de um aspecto, qual seja: a necessidade de ser grato à organização.

Nesse depoimento (037), quem enuncia parece o fazer de uma classe social caracterizada pela posse de parcos recursos financeiros, haja vista o reconhecimento de que, algumas vezes, o que a APAC oferece em termos do conforto em suas instalações físicas não é algo comum de se ter acesso fora dos muros da prisão: "Você viu que as celas aqui parecem quarto de boneca, às vezes nem na casa da gente tem isso que a gente tem aqui".

Aliás, o "conforto" aparece como tema do enunciado (038).

> (038) A APAC é um *spa*. Eu falo com os meninos no meu serviço: 'Deixa eu ir embora, eu vou para o meu *spa*.' Aqui é uma maravilha. Isto aqui é uma maravilha. Nossa, você está doida. Tem uma comida decente, um banho quente. A família é respeitada. A recuperanda também é respeitada. Aqui a gente é tratado como ser humano e não como cachorro. E é uma coisa muito boa. Eu falo com as meninas, nossa, muitas vezes, a gente não dá valor, porque muitos querem estar aqui e muitos querem vir para cá e não tem como. Mas é uma coisa muito boa. Eu falo que é um *spa*. A APAC é um *spa*. (E2)

E2 enuncia a APAC como um *spa* ("A APAC é um *spa* [...] Aqui é uma maravilha. Isto aqui é uma maravilha [...] A APAC é um *spa*") a fim de destacar o ambiente de considerável "conforto" que caracterizaria a organização em que cumpre pena. Isto porque quem cumpre pena na APAC tem acesso ao alimento ("comida decente"), ao "banho quente", bem como recebe um tratamento digno e respeitoso. O modo como se coloca a existência desse tratamento digno e respeitoso, no âmbito da APAC, acaba por instaurar, implicitamente, uma interdiscursividade no enunciado (038). Especificamente, pela seleção lexical "Aqui a gente é tratado como ser humano e não como cachorro", pressupõe-se que, em outros espaços sociais da prisão ("lá"), o tratamento conferido aos sujeitos diferencia-se do que se observa nos domínios da APAC. O léxico "cachorro" é trazido ao discurso para apontar o tratamento duro, opressor (algo que remete a uma noção de maus tratos aos animais) a que se está, possivelmente, sujeito em outros contextos de cumprimento de pena. Nesse sentido, o aspecto ideológico defendido por E2 é a necessidade de conservar um sentimento de gratidão para com a organização, de valorizar aquele espaço social, no qual muitos desejam estar.

Recuperação, benevolência, controle, dependência são apenas alguns dos sentidos ou significações que as recuperandas atribuem ao espaço social no qual cumprem pena. Faz-se necessário depreender, a partir dos fragmentos discursivos (039), (040), (041), os sentidos que os sujeitos, membros da equipe dirigente, produzem a respeito da organização em que trabalham.

> (039) A APAC é uma penitenciária voltada mais para o lado humanitário, humano. É um lugar onde o pessoal tem condições de cumprir sua pena com dignidade. Assim, isso é que poderia falar. Cometeu o crime, errou, mas, se eu colocar ele dentro de uma cela do sistema comum, ele não vai ter condições nenhuma. Que tipo de pessoa vai gerar?! Ela vai continuar no crime mesmo. A APAC então é pra quem errou, mas não quer permanecer no erro, que quer mudança. É um lugar que dá condição da pessoa realmente recuperar. (E17)

O fragmento discursivo (39) compõe-se, de maneira geral, pelo discurso da categorização (classificação) dos espaços sociais da prisão. E17 define a APAC como sendo uma penitenciária mais humanizada, haja vista que ali, naquele espaço social, não se subtrairia a dignidade dos sujeitos, tal como ocorre nos contextos das organizações prisionais que fazem parte do sistema comum. Na APAC, portanto, aos sujeitos que cumprem pena privativa de liberdade são oferecidas as condições da recuperação: "É um lugar que dá condição da pessoa realmente recuperar". Recuperação que, de acordo, com E17 parece não ocorrer nos espaços sociais do sistema comum. Assim, a figura do "sistema comum" introduz a perspectiva interdiscursiva do enunciado (039), pois aquela primeira demarca o contexto em que o que se pode esperar é a reincidência. Evidencia-se, mais especificamente, esse aspecto interdiscursivo na seleção lexical: "Cometeu o crime, errou, mas, se eu colocar ele dentro de uma cela do sistema comum, ele não vai ter condições nenhuma. Que tipo de pessoa vai gerar?! Ela vai continuar no crime mesmo".

Destaca-se que, em um dos trechos deste discurso (039), a enunciadora faz uso da figura de linguagem denominada eufemismo. Precisamente, a palavra "erro" incorpora o sentido do léxico "crime", o qual, inclusive, já havia sido citado por E17. Essa substituição de uma palavra por outra mais "amena" consiste em uma estratégia discursiva de delimitar uma diferenciação na construção da imagem da APAC em relação aos outros espaços sociais relacionados ao cumprimento de penas. Este seria o espaço social adequado para os sujeitos que erraram, ao contrário de dizer "dos que cometeram crimes".

A enunciadora de (040) constroi alguns discursos a respeito da APAC que, de maneira geral, abarcam os temas da "dignidade", "mudança", "trabalho", "família", "formação" (a

partir do léxico "estudo"), "disciplina" (a partir de "questão disciplinar), do "conforto" (a partir de "hotel cinco estrelas"), da "reincidência", da "livre escolha" ("livre arbítrio").

> (040) A APAC é uma associação, então isso quer dizer que ela é formada, é uma associação sem fins lucrativos, então ela não tem um dono né. Mas, existe um grupo de pessoas que se uniram há anos atrás pra poder nada mais e nada menos fazer valer a lei. Só isso. Então, na verdade, o que a APAC tenta fazer hoje dentro dos seus CRS, que é seu centro de reintegração social, é fazer com que esse ser humano tenha a dignidade de cumprir a sua pena, refletir sobre seu crime, e isso fazendo que ele tenha uma mudança não de comportamento, mas mudança de mentalidade de vida e que saia daqui uma pessoa melhor. Por isso que a APAC ela é baseada em 12 elementos, e um deles eu vejo como muito importante, por exemplo, a família, o apoio da família, então tem o trabalho com a família né. O trabalho, a importância de uma recuperanda aqui tomar gosto pelo estudo, pelo trabalho né. Eu acho que isso aqui está refletindo muito positivamente, principalmente na questão disciplinar. Porque se elas estão trabalhando o dia todo, se elas têm uma meta a cumprir, isso sobra menos tempo pra fofoca, pra confusão, pra briga, pra ficar falando sobre o mundo do crime, pra ficar falando sobre drogas. Tá certo?! Outro fato muito positivo também é a questão das reuniões de cela, das aulas de valorização humana, terapia da realidade. Elas não estão aqui em um hotel cinco estrelas, não. Elas estão aqui pra cumprir pena. Então, essas terapias da realidade fazem com que, muitas das vezes, elas passem um dia de reflexão, às vezes, mais deprimida, chorando. Por que? Porque fazem elas enxergar o que que eu tô fazendo aqui, o que que eu fiz da minha vida, e quais os sonhos que eu tenho pra minha vida a partir de agora. Então, talvez, ensinar a essa mulher, esse homem a despertar nele algo que talvez ele não tenha tido lá fora. Essa é uma fala do Tarcísio que eu vou falar agora. Ele fala muito nos cursos dele: "A família errou, a escola errou, a sociedade errou, mas a APAC não pode errar com esse ser humano que caiu aqui dentro". Agora, é claro que muitos caem. Existe reincidência?! Sim, sim. Porque a gente ainda está aprimorando o método né, e o ser humano tem a livre escolha. Então, a partir do momento, que por mais que nós tenhamos feito a nossa parte de tentar ajudar esse ser humano aqui dentro, se ele quiser sair lá fora e voltar a cometer crimes, ele tem o livre arbítrio pra isso. Só que a gente tenta fazer o melhor pra esse ser humano aqui dentro. (E25)

Um primeiro tema identificado é o da legitimação e importância da APAC na sociedade. De início, E25 tenta afastar a perspectiva do lucro no âmbito da APAC ao ressaltar que esta consiste em uma associação sem fins lucrativos. Aponta-se também a ausência de proprietário(s) específico(s), o que, na enunciação, parece sugerir que a condução das atividades organizacionais não esbarraria em interesses de cunho pessoal. A tentativa de conferir um aspecto mais racional à APAC é, pois, reforçada a partir da menção aos aparatos legais. Mais precisamente, E25 procura deixar claro que a APAC existe para cumprir a lei no que tange aos requisitos que abarcam a execução penal: "Mas, existe um grupo de pessoas que se uniram há anos atrás pra poder nada mais e nada menos fazer valer a lei. Só isso". Todavia, apenas a justificativa referente ao legal não basta, é preciso indicar o benefício social proporcionado pela APAC, qual seja: o de recuperação dos sujeitos que cometeram crimes. Para o sujeito que cumpre pena privativa de liberdade em um lugar como a APAC, e, por decorrência, vivencia todas as atividades e processos inerentes aos centros de reintegração,

surge a possibilidade da recuperação, ou em outras palavras, surge a possibilidade de se tornar "uma pessoa melhor".

Outro discurso é o do controle, especificamente, do controle sobre os sujeitos que cumprem pena. E, pelo que enuncia E25, percebe-se que, na APAC, esse controle é, essencialmente, calcado no chamado Método APAC. Subtende-se a evocação do método no fragmento discursivo (040) a partir da menção aos "12 elementos". A seguir, enumeram-se dois dos tais elementos, quais sejam: a "família" e o "trabalho".

Enuncia-se o trabalho como um mecanismo de imposição da disciplina, demarcando, inclusive, o domínio daquele primeiro sobre a dimensão subjetiva das recuperandas. Pressupõe-se esse tal *domínio da dimensão da dimensão subjetiva* a partir da seleção lexical: "O trabalho, a importância de uma recuperanda aqui tomar gosto pelo estudo, pelo trabalho né. Eu acho que isso aqui está refletindo muito positivamente, principalmente na questão disciplinar. Porque se elas estão trabalhando o dia todo, se elas têm uma meta a cumprir, isso sobra menos tempo pra fofoca, pra confusão, pra briga, pra ficar falando sobre o mundo do crime, pra ficar falando sobre drogas". Assim, por esta fala de E25, entende-se que as atividades laborativas contribuiriam para suscitar padrões de sociabilidade respaldados pela APAC e, em consequência, afastar os que não o são. O trabalho, assim, preenche o tempo do sujeito, a mente do sujeito, ou de outra forma, o trabalho seria uma espécie de prática social que sustenta uma função normalizadora do sujeito que cumpre pena na APAC.

O controle da dimensão subjetiva das recuperadas aparece ainda relacionado a algumas outras figuras do discurso (040), tais como: "reuniões de cela"; "aulas de valorização humana"; "terapia da realidade"; "dia de reflexão". Tais figuras consistem em algumas atividades delineadas pela APAC a fim de promover, por parte das recuperandas, uma apreciação das consequências do crime em suas trajetórias de vida. Busca-se, portanto, promover uma reflexão acerca das consequências do crime no contexto de um tempo presente ("Porque fazem elas enxergar o que que eu tô fazendo aqui, o que que eu fiz da minha vida [...]"), bem como uma espécie de ressignificação das mesmas e apontamento de projeções futuras fora das atividades criminosas ("[...] e quais os sonhos que eu tenho pra minha vida a partir de agora").

Ademais, no enunciado (040), está presente a ideia do controle social exercido fora dos muros da prisão. Instituições comumente associadas à transmissão de padrões de sociabilidade ("família", "escola") que, *a priori*, legitimam a atuação dos sujeitos na maioria dos espaços sociais, são trazidas pra o discurso. Tendo em vista o fracasso da família e da escola, por exemplo, na socialização dos sujeitos, a APAC, inscrita numa esfera de redenção,

acaba por exercer o papel de ensinar os valores necessários para o bem viver em sociedade. Essa interpretação foi feita a partir da seleção lexical: "[...] A família errou, a escola errou, a sociedade errou, mas a APAC não pode errar com esse ser humano que caiu aqui dentro".

Um aspecto que merece destaque, no âmbito desse enunciado (040), é a tentativa de consolidação da imagem da APAC como um ambiente prisional. E25 sugere o fato de que os centros de reintegração da APAC são, por vezes, associados a um espaço de execução penal mais "confortável", haja vista a menção feita à expressão "hotel cinco estrelas". Mais especificamente, em seu discurso, E25 afirma: "Elas não estão aqui em um hotel cinco estrelas, não. Elas estão aqui pra cumprir pena".

A interdiscursividade, em (040), relaciona-se à falibilidade do controle exercido sobre os sujeitos na APAC, mais precisamente, quando E25 evoca o fenômeno da reincidência, na seleção lexical: "Agora, é claro que muitos caem. Existe reincidência?! Sim, sim. Porque a gente ainda está aprimorando o método né, e o ser humano tem a livre escolha. Então, a partir do momento, que por mais que nós tenhamos feito a nossa parte de tentar ajudar esse ser humano aqui dentro, se ele quiser sair lá fora e voltar a cometer crimes, ele tem o livre arbítrio pra isso". E25 defende que não obstante o método da APAC passar por contínuos aperfeiçoamentos, a culpa pela reincidência recai sobre os sujeitos, isso pelo fato de estes terem o chamado "livre arbítrio", o poder da escolha. Ocorre assim, nesse sentido, uma espécie de responsabilização do sujeito pelos resultados satisfatórios (ou não) que tangem o cumprimento de sua pena de prisão.

Tal como E25 em algumas construções frasais do fragmento discursivo (040), E8 atribui à APAC um sentido de redenção.

> (041) É, para alguns aqui a APAC é a última porta que está se abrindo. Pra quem já passou por clínicas, já foi preso muitas vezes, já perdeu sua família, já perdeu sua identidade, já perdeu sua saúde. Alguns chegam quase mortos na APAC, cheios de doenças. Pra muitos, a APAC é a última porta. Tem muitas mulheres aqui, que hoje você vê elas bonitas assim, se você visse como elas chegaram aqui. Nossa, terrivelmente feias. Molambo. Elas fediam, era pele e osso, filhas do crack. E hoje estão bonitas, o cabelo bonito, cozinhando, trabalhando, cantando, sorrindo. São mulheres bonitas, transformadas e tudo. É o milagre da transformação acontecendo já. (E8)

E8, implicitamente, sugere a trajetória de marginalização feita por muitas dessas mulheres antes de chegar à APAC. A passagem por clínicas e, subtende-se que por outras prisões ("[...] já foi preso muitas vezes [...]"), atuaria apenas de maneira a despojar o sujeito de sua "saúde", de sua própria "identidade". Destarte, para E8, cumprir pena no âmbito da APAC representa o resgate e, portanto, a "transformação" de muitos aspectos que

constituiriam os sujeitos desviantes. O aspecto que mais se aludiu a fim de corroborar a imagem da APAC como espaço social de restituição foi o relativo à aparência das mulheres.

As mulheres chegam na APAC de uma forma: "Nossa, terrivelmente feias. Molambo. Elas fediam, era pele e osso, filhas do craque". Após um período na APAC, o que se diz sobre as tais mulheres: "E hoje estão bonitas, o cabelo bonito, cozinhando, trabalhando, cantando, sorrindo. São mulheres bonitas, transformadas e tudo". Compõe-se assim o referido discurso (041) a partir do uso de metáforas como "última porta", no intento de inscrever a APAC numa perspectiva de derradeira esperança de emenda para aqueles sujeitos que estão envolvidos na criminalidade, ou para as chamadas "filhas do crack", outra metáfora utilizada que busca referir-se às mulheres presas por tráfico.

8.2 Para fazer parte da APAC

O espaço social do centro de reintegração não é para todos os sujeitos que cometeram crimes. Proferidos por membros da equipe dirigente da APAC, os enunciados (042) e (043) são estruturados pelo percurso semântico da "seleção", a qual faz referência a uma espécie de processo fundamentado de escolha de quem cumpre pena na APAC.

> (042) Existem as listas né, e foi criado as listas. A gente dá uma prioridade para quem nunca passou pela APAC, a pessoa pode ter sido presa em outro lugar mas, na APAC, ela nunca passou. Então, prioridade para estas pessoas tanto na APAC feminina quanto na masculina. Como na feminina a gente tem poucas mulheres, quando a gente estava trabalhando só com as presas de Itaúna chegou o momento que a gente tinha 10 ou 11 recuperandas só. E como o estado exige que você tenha um número maior de recuperandas, então a gente atende aqui outras mulheres que chegam que são de outras cidades, das cidades vizinhas aqui a gente acaba atendendo. Então uma vez que a pessoa está condenada, quem está condenado naquela cidade, tenha cometido o crime naquela cidade ou reside naquela cidade por mais de três anos, tem família, tem vínculo naquela cidade ali. Porque senão vai começar a vir presos para a APAC de tudo o que é lugar do Brasil. Então o primeiro critério, a pessoa tem que ser da cidade e o crime tem que ter sido cometido na cidade. Segundo, tem que ser condenado, a APAC não trabalha com preso provisório. É Associação de Proteção aos Condenados. Vira e mexe chega para a gente o pedido, me leva e tal. E, às vezes, a gente aceita, aqui, no caso, a gente aceita, como eu te falei, por causa do número de vagas. A APAC não interfere em nada. O juiz que vai decidir ou o promotor. E a gente não interfere em nada. Então a prioridade é esta, que a pessoa nunca tenha passado e que seja do lugar, porque a gente trabalha a família. Então quanto mais próximo a família residir, é mais fácil de fazer o trabalho de recuperação. Qual é a dificuldade dos presídios comuns? As pessoas não têm dó da família e não estão nem aí. A família é mais marginalizada do que o preso. E assim, a cada 6 ou 7 recuperandas que vem que são primárias pode vir uma reincidente, porque também tem aquele irmão ou irmã que, infelizmente, não deu conta de cumprir as regras da APAC, que saiu e se envolveu com droga ou furtou um celular ou fugiu. A gente não tem 100% do resultado positivo. E aquele

> irmão ou irmã que mesmo aquele depois da liberdade dele, depois de cumprir a pena dele por mais de um ano ou com menos tempo, teve uma recaída, ou num outro momento de fatalidade da vida cometeu um outro crime. Esta pessoa não tem conserto, a gente não vai aceitar ela mais?! Vai, a gente aceita. Desde que tenha vaga, tenha lugar para ela nesse esquema de a cada 6 que vem primários tenha um que já passou. E aí a APAC dá esta chance para ele ou ela. (E8)

> (043) Primeiro, só vem para a APAC quem quer. Não é transferido quem não quer. E tem também o bom comportamento. Igual, tinha uma recuperanda querendo vir para cá, mas aí a diretora do presídio lá falou assim: 'Olha, ela dá muito problema'. E, então, nós já descartamos. Para vim para cá é através de mérito mesmo. Mérito lá para poder vim para cá. Primeiro a pessoa tem que querer e depois tem que ter mérito. E assim, tem aquelas que têm uma segunda chance. Mas, primeiro tem aquelas que nunca vieram. É assim, são duas filas, das que nunca vieram e nunca passaram pela APAC e das que já passaram. Eu acho que a gente dá mais oportunidade também, e então assim é feita esta escolha, é feita pela gerente daqui com a, tipo a gerente lá da penitenciária. A gente manda listar todas as mulheres que são condenadas, que são provisórias, as que são de Itaúna ou de outra comarca, sabe. Aí o jurídico daqui junto com a gerente vão fazer um levantamento e vai entrar em contato para ver se aquela recuperanda tem um bom comportamento para poder vir para cá. [E as que tem algum problema lá no presídio...] Não, normalmente, não vem. É questão de mérito. (E11)

No enunciado (042), o arranjo dos temas do "critério (aquilo que serve de preceito para o ato de julgar quem deve ou não fazer parte da APAC), da "recuperação", do "resultado" e da "reincidência" (a partir do léxico "recaída") sustenta a construção do discurso da confiabilidade, mais precisamente, da confiabilidade que permeia o trabalho da APAC no sentido de promover a recuperação dos que cometeram crimes.

Todo um conjunto de critérios substancia a elaboração de "listas" de pessoas e, portanto, a seleção de quem comporá o público-alvo das intervenções empreendidas no âmbito da organização pesquisada. Destarte, todo um conjunto de critérios explicitados sugere íntima relação com o caráter do "resultado" do trabalho realizado com os sujeitos desviantes. E8 atribui, implicitamente, o êxito do trabalho da APAC ao processo fundamentado de seleção dos que lá cumprem pena. Por exemplo, a proximidade com a "família" atuaria como um elemento importante na recuperação do sujeito, daí o requisito de o sujeito ter a naturalidade (que pressupõe a existência de relações de parentesco) na cidade onde a APAC se situa, ou algum outro "vínculo" no âmbito da mesma cidade.

A confiabilidade que parece ser conferida ao trabalho da APAC (haja vista a consideração dos aspectos que permeiam a recuperação de desviantes, inclusive, a própria seleção destes últimos) perde, porém, sua solidez a partir da menção ao processo de reincidência. Não obstante o embasamento nos critérios de seleção de quem cumpre pena, o resultado do trabalho com os ditos "escolhidos" nem sempre se apresenta de maneira satisfatória, pois existem os sujeitos que reincidem nas atividades criminosas, os sujeitos que

têm uma "recaída". Aliás, de maneira análoga à naturalidade do sujeito (local de seu nascimento e, ainda, nesse contexto, local de manutenção das relações familiares), a questão da reincidência acaba por determinar a preterição de um sujeito em relação ao outro. A seleção lexical que permite tais reflexões é a seguinte: "E assim, a cada 6 ou 7 recuperandas que vem que são primárias pode vir uma reincidente, porque também tem aquele irmão ou irmã que, infelizmente, não deu conta de cumprir as regras da APAC, que saiu e se envolveu com droga ou furtou um celular ou fugiu".

E11, no discurso (043), já coloca a disciplina como condição necessária para que o sujeito cumpra sua pena na APAC. As reações do sujeito a determinado regime de ordem imposta são investigadas a fim de que subsidiem os processos de escolha. A observação dos sujeitos, bem como a apreciação sobre sua conformidade ante ao aparato institucional estabelecido, são dois processos que se principiam ainda em outros espaços sociais de execução penal. O sujeito precisa ser digno (merecer, ter "mérito") da oportunidade de cumprir pena na APAC, em outras palavras, o sujeito deve apresentar bom comportamento, deve, pois, ser disciplinado. Desse modo, desconsidera-se a escolha de quem, possivelmente manifesta (ou, em algum momento, manifestou) uma conduta interpretada como sendo resistente em outros espaços sociais do contexto prisional.

O discurso de E11 lembra algumas considerações tecidas por Foucault (1977) quando este autor compara o lugar prisão a um aparelho do saber que permite, em linhas gerais, a repartição dos sujeitos nessa ou naquela categoria, tendo como base um "histórico" ou "relatório". Notas sobre o crime cometido, sobre o comportamento do sujeito antes e depois da imposição da sentença, sobre a conduta diária do sujeito no interior do cárcere, constituem, no geral, o que se entende por conhecimentos ou por saberes gerados, e, tais saberes acabam por delinear um estatuto de verdade que se inter-relaciona com a prática do poder de vigiar e punir (FOUCAULT, 1977). As seleções lexicais do discurso (043) oferecem elementos ilustrativos a respeito dessa formação de saberes sobre os sujeitos nos espaços sociais do cárcere: "Para vim para cá é através de mérito mesmo. Mérito lá para poder vim para cá [...] A gente manda listar todas as mulheres que são condenadas, que são provisórias, as que são de Itaúna ou de outra comarca, sabe. Aí o jurídico daqui junto com a gerente vão fazer um levantamento e vai entrar em contato para ver se aquela recuperanda tem um bom comportamento para poder vir para cá".

Apesar da ênfase que coloca sobre o aspecto disciplinar como requisito para a escolha dos sujeitos que cumprem pena na APAC, E11 menciona a autonomia que o sujeito possuiria quando da decisão sobre sua transferência para a APAC. Por exemplo, na seleção lexical

"Primeiro, só vem para a APAC quem quer", o que assume centralidade é a noção da capacidade que o sujeito tem de escolher sobre sua trajetória no cárcere. Depreende-se que tal seleção lexical revela uma espécie de falsa autonomia do sujeito na medida em que, no correr do enunciado, são expostos argumentos indicativos de que as apreciações "sobre" o sujeito que cumpre pena (relacionados à observação e classificação de comportamentos) sobrepujam as apreciações feitas (ou disposições apresentadas) pelo próprio sujeito que cumpre pena.

No fragmento (044), E24, uma das "escolhidas", isto é, uma das mulheres que cumpre pena na APAC, produz sentidos sobre seu processo de escolha.

> (044) Então, eu já tinha feito meu pedido desde o ano passado pra vim pra APAC. Fiz um ofício, mandei pro juiz e fiquei na esperança de chegar a minha vez. Aí um dia, o diretor de lá perguntou pra mim: 'Mirtes[55], você ainda quer ir pra APAC?' Falei assim: 'Quero'. Ele falou assim: 'Não está difícil te mandar pra lá não'. Isso porque eu sempre tive um bom comportamento, sempre segui as regras, eu sou uma pessoa que mantém a disciplina, porque depois que você já está preso né, se você não segue, você não vai embora. Aí, passou uns dias 'cantou meu bonde pra cá'. Eu já conhecia o método, sabe, porque meu irmão já paga na APAC masculina tem muito tempo. Então, eu não vim pra cá desconhecendo o método não, eu já estava sabendo como que era, sabia que tinha que trabalhar mesmo, que tinha que acordar cedo, que tem horário pra tudo, que tem regras. Eu agradeço porque eu estou aqui. (E24)

A partir do percurso semântico da "conformidade" (na acepção de nos devidos termos para o cumprimento de pena na APAC), identifica-se o discurso do mérito como aspecto que subjaz a permissão concedida ao sujeito de cumprir sua pena privativa de liberdade na APAC. A transferência do sujeito de um dado espaço social de execução penal para a APAC tem lastro na noção de merecimento, o qual é avaliado a partir da conformidade (ou não) dos sujeitos em relação aos preceitos regimentares que configurariam uma prisão.

E24 se coloca como obediente às regras, uma pessoa disciplinada, submissa, e, logo, uma pessoa digna (ou que teve o "mérito") de estar na APAC. Isso aparece explicitamente na seleção lexical: "[...] eu sempre tive um bom comportamento, sempre segui as regras, eu sou uma pessoa que mantém a disciplina, porque depois que você já está preso né, se você não segue, você não vai embora". Especificamente, com base no trecho "[...] porque depois que você já está preso né, se você não segue, você não vai embora", pode-se observar a inter-relação entre as noções de submissão e de liberdade. Explicando melhor, o sujeito se submete aos aparatos normativos da prisão porque vislumbra nessa atitude a possibilidade do alcance

[55] Nome fictício.

de sua liberdade. Não se percebe, porém, essa questão da submissão apenas a partir de uma lógica de passividade.

O ato de submeter-se, nesse caso, pode ser interpretado como sendo um ato de um sujeito ativo em sua atividade pensante, reflexiva (GONZÁLEZ REY, 2003), um sujeito consciente das amarras que o prendem ou que podem livrá-lo da situação de aprisionamento. Agora, em se tratando da seleção lexical "Então, eu já tinha feito meu pedido desde o ano passado pra vim pra APAC. Fiz um oficio, mandei pro juiz e fiquei na esperança de chegar a minha vez", o implícito pressuposto é que, esse cumprir pena na APAC, com todos os aspectos inerentes a tal condição, demonstra assumir significativa importância na trajetória de E24, haja vista o sentimento de "esperança" que é associado à obtenção de tal permissão. Ao obtê-la, o sentimento que emerge é a gratidão: "Eu agradeço porque eu estou aqui".

8.3 Permanecendo (ou não) na APAC

Aktouf (1994) assevera que as manifestações culturais são conformadas por elementos que se acham em contínuas relações dialéticas, elementos que, de certo modo, estabelecem a ligação entre o imaterial e o material. O citado autor aponta ainda que a investigação das manifestações culturais perpassa, por exemplo, a consideração das condições de vida e experiências subjetivas das pessoas que compõem as organizações.

Nesta seção, procura-se desvelar, então, alguns aspectos que demarcam as condições de vida dos sujeitos na APAC. Como estas condições são impostas, *negociadas*, significadas, ressignificadas ou até mesmo rompidas? Acredita-se que os discursos (045), (046), (047), (048), (049), (050), (051), (052), (053), (054), (055) e (056) fornecem elementos que, em grande medida, elucidam essa indagação.

8.3.1 O Método APAC

"A APAC instituiu um método de preparação do recuperando para devolvê-lo recuperado ao convívio da sociedade" (OTTOBONI, 2001, p. 50). Tal assertiva remete ao chamado Método APAC, o qual se poderia entender como sendo um conjunto de princípios que, em linhas gerais, demarcaria os modos considerados legítimos (e, logo, os ilegítimos) de o sujeito ser, se relacionar na APAC. Essa definição acerca do Método APAC pode ser

depreendida pela leitura dos livros e materiais institucionais relacionados à organização pesquisada. Interessa saber do Método a partir das reflexões de quem *vive* o Método em seu cotidiano quando do cumprimento de pena privativa de liberdade.

> (045) Curso do Método APAC é as regras da APAC, tudo o que pode e o que não pode. Fala sobre os deveres e benefícios da recuperanda. O que a recuperanda pode receber ou não. Mas, basta ter mérito para poder receber. E a APAC trabalha a confiança, mas, porém, tem que ter mérito, comportamento bem merecido. Você tem que ter bom comportamento para ganhar benefícios. O curso ensina muita coisa da APAC mesmo, sabe, já passou um vídeo pra gente das penitenciárias, que muitos presos estão em penitenciárias lotadas, comendo ali comida de porco, lavagem de porco. E muitos aqui que não dão valor no lugar que estão agora né, na APAC. São pessoas que gostam mesmo de cadeia, e eu só tenho dó delas. (E2)

> (046) Nesse curso do Método são passadas as regras da APAC, tudo mesmo. Como se diz, aqui é como se fosse uma escola pra gente reintegrar à vida lá fora. Aqui é como se estivesse lapidando a gente, sabe. Pra quando a gente sair, lá a gente sair uma pessoa melhor. É as regras da APAC uai. O que você pode fazer, o que você não pode fazer. Como você deve tratar todo mundo, evitar brigas, palavrão, por exemplo, não pode falar de jeito nenhum. Só não caminha certo na APAC quem não quer, porque a APAC é como se fosse uma mãe pras recuperandas. (E21)

> (047) Bom, o Método da APAC é muita coisa. Mas, por exemplo, pederastia não pode, é errado mesmo, né. Não pode ser chamada de apelido. Fala que aqui é recuperanda ajudando recuperanda. Mas, no meu modo de ver (risos), é uma recuperanda afundando a outra. Olha, mas pederastia aqui realmente não tem. As regras pra fazer as orações todo mundo segue. Agora, o resto, sinceramente, não tem como seguir aquilo tudo do método não, não tem como, porque é muita coisa né, e no dia-a-dia, né, já viu. (E23)

Os temas do "dever" (a partir do léxico "deveres"), do "direito" (a partir do léxico "benefícios"), do "mérito" e da "confiança" estruturam o discurso da disciplina, em (045). E2 se refere ao conjunto de aspectos que delimitam uma ordem social na APAC, conjunto este que se concretiza no chamado "Método APAC". Direitos e deveres, os interditos e não interditos relacionados ao cumprimento de pena na APAC, são os componentes do Método APAC. Se se tomar como referência o conceito de sistema de privilégios, conceito descrito por Goffman (1961) em suas elaborações teóricas sobre as instituições totais, poder-se-ia dizer que o Método APAC é formado pelas ditas "regras da casa", que são um conjunto formal e explícito de prescrições e proibições que se relacionam à conduta diária considerada *correta* na instituição. O sujeito precisa alinhar-se aos condicionantes dessa ordem social legitimada na APAC, isto é, o sujeito precisa ser disciplinado.

Implicitamente, E2 reconhece a questão da disciplina como uma tática instrumental de sobrevivência no espaço social da prisão. Segundo a enunciadora: "Você tem que ter bom comportamento para ganhar benefícios". A confiança, depositada em um sujeito, que se

pressupõe desacreditado em outros espaços sociais além dos da prisão, bem como a concessão de algum benefício têm lastro no modo como o sujeito se comporta. Precisa-se ter "mérito", ser digno de algo, como se evidencia na seleção lexical: "E a APAC trabalha a confiança, mas, porém, tem que ter mérito, comportamento bem merecido".

Para E2, o "curso do Método APAC" emerge como um mecanismo de instrução a respeito do que condiciona essa ordem social legitimada no âmbito da APAC. O curso ensina modos de ser disciplinado na APAC e, também, ensina modos de o sujeito ser grato por estar na APAC. A enunciadora discorre sobre a utilização de um "vídeo", que ilustra situações de maus tratos aos sujeitos que cumprem pena nas penitenciárias. Depreende-se que os responsáveis pelo delineamento do curso se valem do referido recurso midiático com o intento de orientar as percepções do sujeito para a diferença da APAC em relação a esses estabelecimentos prisionais. Espera-se, assim, que, ao perceber que se encontra em um espaço social em que inexiste aquele tipo de (mau) trato, o sujeito reconheça a necessidade de valorizar o lugar em que cumpre pena, exibindo, portanto, bom comportamento.

O aspecto interdiscursivo do enunciado (045) faz referência aos sujeitos que resistem à ordem social concretizada no Método APAC. A enunciadora remete aos atos de indisciplina na APAC na seguinte seleção lexical: "E muitos aqui que não dão valor no lugar que estão agora né, na APAC." E2, por sua vez, se colocando em uma posição de alinhamento a essa ordem social da APAC, tece uma condenação dos sujeitos que exibem posturas de oposição: "São pessoas que gostam mesmo de cadeia, e eu só tenho dó delas".

No fragmento discursivo (046), identifica-se o discurso que se sustenta na defesa do Método APAC como um mecanismo de recuperação. E21 situa o "curso do Método" como atividade pedagógica destinada a instruir o sujeito sobre a maneira de relacionar-se no espaço social da APAC. Regulamenta-se a construção de relações sociais, bem como a linguagem que o sujeito utiliza quando da construção dessas mesmas relações. Determinadas palavras, classificadas como "palavrão", pertencem ao campo dos interditos na APAC, como se percebe pela seleção lexical: "É as regras da APAC uai. O que você pode fazer, o que você não pode fazer. Como você deve tratar todo mundo, evitar brigas, palavrão, por exemplo, não pode falar de jeito nenhum".

A observância dos aspectos que conformam o método de trabalho da APAC (e, portanto, a APAC como organização prisional) é associada ao processo de emenda (de correção) do sujeito. A APAC chega a ser comparada a uma espécie de "escola" em que o sujeito que cometeu crimes aprende lições que tangem à sua futura (re)inserção na sociedade para além dos muros da prisão. Na APAC, o sujeito se percebe em mudança, em processo de

recuperação: "Aqui é como se estivesse lapidando a gente, sabe. Pra quando a gente sair, lá a gente sair uma pessoa melhor", diz a enunciadora do depoimento (046).

"Só não caminha certo na APAC quem não quer, porque a APAC é como se fosse uma mãe pras recuperandas." Nessa referida seleção do discurso (046), identifica-se o uso da figura de linguagem da personificação na medida em que a enunciadora vincula a figura discursiva da APAC ao desempenho do papel de "mãe", o qual suscita a ideia de cuidado, amor, bondade e, até mesmo, o ensino de valores morais. A "mãe" ensina, se os filhos são rebeldes, a culpa repousa apenas nestes últimos. É esse o sentido comportado na seleção lexical transcrita nesse parágrafo. Em outras palavras, percebe-se a responsabilização dos sujeitos por seu processo de recuperação, isto é, por conceber ações fundadas em aspectos legitimados no âmbito da organização. E21 exime a APAC de qualquer culpa sobre um possível fracasso quando se trata da recuperação dos sujeitos.

Em (047), E23 também descreve o Método APAC sob o tema implícito do interdito, do que é proibido. Nesse referido fragmento discursivo, delineia-se a noção de controle. Primeiro, o controle das relações sociais, o qual aparece na forma de condenação das relações homossexuais: "Mas, por exemplo, pederastia não pode, é errado mesmo, né"[56]. Pela seleção lexical "Não pode ser chamada de apelido", vislumbra-se também uma referência ao exercício do controle da linguagem, controle este sugerido por E21 no enunciado (046). Além disso, E23 menciona a existência de princípios que regulam a relação dos sujeitos com um determinado sistema de crenças religiosas: "As regras pra fazer as orações todo mundo segue".

Todavia, no depoimento (047), o discurso que se destaca é o da resistência do sujeito na sua maneira de relacionar-se com o que constitui o Método da APAC. Compondo um dos elementos do método, a máxima do *recuperanda ajudando recuperanda* pretende estimular a harmonia nas relações entre as mulheres que cumprem pena na APAC. E23 ressignifica essa máxima fazendo uma alusão aos conflitos que, predominantemente, caracterizam as relações sociais naquele espaço social: "Mas, no meu modo de ver (risos), é uma recuperanda afundando a outra". O fenômeno da resistência, enunciado também nos discursos (045) e

[56] Em conversa realizada com outra recuperanda, percebeu-se o quão o envolvimento entre as mulheres que cumprem pena se apresenta como uma prática condenada (e, desse modo, motivo de punição) no contexto da APAC. Sem a presença do gravador, E2 conta o caso de uma plantonista que, no correr de uma de suas vistorias noturnas pelas celas, notou que duas mulheres dormiam na mesma cama. Segundo E2, retirou-se, por 30 dias, o direito de essas duas mulheres desfrutarem de algumas *regalias* como o uso do telefone, além do envio e o recebimento de cartas. Ademais, nesses 30 dias, a essas duas mulheres delegou-se a responsabilidade pelo trabalho na cozinha, o qual, para E2, seria um *trabalho mais pesado*. E ainda nas palavras de E2 sobre a suspeita de envolvimento entre as duas mulheres, "quase ficaram sem o direito de receber visitas por conta disso" (Notas de campo, 18 de setembro de 2012).

(046), fica ainda mais claro em (047), quando a enunciadora pronuncia-se a respeito do modo como as regras que compõem o Método são (des)cumpridas: "[...] o resto, sinceramente, não tem como seguir aquilo tudo do método não, não tem como, porque é muita coisa né, e no dia-a-dia, né, já viu".

8.3.1.1 Os valores religiosos

Inicia-se esta parte da análise com um trecho do livro *Vamos Matar o Criminoso? Método APAC*, trecho que, de certa forma, ajuda a situar o *lugar* da religião, um dos doze elementos do Método APAC, no espaço social da APAC.

> A religião é fator primordial; a existência de Deus, de amar e ser amado, é de uma importância incomensurável, desde que pautada pela ética e dentro de um conjunto de propostas em que a reciclagem dos próprios valores leve o recuperando a concluir que Deus é o grande companheiro, o amigo que não falha. Essa experiência de vida deve nascer espontaneamente no coração do recuperando para que seja permanente e duradoura. (OTTOBONI, 2001, p. 78)

E8, um dos membros da equipe dirigente, parece reproduzir em seu discurso essa ideia de "importância incomensurável" da religião, melhor dizendo, da adesão do sujeito que cumpre pena na APAC a alguma religião.

> (048) A APAC é um local de Deus, aqui não prega religião. O pessoal vem, tem um trabalho ecumênico para todo mundo, e tem um momento que é só para os católicos e o momento que é só para os evangélicos. Ninguém tem que puxar sardinha para ninguém. Não existe proselitismo e, quando existe, a gente corta. Ensinamos isto nos cursos de voluntários, ensinamos isto para os padres, para os pastores. Por exemplo: 'Quando vocês forem visitar a cuidado com as palavras de vocês, não vem pregar placa de religião não. Você tem que pregar sobre Jesus'. Quando ele ou ela sair daqui eles vão ter a liberdade de procurar, de acordo com a família, de acordo com a crença deles. Mas eles vão ter a liberdade de procurar. E os recuperandos têm que definir, você quer ir no evangélico, no católico, ou em qual. Tem que ter uma base religiosa aqui. Ahh, se alguém pergunta assim: 'Ah, mas se chegar um ateu na APAC?!'. D. Mário Ottoboni, em 40 anos nunca viu isso. Porque o preso, por sua própria psicologia, ele só pensa em ganhar vantagem em alguma coisa. Olha, ele já está preso, ele pode ter ateu, ele quando chega na APAC a primeira coisa que ele procura saber é o quê?! 'O presidente da APAC é o quê?! Católico. Ah, então eu também sou católico. Ah, o presidente é evangélico, então, eu também sou evangélico'. Já foi provado isto. Dificilmente, eu acho que nunca aconteceu, de chegar alguém que diz que não acredita em Deus. Eles não falam que Deus não existe não. Eles podem não ter uma afinidade com Deus, mas eles não falam que ele não existe não. É muito difícil alguém dizer que é ateu. Mas, às vezes, no mundo de hoje com as coisas com maior liberdade né, não sei. Mas, se for o caso de alguém falar, a gente vai fazer um trabalho com ele. Ele pode ficar 10 anos ali e quando ele sair não vai para igreja nenhuma. Agora, eu estou livre e não vou a lugar nenhum porque não acredito em Deus, por exemplo. E aqueles 10 anos que ele ficou ali ele

> agradou a todo o mundo mas, dificilmente ele vai brigar. Muitos pensam: 'Eu não vou falar que eu sou ateu porque senão eles não vão deixar eu ficar aqui'. Então para agradar os outros ele acaba falando. Eu creio que em algum momento pode ter chegado algum. Mas, neste momento, com tanto trabalho que tem na APAC, jornada e tal, todos eles acabam acreditando em Deus. Às vezes, até depois não procura alguma igreja, mas ele acabou acreditando em Deus, nesta força, neste Deus que existe, neste ser que realmente perdoa, que gera este mundo. E aí você faz a pessoa pensar num monte de coisas. (E8)

Mais precisamente, E8, em seu discurso, explicita a obrigatoriedade de, no âmbito da APAC, o sujeito ter um conjunto de crenças religiosas. A esse respeito, a seleção lexical a seguir é elucidativa: "E os recuperandos têm que definir, você quer ir no evangélico, no católico, ou em qual. Tem que ter uma base religiosa aqui". As relações que o sujeito estabelece com alguma crença religiosa (ou melhor dizendo, com algo associado ao que é espiritual) são objeto de regulação no espaço social da APAC. Ao sujeito não é conferida autonomia sobre a decisão de crer ou não. Essa autonomia é cogitada apenas nos espaços socais para além dos muros da prisão. Na sociedade mais ampla, o sujeito pode ter essa liberdade de escolha mas, na APAC, pressupõe-se que o mesmo se encontra preso à necessidade de crer em algo. A seleção lexical que permite tal interpretação é a seguinte: "Quando ele ou ela sair daqui eles vão ter a liberdade de procurar, de acordo com a família, de acordo com a crença deles. Mas eles vão ter a liberdade de procurar".

Ademais, para os que não manifestarem disposição em acreditar em algum princípio religioso (ou espiritual), existe a possibilidade da catequização, a qual, segundo quem enuncia, na maioria das vezes, percebe resultados positivos. Delimitando a ideia do doutrinamento aponta-se a seleção lexical: "É muito difícil alguém dizer que é ateu. Mas, às vezes, no mundo de hoje com as coisas com maior liberdade né, não sei. Mas, se for o caso de alguém falar, a gente vai fazer um trabalho com ele". E, por fim, os possíveis resultados desse doutrinamento são inferidos de: "Mas, neste momento, com tanto trabalho que tem na APAC, jornada e tal, todos eles acabam acreditando em Deus".

No fragmento discursivo (048), um dos aspectos refratados refere-se à generalização que se faz do modo como o sujeito, que vive em um estabelecimento prisional, se relaciona com um dado sistema de crenças religiosas. Para E8, a tendência é que os sujeitos se alinhem às crenças religiosas dos membros responsáveis pela gestão da organização em que aqueles primeiros cumprem sua pena privativa de liberdade. Precisamente, esse fenômeno da refração linguística está encerrado no trecho a seguir: "Porque o preso, por sua própria psicologia, ele só pensa em ganhar vantagem em alguma coisa. Olha, ele já está preso, ele pode ter ateu, ele quando chega na APAC a primeira coisa que ele procura saber é o quê?! 'O presidente da

APAC é o quê?! Católico. Ah, então eu também sou católico. Ah, o presidente é evangélico, então, eu também sou evangélico. Já foi provado isto".

No fragmento discursivo (049), uma recuperanda deixa mais evidente essa questão da adesão religiosa como prática social no espaço social APAC.

> (049) Eu sou católica. Aqui, quem é católica pratica a religião católica, quem é evangélica pratica a religião evangélica né. Quando a gente chega aqui já pergunta: 'Você é católica, evangélica, espírita' [Mas a pessoa pode não ter uma religião?] Ateu? [Sim.] Não. Não tem como a pessoa ser ateu aqui não. Ela tem que acreditar em Deus ou qualquer outra coisa né. [Mas e se, por acaso, chegar uma pessoa aqui que não tem religião?] Uai, se acontecer isso, acho que vai arrumar uma religião pra ela, você quer ser o que, católica, espírita, crente?! Não existe a pessoa estar sem religião não. Porque tipo assim, eu chego aqui, não tenho nenhum tipo de religião, que Deus que eu sigo?! Tem que seguir a Deus né, seja na católica, no espiritismo ou na evangélica. Isso é muito importante, até por causa do Método também né. Existe a religião naquelas regras lá do Método. Isso é muito importante. (E23)

E23 sugere a obrigatoriedade da adesão a alguma crença religiosa por parte dos sujeitos que cumprem pena na APAC. Não se concebe a possibilidade do não crer em algo, como está exposto na seleção lexical: "Não tem como a pessoa ser ateu aqui não. Ela tem que acreditar em Deus ou qualquer outra coisa né". O sujeito precisa se inserir (ou ser inserido) em alguma *categoria* que tange ao religioso (ao espiritual), isto é, o processo de escolha concerne a qual "categoria religiosa" o sujeito quer pertencer. Essa inferência baseia-se na seleção lexical: "Uai, se acontecer isso, acho que vai arrumar uma religião pra ela, você quer ser o que, católica, espírita, crente?!".

Regulamenta-se, assim, a disposição do sujeito em definir suas crenças, sendo tal regulamentação concretizada na figura discursiva do "Método", conjunto de princípios relativos ao trabalho que se pretende realizar na APAC. Depreende-se, por assim dizer, que a adesão religiosa incorpora um sentido de adesão do sujeito às regras APAC. Pela seleção lexical "Tem que seguir a Deus né, seja na católica, no espiritismo ou na evangélica. Isso é muito importante, até por causa do método também né. Existe a religião naquelas regras lá do Método", E23 demonstra, pois, consciência da "necessidade" de crer em algo, haja vista o arcabouço normativo da APAC.

Ainda sob o eixo temático da "religião", nos enunciados (050) e (051), as recuperandas falam a respeito de suas experiências no que tange à conversão religiosa.

> (050) Quando eu vim pra cá, eu era católica. Mas, não praticante. E aí, aqui, foi trabalhado, aonde teve o dia da valorização humana e tudo e aonde entra religião como um dos doze elementos do Método da APAC e foi aonde eu fui me achar. E, hoje, para ser honesta com você, eu participo dos cultos e então hoje eu sou capaz de

> ter aquela visão da religião, a forma de acreditar em Deus é completamente diferente. Hoje, eu posso te falar que eu me sinto bem com os cultos evangélicos. Um trabalho mais assim, onde fala de Jesus mesmo. Hoje não adoro imagem. Eu era católica, mas não praticante. Porque na minha casa era todo mundo católico e então tinha aquele negócio de imagem e tudo, e aqui eu fui conhecer a palavra. Não foi ninguém que me contou. Eu fui conhecendo, descobrindo, e aí eu pude tomar a decisão do que é que eu queria. Quando você chega aqui, você responde um formulário do que você é e tal, qual religião você segue. Tem que ter uma religião né. Se você é espírita, aqui não tem um pessoal para te dar um apoio, mas a direção vai buscar. Se é budista, não importa. Mas você tem que ter uma religião. E aí você vai participando dos cultos, tem a missa, você pode praticar os dois, mas você tem que ter uma religião. (E4)

> (051) Eu sou evangélica. Aqui tem o culto. Na verdade, quando eu estava no presídio nem religião eu tinha não. E aí eu comecei a participar dos cultos aqui na APAC e eu me interessei. Não é obrigado ir à missa não. Quem não quiser ir, não é obrigado não. Eu vou porque não tem nada de mais não, a gente conversa com Deus e tal, e é bom. E, assim, na hora que a gente chega aqui na APAC, na hora que eles vão conversar com a gente e tal, aí perguntam se é evangélica ou se é católica. Qual a religião que a gente tem né, porque a gente tem que frequentar alguma coisa né. (E16)

A enunciadora de (050) estabelece um relato acerca da mudança de suas crenças religiosas, mudança esta que teria se processado quando da chegada daquela primeira no espaço social da APAC feminina. No referido fragmento discursivo, o fenômeno da conversão religiosa é sugerido quando da afirmação da enunciadora sobre sua participação em cerimônias ("cultos evangélicos"), bem como adoção de alguns princípios típicos ("Hoje não adoro imagem") de uma religião distinta da que diz possuir antes de iniciar seu cumprimento de pena na APAC: "Quando eu vim pra cá, eu era católica". Converter-se a uma nova religião é um ato que influencia a percepção do sujeito sobre sua (re)adequação e bem estar no mundo. E4, quando diz "[...] foi aonde eu fui me achar [...]" ou "Hoje, eu posso te falar que eu me sinto bem com os cultos evangélicos", insere as crenças religiosas numa instância de promoção do auto-conhecimento e do bem estar sujeito.

O discurso da conversão religiosa é construído a partir do percurso semântico da "escolha", mais precisamente, da escolha de qual religião seguir, pois o aspecto da obrigatoriedade parece permear essa relação do sujeito com a adoção de alguma crença religiosa: "Tem que ter uma religião né". A figura discursiva do "formulário" demarca o início do que poder-se-ia chamar de processo de regulação da religião: "Quando você chega aqui, você responde um formulário do que você é e tal, qual religião você segue".

No fragmento discursivo "Não foi ninguém que me contou. Eu fui conhecendo, descobrindo, e aí eu pude tomar a decisão do que é que eu queria", E4 busca delinear uma ideia de autonomia na escolha de um sistema de crenças religiosas (refração linguística). No entanto, pela análise de outras construções frasais, depreende-se que o que é refletido

linguisticamente é o controle (regulação) institucional sobre esse processo de escolha. Por exemplo, na seleção lexical "E aí, aqui, foi trabalhado, aonde teve o dia da valorização humana e tudo e aonde entra religião como um dos doze elementos do método da APAC e foi aonde eu fui me achar", a disposição para o ato de escolher um sistema de crenças religiosas parece despontar da participação do sujeito em atividades de cunho religioso.

A enunciadora do depoimento (051) também discorre sobre sua experiência de conversão religiosa ocorrida no espaço social da APAC. Assim sendo, a partir da relação que estabelece (ou não) com os aspectos religiosos, o sujeito reflete sobre si mesmo, e suscita a questão da sua própria diferença em espaços sociais distintos, a APAC e o presídio, como se nota pela seleção lexical que segue: "Eu sou evangélica. Aqui tem o culto. Na verdade, quando eu estava no presídio nem religião eu tinha não".

E16, ao usar o verbo "interessar", sugere autonomia quando da sua adesão a uma dada religião: "E aí eu comecei a participar dos cultos aqui na APAC e eu me interessei". O ato de interessar-se incorpora uma ideia de vontade, de disposição do próprio sujeito. Todavia, o sentido de obrigatoriedade que perpassa essa decisão é explicitado no enunciado (051), mais especificamente, na seleção lexical: "Qual a religião que a gente tem né, porque a gente tem que frequentar alguma coisa né". E16, no fragmento discursivo "E, assim, na hora que a gente chega aqui na APAC, na hora que eles vão conversar com a gente e tal, aí perguntam se é evangélica ou se é católica", deixa subtendido que o controle das crenças religiosas inicia-se quando do ingresso do sujeito na APAC.

A análise desses discursos suscita algumas indagações. O que explicaria essa necessidade de *controlar* as crenças religiosas dos sujeitos na APAC? Qual o motivo das tentativas de regulação desse relacionar do sujeito com os aspectos atinentes a uma dimensão *espiritual*? Qual o papel da religião no espaço social da APAC?

De início, entende-se a religião como um dos mecanismos de poder e controle usado a fim de manter calmas e dóceis as mulheres que cumprem pena. Pressupõe-se que a crença em algo para além das tensões, dos conflitos de uma vida terrena, principalmente, de uma vida na prisão, atua de maneira a tranquilizar as recuperandas, diminuindo sua ansiedade. A religião, independentemente de qual seja, torna-se uma *estratégia* premeditada e calculada pelos membros da equipe dirigente da APAC a fim de despertar a paciência e perseverança das recuperandas. Aqui, falamos de *estratégia* com base na interpretação de Certeau (1998), isto é, como prática que se relaciona com o poder exercido em um lugar próprio ou em uma instituição.

No entanto, considera-se simplista afirmar que, na APAC, a religião apresenta-se somente como estratégia de dominação, corroborando, pois, aquela perspectiva de dominantes, membros da equipe dirigente, e dominados, recuperandas. Nos espaços sociais da prisão, a religião é incluída no conjunto dos chamados mecanismos de "adaptação-resistência", os quais, para Vargas (2005, p. 26) "[...] são espaços intermediários e brechas do sistema prisional, onde a vida e a singularidade pedem passagem subordinada e limitada ao poder e controle e, ao mesmo tempo, em coexistência negociada com eles". Esses mecanismos estão calcados em um conceito de híbrido, pois se referem aos discursos e comportamentos adaptativos como formas de resistência (VARGAS, 2005).

No caso da APAC, reconhece-se que a adoção de um sistema de crenças religiosas, não obstante os limites que resvalam da ideia de *obrigatoriedade*, não deixa de propiciar sentido e momentos de transcendência às recuperandas. Nesse caso, adotar um discurso religioso configura-se como uma tática que as recuperandas se valem para solucionar conflitos decorrentes do *viver* na prisão. Como disse Certeau (1998, p. 79), as táticas seriam "[...] mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas". Em outras palavras, a religião como uma tática exercida pelas recuperandas sinalizaria uma das formas de resistência às condições do aprisionamento.

Destarte, para além da ideia de submissão aos aparatos normativos da APAC, por exemplo, que preveem a *necessidade* de o sujeito se apegar aos princípios que tangem ao *espiritual*, concorda-se que a conversão ou adesão religiosa assenta-se em um mecanismo que possibilita uma espécie de reorganização das biografias dentro da prisão, "[...] a religião encarada como um sistema cultural, uma 'rede de significados', possibilita interpretações e modificações resultantes de um processo comunicacional característico do jogo interacional entre atores sociais negociando a realidade" (RODRIGUES, 2005, p. 11).

8.3.2 O adaptar-se (ou não) na APAC

Mas quais os sentidos produzidos a respeito das experiências do sujeito que cumpre pena não somente com os princípios do Método, mas com tudo que se refira aos padrões de sociabilidade no espaço APAC? Em (052) e (053), os discursos tratam da aceitação do sujeito ao aparato normativo da APAC.

> (052) Nossa, meus primeiros dias aqui foi muito difícil porque a APAC, aqui eles tem muita regra. E foi difícil. O meu primeiro dia aqui, nossa. São pessoas diferentes, de crimes diferentes, de mundos diferentes do meu. Foi muito difícil a convivência aqui. Mas, graças a Deus, eu adaptei. E hoje só tenho que agradecer a APAC, não tenho nada contra a APAC. A APAC me ajudou demais. E espero que a APAC esteja aí para ajudar muitas pessoas, recuperandas que tem por aí, que estão no sofrimento na penitenciária né. Porque a APAC é muito boa, assim, só não recupera quem não quer. Só não recupera quem não quer. Mas eu tenho que agradecer demais, e não só eu, mas como a minha família também tem que agradecer. Não tenho nada contra. O que eu puder ajudar na APAC, eu estou aí para ajudar. A APAC é muito boa, nossa. (E2)

> (053) Uai, nos primeiros dias, é difícil, porque na APAC tem as regras, no presídio ou quando você está na rua, você mesmo faz as suas regras. Aqui, você tem que acordar cedo, oração e tudo na hora. Nos primeiros momentos, é difícil para quem não está acostumado com isto. Mas, depois, a gente aprende a cumprir, a ter horário. E é até melhor mesmo pra quando a gente estiver lá fora, que aí, você vai ter horário pra tudo, igualzinho aqui. (E13)

Precisamente, a enunciadora de (052) reflete sobre um momento específico de sua trajetória: o período inicial de cumprimento de pena na APAC. Da reflexão sobre as vivências desse período, E2 admite as dificuldades de relacionar-se com aparatos normativos: "Nossa, meus primeiros dias aqui foi muito difícil porque a APAC, aqui eles tem muita regra". Fazendo uma associação ao tema da "convivência", a enunciadora também se pronuncia sobre as dificuldades de relacionar-se com o outro sujeito desviante: "São pessoas diferentes, de crimes diferentes, de mundos diferentes do meu. Foi muito difícil a convivência aqui". Explicita-se, em seguida, a ideia de adaptação a esses aspectos que conformariam a vida social na APAC, na seguinte seleção lexical: "Mas, graças a Deus, eu adaptei". Ademais, o uso do verbo "ser" no passado ("foi") faz alusão a uma inadequação que não mais existe.

"A APAC é muito boa", "a APAC me ajudou demais". Nestas construções frasais, E2 recorre à figura de linguagem da personificação ao atribuir, à APAC feminina, organização prisional, a bondade e a disposição para ajudar o sujeito que "quer" se recuperar. Destarte, pressupõe-se, a partir da ênfase colocada sobre a "bondade" da APAC, a submissão do sujeito aos mecanismos constituintes de uma ordem social na referida organização: "O que eu puder ajudar na APAC, eu estou aí para ajudar".

E13, enunciadora do discurso (053), assim como E2, admite as dificuldades de adequação aos modos e, no caso específico dos elementos discursivos do enunciado (053), aos *tempos* de vida impostos, dificuldades tais percebidas nos períodos iniciais de cumprimento de pena na APAC, pois, em seguida, o sujeito demonstra a sua aceitação aos mecanismos que

parecem delimitar a vida social na organização pesquisada. Recorre-se ao tema implícito da "aprendizagem" a fim de evidenciar a adaptação do sujeito ao aparato normativo da APAC.

No fragmento discursivo (053), predomina uma noção do controle; controle que se procura exercer sobre os sujeitos mediante a regulamentação dos seus modos de vida. No âmbito da APAC, a normalização do sujeito passa pelo controle de seu *tempo*. O aparato normativo diz respeito ao *que* fazer e, consequentemente, ao *quando* fazer: "Aqui, você tem que acordar cedo, oração e tudo na hora".

A figura do "horário" abarca o sentido de compartimentalização das vivências dos sujeitos em estruturas temporais, o que possibilitaria o controle deles no espaço social. Nesse caso, o intento parece ser o ajuste dos corpos aos imperativos temporais (FOUCAULT, 1977). Implicitamente, E13 defende o fato de que, na APAC, o sujeito desviante, ao se submeter aos modos (ou *tempos*) de vida impostos (modos incorporados na figura das "regras"), adquire as condições para a sua reinserção social. Essa interpretação é possibilitada, especificamente, pela seleção lexical: "Mas, depois, a gente aprende a cumprir, a ter horário. E é até melhor mesmo pra quando a gente estiver lá fora, que aí, você vai ter horário pra tudo, igualzinho aqui".

Contudo, no espaço social APAC, os sujeitos se submetem e os sujeitos resistem.

> (054) Já era para mim ter saído no aberto. Vou te contar a verdade: acabei ingerindo álcool com coca-cola aqui dentro e fui parar no fechado. E agora eles me deram este castigo e agora cabe ao juiz decidir. Porque eu sou viciada, eu tenho problema com álcool. Eu errei. Mas eu acho que a Berenice também errou porque eu acho que onde tem recuperanda né que tem, por exemplo, aqui tem viciada em droga. Nunca usei droga. Não sou usuária de droga. Não sou dependente química. Mas, bebida eu gosto, e cigarro. E aí eles me colocaram lá em cima e então eu nunca mexi e nem nada. Lá em cima é na secretaria. Mas, aí, por conta das turbulências aqui, porque a convivência com mulheres é muito difícil. E em presídio ou penitenciária, a gente como se diz, a gente que é bandido, um bandido respeita o outro. E a gente se coloca no lugar. E aqui as pessoas tiram proveito pelos benefícios que tem. Ah, um grito e é um comunicado e vai para o juiz e atrasa e tal. E elas aproveitam tanto que eu tenho problema seríssimo de nervo. Eu tomo remédio controlado para controlar o meu nervo. E então aí elas aproveitam muito. E foi tumultuando aquela coisa dentro de mim, e o único jeito que eu achei para descontar foi a hora que eu pensei assim: 'Eu já ouvi falar que toma, que quem é alcoólatra toma álcool'. Mas, eu só tomava cerveja. E como eu não estava achando um jeito de desabafar, não tinha ninguém para mim desabafar. Eu acabei descontando o que eu estava sentindo, porque eu não tinha ninguém para mim conversar. E ao invés das recuperandas me darem um apoio, não, elas falavam assim comigo: 'Não, você pega e apronta no plantão de uma plantonista, que eles te dão o bonde. Bate o pé, você bate o seu pé que você quer seu bonde'. Aqui não é uma ajudando a outra. Então, isto do álcool foi coisa de momento, quando você sente alguma coisa te oprimindo e parece que tudo para você acabou. Foi isso que aconteceu. (E1)

> (055) Eu não fumava, mas, agora, preciso fumar por causa da ansiedade, fico muito nervosa. E isso está me fazendo mal, porque tenho tosse. Mas, aqui eu não aguento,

> começo a pensar. Por exemplo, na rua, eu não fumo, eu movimento, eu trabalho. Aí, aqui dentro, chega de noite, tenho que procurar meu cigarro e fumar, porque fico muito nervosa, agitada, sabe. (E22)

No fragmento discursivo (054), E1 estabelece uma reflexão sobre si mesmo, reconhece características próprias que parecem estar situadas no campo de suas limitações como sujeito, quais sejam: a dependência ao álcool ("Porque eu sou viciada, eu tenho problema com álcool") e os problemas psíquicos (implícito subentendido a partir de "[...] eu tenho problema seríssimo de nervo. Eu tomo remédio controlado para controlar o meu nervo"). A enunciadora recorre a tais características a fim de justificar o uso que fez de bebida alcoólica no espaço social da APAC feminina, um ato que traduz um sentido de resistência tanto a um dos princípios da ordem social na organização pesquisada (na APAC, proíbe-se a ingestão de bebidas de alcoólicas, mas, principalmente, é uma tática de oposição do sujeito às condições do seu próprio aprisionamento.

Compreende-se que esse ato de E1 abarca a noção de tática na medida em que esta se apresenta como uma prática contextual e oportunista a fim de gerar resultados imediatos (CERTEAU, 1998). Em dado contexto, ingerir álcool foi o meio que E1 encontrou para amenizar os dramas vividos na prisão. Desse modo, o álcool funciona como uma espécie de lenitivo da desolação sentida pelo sujeito que cumpre pena: "E foi tumultuando aquela coisa dentro de mim, e o único jeito que eu achei para descontar foi a hora que eu pensei assim: 'Eu já ouvi falar que toma, que quem é alcoólatra toma álcool'. Mas, eu só tomava cerveja. E como eu não estava achando um jeito de desabafar, não tinha ninguém para mim desabafar. Eu acabei descontando o que eu estava sentindo, porque eu não tinha ninguém para mim conversar".

Além disso, pode-se dizer que a ressignificação de um dos preceitos institucionais ajuda a compor o chamado discurso da resistência. A máxima *recuperanda ajudando recuperanda*, um dos ditos elementos do método APAC, é ressignificada a partir da experiência de E1: "Aqui não é uma ajudando a outra".

A interdiscursividade abarca, por seu turno, a questão do controle que se exerce sobre o sujeito que cumpre pena. Na APAC, aplica-se uma correção a quem estabelece suas ações baseando-se no que é classificado como não legitimado. Concorda-se, nesse caso, com Foucault (1977) que assevera que o ato de aplicar essa correção ou de punir não se baseia no intento de obter a *expiação* ou promover a pura e simples repressão. O ato de punir está inscrito numa noção de parâmetro normativo que estabelece uma conformidade a realizar, e isso acaba por fazer funcionar oposições binárias do tipo: o permitido e o proibido, o normal e

o anormal (FOUCAULT, 1977). E quando se relaciona modos singulares de ser e se relacionar a um conjunto de parâmetros normativos que tange a modos de ser e se relacionar, observam-se tentativas de produção de sujeitos normalizados ou de subjetividades normalizadas.

No enunciado (054), esse ato de punir ou, dizendo de outra forma, o tema da "punição" é suscitado pelo léxico "castigo", o qual, no caso da enunciadora, demonstra ser concretizado na regressão de regime: "Já era para mim ter saído no aberto. Vou te contar a verdade: acabei ingerindo álcool com coca-cola aqui dentro e fui parar no fechado". Infere-se ainda que as apreciações sobre a adequação (ou não) do sujeito a uma dada ordem acabam por delimitar, de certa forma, a trajetória de quem cumpre pena. Nas seleções lexicais "E agora eles me deram este castigo e agora cabe ao juiz decidir" e, "Ah, um grito e é um comunicado e vai para o juiz e atrasa e tal", ressalta-se a figura do "juiz" no desempenho de seu papel de normatização da vida do sujeito.

Já a enunciadora de (055) profere o discurso da resistência aos aspectos que circunscrevem, especificamente, seu estado de aprisionamento. Ao refletir sobre sua inserção no espaço social da APAC, o sujeito se percebe envolto em sensações de ansiedade, nervosismo, agitação. Destarte, o sujeito recorre ao uso do cigarro a fim de abrandar essas sensações que permeariam o cotidiano na prisão. De outra forma, ato de fumar demonstra aliviar, de alguma forma, a consciência do sujeito sobre condicionantes e consequências do seu aprisionamento, pois, pela seleção lexical "Mas, aqui eu não aguento, começo a pensar", nota-se que o sujeito fuma para não pensar.

Nesse sentido, as relações que o sujeito parece manter com o que conformaria a vida social na APAC exigem uma espécie de rearranjo de características, posturas ou mesmo de hábitos. No passado, pressupõe-se que antes do ingresso na APAC, E22 não fumava, mas fuma, no presente, pois se percebe ansiosa, no âmbito da APAC: "Eu não fumava, mas, agora, preciso fumar por causa da ansiedade, fico muito nervosa".

Os enunciados (052), (053), (054) e (055) comportaram as reflexões das recuperandas sobre o adequar-se (ou não) aos padrões de sociabilidade que são impostos na APAC. Agora, no depoimento (056), quem reflete sobre essa questão é um membro da equipe dirigente.

> (056) Nesses oito meses, teve um caso que eu vi que a pessoa pediu pra ser transferida. As pessoas que chegam, que vem do presídio, no início, assim pra adaptar é complicado, porque aqui não se usa drogas, e o pessoal usa drogas, no presídio, alguns né. Então, assim, tem essa fase da abstinência. Então, algumas falam: 'Ah, quero ir embora, não quero ficar aqui'. É, ninguém fica obrigado, vem e

> fica na APAC quem quer. Mas, quando não consegue se adaptar, mais é devido à abstinência de drogas mesmo. (E17)

E17 reconhece os processos de não adequação dos sujeitos aos aparatos normativos da APAC. Todavia, essa não adequação é atribuída apenas ao fenômeno da abstinência de drogas, isto é, a dependência que o sujeito tem em relação a uma determinada substância química é que o incitaria a se opor aos elementos do aparato normativo da APAC. A seguir, a seleção lexical que é elucidativa a este respeito: "Mas, quando não consegue se adaptar, mais é devido à abstinência de drogas mesmo".

Os processos de resistência são, portanto, manifestações de algo que já se admite como não passível (ou totalmente passível) da disciplinarização, mais precisamente, os comportamentos estimulados por (ausência de) substâncias químicas. Não obstante parecer contraditório, percebe-se que o referido discurso da resistência, no caso de (056), é proferido no sentido de preservar a credibilidade da APAC na realização do trabalho de recuperação dos sujeitos que cumprem pena. Especificamente, pressupõe-se que E17 quer chamar atenção para o fato de que, se existe resistência na APAC, o problema se encontra no sujeito dependente químico e, não em uma possível inadequação de algum aspecto (ou mecanismo) da proposta de trabalho que constitui a organização.

8.4 A APAC e alguns de seus simbolismos

O entendimento da organização como culturas, no plural (CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010), implica o reconhecimento das inúmeras manifestações simbólicas que perpassam o expressar dos disntintos sujeitos, os quais ocupam diferentes posições em diferentes grupos. Nas organizações, *atados* a compromissos de ordem diversa, os sujeitos empreendem esforços deliberados de criação de símbolos. Nesta seção, porém, foram escolhidas apenas algumas dessas criações ou manifestações simbólicas que conseguimos apreender da *vivência* na APAC, durante o período de trabalho de campo, precisamente, aquelas criações ou manifestações simbólicas que tangem ao que se considera uma relação mais *direta* entre signo e objeto (ou ação) a se que propõe representar.

8.4.1 As cores azul e branco

As paredes de todos os centros de reintegração social da APAC são pintadas nas cores azul e branco. E8, ao explicar os motivos da *preferência* por tais cores, profere o discurso do controle.

> (057) O Dr. Mário Ottoboni quando ele foi, começou a cuidar do presídio de Humaitá em São Paulo, ele não esperava, então as coisas foram acontecendo, acontecendo. Muitas das coisas que existem hoje ele foi aprendendo com os presos, com as pessoas que foram pesquisando. E durante 15 anos eles foram estudando até isto, como que as pessoas que estão dentro de um presídio, durante cinco anos, seis anos, oito anos, como que uma mulher que cumpre pena dentro duma cela, dentro de um corredor, que cor a gente vai colocar para esta pessoa?! Porque tem muito a ver a cor. Então foi feito o estudo com psicólogos, com pessoas que entendiam muito isto e chegaram a conclusão que as cores azul e branco é uma cor mais terapêutica né. Tanto que a gente já teve APACs marrom, teve APAC pintada de marrom que os presos ficavam ainda mais agressivos, ainda mais nervosos. Então foi feito este estudo. Só sei que eles pintaram a APAC de várias cores na época, e quando chegou no azul e branco, realmente deu certo. (E8)

Como se depreende do fragmento discursivo (057), as cores azul e branco, usadas nos espaços físicos dos centros de reintegração da APAC, inclusive na APAC feminina de Itaúna, estariam circundadas por uma *dinâmica terapêutica*. Subtende-se que as cores azul e branco seriam mais terapêuticas, pois atuariam de maneira a amenizar características que, implicitamente, são atribuídas aos sujeitos que cometeram algum tipo de crime, quais sejam: a agressividade e o nervosismo. E8 busca esclarecer que nas APACs cujas paredes foram pintadas de outras cores, os sujeitos "[...] ficavam ainda mais agressivos, ainda mais nervosos". A expressão "ainda mais" de semelhante seleção lexical, sugere que os sujeitos já apresentariam certa inclinação para a agressividade e o nervosismo.

A questão é que esse discurso do controle dos sujeitos por meio de alguns elementos concretos dos espaços sociais se relaciona intimamente a outro discurso, o que defende a superioridade do conhecimento científico. Quando se trata da definição da natureza desses elementos concretos do espaço, as experiências no cotidiano prisional, na dinâmica de relações com os sujeitos presos, são tidas como importantes mas percebe-se, no desenrolar de todo o fragmento discursivo, a ênfase conferida ao respaldo obtido pelos processos científicos de investigação.

O gerúndio dos verbos "estudar" e "pesquisar" ("estudando" e "pesquisando", respectivamente), os substantivos "estudo" e "psicólogos", bem como a expressão "pessoas que entendiam muito isto", presentes nas seleções lexicais a seguir, aludem a essa inferência

sobre o apego a uma esfera científica: "Muitas das coisas que existem hoje ele foi aprendendo com os presos, com as pessoas que foram pesquisando. E durante 15 anos eles foram estudando até isto [...]"; e, "[...] Então foi feito o estudo com psicólogos, com pessoas que entendiam muito isto e chegaram a conclusão que as cores azul e branco é uma cor mais terapêutica né".

8.4.2 O troféu, o porquinho, as bolinhas amarela, vermelha e preta

Nos enunciados (058) e (059), apresentam-se as reflexões das recuperandas a respeito do que circunscreve determinados símbolos na APAC, quais sejam: o "troféu", o "porquinho", as "bolinhas amarela, vermelha e preta". Considerando o sistema de privilégios que se faria presente nas instituições totais (GOFFMAN, 1961), o "troféu", o "porquinho", as "bolinhas amarela, vermelha e preta" são elementos simbólicos representativos dos aspectos que abarcam as categorias: (i) de prêmios ou privilégios propriamente ditos que são alcançados em troca de obediência estrita às prescrições colocadas pelos membros da equipe dirigente; (ii) dos castigos, os quais são as consequências da desobediência ao conjunto de regras, previamente definido. Em suma, pode-se dizer que tais elementos simbólicos são inscritos em uma esfera de premiações e punições normalizadoras.

> (058) Tem é, no mês inteiro eles fazem a vistoria, cedo e de tarde. As camas tem que estar tudo arrumadinhas, tem que estar tudo limpinho, senão ganha observação. Aí a cela que tiver ganhado mais observação, ganha um porquinho no final do mês. Aí a cela que tiver mais arrumada ganha um *kit* de limpeza. Que é para continuar limpando. E vem sabão em pó, vem cera, vem detergente, Bombril, vem tudo. E aí tem o troféu também né. Mas, aqui no semiaberto o porco não veio ainda não. Mas, aqui está tendo avaliação, mais por questão de que tem visita toda hora. Tem horário que chega visita. E como é que vai mostrar se tem bagunça?! (E7)

De maneira mais precisa, o "troféu" e o "porquinho" aparecem relacionados ao discurso da premiação e da admoestação. Com o tema implícito remetendo aos processos de vigilância contínua (FOUCAULT, 1977) que se instauram no espaço social da prisão, esse discurso da premiação e da admoestação é construído a fim de sustentar os aspectos que tangem à organização e ao controle do espaço físico na APAC e, por extensão, ao controle dos sujeitos que vivem em tal espaço físico. É exigida uma arrumação dos ambientes, cada objeto deve ser disposto de uma dada maneira em um lugar específico, e a conformidade ou não a esse tipo de encargo é simbolizada pelo recebimento de artefatos como o "troféu" e o "porquinho".

O asseio dos espaços de convivência na prisão é representado pelo "troféu", objeto que, comumente, se associa a uma vitória: "Aí a cela que tiver mais arrumada ganha um *kit* de limpeza. Que é para continuar limpando. E vem sabão em pó, vem cera, vem detergente, Bombril, vem tudo. E aí tem o troféu também né". Nesse caso, a intenção parece ser reforçar os comportamentos dos sujeitos no que diz respeito à manutenção do asseio no espaço físico. Já o porco, mamífero cuja imagem é, geralmente, relacionada aos locais sujos, é usado na acepção de reprimenda aos comportamentos que foram classificados pela direção como não afeitos ao alcance da limpeza e do cuidado com o espaço: "Aí a cela que tiver ganhado mais observação, ganha um porquinho no final do mês".

É também o sentido de reprimenda que sustenta a concessão das bolinhas amarela, vermelha ou preta.

> (059) São três bolinhas, a amarela é falta leve, a vermelha é falta média e a preta é falta grave. Assim, igual o crachá, é obrigado. E de uma bolinha da amarela, se você ficar cometendo muita falta leve, vira a média. Até ficar a pesada. Uma bolinha é um dia sem lazer. E o lazer nosso é a televisão, é o rádio. E isto durante a semana, se for no final de semana que você ficar sem lazer, ninguém pode fazer a sua unha, não pode arrumar o seu cabelo. Isto é leve. A média, muitas das vezes, você fica recolhida até por 10 dias, se você tiver no semiaberto vai para o fechado, depende, e fica 10 dias. E a grave você fica 30 dias recolhida no fechado e ganha comunicado ao juiz e, dependendo ele pode até te regredir. [Regredir como?] Regredir, vamos supor, igual eu estou no semiaberto, se eu for regredida eu vou para o regime fechado. Eu fico mais um ano lá. E depois eu tenho que entrar com o meu pedido para o semiaberto e tudo de novo. (E13)

Em um discurso, cujo eixo temático alude à ideia de transgressão (a partir do léxico "falta"), E13 diz que o ato de aplicar uma correção, de reprimir comportamentos não legitimados pela APAC é representado pelo artefato[57] da bolinha nas cores amarela, vermelha e preta. A concessão de uma bolinha de determinada cor atua no sentido de registrar e retificar o comportamento inadequado, e essa emenda parece ter seu lastro na retirada de algo do sujeito, ou no deslocamento do sujeito de determinado lugar. O castigo faz-se concreto pela ausência, seja de algo material (proibição da "televisão", do "rádio") ou de algo que, apesar de ensejar certa materialidade (mudança do espaço físico), encerra uma natureza, predominantemente, de cunho mais subjetivo, isto é, isolamento do sujeito na cela ou mesmo

[57] Em uma espécie de mural, é afixada uma folha de papel com o nome de cada uma das recuperandas, sendo as *bolinhas amarela, vermelha e preta* colocadas na frente de cada nome. No regime fechado, o mural está localizado na sala de laborterapia, espaço em que as recuperandas permanecem a maior parte do tempo. No regime semiaberto, o mural está em um ambiente contíguo ao local em que as recuperandas dormem, isto é, um espaço de ampla circulação.

regressão de regime: "[...] você fica recolhida até por 10 dias, se você tiver no semiaberto vai para o fechado [...]".

8.4.3 O dia da reflexão

Por um dia, a cada mês, realiza-se, na APAC, o chamado "dia da reflexão". Entende-se, aqui, esse "dia da reflexão" como sendo uma espécie de rito (TRICE; BEYER, 1984), isto é, uma atividade planejada que consolida diversas formas de manifestações culturais em um único evento. Em linhas gerais, a compreensão, a partir dos enunciados (060), (061), (062), (063), (064) e (065), é de que os sentidos subjetivos produzidos a respeito do "dia da reflexão" indicam uma noção de controle, controle sobre o *que* se deve (deveria) pensar ou não na APAC e, principalmente, sobre o *momento*, o *quando* se deve pensar sobre determinados aspectos, que, no caso, parecem se referir ao que, possivelmente, concorreria para a diferenciação entre os espaços sociais de execução penal. O "dia da reflexão" acentua ainda a questão de controle dos corpos, pois neste dia restringe-se ainda mais a mobilidade dos corpos a fim de que os sujeitos que cumprem pena na APAC (re)tomem consciência de sua situação: a de aprisionamento.

> (60) É difícil, não é fácil esse dia. Mas, é para a gente refletir sobre a vida que a gente tinha no sistema comum e a vida que a gente está tendo agora. É o dia da reflexão mesmo pra gente pensar sobre o que é errado. Se está errado, tem que corrigir, o que é que a APAC precisa. Tem que refletir mesmo, se está errado vamos corrigir. Não é um tempo para dormir, pra descansar, é um tempo para reflexão mesmo. Não pode ter som, não pode ter nada. É um tempo mesmo para si, para reflexão mesmo. Eu ficava lendo a bíblia. As recuperandas lêem a bíblia, refletem, cantam música evangélica. Trocam uma ideia, conversam e é isto aí mesmo o dia do ato. (E2)

> (061) É um dia que é feito para a gente refletir sobre as pessoas que estão no sistema comum, nas penitenciárias. Que lá eles não têm um banho quente, que lá eles não têm uma comida digna do ser humano, que lá as pessoas são maltratadas, tratadas igual bicho o tempo todo. Então, a gente fica trancada para a gente lembrar e dar valor ao que a gente está tendo hoje. O ato ressocializador é para isto. Para você ficar trancado e valorizar o que você está tendo hoje. Aquele ato ali, simbólico mesmo, é para você ver que ficar trancado é ruim, então é para você valorizar pelo menos uma pequena sensação de liberdade que você está tendo aqui. Então é para isto que existe o ato ressocializador. Para você parar e refletir que tem muitas pessoas que gostariam de estar neste lugar, que gostariam de estar na pele da gente e estão sofrendo na penitenciária, em presídio, apanhando, vivendo igual a cachorro. Comendo uma comida que dá até dó. E eu passei por isto e eu sei como é. Então, é uma coisa muito humilhante para a gente e, para ser sincera, o ato ressocializador é para valorizar o que a gente tem hoje. Dar valor mesmo, querer uma mudança de vida. E ficava lá pensando, mais para refletir também sobre as dificuldades que a

gente passa e a gente tem que aprender a dar valor no que a gente tem, mesmo sendo pouco. Mas, o pouco pra certas pessoas poderia ser muito né. (E6)

(062) É pra gente refletir sobre o sistema comum. O que as pessoas comem lá, o que eles dão. É igual ao sistema comum mesmo, pra gente refletir o tanto que a APAC é boa pra gente. Pra gente pensar bastante antes da gente cometer algum erro aqui dentro com risco de ser regredida até mesmo pra penitenciária. Pra gente ter certeza que a gente quer ficar aqui né. (E21)

(063) O dia do ato é para refletir, pra refletir. Só que, na verdade, é difícil refletir, porque todo mundo só dorme. Porque a gente levanta cedo todos os dias e então a gente descansa, só dorme. Você não pode fazer nada, nem fumar, e como não pode fazer nada, trabalhar, você deita e dorme. Tem gente que lê a bíblia, lê livros, isto depende de cada um. Não pode trabalhar, não pode fazer nada. É só para refletir mesmo. É igualzinho na penitenciária. [Mas refletir o que?] Refletir uai, o que a gente passou na penitenciária. Porque aí a gente fica na tranca, come na marmita e até que ainda essa marmita é bem melhor do que a que a gente tinha. Pra gente refletir o que a gente passou lá na penitenciária, para saber o que é que a gente está vivendo hoje. Porque lá não, agora aqui na APAC a gente já vive a realidade. Para quem quer melhorar de vida é muito melhor. Apesar de que nem APAC, nem cadeia, não melhora a pessoa não, melhora se a pessoa quiser. Porque tem muita gente que eu conheci que já foi, já voltou agora para as coisas erradas. (E3)

(064) Na verdade, o ato ressocializador é para a gente refletir. Você passa lá por uma preparação e tudo, e assiste um filme, uma palestra. Botam um DVD que explica a realidade que você passou e tudo. Mas, sério mesmo, eu passei lá somente uns dois atos que eu passei refletindo, mas, os outros três eu passei dormindo. Porque esta é a realidade. Ficava doida para chegar o ato para dormir. Porque aqui eles têm a hora de acordar, e então são regrinhas que [sic]. Então o ato, mas a Berenice queria e fez este projeto para que seja um momento de reflexão, de aprendizado e para as recuperandas refletir sobre as mulheres que estão no sistema comum, o que elas estão sofrendo, o que elas estão comendo. Por mais que no dia aqui vai marmitex, mas vai comida é boa, e serve para elas refletirem. O ato é para isto. Para reflexão. (E4)

(065) O ato ressocializador é pra gente refletir o que as pessoas estão passando no presídio, entendeu?! Fechada, só deitada, comendo no 'bandeco', marmita né. Aí é pra gente refletir sobre isso, pra gente pensar: 'Se aqui está ruim, tem lugares bem piores né'. Eles passaram até um filme mostrando o que as pessoas passa nesses lugares pra gente aprender a dar valor em onde a gente está. Apesar de a gente estar presa, a gente está num lugar melhor. A gente sabe que preso pra sociedade não tem tanta importância, entendeu?! Pra gente pensar mesmo, refletir, ficar aqui, que aqui é um lugar, que vou fazer uma caminhada tranquila, vou aproveitar todas as oportunidades, porque aqui tem muita coisa, tem curso, tem várias coisas. Você só não faz se você não quiser mesmo. E aproveitar o tempo que você tem que ficar presa mesmo, pra gente aproveitar o tempo pra fazer alguma coisa de útil pra quando você sair, entendeu?! Eu gosto desse dia, sabe por quê?! Porque eu trabalho muito, aí eu descanso. Mas, é bom pra gente ficar pensando mesmo. Porque aqui no dia-a-dia a gente quase que não tem tempo pra pensar não, porque é o dia inteiro ocupada. É tanta coisa que você não fica só com o corpo cansado, mas sua mente fica cansada. Aí, nesse dia, você descansa o corpo e a mente, daí você pode pensar nas coisas, como que está: 'Se lá estava ruim, aqui está bem melhor'. Você fica pensando o que você quer para o seu futuro, o que você quer para sua família, para os seus filhos: 'Que exemplo que você está dando pra eles agora'?! Esse dia dá pra você pensar bastante no que você fez, no que você vai fazer, entendeu?! (E24)

Explicando de maneira mais detalhada, o "dia da reflexão", "dia do ato" ou "ato ressocializador" consiste numa espécie de dramatização da vida no sistema comum. No âmbito da APAC, busca-se representar, em um dia, o que se viveria (ou se vive, no caso de outros sujeitos) no decorrer de todos os dias no contexto do sistema comum. As figuras discursivas da "marmita" ou "marmitex" (ou "bandeco") e do "filme", bem como o permanecer "fechada" ou "de tranca" (isto é, trancada na cela) atuam de modo a resgatar as experiências dos sujeitos em outros espaços sociais da prisão.

A alusão a esses elementos que visam reproduzir um dia no sistema comum é feita nos discursos (063), (064) e (065). Em (063), a seleção lexical é: "Porque aí a gente fica na tranca, come na marmita [...]". No enunciado (064), o trecho discursivo é: "Na verdade, o ato ressocializador é para a gente refletir. Você passa lá por uma preparação e tudo, e assiste um filme, uma palestra. Botam um DVD que explica a realidade que você passou e tudo". E em (065), a seleção lexical é a que segue: "O ato ressocializador é pra gente refletir o que as pessoas estão passando no presídio, entendeu?! Fechada, só deitada, comendo no 'bandeco', marmita né".

Evidencia-se que a proposta de tal "dia da reflexão" abarca a ideia estimular (e/ou direcionar) a consciência do sujeito para o cotejo de sua trajetória em um tempo passado e, no lugar sistema comum, com a vivência que se processa em um tempo presente, no lugar APAC. Em outras palavras, com o dia da reflexão, pretende-se suscitar a consciência do sujeito sobre as suas posições (e relações) em dois espaços sociais distintos, o sistema penitenciário comum (cadeias públicas, presídios, penitenciárias) e a APAC (centro de ressocialização).

O implícito pressuposto é de que, então, na APAC, o sujeito perceberia a construção de uma trajetória sob melhores condições (sejam de cunho material ou social), o que não ocorreria nos espaços social do sistema comum. "Banho quente" e "comida", figuras discursivas do enunciado (061), são apenas dois dos elementos materiais que ajudam a compor a diferenciação entre a APAC e as prisões do sistema comum. E6 diz: "É um dia que é feito para a gente refletir sobre as pessoas que estão no sistema comum, nas penitenciárias. Que lá eles não têm um banho quente, que lá eles não têm uma comida digna do ser humano, que lá as pessoas são maltratadas, tratadas igual bicho o tempo todo" [...] "Para você parar e refletir que tem muitas pessoas que gostariam de estar neste lugar, que gostariam de estar na pele da gente e estão sofrendo na penitenciária, em presídio, apanhando, vivendo igual a cachorro. Comendo uma comida que dá até dó". As formas de relacionar-se com quem cumpre pena também possibilitariam apreciações quanto à construção da imagem de cada

espaço social na prisão. Ao contrário da APAC, a prática dos maus tratos predominaria nas relações sociais entre os sujeitos no âmbito do sistema comum. "Bicho" e "cachorro" são ainda dois léxicos no discurso (061), inscritos numa dimensão metafórica, que remetem a uma vida de maus tratos e sofrimento nas prisões do sistema comum.

Por meio da realização do "dia do ato", o sujeito reconhece a "bondade" da APAC no que tange à oferta de condições que não são desfrutadas por outros sujeitos que ocupam os espaços sociais do sistema comum. Segundo a enunciadora de (062): "É pra gente refletir sobre o sistema comum. O que as pessoas comem lá, o que eles dão. É igual ao sistema comum mesmo, pra gente refletir o tanto que a APAC é boa pra gente".

Em maior ou menor grau, tomar consciência dessa bondade acaba por revelar-se um mecanismo disciplinador, já que, para o sujeito continuar sendo merecedor dessa generosidade, ele deve apresentar um comportamento que esteja em conformidade com os princípios que regulam as relações sociais naquele meio social. O reconhecimento da suposta bondade da APAC acaba instaurando uma situação de intimidação, pois o sujeito fica receoso (amedrontado) de cometer algum ato de indisciplina e, com isso, ter que abandonar um espaço social em que percebe benefícios. Em (062), a seleção lexical que sugere o aspecto disciplinador do "dia da reflexão" é: "Pra gente pensar bastante antes da gente cometer algum erro aqui dentro com risco de ser regredida até mesmo pra penitenciária".

No fragmento discursivo (060), pela seleção lexical "É um dia de reflexão mesmo pra gente pensar sobre o que é errado. Se está errado, tem que corrigir, o que é que a APAC precisa", a enunciadora também estabelece que o "dia da reflexão" ensejaria uma espécie de tomada de consciência sobre uma possível inadequação de comportamentos do sujeito no âmbito da APAC, lugar *bom* em relação aos outros lugares da prisão, promovendo em tal sujeito a disposição sobre o ato de corrigir-se. Essa disposição dos sujeitos em aceitar (e obedecer) tudo que envolve o processo de correção (mudança e/ou recuperação) dos mesmos, também é indicada no discurso (061), mais precisamente, na seleção lexical: "Dar valor mesmo, querer uma mudança de vida".

No "dia da reflexão", é preciso apontar ainda a presença dos artefatos religiosos (nas figuras da "bíblia" e da "música evangélica", referenciadas por E2 e E3) e, consequentemente, da base moral e ética que os sustentam, a qual, na maioria das vezes, acaba por fazer referência às questões da culpa e da gratidão, questões estas que parecem se ajustar ao propósito de semelhante "dia".

Todavia, o "ato ressocializador" enseja um propósito – isto é, refletir, (re)tomar a consciência sobre algo, o que, no caso, corresponderia ao que foi vivido em espaços sociais da

prisão diferentes dos da APAC – que acaba sendo ressignificado pelas enunciadoras de (063), (064) e (065). Os sentidos que, de fato (ou na prática), se incorporam ao ato são os do dia para compensação do sono, dia para o descanso da mente e do corpo. Especificamente, em (063), a enunciadora diz: "O dia do ato é para refletir, pra refletir. Só que, na verdade, é difícil refletir, porque todo mundo só dorme. Porque a gente levanta cedo todos os dias e então a gente descansa, só dorme". Em (064), a seleção lexical é a seguinte: "Mas, sério mesmo, eu passei lá somente uns dois atos que eu passei refletindo, mas, os outros três eu passei dormindo. Porque esta é a realidade. Ficava doida para chegar o ato para dormir. Porque aqui eles têm a hora de acordar [...]". E24, enunciadora de (065), afirma: "Eu gosto desse dia, sabe por quê?! Porque eu trabalho muito, aí eu descanso". Poder-se-ia entender essas ressignificações como inscritas em uma dimensão de interdiscursividade. Essas ressignificações comporiam, pois, uma espécie de resistência ao discurso do controle, ou, de outro modo, uma espécie de resistência a um dos mecanismos calcados na premissa de (tentar) controlar e/ou normalizar a produção de sentidos subjetivos dos sujeitos.

8.4.4 As algemas e as chaves

O fragmento discursivo (066) encerra um texto sobre dois dos artefatos da prisão: "algema" e "chaves".

> (066) Então, quando estava começando essa experiência da APAC, em São Paulo, um preso lá tinha uma audiência, era considerado um preso de alta periculosidade e que já estava há muitos anos aí cumprindo pena. Mas, quando foi ter esta audiência em São Paulo, é natural levar o preso com escolta, vai todo mundo escoltado, algemado, polícia e aquela coisa toda, e é natural, para chegar no juiz, é necessário. E chegou este preso lá, bem vestido, não tinha aparência nenhuma de preso, cheiro de preso, nada de preso, muito bem vestido e sem algema. E sem escolta policial. E o juiz estava indagando né, cadê o preso, cadê o réu?! E ele lá na frente dele lá: 'Eu sou o preso. Eu sou'. O juiz ficou louco. Mas, como um preso deste jeito?! Ele nunca tinha visto. E aí o juiz indagou cadê escolta, cadê as algemas. O preso falou: 'Estou escoltado pelo Cristo e algemado pelo coração'. Mário Ottoboni, desde o início, começou a fazer esta experiência lá. Estas coisas foi os próprios presos que foram tentando e foram conseguindo. Tentou uma vez e não deu certo, vamos tentar de novo. Lógico que teve preso que fugiu em alguma escolta. Lógico que teve algum que tentava fazer alguma coisa, como tem até hoje. É uma questão de confiança. A APAC trabalha a questão da confiança. Então você confia naquela pessoa. Em todas as APACs hoje você entra e, quem está com as chaves nas mãos?! Quem está com a chave da APAC feminina agora?! É uma recuperanda. Isso é loucura para qualquer pessoa. Um preso não pode ficar aberto, é o que todo mundo pensa. O preso está com a chave nas mãos?! Você chega na APAC e quem que abre a porta pra você? Uma recuperanda ou um recuperando. Então já começa por aí, algumas pessoas levam o choque por aí. Alguns não acreditam, acham que é funcionário fingindo de preso. E a pessoa nem cara de criminoso tem, na maioria das vezes. Então

> começaram a fazer esta experiência. Então, tem coisas que a APAC faz que você fala: 'É loucura, é milagre'. E é loucura mesmo, só do preso ter as chaves nas mãos. E se ele quiser fugir?! Ou se todos os outros aqui quiserem fugir?! Quem é que vai segurar?! E nunca aconteceu isto. As pessoas, às vezes, não entendem, e é muito complicado. (E8)

Em linhas gerais, o fragmento discursivo (066) concerne à explicação do motivo de, no âmbito de todas as APACs, os(as) recuperandos (recuperandas) deterem a posse das "chaves" dos acessos principais do estabelecimento prisional. Além desse aspecto peculiar sobre as chaves dos centros de reintegração social, a atenção se volta também para considerações que se relacionam ao artefato "algemas". Muitas pessoas que cumprem pena não usam algema quando precisam se ausentar da APAC e, ver-se-á, a seguir, que as justificativas para tais distinções abarcam, tanto o que equivale a uma das consequências das progressões de regime, quanto outros critérios definidos pela equipe dirigente.

E8, um dos membros da equipe dirigente, remonta às origens da APAC como um todo, isto é, da primeira APAC, situada em São José dos Campos, bem como se vale da menção ao fundador da organização (personagem "Mário Ottoboni"), estratégias que, ao que parece, atuariam de maneira a legitimar as práticas que são exercidas na APAC feminina, nos dias contemporâneos.

O discurso que sustenta toda essa narrativa é o do controle dos sujeitos. Todavia, poder-se-ia dizer que esse controle é viabilizado pela *liberdade*, pela *autonomia*. Essa perspectiva assume natureza contraditória, mas pressupõe-se que é exatamente nessa contradição que reside o fulcro para o êxito dessas práticas de dominação. Como alega Enriquez (1997b), nas organizações modernas, fazer com que o sujeito creia na sua condição de sujeito livre, autônomo, se configura, muitas vezes, como sendo uma estratégia que viabiliza a *prisão* de tal sujeito em estruturas de poder mais sutis.

As "algemas" e as "chaves" constituem-se como artefatos que, em maior ou menor grau, restringem ou não a mobilidade dos corpos físicos. Nesse sentido, o sujeito conserva uma sensação de liberdade para se mover, bem como autonomia para decidir permanecer nesse ou naquele espaço social. O que parece prender o sujeito é a "confiança" que lhe é depositada, algo não proporcionado no contexto de outros espaços sociais, já que se trata de sujeitos que cometeram crimes, atos comumente condenados pela sociedade.

A seleção lexical em que E8 remete à confiança depositada no sujeito desviante: "É uma questão de confiança. A APAC trabalha a questão da confiança. Então você confia naquela pessoa". Aliado a essa questão da confiança depreende-se também a socialização em princípios espirituais ou religiosos que acabam por facilitar a aceitação do período no cárcere

sem maiores resistências. Por exemplo, isso se evidencia na fala do sujeito, personagem específico do caso relatado no fragmento discursivo (066): "Estou escoltado pelo Cristo e algemado pelo coração".

Um aspecto que resvala desse discurso do controle é o pressuposto de categorização dos sujeitos e, logo, o preconceito. E8 sugere uma diferenciação dos sujeitos presos em relação, por exemplo, aos que não estão presos, a partir de estereótipos construídos sobre a vestimenta, o cheiro, a face de quem está na prisão: "E chegou este preso lá, bem vestido, não tinha aparência nenhuma de preso, cheiro de preso, nada de preso, muito bem vestido e sem algema [...]" "E a pessoa nem cara de criminoso tem, na maioria das vezes".

A interdiscursividade repousa na alusão de que esse controle pela *liberdade* não seria pleno. A fuga não deixa de ser indicada no enunciado (066) sendo, portanto, classificada no âmbito das possíveis resistências a essa concepção de dominação. A seleção lexical elucidativa a esse respeito é: "Lógico que teve preso que fugiu em alguma escolta. Lógico que teve algum que tentava fazer alguma coisa. Como tem até hoje".

Em uma análise primeira, o enunciado (066) parece conter a defesa do sujeito preso merecedor de confiança, o que atuaria no sentido de reforço mesmo de práticas que conferem certa peculiaridade à APAC como um lugar de execução penal (deixar as chaves do centro de reintegração social nas mãos das mulheres presas, por exemplo). As práticas relativas ao uso dos artefatos "algema" e "chaves", práticas defendidas e exercidas na organização pesquisada, se inscreveriam em uma esfera discursiva contrária ao discurso hegemônico na sociedade mais ampla, isso tendo em vista os apoios crescentes nos debates sobre os assuntos que tangem ao recrudescimento dos dispositivos que compõem o sistema penitenciário. Em outras palavras, o discurso que predomina na sociedade é de que o sujeito criminoso, o qual empreendeu um dos tipos de desvios sociais, não é digno de confiança. Todavia, no final do fragmento discursivo, E8, indiretamente, demonstra sua aquiescência a essa perspectiva hegemônica de que confiar no sujeito que está preso seria uma espécie de contrassenso: "E é loucura mesmo, só do preso ter as chaves nas mãos". Na seleção lexical "Então, tem coisas que a APAC faz que você fala: 'É loucura, é milagre'", E8 chega ao ponto de atribuir o êxito dessa prática de controle difundida na organização a uma entidade espiritual que propiciaria, pois, a ocorrência de um "milagre".

8.4.4.1 Ser algemada (ou não) na APAC

Na APAC, o artefato "algema" apresenta-se, de certo modo, como símbolo da punição e, logo, o *não ser algemada* demarca o sentido de recompensar o sujeito. Primeiro, pela sua progressão de regime, haja vista que o uso obrigatório de algemas restringe-se ao primeiro estágio de cumprimento de pena, qual seja: o regime fechado. Por exemplo, a enunciadora de (067), fragmento discursivo logo a seguir, aponta: "Por ser um regime fechado, a gente sai com algema. E no regime semiaberto, não".

> (067) Já fui algemada aqui na APAC, hoje não sou mais não, e quando passei para o semiaberto também não. Então, a APAC trabalha com a confiança. Basta você dar a confiança para as pessoas e as pessoas vão passar a ter confiança em você também. Por ser um regime fechado, a gente sai com algema. E no regime semiaberto, não. Mas, nós somos escoltadas pelas próprias recuperandas. E aí elas não age como agente, mas sim como uma pessoa comum que está no mesmo sofrimento. Tem uma coisa, quem que está ali me escoltando, por exemplo, também é igual a eu, e depois você também acaba que escolta outras recuperandas. (E2)

Semelhante progressão de regime associa-se, pois, a um processo de categorização dos sujeitos, na medida em que aquela demarca os sujeitos dignos ou não de "confiança". O implícito pressuposto é que o léxico "confiança" repousa nas questões disciplinares que perpassam o cotidiano no espaço social da APAC. Precisamente, o sujeito que estabelece suas ações em acordo com os aparatos normativos merece avançar mais um estágio em seu cumprimento de pena: é digno, pois, de não usar algema. Tais considerações foram suscitadas da seleção lexical: "Já fui algemada aqui na APAC, hoje não sou mais não, e quando passei para o semiaberto, também não. Então, a APAC trabalha com a confiança. Basta você dar a confiança para as pessoas e as pessoas vão passar a ter confiança em você também".

Ademais, E2 remete a um aspecto que assinala a diferença entre o *ser algemada* na APAC e em outros espaços sociais de cumprimento de pena. Na APAC, a recuperanda algemada é escoltada por outra recuperanda, isto é, ocorre uma identificação entre o sujeito algemado e o *outro* que auxilia na sua guarda. De certa forma, o sujeito se percebe igual ao *outro* em função de ambos vivenciarem a experiência do cárcere. Ao contrário, nos espaços sociais do sistema comum, por exemplo, a figura discursiva da "agente" está calcada em um conjunto de papeis que, em maior ou menor grau, cristaliza a diferença de quem realiza a escolta e de quem está algemado. A seleção lexical que permite essa ilação é a seguinte: "Mas, nós somos escoltadas pelas próprias recuperandas. E aí elas não age como agente, mas

sim uma pessoa comum que está no mesmo sofrimento. Tem uma coisa, quem que está ali me escoltando, por exemplo, também é igual a eu [...]".

Em se tratando do enunciado (068), compreende-se que a "algema" figura, não apenas como um dos mecanismos que demarcam a diferença de posições entre sujeitos de diferentes regimes de cumprimento de pena (por exemplo, entre o regime fechado, em que se estabelece o uso da algema, e o regime semiaberto, em que o sujeito não mais é algemado), mas, também, como um artefato que sugere a diferença entre os sujeitos que se encontram em um mesmo estágio de execução penal, no caso, no contexto do regime fechado.

> (068) Não saía de algema, mesmo estando no fechado. [Mas, por que?] Eu fui para Santa Luzia e fiquei 4 dias lá. [Fazer o que?] Eles me escolheram pra fazer um curso que teve lá. Eu fiquei 4 dias lá e aí quando eu voltei não precisava usar algema mais, mesmo ainda no fechado. [Por que?] Como é que fala?! Isso foi como prêmio. As meninas agora que participaram do congresso, teve agora 4 dias no Colégio Santa Ana, o congresso. Elas são do fechado e agora elas não andam de algema. Quem participou, quem frequentou lá, o coral, as que foram do coral elas não andam de algema. É como se fosse um prêmio, uma confiança que eles dão a gente. (E12)

De maneira mais específica, no enunciado (068), a enunciadora relata que não era algemada apesar de, na época, estar no regime fechado: "Não saía de algema, mesmo estando no fechado". Nesse sentido, o *não ser algemada* insere-se numa perspectiva de recompensar o sujeito. O *não ser algemada* equipara-se, assim, a um "prêmio" concedido ao sujeito que demonstra conformidade ao que dele é esperado. E12 diz: "É como se fosse um prêmio, uma confiança que eles dão a gente". Pressupõe-se, assim, que nem todos são recompensados: existem os escolhidos, os que merecem a "confiança" de não usar um artefato que restringe, de certa forma, a mobilidade de quem cometeu algum crime.

O *estar algemado* permite uma espécie de concretização da situação de sujeito desviante que cumpre pena privativa de liberdade. O *estar algemado* revela, pois, o aprisionamento do sujeito. Ao refletir sobre esse *estar algemado*, a enunciadora de (069) constroi o discurso do preconceito.

> (069) Antes, eu não saía algemada porque eu tinha, é assim, pelo comportamento, pelo mérito você ganha o benefício de andar sem algema. E aí, quando eu estava no regime fechado, antes de ter progressão de regime, eu já estava saindo sem algemas. Mas, já, já saí com algema. O fato de você estar algemada tem diferença, as pessoas te olham com outro olho, tem outra visão. Mas, quando você está num presídio e você chega algemado você chama mais atenção, porque você está com escolta, e aquele tanto de policial com as armas todas apontadas. A população já fica com medo. E quando você chega com a APAC, que não tem arma, todo mundo com roupa normal, muitas vezes, quem está no regime fechado está algemada e eles só olham assim e só perguntam o que foi que ela fez, porque é que ela está presa. E, muitas vezes, nem acreditam que está presa, porque a menina está ali muito bem

> arrumada. É totalmente diferente quando você está algemada. Muitas vezes, as pessoas perguntam, para quê esta algema. (E13)

A ideia de discriminação do sujeito desviante que se apresenta com algemas em outros espaços sociais para além dos muros das organizações prisionais está contida na seleção lexical: "O fato de você estar algemada tem diferença, as pessoas te olham com outro olho, tem outra visão". No entanto, essa discriminação revela gradações dependendo do espaço social em que o sujeito cumpre pena, se é no sistema comum ("presídio") ou se é na APAC. Para E13, os sujeitos que cumprem pena no presídio, quando vistos com algemas, sofreriam maior repulsa da sociedade, inspirando-lhe o "medo", devido às figuras discursivas que são atribuídas ao tal espaço social, quais sejam: "policial" e "armas". Já para com os sujeitos que cumprem pena na APAC, existiria certa tolerância, motivada, em grande medida, pelo uso de artefatos ("roupa normal") dissociados das representações que, comumente, são concebidas acerca do sujeito preso (sujeito usando um uniforme que permite a identificação sua condição de apenado).

No enunciado (069), assim como em (067) e (068), o *não ser algemada* é inserido numa perspectiva de recompensar o sujeito por seu modo de agir consoante aos princípios de uma ordem social legitimada em um espaço social específico. No caso da enunciadora de (069), por ser disciplinada, isto é, por apresentar um "comportamento" considerado legítimo, a ela foi concedido o "benefício" de não usar algema ainda no período de sua permanência no regime fechado, regime em que já é estabelecida a prática de algemar os sujeitos quando estes necessitam se ausentar da organização prisional. A seleção lexical que permite a referida interpretação: "Antes, eu não saía algemada porque eu tinha, é assim, pelo comportamento, pelo mérito você ganha o beneficio de andar sem algema. E aí, quando eu estava no regime fechado, antes de ter progressão de regime, eu já estava saindo sem algemas". E como também foi visto no fragmento discursivo (068), a enunciadora de (069) sugere que tal "benefício de andar sem algema" atua de maneira a diferenciar os sujeitos no contexto do regime fechado. Precisamente, existem aqueles que possuem e não possuem "mérito".

8.4.4.1.1 Usos e sentidos das algemas

Uma fotografia de uma mulher algemada com as mãos para trás[58]. Esse foi o indutor que permitiu a construção dos discursos (070), (071), (072), (073), (074), (075) e (076). Ao mostrar a fotografia para as recuperandas, questionou-se a respeito dos sentimentos ou memórias que despontavam a partir daquela representação do *ser algemada*.

> (070) Nossa, desespero. Ver um trem feio deste é muito desespero. Dá muita humilhação. Porque eles tiram os pertences da gente. No sistema comum, a gente tem que andar com cabeça baixa, uma roupa, uma roupa muito assim, uma roupa vermelha, uma coisa muito ruim para vestir. Você não tem uma roupa decente, boa pra vestir. Não sei o que te falar. Eu sei que algema não é comigo mais. Quando eu ficava lá na penitenciária, eu dormia no chão, na porta da cela. Já cheguei a dormir na porta do banheiro. E quando a torneira estragava, jorrava água para o chão e molhava o meu colchão. E molhava o meu colchão e ele chegou até a mofar. Ali no fechado, lá embaixo, usa algema também pra sair, mas, a gente é tratada como ser humano né. Aqui tem algema. Mas, a gente é tratado como ser humano e não como cachorro. Essa foto me lembra muita humilhação. (E2)

O desespero e a humilhação são os dois sentimentos que E2 relaciona ao que está representado na fotografia: "Nossa, desespero. Ver um trem feio deste é muito desespero. Dá muita humilhação. [...] Essa foto me lembra muita humilhação". Especificamente, os léxicos "desespero" e "humilhação" apresentam-se como sendo os temas do discurso do sofrimento, sofrimento este que parece ter perpassado a trajetória da enunciadora no sistema comum. O sujeito evoca a privação de seus objetos pessoais ("Porque eles tiram os pertences da gente"), a postura submissa ("[...] a gente tem que andar com cabeça baixa [...]"), o uso da "roupa vermelha" ("[...] uma roupa, uma roupa muito assim, uma roupa vermelha, uma coisa muito ruim para vestir. Você não tem uma roupa decente, boa pra vestir").

Na APAC, os sujeitos que cumprem pena no regime fechado não são isentos do uso da algema. Todavia, o que permite a ressignificação do uso de um artefato que também está presente no sistema comum, é o modo como os sujeitos que cumprem pena são tratados. A expressão "ser humano", assentada no tema da dignidade, e o léxico "cachorro", o qual tem por base a ideia dos maus tratos, são os dois elementos que indicam a interdiscursividade do enunciado (070). Na APAC (identificada pelo léxico "aqui"), o sujeito seria bem tratado, ao passo que, no sistema comum ("penitenciária"), o sujeito, a partir de tudo que lhe é imposto, vivenciaria um estado de degradação equivalente ao de um animal irracional, um "cachorro".

---

[58] Ver Anexo A.

Ainda, pela seleção lexical "Eu sei que algema não é comigo mais", pressupõe-se uma disposição da parte da enunciadora de não reincidir nas atividades criminosas.

> (071) Ai, eu vou te falar, é uma tristeza muito grande. Aqui, a gente sai mais normal, né. Lá no sistema comum, a gente é algemada pra trás e tem que andar de cabeça baixa. Agora, aqui, é pra frente e, dependendo, se você estiver de blusa de frio, nem dá pra ver que a gente está presa. (E21)

A desolação revela ser o sentimento que E21 vincula à representação do *ser algemada*, a qual está contida na fotografia mostrada: "Ai, eu vou te falar, é uma tristeza muito grande". A enunciadora prossegue seu discurso remetendo ao tema da normalidade do sujeito. Implicitamente, admite-se a algema como um artefato que, de certa forma, imprime no sujeito a marca da transgressão, identificando-o na categoria do diferente (e, portanto, do *anormal*) no âmbito da sociedade. O *ser algemada* já implica a emergência de um sentimento de inadequação à ordem social. Tal sentimento de inadequação pode, porém, ser amenizado pela forma como o sujeito é algemado, se com as mãos para "frente" ou para "trás". Ser algemado para "frente", o que ocorre na APAC, faz com que o sujeito se perceba mais próximo da normalidade, fato que não sucederia no contexto das organizações do sistema comum, onde o sujeito é algemado para "trás".

Na APAC, ao ser algemado pra "frente", o sujeito se percebe "mais normal". Todavia, a presença do advérbio "mais" antes do adjetivo "normal", indica um implícito subentendido que essa normalidade parece ser plena. Por meio da seleção lexical, "Aqui, a gente sai mais normal, né", a enunciadora manifesta a consciência da sua diferença em relação a um *outro* que não cometeu algum crime. Pressupõe-se que E21 sente vergonha de sua condição de sujeito desviante, haja vista que traz para seu discurso a menção sobre a possibilidade de ocultar o artefato que exterioriza a sua situação de cumprimento de pena privativa de liberdade: "[...] aqui, é pra frente e, dependendo, se você estiver de blusa de frio, nem dá pra ver que a gente está presa".

> (072) Vem um sentimento de ser tratado como animal né. E um animal feroz assim, igual um bicho que se soltar vai atacar, vai matar, vai voar nas pessoas. Eu não me vejo assim. Eu acho que não tem necessidade disto não. Tens uns que talvez necessitem, porque são muito agressivos. Mas, é uma coisa que aqui na APAC não tem né. Tem só na hora que a gente sai na escolta. Mas, só que aqui na APAC é para frente né. É algemada na frente. A gente fica assim, olha. Agora, lá no sistema comum, não, lá, a gente é algemada pra trás, com as mãos para trás. Dizem que agora algemam até os pés. E tem diferença sabe, todo mundo sente. Porque a gente se sente mais presa, pra trás é pior. Para trás é muito pior não tem nada que você pode fazer. E para frente, você pode mexer com a mão, você pode passar a mão no

> rosto. Agora para trás não. Menos pior quando você está algemado para frente. Assim, mas é cena muito triste. (E5)

No fragmento discursivo (072), o *ser algemada* fundamenta-se, de maneira geral, no tema do "aprisionamento". A algema é o artefato que permite conter o sujeito desviante, é algo que limita seus movimentos corporais. A percepção da enunciadora é de que o ato de algemar os sujeitos que cometeram algum desvio implica equipará-los a uma espécie de animal feroz que precisa ser detido a fim de garantir a integridade física dos seres humanos: "Vem um sentimento de ser tratado como animal né. E um animal feroz assim, igual um bicho que se soltar vai atacar, vai matar, vai voar nas pessoas". Inseridas em um conjunto de elementos que comporia uma dimensão mais concreta do aprisionamento de quem ofendeu a ordem social estabelecida, as algemas encerram, portanto, a ideia de proteção da sociedade.

A enunciadora reflete sobre si mesma, sobre as relações que constroi (e/ou construiu) ao longo de sua trajetória, e rejeita as representações que comumente são atribuídas sujeito desviante, quais sejam: a de sujeito agressivo e, por extensão, a de sujeito perigoso. A seleção lexical que se toma como elucidativa a esse respeito é transcrita a seguir: "Eu não me vejo assim". Levando-se em conta essas reflexões de E5, pode-se corroborar a premissa de que o "[...] sujeito representa um momento gerador de sentidos que não se limita por nenhuma condição subjetiva *a priori*[59] [...]", nem por elementos que o contexto social parece impor (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 238)

Ainda, pelo enunciado (072), as variações do *ser algemada* pressupõem variações na percepção que E5 elabora acerca de seu aprisionamento. Especificamente, *ser algemada* para "trás", tal como acontece nas organizações do sistema comum, aumenta a sensação de despojo da liberdade: "[..] a gente se sente mais presa, pra trás é pior". Subtende-se que, na APAC, ao ser algemado para "frente", o sujeito se percebe mais livre.

> (073) Assim, realmente mostra preso mesmo, e isto aqui é uma coisa que você leva pra vida toda, não é só aquele tempo que você está preso, é uma vida toda. Porque ali você aprende mesmo, é escola da crime mesmo. No sistema comum, você aprende a escola do crime e, hoje em dia, aqui a gente sai com a algema pra frente. Tem algema, igual lá no regime fechado tem algema. E quando você vem para o semiaberto, você não sai de algema mais, e também quando você tem mérito e estas coisas assim. Mas, aqui a algema é para frente. Lá no sistema comum é para trás e você só sai assim de cabeça baixa. Nossa, a diferença é enorme. Pelo menos aqui, no sistema da APAC, você sai com a algema para frente, você sai conversando, você sai rindo e aquela coisa toda. No sistema APAC, você sai com a cabeça para cima. E no sistema comum, não, você sai com algemada para trás e com a cabeça baixa, senão você apanha ainda. E aqui no semiaberto, eu já saio sem algema. A partir de

[59] Excetuando-se as formas patológicas de organização subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2003).

> hoje, eu já saio sem algema, porque aí o juiz já autoriza a sair sem algemas. Porque aí você já tem aquela confiança para eles já saírem com você [...] Então assim, olhar pra essa foto, eu não posso falar que o sentimento é bom, o sentimento é muito ruim. Você andar algemada vem um sentimento de humilhação. As pessoas te olham meio assim, tem uns que estão com criança e fazem assim com o menino, puxa a criança pra outro lado, pensa assim: 'Já vem gente perigosa aí'. Isso, assim, acontece quando você sai algemado. A algema de todas as formas ela gera preconceito. Seja no sistema comum, seja no sistema APAC ela gera preconceito entre as pessoas da sociedade. Porque sempre assim, você sai, mesmo você saindo com a algema na parte da frente, se você vai a um hospital, a pessoa vai levantar, sair do seu lado da mesma forma, você está com a algema do mesmo jeito. Se está com uma criança perto vai tirar a criança dali do mesmo jeito. Por mais bonita que você tenha ido, por mais bem arrumada que você tenha ido, por mais que você esteja conversando, rindo, isto vai acontecer. É realmente preconceito, é medo né. Então uma coisa boa pra mim, agora não vou ser algemada mais, vou sair como uma pessoa normal né, aqui no semiaberto eu me sinto uma pessoa mais normal. Porque este fato da algema sempre é constrangedor [...] A partir de agora eu saio sem algema. Mais uma vez, é um grande passo. Eu só estou quebrando mais um preconceito, mais um ponto de interrogação das pessoas só de olhar pra minha cara e ver que eu estou presa. Eu posso sair com um salto deste tamanho, que se eu estiver com algema, todo mundo vê que eu sou presa [...]. (E9)

De início, o *ser algemada*, tal como na foto apresentada, suscita em E9, enunciadora do depoimento (073), a lembrança do período em que cumpriu pena nos espaços sociais do chamado "sistema comum", os quais são percebidos como inadequados ao processo de emenda do sujeito. Para E9, o sistema comum se constitui como uma espécie de "escola do crime", isto é, um espaço social onde, ao invés da recuperação do sujeito, ocorreria a reafirmação de suas condutas desviantes ou a consolidação da socialização do sujeito no crime, socialização principiada antes do ingresso do sujeito na prisão.

No restante de seu discurso, E9 faz apontamentos mais específicos sobre o *ser (ou não ser) algemada* e sobre o artefato que o possibilita: a "algema". O uso da algema parece implicar a diferenciação dos sujeitos que cumprem pena em estágios distintos da execução penal. Na APAC, os sujeitos que cumprem pena no regime fechado são algemados, ao passo que os sujeitos que obtiveram progressão de regime (semiaberto e aberto), não mais. Além de pela progressão de pena, a possibilidade do *não ser algemada* surge pelo preenchimento de alguma exigência institucional estabelecida, que denote, portanto, o "mérito" do sujeito de não ser algemado, mesmo cumprindo pena em um regime (fechado) em que, comumente, faz-se o uso da algema quando das saídas do sujeito da organização prisional. Essas afirmações são baseadas na seleção lexical: "Tem algema, igual lá no regime fechado tem algema. E quando você vem para o semiaberto, você não sai de algema mais, e também quando você tem mérito e estas coisas assim".

Da mesma forma, a enunciadora reflete sobre os aspectos do *ser algemada*, especificamente, do *ser algemada* no sistema comum e do *ser algemada* na APAC. No

sistema comum, as algemas são colocadas com as mãos para "trás" e o sujeito deve permanecer com a "cabeça baixa". Já na APAC, as algemas são colocadas com as mãos para "frente" e o sujeito anda de "cabeça pra cima". Contido no trecho discursivo a seguir está o relato das diferenças sobre o *ser algemada* nos dois citados espaços sociais de cumprimento de pena: "Mas, aqui a algema é para frente. Lá no sistema comum é para trás e você só sai assim de cabeça baixa. Nossa, a diferença é enorme. Pelo menos aqui, no sistema da APAC, você sai com a algema para frente, você sai conversando, você sai rindo e aquela coisa toda. No sistema APAC, você sai com a cabeça para cima". O implícito pressuposto é de que os modos como o corpo é disciplinado (no sentido de quais os movimentos legitimados e, por extensão, os não-legitimados), em cada espaço social, demarcariam a percepção de quem enuncia sobre essa "diferença enorme" do *ser algemada* na APAC e do *ser algemada* no sistema comum. As mãos para "trás" e a "cabeça baixa" são duas posturas corporais que remeteriam a ideia de submissão do sujeito. Em contrapartida, as mãos para "frente" e a "cabeça para cima" fariam alusão à dignidade do sujeito.

Não obstante essas diferenças em se tratando de espaços sociais distintos, a prática do *ser algemada* tem lastro nos temas da "humilhação", do "preconceito" e do "medo". A algema é o artefato que indica a pertença do sujeito a uma categoria de criminoso, uma categoria dos que se situam à margem da sociedade, dos que são percebidos como inferiores. O sujeito algemado é inscrito numa perspectiva de perigo e o que desponta é o sentimento de inquietação diante daquele. Assim, a algema é o artefato que suscita o preconceito em relação ao sujeito que cumpre pena. Preconceito que se manifesta na forma do olhar ou de movimentos de repulsa do sujeito desviante: "As pessoas te olham meio assim, tem uns que estão com criança e fazem assim com o menino, puxa a criança pra outro lado, pensa assim: 'Já vem gente perigosa aí'. Isso, assim, acontece quando você sai algemado. A algema de todas as formas ela gera preconceito".

A algema, no caso, funciona como uma espécie de marcador do defeito moral do sujeito (GOFFMAN, 2008), o que (re)afirmaria a sua posição de sujeito (a)normal. Infere-se pela seleção lexical "Então uma coisa boa pra mim, agora não vou ser algemada mais, vou sair como uma pessoa normal né, aqui no semiaberto eu me sinto uma pessoa mais normal", que andar sem algema parece ser um dos aspectos que deixa o sujeito, que ainda cumpre pena, mais próximo do que se admite ser a normalidade.

> (074) Ahh, nem sei como te falar. Porque é, sei lá, tem tempo que eu nem uso. A sensação é horrível, as pessoas ficam te olhando pensando assim: 'Nossa, é um bandido'. E a sociedade não me conhece, não sabe de onde eu sou, o que eu fiz,

> porque eu fiz. Se está me vendo algemada, independente de tudo, eu sou bandida, né. A algema representa a pessoa sendo uma bandida, uma coisa assim. Pra mim, é uma sensação muito ruim quando eu vejo uma algema. [E quando você sai aqui na APAC, você é algemada?] Sou. Mas, tem muita diferença, porque, quando a gente é algemada no presídio, eles apertam a algema do jeito que você nem possa mexer e é sempre pra trás. Agora, aqui não. Aqui, é tranquilo. A algema é mais larga, eles não vai te arrastando, você vai com suas próprias pernas. E a diferença é de que, a partir do momento que eles aqui colocam a algema em mim pra frente, é sinal de confiança. Porque se eu quiser fugir, eu posso fugir. Agora, ela pra trás é um pouco mais difícil, porque você tem que passar ela pra frente e tal. Mas, se eu quiser fugir, eu posso fugir. Qualquer uma que quiser fugir consegue assim. Então, isso aqui é um sinal de confiança né. É sinal de confiança, nem que seja um pouquinho, porque é algema ainda né. E você reconhece o preso muito pela algema né. (E24)

E24 estabelece uma relação do *ser algemada* com o tema da rejeição social, o qual revela-se, no fragmento discursivo (074), a partir da alusão ao "olhar" da sociedade para quem está algemado. Colocado de outra forma, no âmbito do enunciado (074), os verbos "olhar" e "ver" trazem implícita a acepção da discriminação dos sujeitos que cumprem pena e são algemados. Nesse sentido, a algema é o artefato que expõe a situação do sujeito desviante que cumpre pena: "E você reconhece o preso muito pela algema né". A algema é, assim, inscrita no conjunto de mecanismos que atuam de modo a conferir ao sujeito uma espécie de identidade de "bandido", a identidade de transgressor das normas sociais. O que permite essa interpretação é a seleção lexical a seguir: "Se está me vendo algemada, independente de tudo, eu sou bandida, né. A algema representa a pessoa sendo uma bandida, uma coisa assim".

O tema da "confiança" é suscitado quando da menção sobre as formas do "ser algemada". Na APAC, a algema, além de ser "mais larga", é colocada com as mãos para "frente", ato que manifesta a confiança no sujeito, na medida em que se vislumbrariam maiores possibilidades de fuga quando as algemas são dispostas dessa maneira. Ao contrário, no "presídio", as algemas são apertadas e colocadas com as mãos para "trás", sugerindo (e confirmando), pois, que aqueles sujeitos que, de certa forma, contrariaram as leis não são dignos de crédito algum. Logo, entende-se que o uso dos léxicos "frente", "trás", "larga" e apertada (a partir do trecho "[...] eles apertam a algema [...]") e, por decorrência, a conformação dos temas da "confiança" e da "suspeita", explicitam a interdiscursividade do enunciado (074), aspecto este que concerne ao processo de ressignificação sobre o (como) *ser algemada* em diferentes espaços sociais da prisão.

Na seleção lexical "e a diferença é de que, a partir do momento que eles aqui colocam a algema em mim pra frente, é sinal de confiança. Porque se eu quiser fugir, eu posso fugir", E24 busca (re)afirmar uma suposta autonomia no ato de decidir sobre seu próprio

encarceramento, indicando, pois, que permanecer na prisão é algo fruto da vontade do sujeito e não da restrição de mobilidade que lhe é imposta, dentre outros, quando do uso das algemas.

> (075) Sinceramente, nem ligo mais pra algema. Assim, é difícil, você pensar que você tem que sair na rua com isto. Hoje, que estou no semiaberto, não uso mais algemas. E, hoje em dia, eu saio com as meninas de escolta e vejo que elas estão algemadas, aí eu penso: 'Nossa, é humilhação demais'. Você ter que passar por entre mil pessoas algemada. A primeira vez que eu saí sem algemas, é diferença demais, nossa. Ali, a gente já é enxergado diferente, você entendeu?! A liberdade das mãos é a melhor coisa que a gente tem. Eu já saí algemada aqui, eu fiquei um ano no fechado. Mas, aqui, é para a frente né. Aqui a gente é algemada pra a frente e, no presídio, é para trás. E eu acho que para trás é mais humilhação. Apesar de quando eu sentava dentro do carro, eu passava ela pra frente e depois voltava ela para trás. E pra frente é bem melhor, porque ali você coloca uma blusa de frio e acabou, você tampa ela. E agora para trás, não tem como. Se você tiver algemada pra trás e se você cair, você não tem uma proteção. Agora, se você cair com ela pra frente, você já está mais protegido. Ahh, mas pra mim agora está normal, eu ando normal. (E3)

A contradição revela-se quando da análise das relações estabelecidas entre as construções frasais do discurso (075). Não obstante afirmar sua indiferença em relação ao artefato "algema" ("Sinceramente, nem ligo mais pra algema"), a enunciadora, no correr do fragmento discursivo (075), associa o uso das algemas aos temas da "humilhação", do "preconceito" e da "(a)normalidade" do sujeito que cumpre pena.

Para E3, o *ser algemada* instaura um sentido de depreciação do sujeito: "E, hoje em dia, eu saio com as meninas de escolta e vejo que elas estão algemadas, aí eu penso: 'Nossa, é humilhação demais'." Por essa linha de raciocínio, a algema restringe a mobilidade física do sujeito, bem como as percepções que a sociedade faz a respeito deste último. O olhar para o sujeito sem algemas é um olhar diferente do que se concede para o sujeito algemado. A partir da seleção lexical "A primeira vez que eu saí sem algemas, é diferença demais, nossa. Ali, a gente já é enxergado diferente, você entendeu?!", pressupõe-se que mesmo em processo de cumprimento de pena, o sujeito que não usa algemas, quando de suas saídas para outros meios sociais, se sente menos julgado pela sociedade .

O uso das algemas funciona como critério de normalidade ou não do sujeito. Nesse sentido, exterioriza uma espécie de imperfeição do sujeito, mais precisamente, sua imperfeição moral. Sem as algemas, E3 se percebe como "normal": "Hoje, que estou no semiaberto, não uso mais algemas [...] Ahh, mas pra mim agora está normal, eu ando normal".

Ademais, E3 lembra que o *ser algemada* na APAC é diferente de *ser algemada* no sistema comum ("presídio"). Na APAC, o sujeito é algemado para "frente", sendo que, no "presídio", o sujeito é algemado para "trás", o que imprime uma acepção de maior humilhação. E depois, o "ser algemada" para "frente" possibilita disfarçar a situação de

aprisionamento do sujeito, na medida em que este pode encobrir as algemas com as próprias vestes. Como diz a enunciadora: "E pra frente é bem melhor, porque ali você coloca uma blusa de frio e acabou, você tampa ela. E agora para trás, não tem como".

> (076) Para mim, é normal. Normal, porque eu já convivi demais com isto, entendeu?! Nossa, demais da conta. Então para mim é uma coisa normal. Porque preso tem que ficar é preso mesmo, ficar algemado. E então porque isto aqui pega a gente, e você estando com as mãos livres ou com a mão deste jeito, isto aqui, para um bandido, não impede nada não. Bandido tira. Eu tiro, eu tranco, eu abro ela. E então por isto que eu te falo, eu aprendi muito com a minha mãe. Se a minha algema estiver para trás, eu passo a minha algema para a frente. Além de tirar e além de trancar ela com um ferrinho. Aqui na APAC, agora, estou saindo sem algema. Porque nós aqui, nós estamos no semiaberto e no semiaberto não pode ser algemado. E só para quem é do fechado. E eu não gosto de ver não. Se fosse para eles me mandarem eu colocar algema em alguém eu não coloco não. Pode me colocar de castigo, mas eu não coloco. Porque, para mim eu acho normal, porque eu sei lidar com isto aí, mas tem muita gente que não sabe lidar e nem sabe como olhar para as outras pessoas. Porque eu sei encarar uma pessoa estando algemada, mas muita gente sente dor. Eu não, eu não sinto dor não. (E1)

No fragmento discursivo (076), o tema da "normalidade" parece vincular-se ao ato de ser algemada. A seleção lexical seguinte oferece a base para a realização de tal afirmação: "Para mim, é normal. Normal, porque eu já convivi demais com isto, entendeu?! Nossa, demais da conta. Então para mim é uma coisa normal". A partir da referida seleção lexical, pode-se depreender que a normalidade de ser algemada advém de uma longa trajetória no cárcere. Além disso, a enunciadora procura destacar a facilidade que tem quando se trata do manuseio da "algema" e, com isso, acaba reconhecendo-se (ou de certo modo, confirmando uma posição, que emergiria quando do cometimento de um crime, no caso) na categoria de "bandido" pelo domínio do uso do artefato: "[...] isto aqui, para um bandido, não impede nada não. Bandido tira. Eu tiro, eu tranco, eu abro ela".

O implícito pressuposto é de que E1 associa o uso das algemas ao sentimento de vergonha. A algema, nesse sentido, simbolizaria a desonra do sujeito ao transgredir alguma norma estabelecida socialmente. Todavia, mantendo certa concordância com a ideia de normalidade do ato de *ser algemada*, E1 atesta não sentir essa vergonha, atribuindo-a a outros sujeitos no cárcere. Compreende-se o citado implícito pressuposto da seleção lexical seguinte: "Porque, para mim eu acho normal, porque eu sei lidar com isto aí, mas tem muita gente que não sabe lidar e nem sabe como olhar para as outras pessoas. Porque eu sei encarar uma pessoa estando algemada, mas muita gente sente dor. Eu não, eu não sinto dor não". O entendimento é de que o léxico "dor" não se refere a um sofrimento físico, mas, sim, uma espécie de sofrimento moral.

9 OS LUGARES PRISÃO, OS LUGARES NA APAC E OS LUGARES NA SOCIEDADE

> Tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e violência se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado.
> *Cora Coralina*

A APAC é um lugar, pois é uma organização formada por objetos e/ou artefatos, elementos que encerram certa materialidade mas, principalmente, por ser uma organização em que está encerrado um conjunto de sentimentos, (re)interpretações, memórias dos sujeitos em relação àqueles objetos e/ou artefatos (LEFEBVRE, 1991). Assim, fala-se de lugar, aqui, como uma produção social, isto é, os sentidos que os sujeitos conferem e as experiências vividas frente aos objetos e formas geométricas do espaço, às lutas de poder e aos conflitos de interesses que se processam na realidade espacial, é que marcam a emergência do lugar (LEFEBVRE, 1991; TAYLOR; SPICER, 2007).

Foi, então, com base nessa concepção de lugar como produto social que se construiu este último capítulo de análise dos dados, capítulo este que se sustenta, especificamente, nos seguintes objetivos: (i) identificar os elementos concretos e simbólicos que caracterizam o lugar prisão; (ii) analisar a articulação dos elementos concretos e simbólicos do lugar prisão com os sentidos que os sujeitos produzem sobre o tal lugar prisão, sobre o lugar que eles ocupam no lugar prisão, bem como no lugar sociedade.

9.1 "Então, aqui na APAC, é totalmente diferente" [60]

No início da coleta de dados, uma das principais intenções era a descrição do lugar APAC. Fazia-se necessário, portanto, saber o que caracterizava esse lugar APAC ou esse lugar prisão, quais os elementos concretos e simbólicos desse lugar. O arcabouço teórico adotado indicava um caminho: compreender os sentidos atribuídos aos aspectos do espaço em que os sujeitos empreendiam suas ações e relações. Pois bem. No correr das entrevistas com

[60] Trecho do fragmento discursivo (079).

as recuperandas e funcionários da APAC, percebeu-se que a produção de sentidos a respeito do lugar prisão APAC conservava um lastro na produção de sentidos a respeito de outros espaços sociais do sistema prisional, o que os sujeitos chamavam de "sistema comum". A menção sobre os sentimentos que eram associados às vivências na APAC, um centro de ressocialização era, quase sempre, realizada levando-se em conta os sentimentos acerca das vivências (e percepções, no caso da maioria dos funcionários da APAC) em espaços sociais como presídios, penitenciárias, cadeias públicas. Essa especificidade apreendida no processo de investigação confirma uma das assertivas de González Rey (2003, p. 209), a que aponta para o fato de que "[...] cada configuração subjetiva de um espaço social está constituída por elementos de sentidos procedentes de outros espaços sociais, assim como de elementos que caracterizaram esse próprio espaço em momentos históricos anteriores [...]".

Destarte, na presente seção, apresentam-se os discursos que remetem aos sentidos produzidos sobre o lugar prisão APAC, discursos, pois, que permitem a apreciação sobre os diferentes espaços sociais da prisão, ou melhor dizendo, sobre os diferentes lugares prisão.

> (077) No presídio de Lagoa da Prata, como diz o ditado, nada bom né. Porque lá é difícil, a convivência, as agentes, é difícil. E eu sou uma pessoa tranquila. E então lá eles todos gostavam de mim, porque eu não dou trabalho. Igual aqui também eu não dou trabalho. Lá é difícil porque a gente fica só na tranca. Sair de escolta é difícil, porque você tem que sair de vermelho, de cabeça baixa, e então é um constrangimento muito difícil [...] A diferença é enorme entre o presídio e a APAC. [Em quais sentidos?] Aqui, a gente se enxerga como humano, entendeu?! E lá, não. Lá, a gente era tratada como um bicho, porque era um lugar onde você tinha que andar de cabeça baixa, isso quando você não leva um tapa no meio da orelha né. Agora aqui na APAC, não. Aqui, eu ando de cabeça erguida, de roupa normal, porque aquela roupa vermelha manja demais a gente. Aqui, a gente é tratada com humanidade né. (E3)

O tema da "submissão" apresenta-se imbricado nas vivências de E3 no contexto do "presídio", uma das organizações prisionais do sistema comum de cumprimento de pena. O "andar de cabeça baixa" invoca uma ideia do assujeitamento aos aspectos que legitimam a ordem social no presídio. No âmbito desse referido espaço social, a subjugação dos sujeitos que cumprem pena passa pelo controle da mobilidade destes últimos ("[...] a gente fica só na tranca"), bem como pelo controle das condições em que seus movimentos corporais se realizam ("[...] você tinha que andar de cabeça baixa [...]"). A metáfora "bicho", usada em "Lá, a gente era tratada como um bicho [...]", faz alusão ao processo de inferiorização do sujeito, processo este engendrado pelos maus tratos dispensados a quem cumpre pena.

No presídio, a subjugação dos sujeitos passa também pelo controle dos elementos que atuariam de modo a (des)construir a identidade daqueles primeiros. Impõe-se o uso da "roupa

vermelha", vestimenta típica dos sujeitos que cumprem pena nas organizações do sistema comum. Semelhante "roupa vermelha" é um dos mecanismos que chama para a consciência do erro cometido, do consequente aprisionamento do sujeito. O entendimento é de que a "roupa vermelha", ao buscar conferir uma identidade de preso ao sujeito, é um dos artefatos que engendrariam o que Goffman (1961) denomina desfiguração e profanação do *eu*. Essas afirmações foram depreendidas da seleção lexical: "[...] aquela roupa vermelha manja demais a gente". Por meio do uso da gíria "manja", E3 aduz ao apontamento de que a "roupa vermelha" permite identificar os que cumprem pena privativa de liberdade no sistema comum.

Aos fatos e artefatos que compõem sua trajetória na APAC, E3 associa o tema da "dignidade". Na APAC, o sujeito que cumpre pena reflete sobre as relações que ali se constroem e se percebe como "humano", negando, portanto, a posição de inferioridade que lhe era atribuída outrora, no contexto das relações que se formavam no presídio. A enunciadora diz: "Aqui, a gente se enxerga como humano, entendeu?! [...] Aqui eu ando de cabeça erguida, de roupa normal [...]". As percepções acerca da dignidade da pessoa humana, no caso, adviriam, primeiramente, do modo de o sujeito colocar-se no espaço social do centro de reintegração, isto é, o sujeito anda de "cabeça erguida". Além disso, o uso da "roupa normal" possibilitaria ao sujeito a restituição de um dos elementos que, antes da entrada na prisão, lhe imprimiam uma identidade. Assim, ao contrário de uma roupa de preso (a "roupa vermelha"), o sujeito usa uma "roupa normal", que não é característica do espaço social prisão.

Já sob as bases do tema da "mudança", E23, enunciadora do texto (078), profere o discurso que trata do processo de recuperação dos sujeitos que cumprem pena na APAC.

> (078) A visão que eu tenho do presídio, bom, a gente está presa. A visão que eu tenho de uma penitenciária é que é mais rigoroso, não pode ter nada, pra sair de lá é algemada nas mãos, e nos dois pés. Pra mim, penitenciária não muda ninguém não, entendeu?! Agora, aqui na APAC, aqui na APAC é trabalhando com o preso né, mudando a mentalidade do preso. Nossa, muita diferença quando você compara a APAC com os outros lugares que eu estava. Muito bom o lugar, as pessoas é, a comida é bem melhor, a gente é tratada como ser humano, não igual bicho. Aqui na APAC tem muita coisa, assim, que na penitenciária não tem, então, tem chuveiro quente. É como se fosse uma casa normal, a gente está presa pela consciência né. [Mas, como pela consciência?] Uai, olha só, está praticamente tudo aberto, a gente tem acesso a chave, a gente poderia ir embora se quisesse. Não é igual na penitenciária. (E23)

De maneira mais específica, E23 defende a APAC como um espaço social que reúne as condições necessárias ao processo de emenda do sujeito desviante. Pelo fragmento discursivo (078), evidencia-se que essas condições apresentam cunho material, isso, pelas

apreciações realizadas sobre as figuras discursivas da "comida" e do "chuveiro quente", mas, também são condições que tangem ao afetivo, ao que se constroi no âmbito das relações entre os sujeitos (o verbo "tratar" e a figura discursiva "ser humano" aludem à questão do respeito que a enunciadora percebe nas relações com quem cumpre pena). A descrição dos dois tipos de condições é levada a cabo ressaltando o aspecto distintivo das mesmas em relação às que se percebem no lugar sistema comum ("presídio"; "penitenciária"). O trecho discursivo a seguir, parece ser elaborado a partir desses ditos moldes comparativos: "[...] a comida é bem melhor, a gente é tratada como ser humano, não igual bicho. Aqui na APAC tem muita coisa, assim, que na penitenciária não tem, então, tem chuveiro quente".

O aspecto interdiscursivo é delineado a partir dessa perspectiva de comparação entre os elementos que constituem cada espaço social. Na APAC, fala-se de recuperação na medida em que é vislumbrada a possibilidade de mudança da "mentalidade do preso": "Agora, aqui na APAC, aqui na APAC é trabalhando com o preso né, mudando a mentalidade do preso". Ao afastar a possibilidade de mudança no espaço social do sistema comum, E23, implicitamente, faz referência ao fenômeno da reincidência. O sujeito desviante, ao não ser inscrito em um processo de correção de "mentalidade", quando do período de encarceramento no presídio persistiria, então, nas práticas ligadas ao crime após o cumprimento da pena. A seleção lexical que contém a linha interdiscursiva do enunciado é esta: "Pra mim, penitenciária não muda ninguém não, entendeu?!"

E23 estabelece ainda uma espécie de negação do espaço social da APAC como um espaço social de prisão comum. A APAC é comparada a uma "casa normal", longe das representações que se constroem acerca dos estabelecimentos prisionais com seus aparatos arquiteturais e/ou tecnológicos que visam à detenção dos sujeitos que cometeram crimes. O cerceamento da liberdade de locomoção do sujeito apresenta-se como algo que não se atrela a qualquer dispositivo de segurança que comporia as instalações físicas. Segundo a enunciadora: "É como se fosse uma casa normal, a gente está presa pela consciência né [...] Uai, olha só, está praticamente tudo aberto, a gente tem acesso a chave, a gente poderia ir embora se quisesse". Na APAC, o aprisionamento ocorre pela "consciência", haja vista o acesso do sujeito à "chave", o artefato que substancia a ideia de liberdade. Em outras palavras, não é um elemento físico que restringe a mobilidade do sujeito, mas um elemento de ordem psíquica.

De certo modo, as reflexões de E6, enunciadora do fragmento discursivo (079), remetem a essa concepção levantada por E23 de "aprisionamento pela consciência".

> (079) Nossa, a diferença entre esses lugares que eu te falei e a APAC é muito grande. Grande demais. Eu nunca imaginei que eu iria estar podendo abrir a porta de entrada do lugar. Porque aqui, se eu quiser, a minha pena falta dois anos ainda para mim cumprir. Pensa para você ver, eu estou abrindo a porta de entrada, se eu quisesse ir embora eu tinha ido. Porque eu estou abrindo a porta. Se eu colocar o cadeado na grade ali, até eles quebrarem o cadeado da grade, eu já fui embora, e estaria é longe. Pensa para você ver, a confiança que eles estão depositando em mim, numa presa, que está há quatro anos e três meses trancada e está abrindo a porta de entrada? Ver a rua, e sabendo que eu ainda continuo cumprindo pena. Pensa para você ver, não é muita responsabilidade, não é muita confiança na minha pessoa? Então, isto aí faz a gente sentir que é alguém ainda, que é um ser humano, que você tem dignidade. Não é igual uma pessoa na penitenciária que eles fazem você tem que andar com a cabeça baixa e não pode nem olhar para o lado. Se você olhar para o lado, você apanha. Lá você é tratada igual a um cavalo. Com aquele negócio do lado e você tem que olhar só para o chão, entendeu?! Então, aqui na APAC, é totalmente diferente. É uma possibilidade que eu estou vendo que eu não tinha antes. É igual, eles estão respeitando a minha pessoa, eles respeitam a minha integridade. Eles estão respeitando a minha pessoa. Eu estou tendo a chance de me profissionalizar aqui, de ser alguém quando eu sair lá fora. E, antes, esta oportunidade eu não tinha no sistema comum. (E6)

E6, ainda cumprindo um dos estágios de execução penal, é responsável por "abrir a porta de entrada do lugar". Com isso, vislumbra a rua e, apesar da ausência de qualquer objeto que limite o movimento de seu corpo, não foge do centro de reintegração social. O implícito pressuposto é de que o sujeito não resiste à sua situação de cumprimento de pena devido à percepção de um sentimento de confiança que lhe seria depositada ou de responsabilidade atribuída. Infere-se que os aspectos que circunscrevem os temas da "confiança" e da "responsabilidade", de certa forma, destituem o sujeito de sua característica de desviante (ou criminoso), de um ser inferior em relação aos demais membros da sociedade.

Na APAC, E6 se percebe como um sujeito que tem "dignidade", portanto diferente de quem cumpre pena na "penitenciária", espaço social das imposições explícitas ("[...] você tem que andar com a cabeça baixa e não pode nem olhar para o lado [...]") e da ocorrência de maus tratos ("Se você olhar para o lado, você apanha. Lá você é tratada igual a um cavalo"). O verbo "profissionalizar" e o trecho discursivo "[...] ser alguém quando eu sair lá fora" fazem alusão ao tema da "reinserção social", processo este que a enunciadora associa ao trabalho desenvolvido na APAC, diferentemente do que se percebe no sistema comum, onde outrora cumprira pena: "E, antes, esta oportunidade eu não tinha no sistema comum".

Os fragmentos discursivos (077), (078) e (079) foram construídos pelas recuperandas. Já os enunciados (80), (081) e (082) são proferidos pelos sujeitos que trabalham na APAC, isto é, plantonistas ou dirigentes.

> (80) Eu falo o seguinte, que, infelizmente, o sistema comum, eles não dão muito valor, eles não trabalham com a pessoa como ser humano, eles trabalham com números, eles trabalham com dinheiro, porque quanto mais pessoas presas para eles,

> melhor. O sistema comum, hoje, é como se eles gastassem três ou quatro salários mínimos por preso. Na APAC, já é um salário ou, às vezes, acaba sendo até menos do que um salário. Então assim, a diferença que eu vejo é que aqui a gente trabalha com o ser humano, com a essência mesmo da pessoa, do que ela é. Assim, o que levou aquele ser humano, aquela mulher a ser presa, o que aconteceu com a vida dela, a gente tenta resgatar. E a APAC é isto, é o resgate do ser humano. Enquanto o sistema comum, não, o sistema comum ele não resgata, ele afunda mais o ser humano. (E11)

O discurso (080) se inicia com apontamentos a respeito das concepções de sujeito que fundamentariam as políticas e práticas que conformam dois espaços sociais da prisão, em específico: o "sistema comum" e a "APAC". Para E11, no sistema comum, o tratamento dispensado ao sujeito desviante coloca este último na categoria de objeto. Essa noção do que se chamaria de objetificação do sujeito é depreendida do uso dos léxicos "números" e "dinheiro". Em contrapartida, na APAC, o trabalho desenvolvido levaria em consideração as particularidades do sujeito desviante, as quais conformariam a "essência" da pessoa: "Então assim, a diferença que eu vejo é que aqui a gente trabalha com o ser humano, com a essência mesmo da pessoa, do que ela é".

Diante disso, E11 defende a APAC como um espaço social possibilita a recuperação dos sujeitos que cometeram crimes. Semelhante tema da "recuperação" é trazido para o discurso mediante o uso da palavra "resgate" na seleção lexical: "E a APAC é isto, é o resgate do ser humano". Em outras palavras, na APAC, liberta-se o sujeito das amarras do crime, ou ainda, ocorre a restituição do sujeito desviante ao lugar da norma.

Contudo, ao contrário da noção de "resgate", as apreciações que E11 faz a respeito do sujeito desviante que cumpre pena no sistema comum sugerem o fenômeno da reincidência. A compreensão é de que o uso do verbo "afundar" abarca, no âmbito do fragmento discursivo (080), o sentido de arruinar-se, de perder-se, cada vez mais, nas práticas do crime. Essa linha interdiscursiva que emerge no enunciado (080) está encerrada na seleção lexical: "E a APAC é isto, é o resgate do ser humano. Enquanto o sistema comum, não, o sistema comum ele não resgata, ele afunda mais o ser humano".

> (081) Na verdade, o sistema comum só joga a pessoa pra baixo mesmo. Não tem como a pessoa sair recuperada do sistema comum. Porque, na verdade, a pessoa entrou ali por um erro que ela cometeu, todos nós cometemos erros, o ser humano comete erros. A sociedade julga quando você vai pra prisão. Mas, no sistema comum, você é humilhado, sua família é humilhada. Aqui, na APAC, é diferente. Sua família é bem recebida, chega, toma café, almoça, sabe. Assim, é algo completamente diferente. Isso aqui eu acho que é uma chance que Deus dá pra pessoa. Quem passa pela metodologia APAC, só não recupera se realmente não quiser. É totalmente diferente. Lá no sistema comum, você é maltratado e, aqui, você tem bons tratos. Lógico que tem as regras. Se comparado com o sistema comum, aqui é mais difícil de cumprir a pena. Mas, pelo menos, aqui você tem mais

> conforto. Aqui é difícil por causa das regras. Porque, no sistema comum, você faz o que você quer, é aquela bagunça e tudo. Então, assim, você pode dormir o dia todo e ficar de boa lá. Mas, aqui, você vai ter uma nova chance de vida, você vai pensar, você vai refletir, você vai ter o convívio com a família, porque, é, a APAC trabalha com 12 elementos, trabalha com relação família e recuperando, tem valorização humana. Na cadeia comum, você não tem isso, no sistema comum, penitenciária, você não tem isso. Lá, eles entram é com arma, bomba, gás, *spray* de pimenta, essas coisas, bate nos presos. A família vai lá, eles tiram a roupa toda, sabe. É a maior humilhação. Então, assim, é muito diferente aqui. O convívio de nós funcionários com as recuperandas, a gente não trata com diferença, lá eles vêem todo mundo como um monstro, sabe, como se não houvesse perdão pra gente. E aqui não. Lá, quando a gente é jogada na prisão, é esquecido, e aqui na APAC, não, aqui, você vai ter uma nova visão de vida, você vai sair com uma cabeça diferente, aqui você tem pessoas pra te dar a mão realmente, pessoas que estão ali pra te ajudar a sair dessa vida, e não voltar mais pra vida do crime. (E18)

O fragmento discursivo (081) compõe-se, de maneira geral, pelo discurso da recuperação dos sujeitos que cumprem pena. Especificamente, E18 alega ser a APAC um espaço social onde se efetiva o processo de correção daqueles sujeitos que cometeram algum crime. Calcada no tema da "mudança", é construída a representação da APAC como lugar de recuperação. A seleção lexical, a seguir, revela o eixo temático da mudança e a maneira que o tal se alinha com outras unidades discursivas, suscitando a noção de recuperação no âmbito do centro de reintegração social da APAC: "[...] aqui na APAC, não, aqui, você vai ter uma nova visão de vida, você vai sair com uma cabeça diferente, aqui você tem pessoas pra te dar a mão realmente, pessoas que estão ali pra te ajudar a sair dessa vida, e não voltar mais pra vida do crime".

Não obstante a APAC se configurar como lugar de recuperação, percebe-se um esforço no sentido de responsabilizar o sujeito pela sua própria recuperação, eximindo a organização pesquisada da culpa por algum possível fracasso no processo de emenda dos sujeitos criminosos. Esse entendimento é alcançado mediante a análise da seleção lexical: "Quem passa pela metodologia APAC, só não recupera, se realmente não quiser".

Na seleção lexical "[...] o sistema comum só joga a pessoa pra baixo mesmo. Não tem como a pessoa sair recuperada do sistema comum", E18 defende a premissa de improvável recuperação do sujeito que cumpre pena nos espaços sociais do sistema comum, sugerindo a ideia da reincidência e delimitando, pois, o aspecto interdiscursivo do fragmento. O tema da "humilhação", bem como as figuras discursivas da "arma", da "bomba", do "gás", do "*spray* de pimenta" são as unidades discursivas associadas ao sistema comum. E18 diz: "Lá, eles entram é com arma, bomba, gás, spray de pimenta, essas coisas, bate nos presos. A família vai lá, eles tiram a roupa toda, sabe". Nesse referido espaço social, os "maus tratos" são uma constante, ao contrário do ocorreria na APAC, onde os sujeitos receberiam "bons tratos".

Pelo enunciado (081), compreende-se que a APAC é o lugar das "regras", isto é, lugar onde pululam os mecanismos de regulação do cotidiano dos sujeitos criminosos. Interdiscursivamente, e de modo diverso, o sistema comum é o lugar da "bagunça", lugar onde imperam as disposições de cada sujeito e, logo, a desordem: "Aqui é difícil por causa das regras. Porque, no sistema comum, você faz o que você quer, é aquela bagunça e tudo. Então, assim, você pode dormir o dia todo e ficar de boa lá". Ainda, o tema do "conforto" substancia as descrições sobre a APAC: "Mas, pelo menos, aqui você tem mais conforto". O implícito pressuposto é de que esse conforto está associado ao bem-estar material dos sujeitos. Em outras palavras, E18 percebe, na APAC, condições materiais superiores às percebidas no sistema comum.

Ademais, a compreensão é de que quem enuncia o discurso (081) o faz a partir de duas posições. Por exemplo, no trecho discursivo "O convívio de nós funcionários com as recuperandas, a gente não trata com diferença [...]", o pronome "nós", seguido do substantivo "funcionários", delimita a posição de quem fala no âmbito do grupo de funcionários da APAC. Agora, pela seleção lexical "[...] lá eles vêem todo mundo como um monstro, sabe, como se não houvesse perdão pra gente. E aqui não. Lá, quando a gente é jogada na prisão, é esquecido [...]", infere-se que E18 já vivenciou experiências do espaço social da prisão a partir da posição do sujeito que cumpre pena privativa de liberdade. E18, portanto, profere seu discurso também a partir da posição de sujeito desviante que cumpriu pena na prisão.

Em linhas gerais, as enunciadoras de (077), (078), (079), (080) e (081) demarcaram as possíveis diferenças entre os espaços sociais de cumprimento de pena: a APAC e as organizações do sistema comum ("cadeia", "presídio", "penitenciária"). Entretanto, existem similaridades entre estes espaços sociais? E se estas similaridades existem, quais são elas? E8, membro da equipe dirigente da APAC (082), aponta uma delas, qual seja: a marginalização.

O discurso de E8 chama a atenção para o fato de que a prisão como espaço físico se sustenta sobre uma ideia de ruptura, de separação do contexto social global e, a prisão como um espaço social, como um lugar, erige-se, na maioria das vezes, em experiências e representações que, normalmente, esboçam uma face caricaturada de vários aspectos que se desenrolam na sociedade maior (CASTRO, 1991; ESPINOZA, 2004), sendo que, pelo discurso (082), um desses aspectos parece ser, primeira e fundamentalmente, a marginalização dos sujeitos que cometeram crimes.

(082) Eu sempre falo nos cursos que, presídio, até mesmo a APAC é tudo leprosário. É uma coisa que se a gente for analisar na verdade é isso. O que é o leproso? Na época antiga né, na época de Jesus, há muitos anos atrás, o leproso era aquela pessoa

> que não podia ter contato. Era uma pessoa que não tinha mais conserto, não tinha cura, não tinha jeito. E podia até ser da família, mas não podia mais conviver em sociedade. Então criava um leprosário bem fora da cidade, bem a margem da cidade, para as pessoas não terem contato e não se contaminarem. Aí como você vê hoje, aqui em Itaúna, vai construir um presídio, num local, vários quilômetros de distância. Em muitas cidades, muitas vezes, quando você vai construir APACs, o governo dá um terreno pra construir que fica a quilômetros de distância. E a gente tem que brigar para ficar mais próximo da cidade. Mas, se você for analisar, na maioria das cidades, os presídios são todos distantes, porque as pessoas têm que ficar longe. Porque o preso ele é considerado a todo o tempo como uma pessoa intocável ali, um bicho, uma pessoa que se você chegar perto você vai se contaminar, que não merece ficar perto da gente. Então tem que ser distanciado. Aí ninguém se preocupa com a família. Ninguém é preocupado com a família do leproso, com a mãe do leproso que vai sentir falta do filho. Hoje as pessoas não se preocupam se a mãe vai sentir falta do filho ou da filha que está cumprindo pena. Então a tendência é que os presídios femininos e masculinos sejam o mais distante possível. Bem cercado, e bem distante, pra que fiquem a margem, porque não pode ter contato. E não faz parte mais da sociedade, o preso não é mais um ser humano comum. Para muitas pessoas, infelizmente, é esse modo de pensar. Uma vez cometido o crime, uma vez preso, acabou, não tem mais conserto, devia morrer, deveria apodrecer, deveria ficar lá. Por isso que eu dou este exemplo do leproso. Hoje, quando eu chego numa cidade e pergunto: 'existe algum leprosário aqui?' Eles falam: 'Não, não existe não'. Mas, existe uai, a cadeia de vocês é um leprosário. Principalmente quando a cadeia ficar bem longe e afastada, aí as pessoas caem a ficha né. É um leprosário. É como se fosse um lugar pra colocar esse povo doente, povo que não tem mais jeito. (E8)

Precisamente, a fim de defender o argumento de que as relações entre sociedade e sujeito desviante são assentadas no pressuposto da segregação, E8 faz algumas considerações sobre o que permearia a estratégia de construção dos espaços sociais da prisão. O advérbio "distante" é usado no sentido de demarcar a posição das organizações prisionais em relação aos centros urbanos. E8 explica que, no geral, tais organizações, aqui incluindo os estabelecimentos do sistema comum e os centros de reintegração social da APAC, são edificadas em locais periféricos da cidade, espaços sociais que margeiam a cidade, evidenciando, pois, uma espécie de política de isolamento do ser diferente. A esse ser diferente, o sujeito que cumpre pena, incorporam-se representações que, para E8, parece subjazer a essa política segregativa de esquadrinhamento do espaço social urbano. De maneira mais específica, destinam-se os espaços periféricos da cidade para a ocupação dos sujeitos que cumprem pena, pois estes são percebidos (e colocados) nas categorias de "pessoa intocável", de "bicho", de "uma pessoa que se você chegar perto você vai se contaminar", de alguém que "não é mais um ser humano comum".

E8 chega a comparar, metaforicamente, as organizações prisionais a "leprosários", no intento de reforçar o mecanismo segregativo que delineia a concessão (e construção) de espaços de reclusão aos que transgrediram as normas sociais. Os sujeitos que cumprem pena são equiparados aos leprosos, isto é, aos que tem lepra. Todavia, infere-se que a doença dos

sujeitos que cumprem pena seria uma doença moral, enraizada nas divisões ou marcações binárias que são instauradas na sociedade, como, por exemplo, a do sujeito perigoso-inofensivo, a do sujeito normal-anormal (FOUCAULT, 1977).

Nesse sentido, as prisões são inseridas em uma dimensão de espaços sociais "pra colocar esse povo doente, povo que não tem mais jeito". Deve ser lembrado, assim, que, não apenas as prisões, mas também os asilos psiquiátricos ou manicômios, são os espaços sociais que se destinariam aos "leprosos" (acepção simbólica para os criminosos, mendigos, loucos), a fim de impor-lhes a disciplina por meio de um conjunto técnicas individualizantes de controle, as quais, em maior ou menor grau, pautam-se na determinação de aspectos sobre o sujeito, como os seguintes: quem é, onde deve estar, como reconhecê-lo, ou como exercer sobre tal sujeito uma vigilância constante (FOUCAULT, 1977).

Iniciou-se este capítulo com a afirmação de que *a APAC é um lugar*. Nesse ponto das análises, mostra-se premente retificar, em partes, essa afirmação. A APAC não é apenas um lugar, mas vários lugares. O lugar prisão APAC é o lugar da dignidade, o lugar da recuperação, o lugar da mudança, o lugar do resgate, o lugar do "aprisionamento pela consciência", o lugar das regras, o lugar dos ditos "leprosos". O lugar é construído pelos sujeitos no correr de suas experiências pessoais e relações sociais em dado espaço. Os sujeitos são diferentes; logo, suas experiências pessoais e relações sociais em dado espaço também são diversas, e é por isso que se vislumbra a possibilidade de coexistência de inúmeros lugares em um único ambiente ou espaço físico (FLYVBJERG; RICHARDSON, 1998 *apud* RICHARDSON; JENSEN, 2003).

9.2 Os regimes fechado, semiaberto e aberto na APAC: concretudes e simbolismos

O lugar prisão APAC é o lugar do regime fechado, o lugar do regime semiaberto, o lugar do regime aberto. Procurou-se, nesta seção, apresentar os elementos concretos e simbólicos que caracterizam, no contexto da APAC, os diferentes espaços sociais que correspondem aos diferentes estágios de execução penal.

> (083) Aqui no aberto, é igual eu te falei, aqui, a APAC trabalha com confiança. Então, aqui, a gente abre a porta de entrada da APAC. A gente atende o telefone, a gente vai à rua. Nós trabalhamos na rua. A gente varre rua, a gente abre porta para as pessoas entrarem. Aqui no aberto é confiança mesmo. A APAC, eu vejo como um centro de recuperação, não é uma cadeia. Eu não vejo isto aqui com uma cadeia, pois aqui, eu estou me recuperando. (E2)

O regime aberto demonstra-se como sendo o espaço social em que E2 cumpre sua pena ou, em outras palavras, E2 constroi o discurso (083) a partir do lugar regime aberto, um dos lugares no âmbito do lugar APAC. "Abrir a porta de entrada da APAC", "atender ao telefone", "ir à rua", "trabalhar na rua", "varrer a rua", são algumas das ações que circunscrevem o estar no regime aberto, ações que a enunciadora associa ao tema da "confiança". O implícito pressuposto é de que esse conjunto de ações é atribuído aos sujeitos desviantes pelo fato de estes cumprirem o último estágio da execução penal e, logo, serem mais dignos de confiança do que os que se encontram, por exemplo, nos regimes fechado e semiaberto. O lugar que se denomina regime aberto parece ser o lugar da confiança: "Aqui no aberto é confiança mesmo". Nesse sentido, no fragmento discursivo (083), são apresentados elementos que sugerem que o exercício de determinadas práticas sociais atrela-se ao lugar ocupado pelos sujeitos.

O regime aberto representa o lugar da confiança, e o lugar APAC é percebido como um lugar de recuperação dos sujeitos desviantes, recuperação esta que não se vislumbraria em outro espaço social da prisão, como uma "cadeia", por exemplo. Transcreve-se, a seguir, a seleção lexical que comporta o tema implícito da "recuperação", que perpassa a ressignificação do lugar APAC, demarcando, pois, a distinção do mesmo em relação aos outros lugares de cumprimento de pena: "A APAC, eu vejo como um centro de recuperação, não é uma cadeia. Eu não vejo isto aqui com uma cadeia, pois aqui, eu estou me recuperando".

> (084) Estar no semiaberto é bom. Você pensar que você já venceu uma fase. Agora, o mais difícil é o fechado, porque você fica mais presa. Agora, o semiaberto é muito mais perigos. Assim, porque no fechado não tem como você ir mais para o fechado. Agora, no semiaberto, não, no semiaberto, você pode voltar para o fechado a qualquer hora, você pode regredir né. Eu acho que aqui no semiaberto você tem mais um pé pra dentro do que pra fora. Muitas falam que: 'Ah, no semiaberto, a gente está com um pé pra fora'. Mas, eu acho diferente. A tentação é demais (E3).

Com o intento de refletir acerca de sua inserção no espaço social do regime semiaberto, a enunciadora do depoimento (084) recorre aos temas da "progressão" e da "regressão". A progressão indica a transferência do sujeito de um regime mais rigoroso de cumprimento de pena para um menos rigoroso. Assim, estar no espaço social do regime semiaberto, após o cumprimento de pena no regime fechado incorpora um sentido de superação: "Estar no semiaberto é bom. Você pensar que você já venceu uma fase". De maneira concomitante, cumprir pena no regime semiaberto suscita a noção de regressão, isto

é, a transferência do sujeito que se encontra em um regime menos rigoroso de cumprimento de pena para um regime mais rigoroso. O lugar do regime semiaberto é o lugar em que abundam os "perigos", onde "a tentação é demais", isto é, pressupõe-se que, no espaço social do regime semiaberto, são maiores as possibilidades de o sujeito cometer alguma falta ou infração que acarrete na regressão de regime de cumprimento de pena.

As apreciações de E3 a respeito do lugar do regime fechado aludem ao tema do "aprisionamento". Especificamente, no âmbito do espaço social do regime fechado de cumprimento de pena, a enunciadora se percebe "mais presa": "Agora, o mais difícil é o fechado, porque você fica mais presa". Entretanto, no discurso enunciado, ocorre um silenciamento do sujeito sobre os aspectos materiais ou não que fomentariam essa referida sensação de aprisionamento.

> (085) Aqui, no aberto, é diferente, porque eu posso sair para a rua para trabalhar. É diferente, porque a gente está trabalhando para a gente lá na rua. Lá no fechado, tem que trabalhar, tem o método lá que é forte mesmo. E aqui também é, mas a gente pode ir na rua. Eu acho que é pior. [Por que?] Porque se eu errar eu vou voltar para lá e não posso mais ir na rua. Mas, aqui é muito mais perigoso do que lá no fechado. Porque lá se elas fizerem alguma coisa errada lá, ela fica na tranca uns 10 dias e se for muito grave elas vão para o juiz, se não for, vai na tranca e vai resolver. E agora, aqui, não, já pensou se eu descer pra baixo de novo?! Você quer sair e daí você volta é pra trás?! É ruim demais, está é doida. Aqui, é que você tem que andar na linha mesmo. (E15)

"Sair para a rua para trabalhar" aparece como uma das práticas exercidas pelos sujeitos que cumprem pena no espaço social do regime aberto, prática esta que contribui para que os lugares do regime fechado e do regime aberto comportem significações distintas para E15, enunciadora do discurso (085). Não obstante sustentar-se na ideia de progressão da pena, a ocupação do lugar do regime aberto assume também o sentido de regressão de pena, na medida em que o sujeito percebe maiores as possibilidades de cometer alguma infração ou ato de indisciplina e retornar, assim, ao primeiro estágio de execução penal: o regime fechado. Dessa forma, o adjetivo "pior" e a expressão "mais perigoso" são atribuídos ao lugar do regime aberto. Um erro do sujeito, isto é, a reprodução de comportamentos não legitimados na APAC implica a regressão ao regime fechado, regime mais rigoroso de cumprimento de pena. Implica, pois, o abandono do exercício de determinadas práticas sociais advindas de uma posição ocupada no regime aberto, a prática de frequentar outros espaços que não os da prisão, por exemplo. Precisamente, E15 afirma: "Eu acho que é pior [...] Porque se eu errar eu vou voltar para lá e não posso mais ir na rua. Mas, aqui é muito mais perigoso do que lá no fechado".

O entendimento é de que E15 constroi o seu discurso privilegiando, assim, as relações entre os temas da "regressão" e da "disciplina". Aliás, o lugar do regime aberto incorpora significações que o inscrevem numa perspectiva de lugar da disciplina. Pela seleção lexical "Aqui, é que você tem que andar na linha mesmo", o sujeito demonstra a sua consciência acerca da necessidade de manter uma postura alinhada aos princípios que sustentam o aparato normativo da APAC.

> (086) São pequenas coisas que, às vezes, a gente não percebe quando sai de um regime e vai para o outro. No regime fechado, quando a gente chega, a gente vai ficar dentro de uma cela. Aquela cela, quando eu olhava lá eu me lembrava da cadeia fechada. No presídio de Lagoa da Prata, tem a mesma cela. E agora ali no semiaberto, quando você se senta ali se você olha para cima você vê o coqueiro, você vê o céu, a visão é diferente. E, então, parece que o ar se torna diferente, tudo se torna diferente. Começa a sair de escolta. Vai escoltar outra recuperanda. Só que aquilo ali gera um pouco de raiva nelas, porque chega a hora que você tem que algemar a recuperanda, e então ela sente, a maioria pensa: 'Você é presa igual a mim e vai me algemar?' Só que elas não vê que é melhor ser assim do que uma agente estar lá pegando elas e ser algemada para trás, a força. A mulherada tem muito disto, inveja, essas coisas assim. Acho que é da mulher mesmo. E isto é geral. Mas, é completamente diferente do regime fechado para o semiaberto [...] No semiaberto, você passa a ter mais confiança né. Porque você está mudando de regime. No regime fechado, é assim, lá tem cela, e lá tem grade. E, aí, por mais que tranque a porta no semiaberto, você vê as janelas largas, e não grade. Se você sai de escolta para escoltar outra recuperanda, às vezes, você fica, quando você fica no consultório esperando, e assim, as pessoas normais estão ali com você, no mesmo lugar. (E4)

No fragmento discursivo (086), as figuras discursivas da "cela" e da "grade" são apresentadas como sendo dois dos artefatos que compõem o espaço social do regime fechado no lugar APAC: "No regime fechado, é assim, lá tem cela, e lá tem grade". Especificamente, a "cela" é o artefato que faz com que o sujeito evoque as experiências vividas no "presídio", outro espaço social de cumprimento de pena. Sobre isso, E4 diz: "Aquela cela, quando eu olhava lá eu me lembrava da cadeia fechada. No presídio de Lagoa da Prata, tem a mesma cela". Em contrapartida, para se referir ao espaço social do regime semiaberto, a enunciadora cita os seguintes elementos: "coqueiro", "céu", "porta" e "janelas largas". A partir da menção a esses dois conjuntos de elementos concretos, delineia-se parte das diferenças que perpassam os espaços sociais de cumprimento de pena, quais sejam: os regimes fechado e o semiaberto.

No lugar do regime semiaberto, a diferença concerne também ao exercício de determinadas práticas sociais, por exemplo, os sujeitos que lá cumprem sua pena auxiliam nas atividades de escolta dos sujeitos que cumprem pena no regime fechado, quando das saídas destes últimos da organização prisional. De certo modo, o exercício dessa atividade acaba por encerrar a noção de alteridade. Mais precisamente, existe um *eu* que, pelo seu pertencimento

ao espaço social do regime semiaberto, realiza o ato de algemar um *outro* que cumpre pena em outro espaço social, o do regime fechado.

Todavia, essa diferença de um eu/outro que emerge a partir das ações dos sujeitos não deixa de ser questionada. Os sujeitos que ocupam uma posição no espaço social do regime fechado questionam as ações que emanam das posições de quem cumpre pena no regime semiaberto: "Começa a sair de escolta. Vai escoltar outra recuperanda. Só que aquilo ali gera um pouco de raiva nelas, porque chega a hora que você tem que algemar a recuperanda, e então ela sente, a maioria pensa: 'Você é presa igual a mim e vai me algemar'?"

A percepção de um *outro* não fica restrita ao espaço social da prisão. E4, implicitamente, traz para o discurso o tema da "normalidade" ao usar a expressão "pessoas normais". Pela seleção lexical "Se você sai de escolta para escoltar outra recuperanda, às vezes, você fica, quando você fica no consultório esperando, e assim, as pessoas normais estão ali com você, no mesmo lugar", depreende-se que E4 não se percebe como uma pessoa normal, e que a prática do crime e o cumprimento de pena em uma prisão conformariam os requisitos para a definição da (a)normalidade do sujeito. E4, portanto, sugere o lugar que ocupa na sociedade, isto é, o lugar do (a)normal, do desviante.

Ainda, no lugar do regime semiaberto, o sujeito se percebe mais confiante. No fragmento discursivo (086), a "confiança" é um tema explícito que está contido na seleção lexical: "No semiaberto, você passa a ter mais confiança né. Porque você está mudando de regime". O implícito subtendido é que essa confiança desponta pelo fato de o sujeito, que cumpre pena no regime semiaberto, penúltimo estágio da execução penal, vislumbrar a proximidade de sua liberdade.

> (087) Aqui no semiaberto, a gente se sente mais livre. Porque, no fechado, por mais que você pode andar lá, por mais que fica aberto até as 10 horas da noite, mas tem grade. E, aqui no semiaberto, não. Aqui, a gente se sente em casa. Porque só de você olhar e não ver grade é a melhor coisa que tem no mundo. A liberdade da gente está em primeiro lugar. (E3)

No fragmento discursivo (087), E3 demarca sua posição de sujeito que cumpre pena no regime semiaberto. As percepções acerca da ocupação do espaço social do regime semiaberto são esboçadas de modo comparativo aos aspectos (materiais ou não) que compuseram a vivência da enunciadora no regime fechado. Em relevo fica a sensação de aprisionamento quando se ocupa o lugar do regime fechado, lugar que se caracteriza pela presença do artefato "grade". De modo contrário, no espaço social do regime semiaberto, a inexistência da "grade" faz com que o sujeito se perceba "mais livre", não obstante ainda em

processo de cumprimento de pena de prisão: "Aqui no semiaberto, a gente se sente mais livre. Porque, no fechado, por mais que você pode andar lá, por mais que fica aberto até as 10 horas da noite, mas tem grade".

Ainda, implicitamente, E3 preceitua uma analogia entre os sentimentos ou emoções que se revelam no espaço social do regime semiaberto e os sentimentos ou emoções que são gerados no espaço social da casa: "Aqui, a gente se sente em casa. Porque só de você olhar e não ver grade é a melhor coisa que tem no mundo". Destarte, os temas do "aprisionamento" e da "liberdade" assinalam a interdiscursividade que fundamenta os sentidos que o sujeito produz em relação aos diferentes espaços sociais de cumprimento de pena, respectivamente, os regimes fechado e semiaberto.

> (088) Aqui, no semiaberto, a gente fica mais tranquila, não tem grade. Aqui, no semiaberto, não tem grade, né. A gente não se sente presa. A gente se sente que está numa casa onde temos nossas obrigações. Eu, pra te ser sincera, não gostava do fechado não. Era triste. As grades de lá fazem a gente ficar triste. O pátio lá, só aquele pátio, aquele quadrado. Aquilo me fazia ficar triste. É triste, dá vontade na gente de ir embora. Nos primeiros dias, nós choramos muito, eu e a minha filha, quando ela veio me visitar. (E12)

Mais uma vez, o artefato "grade" parece demarcar a produção de sentidos acerca das diferenças entre os espaços sociais destinados aos sujeitos que cumprem nos regimes fechado e semiaberto. No lugar do regime fechado, a presença das "grades" incita, em E12, enunciadora do discurso (088), o sentimento de tristeza ou desolação. O referido tema da "tristeza", o qual representa as apreciações sobre o lugar regime fechado, é indicado pelo léxico "triste", nas seleções lexicais: "Eu, pra te ser sincera, não gostava do fechado não. Era triste. As grades de lá fazem a gente ficar triste"; e, "Aquilo me fazia ficar triste. É triste, dá vontade na gente de ir embora".

Em contrapartida, os temas da "tranquilidade" e da "liberdade" sustentam as significações que se atribuem ao lugar do regime semiaberto, lugar caracterizado pela ausência da "grade". Em tal espaço social, o sujeito se aquieta, não se sente mais tão desolado: "[...] a gente fica mais tranquila [...]". No lugar do regime semiaberto, o sujeito não se sente aprisionado: "A gente não se sente presa".

Assim, a compreensão é de que a "grade" é a figura discursiva associada ao tema do "aprisionamento". Em outras palavras, a grade é o artefato material que (re)afirma a consciência do sujeito a respeito de sua situação no mundo, isto é, a situação de sujeito desviante que cumpre pena em uma organização prisional. No lugar do regime semiaberto, a ausência das grades permite que a enunciadora do fragmento discursivo (088), assim como a

do (087), o compare ao espaço social da "casa", distinto, pois, ao da prisão: "A gente se sente que está numa casa onde temos nossas obrigações".

> (089) Até o ar de lá do fechado pra cá é diferente do daqui [...] Lá, já fala, 'fechado'. Aqui, no semiaberto, não, aqui tem jardim. Só do jardim já é uma outra visão que você tem do lugar. E quando você põe o pé aqui assim você tem uma outra visão. Não tem grade. Igual lá, no fechado, a gente tem a 'capa'. Aqui, a gente tem porta, entendeu. Lá, a gente tem 'jega', aqui a gente tem cama normal. As coisas parecem que estão mais livres aqui, a gente se sente mais livre [...] O ambiente aqui, no semiaberto, é outro ambiente. E é assim, quando as meninas vêm aqui para semiaberto, eu fiquei sabendo, porque eu cheguei aqui não tem muito tempo, mas, aqui, as meninas querem emagrecer, porque fica com mais contato com a rua, já sai pra ajudar numa escolta. Então, todo mundo quer emagrecer, ficar esbelto, aqui no semiaberto. Dá para ver que tem poucos dias que vim do lado de lá, né. Olhe como eu estou gordinha. Assim, mas ainda bem que vim no pique, porque todas aqui estão de regime. Ninguém está jantando não. Eu vou entrar no regime junto com elas. (E9)

Pelo uso dos advérbios "lá" e "aqui" para se referir aos regimes fechado e semiaberto, respectivamente, compreende-se a posição de E9 como um sujeito que cumpre pena no espaço social do regime semiaberto. No enunciado (089), E9, ao discorrer a respeito do lugar do regime fechado e o lugar do regime semiaberto, explicita as diferenças que percebe no que tange aos aspectos materiais e sociais que constituem cada um desses lugares. Quando se pronuncia sobre o lugar do regime semiaberto, a enunciadora destaca a figura discursiva do "jardim": "Aqui, no semiaberto, não, aqui tem jardim. Só do jardim já é uma outra visão que você tem do lugar". No lugar do semiaberto, não existe "grade", "capa" (a porta da cela) e "jega" (uma espécie de cama de cimento), artefatos que constituem o espaço social do regime fechado. Ao contrário, no lugar do regime semiaberto, menciona-se a existência dos artefatos "porta" e "cama normal". Dessa forma, compondo as significações acerca do lugar do semiaberto, está o tema implícito da "liberdade". E9 diz se sentir mais livre no âmbito de semelhante espaço social: "As coisas parecem que estão mais livres aqui, a gente se sente mais livre [...]".

Ademais, os modos de o sujeito se perceber e se colocar no mundo demonstram ter lastro nas posições ocupadas em cada espaço social do lugar prisão. Para a enunciadora do fragmento discursivo (089), os sujeitos que cumprem pena no regime semiaberto conservam uma preocupação maior com a aparência física, uma vez que os mesmos passam a estabelecer contatos mais frequentes com a "rua", figura discursiva usada para fazer referência aos outros espaços sociais além dos que constituem a APAC. No lugar do semiaberto (ou por estar no lugar do semiaberto), o sujeito se dispõe a "emagrecer", a "ficar esbelto".

No enunciado (090), composto a partir do arranjo dos temas implícitos da "esperança" e da "disciplina", E9 continua suas reflexões a respeito do espaço social do regime semiaberto.

> (090) [...] Então, isto para mim de vim para o semiaberto foi muito importante. Eu ter dado este passo para o semiaberto foi um passo muito grande para mim, muito grande mesmo. Hoje, aqui no semiaberto, eu vejo meus sonhos caminhando, lá no fechado, eles estavam fechados. E pra você vir para o semiaberto você tem que ter mérito. O juiz analisa, e não é só porque você está no direito que você vem para o semiaberto não. Você tem que ter mérito para você vir para o semiaberto. Porque aqui é um lugar que você está mais em contato com a rua. Se você for uma pessoa que não tem mérito, aí não vem. [Mas, em qual sentido?] Tudo, por exemplo, se você é uma pessoa que tem mais probabilidade a fugir, à fuga, você não vem para o semiaberto. Se você é uma pessoa que não tem percepção de nada da vida, se você só quer ficar deitada, comer e dormir. Como é que você é uma pessoa que vem para o semiaberto?! Porque aqui é um lugar que você trabalha muito mais do que no fechado. Um lugar que você corre o dia inteiro, você fica o dia inteiro correndo para fazer uma coisa, quando você acaba você faz outra. Aqui é um lugar que você vai para a portaria. A chave da portaria fica na sua mão. E então como é que você vai para o semiaberto se você fica falando em fuga. Isto acontece. Se você discutiu com uma plantonista, se você discutiu com uma recuperanda. Se você tem um hábito e tudo, e aquele hábito é desfavorável, isto tudo vai para a mão do juiz né. Igual, tem pessoas que já tem o direito há mais tempo e tudo, mas não tem mérito para vir para cá para o semiaberto. E a mesma coisa, consequentemente, quando você vai para o aberto. (E9)

O tema da esperança comporta parte das significações que E9 atribui ao regime semiaberto. No lugar do semiaberto, a enunciadora já vislumbra a concretização dos seus sonhos, o que não ocorria durante o período vivido no espaço social do regime fechado. Essas considerações são possíveis, especificamente, pela seleção lexical: "Hoje, aqui no semiaberto, eu vejo meus sonhos caminhando, lá no fechado, eles estavam fechados".

O lugar do regime semiaberto é o lugar do "mérito", isto é, o sujeito precisa merecer, ser digno de cumprir pena em semelhante espaço social: "E pra você vir para o semiaberto você tem que ter mérito. O juiz analisa, e não é só porque você está no direito que você vem para o semiaberto não. Você tem que ter mérito para você vir para o semiaberto". Essa noção do mérito demonstra não estar atrelada apenas a uma questão de direito do sujeito ao benefício da progressão de pena, haja vista o tempo em que tal sujeito se encontra no cárcere, por exemplo. Nesse caso, a noção do mérito articula-se ao tema implícito da disciplina. O sujeito deve ser disciplinado, isto é, os modos de o sujeito ser e se relacionar devem estar alinhados aos preceitos que conformam a ordem social que é legitimada no âmbito do lugar APAC.

Comportamentos distintos aos que são autorizados implicam a desqualificação do sujeito da condição de ocupar uma posição no espaço social do regime semiaberto. A

enunciadora fala do "hábito que é desfavorável", a fim de fazer alusão a algum ato de indisciplina que atuaria nessa espécie de desqualificação do sujeito. A seguir, está a seleção lexical em que a disciplina, implicitamente, é colocada como o requisito para a mudança de lugar no âmbito da APAC: "[...] se você é uma pessoa que tem mais probabilidade a fugir, à fuga, você não vem para o semiaberto. Se você é uma pessoa que não tem percepção de nada da vida, se você só quer ficar deitada, comer e dormir. Como é que você é uma pessoa que vem para o semiaberto?! [...] Se você discutiu com uma plantonista, se você discutiu com uma recuperanda".

> (091) A diferença eu acho que é no modo da gente ser tratado. Igual, no semiaberto, eu consegui novas possibilidades né, que é poder atender o telefone, trabalhar na portaria. Então é um cargo que é de confiança. E aqui no semiaberto também eu consegui me adaptar com as pessoas também, eu vejo desta maneira, eu gosto de lá. Tanto pelo lado físico, assim, físico, material do lugar. Eu gostei porque eu estou vendo flores. E no fechado não tem um jardim, não tem uma palmeira imperial igual tem ali. E então você está vendo ali que é semiaberto mesmo. Você já está vendo uma natureza, não tem grade. E então você se sente como se estivesse em casa. É como se você estivesse no *Big Brother Brasil*, só não tem piscina, sério mesmo. Ah, e outra coisa. As câmeras são os olhos de todas focados 24 horas na gente. Quando falaram que eu ia para o semiaberto, eu não estava acreditando. Eu não estava acreditando. Naquele momento, nem acreditei porque para mim é uma grande conquista. Porque eu fiquei este tempo todo presa mesmo, trancada, encarcerada no fechado, e aí da noite para o dia você vai e ganha uma notícia dessa de que você vai para o semiaberto. Já nasce aquele pingo de esperança, aquela folhinha que vai brotando ali de esperança, aquela folhinha brotando ali de esperança, de saber mesmo que por mais que você tenha que esperar mais tempo, que demora mais um pouquinho, mas que você vai alcançar a liberdade um dia. E então é isto. Nasce a esperança, aquela esperança que, às vezes, ela murcha, ela adormece, ela morre no coração, e aí quando você vai para o semiaberto, muda de regime né, ela novamente nasce. (E6)

No discurso (091), composto pelos temas da "confiança", do "aprisionamento", da "vigilância", da "esperança" e da "liberdade", E6 reflete acerca de dois dos espaços sociais de cumprimento de pena, quais sejam: os regimes fechado e semiaberto. O uso do advérbio "aqui", na seleção lexical "E aqui no semiaberto também eu consegui me adaptar com as pessoas também [...]", indica que a enunciadora se expressa a partir de uma posição no âmbito do espaço social do regime semiaberto. "Atender o telefone" e "trabalhar na portaria" são as atividades exercidas por quem enuncia no âmbito do espaço social do regime semiaberto, atividades estas associadas ao tema explícito da confiança. As "flores", o "jardim", a "palmeira imperial" são os três elementos concretos mencionados no fragmento discursivo a fim de caracterizar o lugar dos sujeitos que cumprem pena no regime semiaberto. Como foi visto nos enunciados (087) e (088), a esse referido espaço social do regime semiaberto, demarcado pela ausência do artefato "grade", atribui-se sentimentos tais quais aos atribuídos

ao espaço social da "casa". Fazendo uso das palavras da enunciadora de (091): "E então você está vendo ali que é semiaberto mesmo. Você já está vendo uma natureza, não tem grade. E então você se sente como se estivesse em casa".

Os sentidos que se produzem a respeito do lugar do regime semiaberto também conformam o tema da vigilância. E6 estabelece uma comparação do lugar em que cumpre pena, regime semiaberto, com um *reality show* brasileiro, *Big Brother Brasil*, que consiste no confinamento dos participantes em uma casa, os quais ficam sem contato com o mundo exterior, sendo vigiados por câmeras 24 horas por dia. No espaço social do regime semiaberto, ao invés das "câmeras", existem os olhos dos sujeitos que ali cumprem pena, na medida em que cada sujeito observa e controla os modos de ser e agir do *outro*. Aqui, pode-se, então, fazer uma aproximação com o que Foucault (1977) chama de panoptismo, um dos princípios que se referem ao paradigma disciplinar. Na APAC, o *olhar onipresente* é, principalmente, o olhar das recuperandas que se policiam mutuamente, o que acaba por reforçar, naquele espaço social, o funcionamento de uma vigilância contínua e produtiva.

Já sobre o lugar do regime fechado, E6 confere sentidos que tangem ao tema do aprisionamento, pelo fato de as lembranças do ficar "presa", "trancada", "encarcerada", corresponderem ao período vivido no espaço social que concerne ao tal primeiro estágio da execução penal "Porque eu fiquei este tempo todo presa mesmo, trancada, encarcerada no fechado [...]", diz a enunciadora do discurso (091). Destarte, a acepção da "grande conquista" encerra o ato de cumprir pena no segundo estágio da execução penal, isto é, no regime semiaberto. No lugar do regime semiaberto, o sujeito se percebe mais esperançoso, mais confiante na obtenção de sua liberdade. No lugar do regime semiaberto, o sujeito se percebe mais consciente acerca de alguns aspectos atinentes a sua realidade, como é o caso de E13, enunciadora do discurso (092).

> (092) Passei pelos dois regimes. Hoje estou no semiaberto. A visão de quem está no fechado é totalmente diferente do semiaberto. Igual assim, lá no fechado é mais difícil. Aqui, é mais corrido, o tempo é diferente. Mas, lá, muitas vezes, você está sendo poupado da realidade. [Em que sentido?] Você não tem uma conta para pagar, você não tem assim, quando você está no fechado, você se acostuma com aquela rotina, vira hábito. Quando você está no semiaberto a sua visão já muda. Igual assim, no fechado eu não estava tendo muito contato com a minha família não. Agora, no semiaberto, eu comecei a fazer escolta, comecei a ver que meus filhos estão passando por dificuldade. Às vezes, estas coisas lá no fechado, até pelo seu comportamento mesmo, você é poupado, eles da direção te poupam de, muitas vezes, viver a realidade. Não sei se é por medo da gente não aguentar a pressão psicológica. É diferente. (E13)

De sua vivência nos espaços sociais do regime fechado e do regime semiaberto, E13 destaca alguns aspectos que permitem caracterizar cada um desses dois lugares no lugar APAC. Por exemplo, os sentidos que o sujeito produz acerca do lugar do regime fechado remetem a uma noção de alienação. Especificamente, no lugar do regime fechado, o sujeito permaneceria alheio ou não teria plena consciência acerca de alguns aspectos que se relacionam a sua posição de sujeito na prisão, ou mesmo, em outros espaços sociais. Nas palavras de quem enuncia: "Mas, lá, muitas vezes, você está sendo poupado da realidade". Observa-se que o léxico "lá" é o advérbio de lugar que faz referência ao espaço social do regime fechado.

O que permeia essa ideia de alienação é a questão do controle dos saberes (FOUCAULT, 1977; 1992) no lugar prisão. O acesso dos sujeitos que cumprem pena aos conjuntos de informações apresenta-se como uma prática controlada pelos sujeitos que ocupam um lugar em uma das instâncias coletivas da APAC, qual seja: a "direção". O implícito subtendido é de que os saberes são permitidos (ou não) dependendo dos propósitos de incitar (ou prevenir) determinados modos de o sujeito ser e se relacionar no contexto da prisão. Semelhante inferência é elaborada tendo em vista a seleção lexical: "Às vezes, estas coisas lá no fechado, até pelo seu comportamento mesmo, você é poupado, eles da direção te poupam, muitas vezes, de viver a realidade. Não sei se é por medo da gente não aguentar a pressão psicológica". Sobre as percepções que têm quando se encontra no espaço social do regime semiaberto, E13 ressalta: "Quando você está no semiaberto a sua visão já muda". Poder-se-ia dizer, então, que o espaço social do regime fechado desponta como sendo o lugar de uma espécie de *consciência alienada*, ao passo que o espaço social do regime semiaberto sugere uma ideia de *consciência (mais) esclarecida*.

Ainda, segundo E13, o tempo no lugar do regime semiaberto é diferente do tempo no lugar do regime fechado. Para a enunciadora de (092), no lugar do semiaberto, o tempo passa mais rapidamente do que quando se cumpre pena no regime fechado: "Igual assim, lá no fechado é mais difícil. Aqui, é mais corrido, o tempo é diferente". Em outras palavras, a percepção do sujeito acerca do transcorrer do tempo no cárcere é concebida de maneiras distintas dependendo das posições ocupadas por aquele primeiro nos diferentes espaços sociais que correspondem aos regimes fechado, semiaberto e aberto.

Aliás, neste ponto da análise, faz-se necessário levantar o questionamento sobre os discursos que sustentariam a divisão, a imposição e o controle (FISCHER, 1994) desses referidos espaços sociais dos regimes fechado, semiaberto e aberto na APAC. Sabe-se que a diferenciação de regimes de execução das penas privativas já é algo regulamentado pelos

aparatos legais e normativos (BRASIL, 1984). Mas para além de um discurso conformado por princípios jurídicos que dizem respeito ao processo de progressão de pena, quais os aspectos que permeiam a divisão de regimes na APAC, ou de outra forma, quais os aspectos que justificam a *arrumação* dos diferentes espaços sociais na organização APAC?

> (093) Não pode ter contato entre os regimes. Por exemplo, porque nós que somos do semiaberto, nós temos mais ciência das coisas que estão acontecendo aqui do que as meninas do fechado. Igual, a gente poderia passar informação, nós temos mais acesso. Às vezes, por exemplo, uma pessoa maldosa pode pegar uma droga ou pode pegar alguma coisa e passar, ou um bilhete, ou alguma informação que não pode ser passado para o regime fechado. Então, é por isto que é proibido, por este tipo de relacionamento, por causa disto. (E1)

> (094) Regime não pode ser misturado. Semiaberto não pode misturar com o fechado e o fechado não pode misturar com o semiaberto. O semiaberto não pode misturar com o aberto. É cada regime no seu canto. [Mas, por que?] É lei mesmo. Não pode. Se isto acontecer você ganha uma falta. Não pode. Porque é o contato, porque você está no semiaberto. Igual, eu fico ali na portaria, aí, por exemplo, eu vejo um parente de uma pessoa chegar ali ou acontecer qualquer coisa, aí, eu posso estar passando alguma informação que não pode, que não é autorizada para elas. Aí, se elas ficam sabendo, elas já começam a cobrar da direção, entendeu?! Então nenhuma informação pode ser passada. Porque elas estão no fechado e eu estou no semiaberto. E então tem coisas que são a direção mesmo que repassa. Se eles pegarem fazendo isso aí dá falta grave. Não pode, não pode ter este diálogo. Então, para não gerar intriga, para não dar este negócio também de recado para lá e recado para cá, então não pode. Estas coisas não podem acontecer. (E6)

De início, em cada um dos fragmentos discursivos, as enunciadoras procuram deixar claro que os sujeitos que cumprem pena, em um determinado estágio de execução penal, não podem se relacionar com os sujeitos que cumprem pena em outro regime. No fragmento discursivo (093), a enunciadora já inicia seu discurso com a alegação: "Não pode ter contato entre os regimes". No enunciado (094), a respeito dessa divisão de espaços sociais no lugar prisão, E6 diz: "Regime não pode ser misturado. Semiaberto não pode misturar com o fechado e o fechado não pode misturar com o semiaberto. O semiaberto não pode misturar com o aberto. É cada regime no seu canto". A compreensão é de que se distribui os sujeitos em cada espaço social da prisão (regimes fechado, semiaberto e aberto), o que restringe, primeiramente, a mobilidade dos corpos de tais sujeitos. Por exemplo, os movimentos corporais de quem cumpre pena no regime fechado ficam circunscritos ao espaço destinado a semelhante regime. A limitação dos movimentos corporais dos sujeitos implica, por conseguinte, restrições ao ato de o sujeito construir (e manter) relações sociais com quem ocupa posições (ou regimes de execução penal) diferentes.

Fischer (1994) salienta que a arrumação dos espaços organizacionais, ou a *fixação* de objetos e sujeitos em um dado meio social, estabelece ou orienta as vias de circulação, os

canais formais de comunicação. No âmbito do lugar APAC, o acesso (ou não) a determinadas informações subjaz a ocupação de um lugar nos lugares do regime fechado, regime semiaberto e regime aberto. Em outras palavras, existem as informações autorizadas e não autorizadas em cada espaço social de cumprimento de pena. No discurso (093), a enunciadora sugere que os sujeitos que ocupam o lugar do regime semiaberto têm acesso a informações não detidas pelos sujeitos que cumprem pena no regime fechado. Especificamente, essa interpretação advém da seleção lexical: "Por exemplo, porque nós que somos do semiaberto, nós temos mais ciência das coisas que estão acontecendo aqui do que as meninas do fechado. Igual, a gente poderia passar informação, nós temos mais acesso".

Ainda por essa referida seleção lexical, pressupõe-se que, ao refletir sobre a questão das possibilidades e limitações no que tange ao acesso dos saberes em cada lugar ocupado, o sujeito (re)constroi e (re)produz um sentido de alteridade, isto é, alimenta-se a crença de que um *eu* (ou *nós*), pertencente a um dado espaço social, está mais consciente da realidade que o circunda do que o *outro* que ocupa um outro espaço social de cumprimento de pena. No fragmento discursivo (094), o uso dos pronomes "eu" e "elas" reforça esse preceito de alteridade, o qual se delineia a partir do acesso que se autoriza (ou não) a determinados saberes no contexto dos diferentes lugares ocupados pelos sujeitos na prisão. E6 afirma: "Igual, eu fico ali na portaria, aí, por exemplo, eu vejo um parente de uma pessoa chegar ali ou acontecer qualquer coisa, aí, eu posso estar passando alguma informação que não pode, que não é autorizada para elas. Aí, se elas ficam sabendo, elas já começam a cobrar da direção, entendeu?! Então nenhuma informação pode ser passada. Porque elas estão no fechado e eu estou no semiaberto".

9.3 Os lugares APAC a partir do(s) meu(s) lugar(es)

"Se você fosse tirar uma fotografia de um lugar aqui na APAC, que, para você, representa a APAC, qual lugar seria esse?" Para E24 e E26, duas recuperandas que cumprem pena no regime fechado, o que representa a APAC é a imagem da sala de laborterapia, imagem mostrada na figura 2.

Figura 2 – Sala de laborterapia
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

> (095) Laborterapia, que é a aonde a gente fica o dia todo. [Por que?] Porque a maior parte do tempo, a gente passa é lá. Depois do horário de trabalho, aí já é cada uma no seu canto e lá a gente conversa, às vezes, a gente coloca um tema, uma discorda, outra concorda. E ali a gente passa a maior parte do tempo, por isso que eu acho que ali representa a APAC pra mim. (E24)

> (096) Eu escolheria a sala de laborterapia lá em cima. Porque ali é um momento aonde a gente se reúne, a gente ri, a gente conta caso, a gente sonha juntas. Então, aquele lugarzinho ali tem um pedacinho de mim e de cada uma aqui dentro, de cada recuperanda que passou por aqui. Eu acho que é o meu cantinho, sabe, o lugar que mais gosto da APAC. (E26)

O trabalho aparece, por conseguinte, como o tema principal dos fragmentos discursivos (095) e (096). De maneira mais específica, no fragmento discursivo (095), o uso de expressões como "o dia todo" e "a maior parte do tempo" demonstra ser feito na intenção de reforçar a ideia de dedicação ao trabalho. Em outras palavras, E24 procura evidenciar que os sujeitos desviantes que cumprem pena na APAC se dedicam ao exercício de uma prática que é legitimada na maioria dos espaços sociais. No fragmento discursivo (096), a enunciadora percebe o trabalho como uma prática que sustentaria a construção das relações do sujeito com o *outro*. O trabalho incorpora, assim, o sentido de interação social. Alusiva a esse respeito, é a seleção lexical: "[...] ali é um momento aonde a gente se reúne, a gente ri, a gente conta caso, a gente sonha juntas".

Infere-se que, subjacente à escolha da imagem da sala de laborterapia, bem como aos sentidos que as enunciadoras de (095) e (096) conferem ao trabalho, está a noção de centralidade do trabalho na produção e reprodução do ser social, mais precisamente, do ser social aceito pela sociedade, o contrário do ser (social) desviante.

A imagem escolhida por E23, uma recuperanda do regime fechado, é a do símbolo "[...] que está pintado na parede do pátio", sendo este último um espaço físico do espaço social do regime fechado.

Figura 3 – Símbolo da APAC no pátio do regime fechado
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

> (97) Aquele símbolo ali da APAC, que está pintado na parede do pátio. Porque tem muitos significados né, dá ideia de que está salvando o preso, recuperando. Porque está quebrando as algemas também. Parece que a gente está mais livre, não sei. (E23)

Tal símbolo consiste na representação de alguém com as algemas quebradas. Os sentidos produzidos por E23 a respeito desse símbolo aludem aos temas da "recuperação" e da "liberdade". Ao escolher a referida imagem, E23, implicitamente, estabelece a defesa da APAC como um espaço social com as condições materiais e sociais que viabilizam o processo de correção (ou recuperação) dos sujeitos que cometeram crimes. O tema da recuperação está indicado pelo uso dos verbos "salvar" e "recuperar": "Porque tem muitos significados né, dá ideia de que está salvando o preso, recuperando". Nesse espaço social de cumprimento de

pena, isto é, na APAC, os sujeitos vislumbrariam, pois, o alcance de sua liberdade: "Parece que a gente está mais livre, não sei".

Ainda no espaço social do regime fechado, E5, enunciadora de (098) escolhe a imagem do pátio, mais precisamente, de onde está inscrita a frase "Nós devemos ser as mudanças que queremos para o mundo".

Figura 4 – Frase escrita na parede do pátio do regime fechado
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

> (098) Eu tiraria essa foto do pátio aqui, onde tem aquilo ali, aquela frase. 'Nós devemos ser as mudanças que queremos para o mundo'. [Por que?]. Porque é o que acontece aqui dentro né, nós vamos sair daqui para o mundo. (E5)

Os temas da "mudança" e da "recuperação" fundamentam o motivo apresentado para escolha empreendida pelo sujeito que diz. Especificamente, por meio da seleção lexical "Porque é o que acontece aqui dentro né, nós vamos sair daqui para o mundo", depreende-se que E5 percebe a APAC como um lugar em que os sujeitos mudam suas posturas desviantes, isto é, um lugar em que os sujeitos se recuperam, o que ensejaria, logo, a ideia de reinserção social dos mesmos.

Por seu turno, E7, recuperanda que cumpre no regime semiaberto escolhe a imagem da "confecção do semiaberto", também denominada de "oficina de costura".

Figura 5 – Oficina de costura no regime semiaberto
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

> (099) Eu tiraria a foto então da confecção do semiaberto. [Por que?] Porque foi através de mim que aquela confecção abriu né. Porque se não fosse eu, não existiria esta confecção na APAC hoje. Porque a primeira APAC que tem uma oficina de costura hoje é aqui. E foi através de mim que isso foi pra frente. Porque a D. Berenice deixou tudo na minha mão. E eu fico feliz, orgulhosa das meninas estarem aprendendo, porque é um emprego que lá fora, mesmo que elas não, assim não consigam trabalhar numa fábrica, se elas comprarem ou alugarem uma máquina, elas podem pegar um serviço pra fazer de confecção em casa. Mesmo que elas não consigam fichar, por terem estado presas, por antecedente criminal e tudo, é um serviço que elas podem trabalhar dentro da própria casa [...]. (E7)

A escolha parece se pautar no fato de a enunciadora de (099) estar envolvida diretamente na organização das atividades de trabalho dessa confecção. Ao espaço social da "confecção do semiaberto" subjaz, então, um sentido de realização do sujeito, de (re)afirmação do sujeito no lugar APAC, no mundo. Tais afirmações são depreendidas da seleção lexical: "Porque foi através de mim que aquela confecção abriu né. Porque se não fosse eu, não existiria esta confecção na APAC hoje. Porque a primeira APAC que tem uma oficina de costura hoje é aqui. E foi através de mim que isso foi pra frente".

Para E7, as atividades de trabalho na "oficina de costura" que ajudou a construir, propiciam um aprendizado que pode ser útil às outras recuperandas quando de sua reinserção social. Em seus apontamentos que delineiam o tema da "reinserção social", a enunciadora revela ainda a consciência que tem acerca das dificuldades que se apresentam aos sujeitos que

cumpriram pena no momento em que estes decidem pela ocupação de outros lugares na sociedade além do lugar de desviante.

A imagem escolhida por E3 é a do "quarto" que ocupa no espaço social do regime semiaberto.

Figura 6 – Quarto no regime semiaberto
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

> (100) Eu tiraria o retrato do nosso quarto aqui no semiaberto. [Por que?] Porque assim, eu acho que o quarto é o melhorzinho lugar que a gente está tendo. Você deita e você não sente mais nada, não pensa em mais nada, entendeu?! Porque aqui também é muito bonito, muito bonito, mas a maior parte das pessoas, ah, sei lá, deve ser porque não é um lugar, um ambiente cheio de grades. Muita gente fala: 'Ah, a APAC é um presídio'. Mas, não é, aqui é uma casa e a gente tem que dar valor. (E3)

O quarto demonstra ser o lugar em que o sujeito repousa e fica alheio aos sentimentos e pensamentos que parecem fazê-lo sofrer de alguma forma. Tal interpretação advém da seguinte seleção lexical: "Você deita e você não sente mais nada, não pensa em mais nada, entendeu?!".

No quarto, não existem "grades", artefatos que, de certo modo, atribuem certa materialidade à situação de aprisionamento. E essa ausência de grades, pelo menos no lugar em que se encontra, no regime semiaberto, encoraja a enunciadora a usar o léxico "casa" para se referir à APAC, negando, explicitamente, a condição do espaço social da APAC como espaço de execução penal. Os elementos discursivos que possibilitam essa afirmação estão contidos na seleção lexical: "[...] ah, sei lá, deve ser porque não é um lugar, um ambiente

cheio de grades. Muita gente fala: 'Ah, a APAC é um presídio'. Mas, não é, aqui é uma casa e a gente tem que dar valor". Assim, ao afastar do lugar APAC a ideia de espaço social de execução penal, E3, de maneira implícita, nega a sua própria condição de sujeito desviante que cumpre pena.

Para as enunciadoras dos discursos (101), (102), (103), (104) e (105), a imagem do "jardim do semiaberto" é que representa a APAC.

Figura 7 – Jardim no regime semiaberto
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

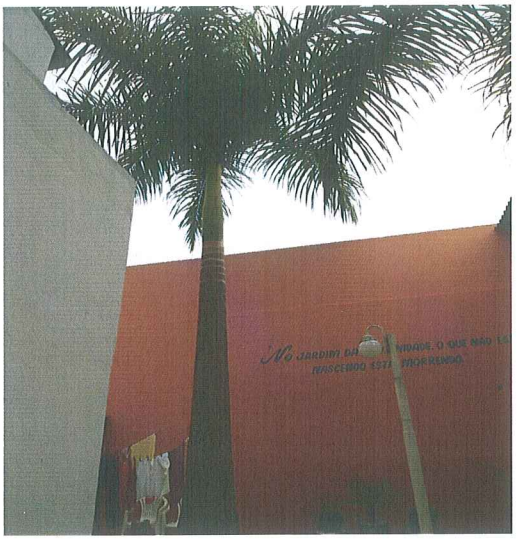

Figura 8 – Outro "olhar" para o jardim no semiaberto
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

(101) O jardim do semiaberto. Para representar a APAC? [Sim]. O jardim do semiaberto. É o *spa* uai. O *spa* da APAC. É o jardim do semiaberto. Aqui é uma casa né. Uma casa. Eu não vou te dizer pra tirar uma foto da grade lá do fechado. Muitas pessoas falam que aqui é uma cadeia. Não, mas, aqui não é uma cadeia. Aqui é uma casa de recuperação. Eu tiraria a foto do jardim do semiaberto. Aqui na APAC não é cadeia não. É o que eu falo, aqui não é uma cadeia não. (E2)

(102) Acho que tiraria esse retrato do jardim do semiaberto. [Por que?] Aquele jardim, com aquele coqueiro. Porque ali, eu sinto, dá mais um ar de paz e tranquilidade. Portanto que quando a gente vai tirar nossas fotos aqui, a gente sempre pede pra tirar ali, com aquele coqueiro e com a frase que está na parede do lado. Mas, eu acho que seria isto. A frase que fala 'onde a humanidade não está nascendo, está morrendo', eu acho. Acho que é isto mesmo. Eu gosto dali, tanto é que pra todo mundo que chega é o primeiro lugar que eu mostro. (E4)

(103) Eu tiraria esse retrato do jardim. [Por que?] Porque ele é bonito, verde, me lembra liberdade, é a esperança de algo. Não tem tela igual tem no pátio do fechado, entendeu?! Ali é muito bonito. O jardim. (E12)

(104) Eu tiraria do jardim. Eu tiraria dos coqueiros. [Por que?] Porque parece que eu estou na minha casa, lá tem dois coqueiros iguais, um perto da sala e o outro perto da cozinha. E aí me lembra da minha casa. E eu me sento ali e fico olhando, pensando na minha vida lá fora. (E13)

> (105) Eu tiraria uma foto do jardim. [Por que o jardim?] Ali tem o verde, tem a vida, coisas que eu não via na penitenciária, onde eu só via grades e nada mais. (E14)

Os motivos que se enunciam a respeito da escolha do "jardim" compreendem os temas da "paz", da "tranquilidade", da "liberdade" e da "esperança".

No fragmento discursivo (101), o "jardim" é o elemento que permite a caracterização da APAC como sendo uma "casa" ou uma "casa de recuperação" ao invés de uma "cadeia". Na visão de E2, a APAC não se constitui como um espaço social de cumprimento de pena. Essa interpretação é possibilitada a partir da seleção lexical: "Aqui é uma casa né. Uma casa [...] Muitas pessoas falam que aqui é uma cadeia. Não, mas, aqui não é uma cadeia. Aqui é uma casa de recuperação [...] Aqui na APAC não é cadeia não. É o que eu falo, aqui não é uma cadeia não".

Nota-se também, no discurso (104), uma espécie de atribuição ao espaço social da APAC as significações que concernem ao espaço social de uma "casa", ao contrário, pois, das significações que remetem ao espaço social de uma prisão. Mais especificamente, a existência do "jardim" permite que o sujeito evoque as vivências em sua própria casa. Destarte, no espaço social em que cumpre pena, isto é, no regime semiaberto, E13 se percebe como se estivesse em sua casa: "Porque parece que eu estou na minha casa [...]".

Levando em conta, agora, o enunciado (105), é o "jardim" que torna o espaço social da APAC distinto dos outros espaços sociais de cumprimento de pena, uma "penitenciária", por exemplo. Na "penitenciária", o sujeito enxergava apenas "grades", artefatos que lembrariam o sujeito de sua situação, isto é, de estar cumprindo pena ou de estar aprisionado. Na APAC, o "jardim", que E14 associa à "vida", revelaria, então, um sentido de recomeço ou de continuidade.

Cumprindo pena no espaço social do regime aberto, E22 escolhe a imagem da "portaria da APAC".

Figura 9 – Portaria da APAC
Fonte – Foto tirada pela autora da dissertação

> (106) Eu tiraria lá de fora né, da vista da portaria da APAC. Porque queria mostrar como é diferente a entrada da APAC feminina, como é diferente de presídio, sabe. É a entrada de uma casa normal (E22).

Semelhante escolha repousa em uma justificativa que abarca o tema da "diferença", mais precisamente, da diferença entre dois dos espaços sociais de cumprimento de pena, quais sejam: a APAC e o "presídio". E22 considera a portaria da APAC como sendo "[...] a entrada de uma casa normal", diferente, pois, das instalações físicas que, comumente, caracterizariam uma organização prisional como um "presídio", por exemplo. O implícito pressuposto é de que a enunciadora destaca o aspecto de "casa normal" a fim de fazer alusão ao fato de que essa normalidade se estenderia aos sujeitos que, na APAC, cumprem pena, diferenciando-os, assim, dos sujeitos que cumprem pena em estabelecimentos cujos elementos arquiteturais (forte esquema de segurança) possibilitam a identificação do lugar prisão e acabam por conferir a este último o sentido de lugar destinado aos sujeitos desviantes ou tidos como anormais.

9.4 Os sujeitos "fora" da APAC

Construído a partir de uma dialética entre elementos materiais e simbólicos, sabe-se que o lugar é um dos pilares da ação humana e, portanto, não é absoluto, não estando fechado em si mesmo e tampouco restrito a limites físicos. O lugar, ao se configurar como uma arena de interações entre os sujeitos, incorpora relações com outros lugares. Nos processos de pesquisa do lugar organização poder-se-iam considerar as articulações deste com o lugar sociedade, por exemplo (CHANLAT, 1996a; SPINK, 2001; RICHARDSON; JENSEN, 2003). Nesta dissertação, quando houve a proposta de analisar as produções de sentidos das recuperandas, plantonistas e dirigentes acerca das posições que ocupam (ou ocuparão) em meios sociais para além dos da prisão explorou-se, em parte, essas articulações do lugar organização com o lugar sociedade.

Os enunciados (107), (108), (109) e (110) contêm as reflexões das recuperandas sobre a (re)inserção social ou mesmo sobre a ocupação de lugares na sociedade que não os lugares inscritos nas esferas do que é desviante, marginal ou ilegal. Em linhas gerais, tais reflexões remetem, primeiramente, ao que Bastos (1997) chama de infantilização do sujeito, isto é, o sujeito se sente e se coloca como incapaz de abrir novos caminhos sem os "cuidados" da instituição. Essa infantilização do sujeito revela-se, aqui, nas enunciações sobre o despreparo e medo de enfrentar o mundo "lá fora". O que se evidencia ainda nos referidos discursos é a consciência do preconceito ou da estigmatização (GOFFMAN, 2008) dos sujeitos desviantes que cumprem ou, como se está tratando de produções de sentidos acerca de um "futuro", melhor dizer que cumpriram pena.

De maneira mais específica, E13 constroi um discurso que abarca os temas da "reincidência", do "medo", do "preconceito" e da "esperança".

> (107) Para te falar a realidade, eu acho que se fosse para mim ir embora, hoje, ainda acho que não estou preparada pra sair. Eu acho que eu tenho que ficar mais ainda. Hoje, esse regime, é muito importante, eu tenho que estar amadurecendo mais, por mais que eu tenho vontade de ir embora. E eu acho que eu vou ter mais, vou dar mais valor a minha liberdade, vou conseguir reconstruir a minha vida. O meu propósito de vida já é outro, os meus sonhos. Eu acho que o tempo que eu ainda vou ficar aqui eu vou amadurecendo mais. Se eu te falar que eu estou pronta para ir embora, eu não estou não. Ainda não. Ainda passam uns, assim, uns pensamentos negativos na cabeça da gente. Tem hora que, o meu maior medo que eu tenho é de cair no mundo das drogas de novo. Tenho medo de como vai ser quando eu sair, porque eu não quero mexer com isto mais. Igual, a casa que eu tenho, eu sei que se eu voltar para a minha casa, eu vou voltar para o crime [...] Assim, igual, eu tenho a visão pela minha mãe quando ela saiu. A população rejeita muito. Igual, você é uma ex-recuperanda, sempre eles vão estar com um pé atrás comigo. Porque eu já cometi um crime e eles vão pensar que eu vou cometer outro. Eu acho que nesta parte vai

> ser difícil, mas não impossível de reconquistar a confiança das pessoas. Minha mãe fala que muitas vezes que ela voltou para o mundo do crime foi porque ela não teve uma oportunidade. Mas, acho que, na realidade, faltou mais esforço da parte dela né. Porque não teve um propósito de buscar mais. Porque uma, duas, três até dez portas vão se fechar, mas uma vai abrir uma hora. Eu penso assim, que quando eu for embora, quero estar mudando aqui de Itaúna. Eu e meu marido conversa da gente ir começar a vida em outro lugar. Eu penso em ir embora de Itaúna. Ahh, começar a minha vida em outra cidade, eu acho que vai ser mais fácil. Onde eu não conheço ninguém. (E13)

E13, já no início do fragmento discursivo (107), confessa não estar preparada para deixar o espaço social do cárcere e, assim, ocupar outros lugares na sociedade. Essa ideia de despreparo e, logo em seguida, a menção aos ditos "pensamentos negativos" se apresentam como dois elementos discursivos que, de certo modo, aduzem ao fenômeno da reincidência. Nesse contexto, despreparo, por exemplo, refere-se ao fato de que o sujeito percebe que ainda não findou o seu processo de emenda (de correção), haja vista o crime cometido. E, no caso, a expressão "pensamentos negativos" sugere que o sujeito concebe pensamentos relacionados ao mundo do crime.

O sentimento do medo perpassa as reflexões de E13 sobre a possibilidade de saída da prisão. A enunciadora diz sentir medo de reincidir nas atividades criminosas quando aquela estiver em espaços sociais distintos aos das organizações prisionais. O regresso a um dos espaços sociais que fazem parte da trajetória do sujeito (a "casa"), emerge como sendo um ato que corresponderia ao retorno ao crime: "Tem hora que, o meu maior medo que eu tenho é de cair no mundo das drogas de novo. Tenho medo de como vai ser quando eu sair, porque eu não quero mexer com isto mais. Igual, a casa que eu tenho, eu sei que se eu voltar para a minha casa, eu vou voltar para o crime [...]".

Além disso, ao refletir sobre a sua reinserção social, E13, implicitamente, reporta-se ao tema do preconceito que se dirige aos sujeitos desviantes que cumpriram penas privativas de liberdade. O verbo "rejeitar" e a expressão "um pé atrás comigo" aventam as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos que saem da prisão quando estes buscam ocupar, na sociedade, lugares que não se delimitam pelas práticas sociais do desvio ou do crime. Consciente, portanto, das ações de segregação de que, provavelmente, será alvo quando do término do cumprimento de sua pena, a enunciadora cogita a mudança de cidade. Em outras palavras, o sujeito percebe a mudança para um local de desconhecidos como sendo uma alternativa para o que tange à omissão de seu lugar de desviante que cumpriu pena em uma organização prisional e, consequentemente, uma alternativa para se livrar do (ou amenizar o) preconceito que já é vislumbrado por aquele primeiro.

A despeito da predominância, no enunciado discursivo (107), de elementos discursivos que suportam os temas da reincidência, do medo e do preconceito, E13 não deixa de pronunciar aspectos que indicam o tema da esperança quando o assunto trata de reinserção social. E13, em alguns trechos, demonstra sua crença na possibilidade de ainda construir uma trajetória que não mais seja demarcada pelo exercício das atividades criminais. De modo preciso, os trechos são os seguintes: "E eu acho que eu vou ter mais, vou dar mais valor a minha liberdade, vou conseguir reconstruir a minha vida. O meu propósito de vida já é outro, os meus sonhos" e "Porque uma, duas, três até dez portas vão se fechar, mas uma vai abrir uma hora".

> (108) Eu sinto medo do mundo lá de fora, angústia por estar este tempo assim sem estar perto dos meus filhos, perto da minha mãe né. Sinto arrependimento de ter largado o meu ex-marido, ele era muito bom para mim. Tenho raiva por conta de ter feito isto, tudo por conta de remédios. E espero que eu consiga largar, controlar minha cabeça. E só de falar em largar eu choro. Então, eu fico muito angustiada com isto. Muito triste. Eu tenho depressão, e quando ela começa a atacar, igual, eu começo a ficar com muito medo, tenho abstinência da droga, tenho transtorno bipolar também. Aí, quando isso começa a atacar, aí vem mais forte ainda a vontade de usar a droga. E tenho medo, assim que sair lá fora, acontecer tudo de novo, e tudo por causa da droga. Eu fico angustiada sabendo que a qualquer hora eu posso sair, posso ser condenada ou não. Não sei, sinceramente, eu me imagino agora usando droga ainda se eu sair da APAC agora. Porque tem gente que acha que é fácil largar, fala assim: 'Ah, você já está boa, isso é coisa da sua cabeça'. Mas, não. É mentira quem fala isto. Eu fui no meu médico e no meu psicólogo. E eles falaram que, não, que pode demorar de um até cinco anos para sair das drogas, para não ter dependência de nada. E então eu falo, e eles não acreditam, mas é a realidade. Eu não estou preparada pra sair da APAC hoje, não quero sair não. Igual ontem, ontem eu estava em um estado que se meu alvará chegasse ontem, eu ia sair e não ia procurar mãe e filho não, eu ia procurar uma boca pra usar droga. Eu tenho medo do que pode acontecer comigo hoje, amanhã ou depois, eu estando lá fora. É difícil. E eu fico triste demais por isto. Mas, infelizmente, é verdade. Eu não posso falar assim: 'Eu estou bem'. Está mentindo, e estou mentindo para mim mesmo. Porque quanto mais eu exponho este sentimento que eu tenho, que eu jogo pra fora coisas que dão até vergonha de falar, mais eu já me sinto aliviada, e vai me dando mais força. Porque duas pessoas que estavam presas comigo, recuperanda, que falavam assim 'não, nós já está forte', estas duas pessoas saíram e caíram, estão nas drogas de novo. Então, a gente não pode bater no peito e falar que está forte, porque não está. Pode estar forte no espírito, mas na carne não está. No espírito, eu sou forte, com Deus e tal, mas a carne minha ainda está fraca. (E5)

Da afirmação "Eu sinto medo do mundo lá fora [...]", afirmação esta que principia o fragmento discursivo (108), depreende-se que a enunciadora concebe, com receio, a possibilidade de sua reinserção social. O implícito pressuposto é de que, no espaço social da APAC, isto é, de uma prisão, a enunciadora se sente protegida, ao passo que, nos espaços sociais para além dos muros da prisão, as sensações que se manifestariam seria a insegurança e o temor em relação a algo. De início, E5 não define exatamente em que consistiria esse algo

que produz semelhante temor, mas, no correr do enunciado (108), ela acaba explicitando o que a aflige no "mundo lá fora": a possibilidade de reincidência.

O ato de reincidir nas atividades criminosas está implícito na expressão "acontecer tudo de novo", isto é, insistir na reprodução das mesmas práticas que conformaram uma trajetória no crime e, portanto, das mesmas práticas que conduziram o sujeito ao cárcere. Nas seleções lexicais, nota-se o quão os temas do medo e da reincidência estão profundamente imbricados nos processos de reflexão a respeito da reinserção social do sujeito: "E tenho medo, assim que sair lá fora, acontecer tudo de novo, e tudo por causa da droga" e "Eu tenho medo do que pode acontecer comigo hoje, amanhã ou depois, eu estando lá fora. É difícil". Evidencia-se também a alusão ao fenômeno da reincidência quando do relato das experiências de outros sujeitos que cumpriam pena no mesmo espaço social que E5, a APAC. Precisamente, a seleção lexical que suscita a referida interpretação é esta: "Porque duas pessoas que estavam presas comigo, recuperanda, que falavam assim 'não, nós já está forte', estas duas pessoas saíram e caíram, estão nas drogas de novo". O verbo "cair", neste contexto, quer dizer que o sujeito não foi capaz de manter uma conduta alinhada aos princípios legitimados na sociedade e que, de modo contrário, reitera na prática do crime.

E5 confessa o seu despreparo quando se trata da ocupação de espaços sociais do "mundo lá fora". Ao mesmo tempo em que a confissão do fato de não se considerar recuperada para o retorno aos espaços sociais que não os das organizações prisionais incita um sentimento de vergonha no sujeito, revela-se também como sendo uma prática que proporciona a este último uma espécie de conforto, de alívio: "[...] quanto mais eu exponho este sentimento que eu tenho, que eu jogo pra fora coisas que dão até vergonha de falar, mais eu já me sinto aliviada, e vai me dando mais força".

> (109) Quando eu sair lá fora, vai ser difícil. Porque a gente nunca deve falar que a gente está recuperada. Porque tem muita tentação lá fora. Vai ser difícil mesmo. Porque você vai ter que conviver, em primeiro lugar, no meio da sociedade com pessoas que não foram presas, é difícil. Vai ter um lado diferente. Mas, eu estou pronta para o que der e vier. Eu peço a Deus para não me deixar cair de novo não. Porque eu procurei com as minhas próprias mãos e agora eu tenho que superar. E o que eu tenho que fazer é pegar confiança na sociedade para viver mais bem ainda. (E3)

E3 usa o adjetivo "difícil" a fim de caracterizar o seu processo de ocupação dos lugares "fora" da prisão, "fora" da APAC. Primeiramente, a dificuldade percebida se deve ao perigo da reincidência, isto é, de o sujeito persistir na prática do crime. A enunciadora evidencia uma espécie de descrença à recuperação plena do sujeito que cumpriu pena, em

vista das inúmeras oportunidades para o cometimento das atividades criminosas ou, interpretando de outra forma, em vista da falta de oportunidades para que o sujeito seja reinserido na sociedade: "Porque a gente nunca deve falar que a gente está recuperada. Porque tem muita tentação lá fora".

Outra dificuldade, sobre a qual E3 explicita consciência, tange ao preconceito. Na reflexão sobre a convivência futura com os sujeitos que não cumpriram pena, a enunciadora reconhece (e assume) a posição (ou lugar) do diferente, e, portanto, do que fica à margem na sociedade. "Vai ser difícil mesmo. Porque você vai ter que conviver, em primeiro lugar, no meio da sociedade com pessoas que não foram presas, é difícil. Vai ter um lado diferente", essa é a seleção lexical que comporta o referido tema do preconceito.

No entanto, E3 procura demonstrar coragem no enfrentamento dos obstáculos que permeariam a ocupação de posições (ou lugares) nos meios sociais distintos aos da prisão. Na seleção lexical "Mas, eu estou pronta para o que der e vier", é que está implícita essa noção de coragem, a qual parece advir do apego a uma entidade espiritual ou religiosa, mais precisamente, "Deus". Por exemplo, na seleção lexical "Eu peço a Deus para não me deixar cair de novo não", o personagem discursivo "Deus" afigura-se como o responsável por impedir que a enunciadora reincida nas atividades criminosas.

> (110) Eu trabalho na casa plantonista daqui, a Gilda[61]. E isso me beneficia, sabe. Não ganha muito, mas a gente está vendo as pessoas, como que a sociedade vai me enxergar, eu vou ter contato com as pessoas. Já estou lavando uma roupa, já estou lavando uma vasilha, limpando uma casa, fazendo o que eu fazia antes, como na minha casa mesmo. Ah, as pessoas não sabem que sou recuperanda, porque não sou daqui de Itaúna. E eu não falo também. Quem sabe é a plantonista daqui né. Ela sabe, ela já, como ela trabalha aqui desde quando eu cheguei, ela me conhece, sabe, ela ficava observando o jeito que eu agia, como que eu ficava né, como que eu era. Então, assim, não tem como falar muita coisa, porque ela já me conhecia, e as pessoas lá fora ainda não sabem que eu sou uma recuperanda. Eu tinha muito medo de sair pro serviço externo, eu tinha medo das pessoas, eu tinha medo de encarar o mundo lá fora. Passei pela psicóloga e ela falou: 'Não, você tem que sair'. Saí o primeiro dia, senti um jeito estranho, fiquei apavorada, mas, hoje me sinto bem. Mas, penso assim, se for pra eu arrumar outro serviço aqui, como que eu vou chegar pra uma pessoa e falar que eu sou uma recuperanda, como que ela vai me tratar naquele momento?! Aí, por isso, que eu estou com a Gilda ainda, porque ela é plantonista e viu minha convivência aqui dentro. É pouco o dinheiro que ele me dá, não dá pra nada, mas eu tenho medo como outra pessoa de outra casa vai me ver com outros olhos porque sou uma recuperanda. (E22)

No discurso (110), o uso da expressão "serviço externo" orienta a inferência de que quem enuncia o faz a partir da posição do sujeito que cumpre pena no regime aberto, último estágio da execução penal. Assim, as primeiras ações no sentido de ocupar outros lugares na

[61] Nome fictício.

sociedade além do lugar de desviante já foram empreendidas por E22: "Eu trabalho na casa da plantonista daqui, a Gilda".

Todavia, os temas do "medo" e do "preconceito" se revelam intimamente relacionados quando se trata do processo de reflexão do sujeito a respeito dessa sua reinserção em espaços sociais distintos aos da prisão. O implícito pressuposto é de que, por medo de não ser aceita em outros espaços sociais, a enunciadora parece omitir a sua situação de cumprimento de pena: "Ah, as pessoas não sabem que sou recuperanda, porque não sou daqui de Itaúna. E eu não falo também. Quem sabe é a plantonista daqui né".

Ainda, por medo de não ser aceita em outros espaços sociais, a enunciadora se conforma com um lugar que lhe foi concedido, isto é, o exercício das atividades de trabalho na "casa da plantonista" da APAC. Dessa forma, as reflexões de E22 são demarcadas pela consciência do preconceito da "sociedade" em relação aos sujeitos que cumprem pena. A seguir, a seleção lexical que permite tais interpretações: "Mas, penso assim, se for pra eu arrumar outro serviço aqui, como que eu vou chegar pra uma pessoa e falar que eu sou uma recuperanda, como que ela vai me tratar naquele momento?! Aí, por isso, que eu estou com a Gilda ainda, porque ela é plantonista e viu minha convivência aqui dentro. É pouco o dinheiro que ele me dá, não dá pra nada, mas eu tenho medo como outra pessoa de outra casa vai me ver com outros olhos porque sou uma recuperanda".

Quem exerce suas atividades laborativas na APAC, isto é, as plantonistas e os dirigentes refletem sobre suas posições no lugar sociedade. Tais reflexões, em maior ou menor grau, acabam por aduzir também ao preconceito. Ainda, baseando-se nos enunciados (111), (112) e (113), pode-se dizer que os sujeitos que trabalham no lugar prisão ocupam o lugar do "louco" ou mesmo o lugar do "anormal" no lugar sociedade. Compreende-se, assim, a partir de algumas passagens destes enunciados, a existência de uma espécie de questionamento da normalidade dos sujeitos que trabalham no lugar destinado aos sujeitos criminosos, sujeitos que se "desviam" de uma ordem social legitimada e que são, muitas vezes, classificados como sendo "anormais".

> (111) Vou começar de dentro da minha casa, com a minha mãe, meu irmão. Então, quando eu comecei a fazer o trabalho voluntário aqui na APAC, minha mãe falava: 'Não, você não vai fazer isso não, você está doida, é perigoso, e se elas te pegarem, e te renderem, e te baterem, etc.'. É assim, quem não conhece, tem essa opinião. Porque humanamente falando, quem tem esse dom pra obra social e tudo, não vai ficar de fora olhando, vai fazer de tudo pra poder entrar e ver como que é. Vai querer fazer o curso de voluntário, vai marcar uma visita, a pessoa já tem mais essa sensibilidade. Agora, quem não tem, fica de fora, e realmente critica algo que não conhece. E dentro da minha casa não foi diferente, na minha escola não foi diferente,

> dentro da própria sala de aula com alguns professores, eles tinham esse preconceito. Com a minha mãe foi muito difícil no início. (E25)

E25 relata o preconceito sofrido quando do início de seu trabalho na organização prisional APAC. O sujeito que trabalha nos espaços sociais destinados aos sujeitos desviantes percebe-se discriminado por diferentes sujeitos (os personagens "mãe" e "professores) em diferentes espaços sociais (as figuras discursivas "casa", "escola") do lugar sociedade. O arranjo de tais elementos discursivos (personagens e figuras) conforma a seleção lexical "E dentro da minha casa não foi diferente, na minha escola não foi diferente, dentro da própria sala de aula com alguns professores, eles tinham esse preconceito", seleção esta que permite a interpretação apresentada. O sujeito que trabalha com os sujeitos desviantes é classificado como louco (léxico "doida") e, propriamente, o ato de trabalhar com os sujeitos desviantes é ressignificado a partir da noção de "perigo", de risco.

> (112) Muito difícil. Ainda tem uma restrição muito grande. Não sei, em vários lugares onde perguntam onde é que eu trabalho, quando eu falo que trabalho aqui, já tem aquela dificuldade de aceitação. 'Nossa, mas você é doida'. É muito difícil fazer o pessoal se conscientizar do que realmente é uma APAC. Tem gente que fala assim, mas assim, não é só a APAC, não só a APAC em si, mas é o trabalho com a pessoa presa. Tem esta discriminação da pessoa presa. [...] Ah, mas assim, não sinto discriminação nem tanto comigo porque como eu já vim acompanhando o meu marido já há alguns anos. Então, assim, a maioria das pessoas do meu convívio social sabe que eu frequentava a APAC masculina e tudo. Agora, muitos falaram quando eu vim trabalhar que eu era doida, 'Nossa, vai trabalhar lá. Toma cuidado'. Elas já têm aquela preocupação porque imaginam uma penitenciária comum e estas coisas que passam na televisão né. E não é assim. Mas, a maioria, não, porque já sabe deste tempo e desta convivência minha com a APAC por causa do meu marido. Então assim, não tive, não senti muitas dificuldades comigo não. (E11)

E11 constroi um discurso calcado na contradição. A palavra "restrição" e a expressão "dificuldade de aceitação" remetem ao preconceito sofrido pelo sujeito que trabalha na APAC. O sujeito que trabalha nos lugares que se determinam aos desviantes é caracterizado pelo adjetivo "doida". Na seleção lexical "[...] não é só a APAC, não só a APAC em si, mas é o trabalho com a pessoa presa. Tem esta discriminação da pessoa presa", E11 reconhece que a segregação do sujeito que cumpre pena se estende aos sujeitos que com ele trabalham. No entanto, em outro trecho de seu discurso, a enunciadora procura afastar de si a ideia do preconceito, isto é, ocorre a negação do que havia sido afirmado em construções frasais anteriores. A seguir, reproduz-se o trecho que suscita essa contradição no que concerne à percepção do preconceito e dos atos de segregação em relação ao sujeito que trabalha em uma organização prisional: "Ah, mas assim, não sinto discriminação nem tanto comigo porque como eu já vim acompanhando o meu marido já há alguns anos".

Ainda, no fragmento discursivo (112), são apresentados elementos que aludem ao modo como o sujeito percebe a organização em que trabalha. Para E11, a APAC, apesar de ser uma organização prisional, é constituída por aspectos distintos daqueles que conformam o imaginário social a respeito das prisões. Não explicita exatamente quais seriam esses aspectos mas, pela referência às "coisas que passam na televisão", o implícito pressuposto é de que quem enuncia invoca os processos de rebelião ocorridos nos presídios, bem como a situação de superlotação no âmbito destes últimos. Especificamente, na seleção lexical "Elas já têm aquela preocupação porque imaginam uma penitenciária comum e estas coisas que passam na televisão né. E não é assim", quem enuncia estabelece que o lugar "penitenciária comum" é diferente do lugar APAC, lugar este em que trabalha.

> (113) Olha, existe um grande preconceito. Muitas pessoas falam: 'Nossa, você é muito corajosa, pra quê cuidar de preso?!'. E eles sempre falam isso. E eu sempre falo: 'Não, mas é por amor'. Tem até amigas minhas mesmo que nunca souberam que eu fui presa, porque eu fui presa na minha cidade, não em Itaúna. Aí, elas falam: 'Ah não, que isso, cuidar de preso, tá ficando louca mesmo'. Só que eu não vejo assim, tem que ver que todos nós cometemos erros, todo ser humano. Tem até uma frase assim: 'Se a gente pudesse examinar o homem por dentro e por fora, ninguém sairia totalmente inocente'. Porque todos nós erramos, né. Então, há sim um grande preconceito. (E18)

No fragmento discursivo (113), a menção ao tema do "preconceito" é realizada por quem reflete sobre a inserção na sociedade dos sujeitos que trabalham no lugar prisão APAC. O referido tema aparece de forma explícita nas seleções lexicais, a seguir: "Olha, existe um grande preconceito"; e "Então, há sim um grande preconceito". Os adjetivos "corajosa" e "louca" são atribuídos a E18 pelo seu trabalho no lugar prisão. O discurso contém elementos que reforçam ideia de não aceitação social, tanto dos sujeitos que cumprem pena, quanto dos sujeitos que trabalham no lugar prisão.

Não obstante confirmar a sua posição de sujeito que trabalha em uma organização prisional, E18 omite a posição que, outrora, ocupou, isto é, a de sujeito desviante que cumpre pena. Isso é depreendido da seleção lexical: "Tem até amigas minhas mesmo que nunca souberam que eu fui presa, porque eu fui presa na minha cidade, não em Itaúna". A enunciadora, implicitamente, demonstra a consciência de que os obstáculos para a (re)inserção social do sujeito desviante que cumpre pena são maiores do que para o sujeito que trabalha em organização prisional. Destarte, a compreensão é de que a omissão da ocupação do lugar do desviante que cumpriu pena se configura como sendo uma tática usada por E18 a fim de amenizar as consequências do preconceito que já sofre nos meios sociais para além dos da prisão.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Tudo veio a ser – disse ele –; não existem fatos eternos: assim como não existem verdades absolutas. Portanto, o filosofar histórico é doravante necessário.
> *Friedrich Nietzsche*

Quais as relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar em instituições totais? Foi na intenção de buscar algumas respostas para tal questionamento que se optou pela adoção de uma estratégia de pesquisa de cunho qualitativo (GODOY, 1995; CHIZZOTTI, 2005; GONZÁLEZ REY, 2010) e pela realização de um estudo de caso (STAKE, 1978; EISENHARDT, 1989; YIN, 2005) em uma organização prisional, mais precisamente, em uma unidade feminina do Centro de Reintegração Social Franz de Castro Holzwarth da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

Tendo em vista que a produção (e controle) da subjetividade em instituições totais era a problemática que sustentava a pergunta principal desta pesquisa, foram definidas duas questões secundárias, a fim de que elas orientassem nosso *olhar* para os discursos construídos pelos funcionários da APAC feminina, bem como para os discursos das mulheres que cumprem pena nesse referido centro de ressocialização.

Entendendo cultura (MORGAN, 1996; CARRIERI, 2001; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010) e lugar (LEFEBVRE, 1991) como produções sociais, indaga-se, então, como os elementos que caracterizam essas produções sociais já imbricadas no espaço social de uma instituição total, no caso, no espaço social da APAC feminina, (re)produzem modos de o sujeito ser e se relacionar? Ainda, admitindo a possibilidade de uma relação inversa, isto é, de que configurações subjetivas singulares produzem cultura e lugar, formulou-se o questionamento seguinte: de que forma o sujeito rompe com alguns dos elementos socialmente construídos (cultura e lugar) gerando espaços próprios (e alternativos) de subjetivação social?

Cultura produz subjetividade. Semelhante relação, prenunciada aqui neste trabalho a partir de elaborações teórico-empíricas desenvolvidas por diferentes autores (ENRIQUEZ, 2000; FREITAS, 1997; FREITAS, 2002), foi sugerida por depoimentos em que, por exemplo, se faziam alusão aos modos como os sujeitos se posicionavam (ou eram posicionados) frente ao que se considera como sendo os componentes da dimensão cultural na APAC.

Os sentidos que os sujeitos atribuem ao conjunto de elementos que delineiam a dinâmica de ações e relações construídas no cotidiano da APAC remetem, no geral, à noção

de controle. Primeiramente, controle da linguagem, controle este que já se nota no uso do léxico "recuperanda" para denominar as mulheres que cumprem pena na APAC. Como visto, a denominação "recuperanda" instaura uma ideia de recuperação que, na maioria das vezes, acaba por destituir o sujeito da consciência sobre sua situação de aprisionamento.

Sobre o controle das relações sociais, percebe-se, pela condenação das relações homossexuais, bem como pela imposição de mecanismos ("reuniões de cela", "reunião prisional", como exemplos) que parecem conformar a estrutura de vigilância sobre as relações com o *outro* no espaço social da APAC, especificamente, mecanismos cuja razão de ser está na contida na investigação (ou depuração) sobre o caráter dessas relações com o *outro*, se permeadas por conflitos (ou não). Alvo de controle, no contexto da APAC, também é a relação que os sujeitos estabelecem com um *outro* entidade espiritual. A obrigatoriedade de, na APAC, o sujeito ter um conjunto de crenças religiosas, subjaz, de certo modo, aos relatos de algumas recuperandas acerca das suas experiências de conversão religiosa.

As representações imaginárias que se constroem a respeito da organização APAC inscrevem esta última em uma esfera de redenção (ou de salvação) do sujeito desviante. Sendo percebida como "última porta" ou como derradeira esperança de emenda para aqueles sujeitos que estão envolvidos na criminalidade, não raro, comparou-se a APAC com a figura parental da "mãe", figura esta que se vincula a ideia de cuidado, de amor, de bondade, de instrução de valores morais ou princípios para o bem viver (ou para ter uma "vida certa") em sociedade.

Nesse sentido, as percepções, relações, práticas ou ações dos sujeitos que cumprem pena são circunscritas ao pressuposto da necessidade de gratidão, e essa gratidão, no caso das recuperandas, corresponde ao sujeito ser obediente, ser disciplinado. Viu-se, por exemplo, que a figura da "recuperanda-modelo" incorpora esse ideal de sujeito obediente, disciplinado e, por assim dizer, de sujeito normalizado. A APAC fornece aos sujeitos que lá exercem suas atividades laborativas uma espécie de missão a cumprir ou causa a defender. Portanto, é preciso também conservar gratidão, a qual toma a forma de atos de dedicação ao trabalho. São desconstruídas as fronteiras que delimitariam os espaços sociais do trabalho e da casa, e os sujeitos assumem para si, fundamentalmente, o papel de "voluntário", a fim de ressaltar a perspectiva de entrega (ou doação) ao trabalho que exercem na APAC.

O lugar produz subjetividade. Elaborou-se semelhante afirmação a partir das reflexões contidas nos trabalhos de Valadares (2000) e Halford e Leonard (2006), mas pôde-se corroborá-la a partir da análise dos discursos dos sujeitos desta pesquisa. Os elementos concretos (como exemplos, pode-se mencionar a "comida" oferecida, ou o que é atinente às

instalações físicas, como "banho quente") e simbólicos (que chamam para os aspectos ditos afetivos que sustentam as relações construídas com os sujeitos que cumprem pena) identificados no espaço social da APAC aparecem ligados aos sentidos subjetivos sobre a ideia de recuperação. Mais precisamente, os sujeitos percebem a APAC como o lugar da recuperação, o lugar que encerra, portanto, as possibilidades de mudança de trajetórias, possibilidades de restituição da dignidade do sujeito que cometeu algum crime.

De modo contrário, aos outros espaços sociais da prisão, espaços sociais conhecidos pela denominação "sistema comum", são atribuídos os sentidos subjetivos da humilhação, da revolta, da indisciplina e, logo, das impossibilidades de mudança. Em meio a essas configurações subjetivas imbricadas no espaço social da APAC é que se vislumbra a emergência da noção de alteridade entre um *eu* recuperanda, que cumpre pena no lugar de recuperação, e um *outro* presa, que cumpre pena no lugar da reincidência, isto é, em quaisquer espaços sociais do sistema comum. Ainda, na APAC, lugar da recuperação, ser funcionário (ou melhor dizendo, ser "voluntário") implica o reforço de um sentido sobre um *eu*, que tem, como já foi mencionado, uma causa a defender, uma missão a cumprir e, não apenas um "emprego comum" como o *outro* que trabalha em outras organizações.

Em se tratando ainda dessa relação entre lugar e subjetividade, destacam-se de nossos resultados apreciações que remetem à maneira como as percepções das recuperandas sobre suas posições no mundo, em certo ponto, se mostram influenciadas por aspectos relacionados ao que se toma por *arrumação* dos espaços organizacionais, isto é, pela divisão, imposição e controle dos espaços sociais na APAC. Especificamente, o acesso (ou não) a determinadas informações subjaz à ocupação de um lugar nos lugares do regime fechado, regime semiaberto e regime aberto.

Diante das possibilidades e limitações no que tange ao acesso dos saberes em cada um desses lugares ocupados, o sujeito assim (re)constroi e (re)produz um sentido de alteridade, isto é, alimenta-se a crença de que um *eu* (ou *nós*), pertencente a um dado espaço social, está mais consciente da realidade que o circunda do que o *outro* que ocupa um outro espaço social de cumprimento de pena. Além disso, inferiu-se que, no espaço social do regime fechado, a "grade" era um artefato que, recorrentemente, engendrava produções de sentidos sobre o aprisionamento, (re)afirmando, pois, a consciência do sujeito a respeito de seu lugar no mundo: o lugar de sujeito desviante que cumpre pena em uma organização prisional.

Faz-se necessário refletir sobre os desdobramentos desses resultados empíricos que apontam a ideia de que cultura e lugar produzem subjetividade. Em um primeiro nível, tais resultados são capazes de suscitar aquela visão de que as organizações se formam a partir de

um conjunto de políticas, processos e práticas que serve aos projetos de dominação ou mobilização subjetiva. Por essa ótica, a tendência é a interpretação dos fenômenos organizacionais como plenamente fundamentados em uma racionalidade maior ou verdadeira, interpretação esta que, em maior ou menor grau, acaba se relacionando a uma espécie de reificação da organização. Por exemplo, não raro, foram ouvidas frases do tipo *a organização X ou Y é isto ou aquilo*, *a organização X ou Y fez isto ou aquilo*. A organização se personifica, sobrepujando os *verdadeiros* sujeitos, os quais são, quase sempre, descritos como seres submissos e, consequentemente, *aprisionados* nesse algo maior.

Aliado a essa maneira de enxergar as organizações está ainda o reforço de um pressuposto bastante comum na área de Administração, o que associa a prática social de gestão ao imaginário do controle de tudo e de todos no contexto organizacional. No correr dos cursos em reconhecidas escolas de Administração, alimenta-se uma perspectiva de que os gestores exímios serão aqueles que planejam e implementam *bons* modelos de gestão. Leia-se *bons modelos de gestão* como aqueles que fornecem as diretrizes e as ferramentas para o alcance de determinados resultados (financeiros ou não), os quais, na maioria das vezes, estão sustentados por uma lógica que concebe a homogeneização e, logo, o (suposto) controle total dos aspectos constituintes da realidade social nas organizações.

Nas organizações, tornam-se cada vez mais comuns as tentativas de criação de valores, crenças, símbolos, ritos, mitos que promovam um sentido de unidade, de identificação com um projeto organizacional. Destarte, alguns dos passos para uma *boa* gestão se mostram (são mostrados) como inseridos numa sistemática de funcionamento de inexorável simplicidade: ora, primeiro é preciso criar um conjunto de valores, crenças, símbolos, etc. alinhado aos desígnios organizacionais.

Essas manifestações culturais instauram, pois, uma determinada ordem social. Os sujeitos que ocupam um lugar (ou posição) no âmbito de um espaço social conformado por tal ordem social comporiam, então, suas percepções, ações e práticas com base nos princípios desta última. Em resumo, o que se engendra, a partir disso, é a legitimação da gestão como prática social que viabilizaria o enquadramento (ou normalização) dos sujeitos e, assim, a eliminação de quaisquer possibilidades de romper (ou se desviar) das previsões que ajudam a incorporar o imaginário de normalidade da realidade organizacional.

Agora, partindo desse entendimento acerca das especificidades que caracterizam os processos de produção de modos de ser e se relacionar nas organizações, pôde-se realizar, ainda que brevemente, algumas reflexões a respeito da produção de subjetividade no nível da sociedade.

A pessoa nasce no contexto de um espaço social demarcado por certas características socioculturais como, por exemplo, sistemas de linguagem, sistemas de saber institucionalizados, os quais incorporam processos de subjetivação social responsáveis, em grande medida, por configurar aspectos da consciência individual e da prática individual da pessoa, organizando e delimitando sua inserção no mundo.

Tomando emprestadas as elaborações de Guattari e Rolnik (1986), afirma-se, então, que a pessoa nasce e, ao ser exposta a sistemas maquínicos associados ao modelo de consumo em massa ou às estruturas totalitárias dos estados, são difundidos processos de modelização das ações, de esquemas de pensamento ou de instâncias intrasubjetivas, resultando na uniformização da pessoa segundo parâmetros dos sistemas hierárquicos, sistemas de valores ou de submissão.

No nível da sociedade, os valores comumente estabelecidos como *corretos* encerram a função de orientar os modos *corretos* e *permitidos* de ser e se relacionar em dada formação social. Por meio desses valores, define-se, então, um padrão de normalidade nos meios sociais. Em certo sentido, na esteira das propostas de integração dos seres humanos a partir da anulação tecnológica das distâncias temporais e espaciais, propostas que emergiram pra justificar o processo de globalização, delineiam-se tentativas de homogeneização da condição humana, de ordenamento do ser humano. Processos de subjetivação são desencadeados em contextos sociais erigidos sob o signo de premissas políticas, econômicas e sociais, as quais visam garantir nada mais nada menos do que um (suposto) controle social absoluto.

Neste texto, até o momento, apenas foram tecidas considerações sobre uma das questões secundárias, qual seja: como os elementos que caracterizam as produções sociais, cultura e lugar, (re)produzem modos de o sujeito ser e se relacionar? Urge, portanto, sumariar as nossas reflexões sobre a indagação: de que forma o sujeito rompe com alguns desses elementos socialmente construídos (cultura e lugar) gerando espaços próprios (e alternativos) de subjetivação social?

Os sujeitos resistem às tentativas de mobilização e controle de suas produções de sentidos ou, de outro modo, pode-se asseverar que os sujeitos exercem seu potencial (re)criador diante de processos ou práticas de cunho normalizador. Os discursos analisados sugeriram que, por vezes, a aceitação e, ainda, a sujeição a um conjunto específico de modos de ser e se posicionar no espaço social, são duas exigências nem sempre cumpridas pelos sujeitos que cumprem pena. Tais sujeitos apresentam comportamentos não legitimados no âmbito da APAC, comportamentos estes pautados tanto em táticas subversivas (CERTEAU, 1998) em relação aos princípios constituintes do que se poderia chamar de ordem social na

APAC, bem como em táticas de oposição do sujeito às condições do seu próprio aprisionamento.

O trabalho imposto às recuperandas enseja, sim, uma função normalizadora na medida em que é usado a fim de preencher o tempo do sujeito ou a mente do sujeito, de modo a incitar padrões de sociabilidade alinhados aos preceitos disciplinares respaldados na APAC. Todavia, o entendimento é de que, mesmo incorporando um sentido de "fuga" ou o que se chamaria até de "alienação", o trabalho torna-se, para o sujeito, um instrumento de reorganização da vida na prisão – mesmo que esta reorganização implique o alheamento do sujeito acerca de alguns aspectos de sua realidade.

Não se ignora que, na APAC, a religião figura como um dos mecanismos de poder e controle, na medida em que atua de maneira a manter calmas e dóceis as mulheres que cumprem pena. Relatado de outra forma, interpreta-se a obrigatoriedade de adotar um conjunto de crenças religiosas como uma *estratégia* (CERTEAU, 1998) deliberada pelos membros da equipe dirigente da APAC a fim de despertar a paciência e perseverança das recuperandas.

Reconhece-se, por outro lado, que adotar uma religião, qualquer que seja ela, não deixa de ser um ato que propicia momentos de transcendência às recuperandas, um ato que se assenta, pois, na ideia de tática que as recuperandas utilizam para solucionar muitos dos conflitos decorrentes do *viver* na prisão. Assim, a adoção de um sistema de crenças religiosas, não obstante os limites que resvalam da ideia de *obrigatoriedade*, sinalizaria uma das possibilidades de reorganização de biografias no cárcere, isto é, uma das formas de o sujeito resistir às condições do próprio aprisionamento.

A compreensão é de que o sujeito busca, de maneira contínua, alternativas para viver no contexto dos diferentes espaços sociais. E, no espaço social da APAC, essas alternativas ou o que se percebe como manifestações de um sujeito reflexivo (GONZÁLEZ REY, 2003) se evidenciam, sim, em modos resistentes de o sujeito ser e se relacionar, mas também em modos que, em um primeiro momento, classificar-se-iam como submissos. Aqui, acredita-se na reflexividade do sujeito até mesmo na submissão. Por vezes, depreende-se dos relatos das recuperandas que o se posicionar como um sujeito obediente, um sujeito disciplinado, era apenas uma tática usada para sobreviver (com intenções de auferir benefícios ou "regalias") em um espaço social em que pululam os interditos.

As articulações teórico-empíricas referentes à segunda questão secundária trazem algumas implicações que tangem aos estudos sobre os processos de produção de subjetividade nas organizações e na sociedade.

Primeiro, parte das reflexões que aqui se apresentam se constroi pelo questionamento das teorias que propugnam a morte do sujeito ou de um sujeito que sucumbe aos arranjos estruturais e discursivos que constituiriam a realidade social. Não se ignoram as tentativas de instrumentalização do sujeito empreendidas nos espaços sociais das organizações e em espaços sociais mais amplos. Nos capítulos de análise dos dados, foram descritas até muitas dessas *tentativas*, as quais se concretizavam em políticas e praticas com um implícito e, por vezes, explícito objetivo de controlar os modos de o sujeito pensar, sentir e agir. Todavia, é preciso atentar para as manifestações de um sujeito que não se deixa definir por invariantes universais, um sujeito que, embora se organize a partir de muitas condições sociais ou externas, não se configura como produto linear de nenhuma delas.

Como já dito ao longo do trabalho, para González Rey (2003), esse é o sujeito que, em uma processualidade reflexiva, se posiciona de maneira ativa e criativa nos espaços sociais, se afastando de ou rompendo com alguns dos elementos que visam à padronização ou normalização das formas subjetivas e sociais que singularizam a condição de ser humano. Guattari e Rolnik (1986) já usam as expressões *processo de singularização* ou *revolução molecular* a fim de aludir às possibilidades de resistência aos processos estandartizados que conduzem (ou que visam conduzir) à serialização da subjetividade, e, portanto, dos modos originais e singulares de sensibilidade e de relação com o *outro*.

Considerar que o sujeito está envolvido em teias de estruturas, discursos ou relações que o aprisionam, destituindo-o, por completo, de sua capacidade de escolher, de se singularizar e abrir espaços de autonomia, obscurece a importância do sujeito na construção da realidade nos distintos espaços sociais.

A reificação das organizações e de outras formas sociais tem lastro numa espécie de *esquecimento* da noção de que são os sujeitos que as constroem a partir de movimentos de integração, tensão, contradição e ruptura entre elementos individuais e sociais. Um sujeito de criação e de ruptura no primeiro plano de análise da realidade em cada espaço social chama para um pensar o social, cristalizado em distintas práticas e processos, como produção subjetiva.

Chamou-se a atenção para esse aspecto recorrendo a González Rey (2003) que lembra o fato de que as posições ditas *racionais* do ser humano são produções de sentidos que se relacionam à história do sujeito em determinado contexto social (e, evidentemente, em outros contextos sociais), e, portanto, à maneira como os interesses e necessidades se organizam nesse determinado contexto social.

As políticas, práticas e processos organizacionais são construídos por sujeitos que produzem sentidos subjetivos fundados em uma emocionalidade comprometida com uma história e valores específicos. A questão é que, nas organizações, essas políticas, práticas e processos são tomados como naturais e passam a integrar a ordem do real e verdadeiro. Na sociedade mais ampla não é diferente, quem define os valores e as normas ditas socialmente aceitas são sujeitos atados aos compromissos de ordem variada. Os valores e as normas que, posteriormente, são cristalizados no conjunto de um imaginário social, originam-se de configurações que se constituem no plano subjetivo.

Retomando os discursos proferidos pelos sujeitos de pesquisa, em linhas gerais, se esboça, pois, um quadro analítico composto por um conjunto de relações indicativas de que manifestações culturais que caracterizam a APAC e de que os sentidos comumente associados aos elementos concretos e simbólicos de semelhante espaço social são inseridos numa esfera de produção de modos normalizados de o sujeito ser e se relacionar.

Nesse quadro analítico, observou-se a emergência de configurações subjetivas singulares (ou *criativas*), as quais contradizem (ou se *desviam* do, ou rompem com) o que é socialmente reconhecido, abrindo, de maneira concomitante, possibilidades de construção de novos processos de subjetivação social. E, baseando-se nesse movimento de significações e ressignificações, ou em um jogo de relações recursivas entre o individual e o social, entre um *eu* e o mundo (ou espaço social APAC), é que se afirma a existência de subjetividades, de culturas e lugares na APAC e, logo, da existência de uma dinâmica simbólica na APAC.

Os resultados empíricos aqui encontrados reforçam, em certo ponto, as vertentes da área de Administração que buscam a compreensão das organizações como manifestações da consciência e das ações humanas. Precisamente, neste estudo, a contribuição principal repousa no entendimento do(s) modo(s) como se dão as articulações entre os simbólicos e as subjetividades nas organizações.

Viu-se que as produções de sentidos dos sujeitos aparecem vinculadas às posições que tais sujeitos ocupam em espaços sociais caracterizados por manifestações culturais. Até mesmo os processos simbólicos e emocionais de outro momento da vida do sujeito, em outros espaços sociais, são processos que se fazem presentes na produção de sentidos subjetivos relativos a uma determinada situação concreta vivida em um momento *atual*.

Aqui, percebe-se o social fundado no simbólico, constituindo subjetividade, especificamente subjetividade que se entende como normalizada, isso pelo caráter de todos os aspectos que lhe eram atinentes. Contudo, os sujeitos produzem sentidos subjetivos que

contradizem o social constituído e que representam, assim, possibilidades de (re)configuração de aspectos dos espaços sociais por meio de configurações subjetivas singulares.

Nesse caso, fica mais clara a ideia de cultura e lugar como desdobramentos simbólicos das emoções dos sujeitos, mesmo que estas indiquem o conflito ou a contradição, pois, fundamentalmente, os sujeitos acabam por gerar novos espaços de subjetivação circunscritos por processos de ruptura e tensão com elementos das produções sociais. O que se observa, então, são relações recursivas entre o simbólico e a subjetividade, isto é, cada um dos três fenômenos tratados neste estudo, subjetividade, cultura e lugar, são, ao mesmo tempo, constituídos e constituintes um do outro.

O apontamento dessas relações recursivas entre o simbólico e a subjetividade, no contexto de uma organização prisional, permite a compreensão desse tipo de organização como espaço social de lutas em que as condições de vida são impostas e, ao mesmo tempo, negociadas e transformadas; como um espaço social em que a submissão e a ruptura são dois momentos ou duas ações de um mesmo sujeito reflexivo; e, ainda como um espaço social de convivência entre o homogêneo (com ares de totalizante) e o plural, abarcado, portanto, nas noções de subjetividades, culturas e lugares.

Falar da existência de uma dinâmica simbólica em uma organização prisional, isto é, de movimentos contínuos de significação e ressignificação dos diferentes signos, ou falar do que é plural ou mesmo da existência de processos que conservam lógicas, ou melhor, que conservam sentidos para além dos aspectos de cunho normalizador ou totalizante, enseja um (re)pensar sobre o *lugar* dos lugares instituição total em épocas contemporâneas.

Levando em conta o caso da APAC, faz-se necessário, primeiro, redimensionar o caráter *total* das instituições totais, isto é, o que Goffman (1961) define como barreiras às relações sociais com o chamado *mundo externo*. No lugar APAC, quem cumpre pena privativa de liberdade não fica totalmente alijado da realidade que compõe o lugar sociedade, por exemplo. Aos domingos, as recuperandas recebem visitas de seus familiares, sendo que, no correr da semana, tais mulheres têm o direito de estabelecer comunicação, via chamada telefônica, com algum parente ou pessoa com que estas últimas tenham algum vínculo.

Durante o trabalho de campo, percebeu-se ainda, quase todos os dias, a presença de pessoas *desconhecidas*, que não faziam parte do cotidiano naquele espaço social. Eram pequenos grupos de estudantes, de juristas interessados em conhecer o centro de ressocialização APAC, grupos de religiosos responsáveis pela condução de estudos bíblicos, de cultos ou de missas. Independentemente da natureza, compreende-se que cada um desses grupos se apresenta como forma diferenciada de sociabilidade ou canais de contato que as

recuperandas estabelecem com a vida fora da prisão, mesmo que por um curto período de tempo.

Goffman (1961) diz que, nas instituições totais, os processos de desfiguração (ou mortificação) passam pelo controle da aparência pessoal do sujeito, ao ocorrer a retirada de muitos dos seus objetos (roupas, sapatos e cosméticos, por exemplo) capazes de conferir a tal sujeito uma espécie de identidade. Na APAC, as recuperandas não usam uniforme, as vestimentas são as mesmas que as mulheres que cumprem pena usariam em outros espaços sociais que não os da prisão.

Pode-se dizer ainda que, no contexto da APAC, o que se classificariam como processos de desfiguração do eu, quando identificados, ocorrem em um nível disciplinar, como se nota quando de uma imposição de atividades, de horários distinta a que se mantinha em outros meios sociais. Mas, para além disso, é uma desfiguração do eu que se viabiliza a partir de mecanismos que enredam os sujeitos em um conjunto de representações imaginárias a respeito da organização, de modo a facilitar, em grande medida, o que Enriquez (2000) coloca como sendo uma gestão pelo afetivo e pelo inconsciente.

Destarte, a partir dos resultados empíricos, salienta-se que a realidade nas instituições totais não se configura como algo tão *distante* da realidade que é construída no âmbito das grandes organizações capitalistas contemporâneas. Uma empresa, por exemplo, se constitui a partir de elementos concretos e simbólicos, bem como de significações culturais que buscam produzir subjetividades normalizadas, que se equivaleriam a modos de o sujeito ser e se relacionar alinhados aos pressupostos organizacionais. Na APAC, existe a "recuperanda-modelo", uma recuperanda que se comporta segundo os princípios tidos como corretos naquele espaço social. Nas empresas, há os *funcionários do mês* ou *funcionário-modelo*, sujeitos que cumprem determinados padrões de desempenho e, por assim dizer, sujeitos que se ajustam a um modelo de obediência. Os discursos dos funcionários da APAC, que procuram ressaltar a ideia de dedicação (de entrega) e de amor pelo trabalho, e claro, pela APAC, não diferem muito dos que são proferidos pela maioria dos empregados das grandes empresas.

No bojo dessa discussão sobre a *atualidade* das instituições totais, cabe problematizar uma questão que, muitas vezes, aparece destacada em discursos que se propõem reformistas do sistema penitenciário brasileiro, isto é, a questão de os centros de ressocialização constituírem modelos alternativos de execução penal. Tais centros podem ser *alternativos* na medida em que a maioria se forma a partir de uma gestão compartilhada entre Estado e alguma organização não-governamental. Isso porque se questiona o rótulo do alternativo (isto

é, do que se apresenta como uma proposta mais eficaz de reintegração dos sujeitos que cometeram crimes) para centros de ressocialização em que, como se depreende de muitos depoimentos coletados, os sujeitos se mostram profundamente dependentes dos cuidados ou de uma espécie de proteção organizacional, sentindo medo e ainda um despreparo no que toca a uma futura ocupação de lugares diversos dos lugares de desviantes outrora ocupados na sociedade mais ampla.

É preciso lembrar que as apreciações teórico-empíricas aqui realizadas não o foram com a pretensão de instaurarem um campo de *verdades absolutas*. Entende-se que a presente pesquisa apenas abriu alguns novos espaços de inteligibilidade a respeito de parte da realidade construída em um dos tipos de instituições totais. Concorda-se, desse modo, com González Rey (2010, p. 6) quando ele diz que "[...] o conhecimento legitima-se na sua continuidade e na sua capacidade de gerar novas zonas de inteligibilidade acerca do que é estudado e de articular essas zonas em modelos cada vez mais úteis para a produção de novos conhecimentos".

Ademais, o presente estudo encerra limitações que devem ser consideradas. Primeiro, são reconhecidas as limitações referentes ao teor das problematizações sobre as articulações entre os três construtos principais desta pesquisa, quais sejam: subjetividade, cultura e lugar. Esforços aqui foram empreendidos no sentido de avançar na produção de conhecimento sobre as relações entre os três construtos.

Embora, ao longo deste trabalho, tenha ocorrido a defesa de um sujeito que rompe muitos dos limites que lhe são socialmente impostos, aqui se destacam os limites que tangem ao aprofundamento teórico-metodológico relacionados à ocupação de um *lugar*, por parte da pesquisadora, em um curso no nível de mestrado.

Outra limitação se refere ao tempo para a realização do processo de análise do volume de informações aqui explicitado. Mais precisamente, diz-se que a limitação do tempo contribuiu, em grande medida, para o fato de o tratamento das informações não ter sido realizado com a profundidade necessária.

Ressalta-se ainda que, no correr do trabalho de campo, foram coletados materiais primários e secundários de caráter diverso, não utilizados nesta dissertação. Além das entrevistas, material analisado nesta dissertação, coligiram-se o regimento interno da APAC, manuais que abarcam informações acerca dos processos de formação de plantonistas e voluntários, vídeos institucionais e foram tiradas fotografias de quase todos os espaços do centro de ressocialização. Todavia, pelas limitações de tempo já colocadas, não foi possível refinar e, assim, aprofundar as análises realizadas valendo-se desse material diverso.

Desse modo, estimula-se a realização de estudos que aprofundem as articulações entre o simbólico e a subjetividade no espaço social da APAC, explorando, para tanto, fotografias dos espaços, bem como o material secundário (incluindo matérias de jornais) sobre a organização. Propõe-se, ainda no espaço social da APAC feminina de Itaúna, uma análise dos ditos lugares de poder. Quais e como são construídos os lugares de poder na APAC feminina? Quem ocupa esses lugares e como se processa o jogo de relações entre os sujeitos que ocupam e os que não ocupam esses lugares? Essas são duas questões que precisam ser compreendidas.

Sugere-se também uma investigação das trajetórias construídas pelas recuperandas depois de cumprirem na APAC, a fim de perscrutar de que forma os modos de o sujeito ser e se relacionar nesse espaço social (com suas manifestações culturais e elementos concretos e simbólicos específicos) são (re)produzidos, (re)organizados, (re)adaptados (ou não) em outros espaços sociais, distintos, pois, de um espaço social de execução penal.

Novas pesquisas também podem ser realizadas na intenção de analisar as subjetividades, as culturas e os lugares em outros espaços sociais da prisão, em organizações do tal "sistema comum", como cadeias públicas, presídios, penitenciárias. Assim, emergiriam possibilidades de reflexão sobre o que caracterizaria as similitudes e as diferenças entre os espaços sociais do sistema penitenciário.

Por fim, com o objetivo de ampliar as zonas de sentido sobre as dinâmicas ou ações e relações que se efetivam nas instituições totais, recomenda-se que novas pesquisas abordem a análise das relações entre subjetividades, culturas e lugares em espaços sociais como asilos psiquiátricos, mosteiros (conventos) e quarteis, identificando, portanto, os aspectos que caracterizariam a dinâmica simbólica em tais espaços sociais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, C. N. et al. (Orgs). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. v. 2. São Paulo: Atlas, 1994.

ALVESSON, M. **Organization theory and technocratic consciousness**: rationality, ideology and quality of work. New York: Walter de Gruytar, 1987.

ALVESSON, M.; BERG, P. **Corporate culture and organizational symbolism**: an overwiew. New York: De Gruyter, 1992.

ALVESSON, M. **Understanding organizational culture**. London: Sage, 2002.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BALDRY, C. Space – the final frontier. **Sociology**, London, v. 33, n. 3, p. 535-53, Aug. 1999.

BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BASTOS, M. **Cárcere de mulheres**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

BATISTA, A. S. Estado e controle nas prisões. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 399-410, maio/ago. 2009.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENKO, G. Breve exame do mundo pós-moderno. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

BERGER, P. ; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERLINCK, M. T. **Psicopatologia fundamental**. São Paulo: Escuta, 2000.

BERNARDES, L. H. G. **Subjetividade**: um objeto para uma psicologia comprometida com o social. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, 2007.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: GONZÁLEZ REY, F. (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

BRANDÃO, L. A.; WERNECK, H.; SILVA, C. L. O. Desenvolvimento de competências para a gestão de uma instituição carcerária centrada na recuperação. In: SOUSA, R. S. R. (Org.). **Universidade e direitos humanos**: práticas desenvolvidas na PUC Minas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

BRASIL. Lei n 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http:// http://www.planalto.gov. br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 23 jan. 2012.

BREITMAN, M. R. Criminalidade feminina: outra versão dos papéis da mulher. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 200-23, jan. /jun. 1999.

BROWN, A. D.; HUMPHREYS, M. Organizational identity and place: a discursive exploration of hegemony and resistance. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 43, n. 2, p. 231-57, Mar. 2006.

BUCKERIDGE, F. C. **Por entre as grades**: um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**: elements of the sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

CABRAL, S. **"Além das grades"**: uma análise comparada das modalidades de gestão do sistema prisional. 2006. 293 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CABRAL, S.; ARAÚJO, U.P. O sistema prisional visto como um nexus de instituições e organizações institucionalizadas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 103-115, abr./jun. 2010.

CAIRNS, G.; MCLNNES, P. ; ROBERTS, P. Organizational space/time: from imperfect panoptical to heterotopian understanding. **Ephemera**, Warwick, v. 3, n. 2, p. 126-39, May 2003.

CARRIERI, A. P. **O fim do "mundo Telemig"**: a transformação das significações culturais em uma empresa de telecomunicações. 2001. 326 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte.

CARRIERI, A. P. ; LEITE-DA-SILVA, A. R. O entendimento das organizações como culturas: uma alternativa teórico-metodológica. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. v. 2. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, M. M. P. Ciranda do medo: controle e dominação no cotidiano da prisão. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 57-64, mar./maio. 1991.

CASTRO, E. M.; ARAÚJO, J. N. Análise social e subjetividade. In: LÉVY, A. et al. (Orgs.). **Psicossociologia**: análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CAVEDON, N. R. **"Administração de toga"**: desvendando a cultura da UFRGS e da Unisinos. 2000. 330 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALMERS, A. **O que é a ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHANLAT, J. F. O ser humano, um ser espaço-temporal. In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996a. v. 3.

CHANLAT, J. F. O ser humano, um ser simbólico. In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996b. v. 3.

CHANLAT, J. F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996c. v. 1.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CLEGG, S. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização:** dimensões esquecidas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1.

CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In CLEGG, S.; HARDY, C.; NORDY, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001. v. 1.

CUNHA, E. L. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-78, maio/ago. 2010.

DANDRIDGE, T. C.; MITROFF, I.; JOYCE, W. F. Organizational symbolism: a topic to expand organizational analysis. **The Academy of Management Review**, v. 5, n. 1, p. 77-82, Jan. 1980.

DASKALAKI, M.; STARA, A.; IMAS, M. The 'parkour organisation': inhabitation of corporate spaces. **Culture and Organization**, London, v. 14, n. 1, p. 49-64. Feb. 2008.

DEETZ, S. Describing differences in approaches to organization science: rethinking Burrell and Morgan and their legacy. **Organization Science**, Hanover, v. 7, n. 2, p. 191-207. Mar./Apr. 1996.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

EISENHARDT, K. Building theories from case study research. **Academy of management Review**, Briarcliff Manor, v. 14, n. 4, p. 532-50, Oct. 1989.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

ENRIQUEZ, E. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 18-29, jan. /mar. 1997b.

ENRIQUEZ, E. Vida psíquica e organização. In: MOTTA, F. C. P. ; FREITAS, M. E. (Orgs.). **Vida psíquica e organização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ENRIQUEZ, E. A interioridade está acabando? In: LÉVY, A. et al. **Psicossociologia**: análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.

ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: LÉVY, A. et al. (Orgs.). **Psicossociologia**: análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.

ESPINOZA, O. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

ESPINOZA, O. A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 35-59, jan. /dez. 2002.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante chalé da praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 6-37, jan. /fev. 2010.

FERRARI, I. F. Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 4, p. 1.325-52, dez. 2010.

FERREIRA, M. G. **Concepções de subjetividade em psicologia**. Campinas: Pontes, 2000.

FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1994. v. 2.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLYVBJERG, B.; RICHARDSON, T. In search of the dark side of planning theory. In: PLANNING THEORY CONFERENCE, 3, 1998, Oxford. Oxford: Oxford Brookes University, 1998 *apud* RICHARDSON, T.; JENSEN, O. B. Linking discourse and space: towards a cultural sociology of space in analysing spatial policy discourses. **Urban Studies**, Glasgow, v. 40, n. 1, p. 7-22, Jan. 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. ; DREYFUS, H. (Orgs.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Power/knowledge**: selected interviews & other writings 1972-1977. New York: Pantheon Books, 1980.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FBAC. Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. Os 12 elementos do método APAC. **Apac em Revista**, São José dos Campos, edição especial, p. 21-3, 2010.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional**: evolução e crítica. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional**: identidade, sedução e carisma? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FREITAS, M. E. Cultura organizacional: o doce controle no clube dos raros. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

GABRIEL, Y. The unmanaged organization: stories, fantasies and subjectivity. **Organization Studies**, London, v. 16, n. 3, p. 477-501, May 1995.

GABRIEL, Y. Narratives, stories and texts. In: GRANT, D. et al. (Ed.). **The SAGE handbook of organizational discourse**. London: Sage, 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
GIERYN, T. F. A space for place in sociology. **Annual Review Sociology**, Palo Alto, v. 26, p. 463-96, Aug. 2000.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. mar./abr. 1995.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia**: que é a sociologia? 7. ed. São Paulo: Difel, 1979.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, C. F.; MENEGHEL, S. N. ; OLIVEIRA, C. S. Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 632-45. 2006.

HALFORD, S.; LEONARD, P. Place, space and time: contextualizing workplace subjectivities. **Organization Studies**, London, v. 27, n. 5, p. 657-76, May 2006.

HARDY, C.; CLEGG, S. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. v. 2. São Paulo: Atlas, 2001.

HOFSTEDE, G. Cultural dimensions in management and planning. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 1, n. 2, p. 81-99, Jan. 1984.

JACKSON, N.; CARTER, P. In defense of paradigm incommensurability. Organization Studies, London, v. 12, n. 1, p. 109-127, Jan. 1991 *apud* CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In CLEGG, S.; HARDY, C.; NORDY, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001. v. 1.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LAPERRIÈRE, A. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LIRA, P. O.; CARVALHO, G. M. M. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 3, 2002.

MAIA, C. N. et al. Introdução: história e historiografia das prisões. In: MAIA, C. N. et al. (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MARTIN, J. **Culture in organizations**: three perspectives. New York: Oxford University Press, 1992.

MARTIN, J.; FROST, P. Jogos de guerra da cultura organizacional: a luta pelo domínio intelectual. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. v. 2. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MERTON, R. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Sistema penitenciário no Brasil**: dados consolidados. 56 f. 2010. Disponível em: <http:// http://portal.mj.gov. br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBR NN. htm>. Acesso em: 01 fev. 2012.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygostsky**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MUMBY, D. K.; CLAIR, R. P. Organizational discourse. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as social interaction.** London: Sage, 1997.

OTTOBONI, M. **Ninguém é irrecuperável**: APAC – a revolução do sistema penitenciário. São Paulo: Cidade Nova, 1997.

OTTOBONI, M. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. São Paulo: Paulinas, 2001.

PAULA, A. **Elementos para uma teoria da subjetividade em Marx**. 1994. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PAULA, A. P. P. ; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A. P. ; SARAIVA, L. A. S. (Orgs.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

PRESTES MOTTA, F. C. O poder disciplinar nas organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 33-41, out./dez. 1981.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICHARDSON, T.; JENSEN, O. B. Linking discourse and space: towards a cultural sociology of space in analysing spatial policy discourses. **Urban Studies**, Glasgow, v. 40, n. 1, p. 7-22, Jan. 2003.

RODRIGUES, G. E. Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na penitenciária feminina do estado do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 9-20, jul./dez. 2005.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTA RITA, R. P. **Mães e crianças atrás das grades**: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local**: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Dinâmica simbólica nas organizações. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Comunicação e organização**: reflexões, processos e práticas. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Introdução: Por que simbolismo organizacional no Brasil? In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. (Orgs.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCHEIN, E. **Organizational culture and leadership.** 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

SCHEIN, E. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 5, p. 34-50, jul. 2000.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. **Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino** – Relatório Final. 470f. 2007. Disponível em: <http:// http://www.sepm.gov. br/publicacoes-teste/publicacoes/2008/gti-livrofinalcompleto.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SEQUEIRA, V. C. Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 660-71. 2006.

SEQUEIRA, V. C. Pedro e o lobo: o criminoso perverso e a perversão social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 221-28, abr./jun. 2009.

SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Discurso e produção de subjetividades em uma organização prisional. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 7, 2012b, Curitiba. **Anais**...Curitiba: ANPAD, 2012a. p. 1-16.

SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Lugares, discursos e subjetividades em uma organização prisional. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012b, Rio de Janeiro. **Anais**...Rio de Janeiro: ANPAD. p. 1-16.

SMIRCICH, L. Concepts of culture and organizational analysis. **Administrative Science Quarterly**, New York, v. 28, n. 3, p. 339-58, Sept. 1983a.

SMIRCICH, L. Studying organizations as cultures. In: MORGAN, G. (Org.). **Beyond method**: strategies for social research. London: Sage, 1983b.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, P. O lugar do lugar na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, edição especial, p. 11-34. 2001.

STAKE, R. E. The case study method in social inquiry. **Educational Researcher**, Washington, v. 7, n. 2, p. 5-8. Feb. 1978.

STEPHENSON, J. People and place. **Planning Theory & Practice**, London, v. 11, n. 1, p. 9-21, Mar. 2010.

TAVARES, G. M.; MENANDRO, P. R. M. Modos de vida de internos do sistema penitenciário capixaba. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 340-49, set./dez. 2008.

TAYLOR, S.; SPICER, A. Time for space: a narrative review of research on organizational spaces. **International Journal of Management Reviews**, London, v. 9, n. 4, p. 325-46, Dec. 2007.

TRICE, H. M.; BEYER, J. M. Studying organizational cultures through rites and ceremonials. **Academy of Management Review**, New York, v. 9, n. 4, p. 653-69, Oct. 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

VALADARES, J. C. Qualidade do espaço e habitação humana. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 83-98. 2000.

VARGAS, L. O. Religiosidade: poder e sobrevivência na penitenciária feminina do Distrito Federal. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 21-37, jul./dez. 2005.

VEDOVELLO, C. L. Os vários cotidianos cortados pelas grades: uma análise sobre as vivências no centro de ressocialização. **Aurora**, Marília, ano 2, n. 3, p. 24-36, 2008.

VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VELHO, G. (Org.). **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: UnB, 1998. v. 1.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WESTWOOD, R.; LINSTEAD, S. Language/Organization: introduction. In: WESTWOOD, R.; LINSTEAD, S. (Ed.). **The language of organization.** London: Sage, 2001.

WILLMOTT, H. Breaking the paradigm mentality. **Organization Studies**, London, v. 14, n. 5, p. 681-719, Sept. 1993.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado de entrevista: recuperandas

Bloco 1 – A entrevistada

Nome. Idade. Naturalidade. Escolaridade. Estado civil. Número de filhos.

Bloco 2 – A vida antes do encarceramento

Alguns fatos marcantes na infância e adolescência. Ocupação ou profissão antes da entrada na prisão. Rotina. Relacionamento com a família e com outros grupos sociais. Primeira(s) experiência(s) com o crime. Motivos da incursão no crime. Avaliação dessa(s) experiências. Local e data da prisão.

Bloco 3 – A vida na prisão

Pena e regime de cumprimento. Reincidência. Os primeiros dias na prisão. Como ocorreu (ou não) o processo de adaptação. Contato com o núcleo familiar (recebe ou não visitas). Relação com a equipe dirigente e demais funcionários da organização prisional. Relacionamento com os outros sujeitos encarcerados. Rotina na prisão. Ocupação do sujeito dentro da prisão. Regras e procedimentos gerais. Conjunto de regras e procedimentos específico de dado regime em que o sujeito cumpre sua pena. Cerimônias. Ritos. Estórias. Infraestrutura do estabelecimento prisional (regimes fechado, semiaberto). Impressões sobre as diferenças materiais e simbólicas dos diferentes regimes de cumprimento das penas. Avaliação da trajetória no cárcere (as angústias, os conflitos enfrentados, as perdas, os possíveis ganhos, os momentos de alegria). Existência de grupos/coletividades no cárcere (se houver, em qual desses grupos o sujeito se percebe como membro). Visão do crime após o período no cárcere.

Bloco 4 – O futuro para além dos muros da prisão

Os sonhos, os planos para o futuro. Perspectivas do sujeito em relação à sua reinserção na família e na sociedade como um todo. Reinserção em organizações não totais.

APÊNDICE B – Roteiro semiestruturado de entrevista: plantonista

Bloco 1 – A entrevistada

Nome. Idade. Naturalidade. Escolaridade. Estado civil.

Bloco 2 – A prisão na perspectiva da plantonista

A percepção do sujeito em relação à prisão de maneira geral (reflexão sobre missão, objetivos, resultados). A percepção do sujeito em relação à organização prisional em que trabalha (reflexão sobre sua missão, seus objetivos, seus resultados). Regras e procedimentos gerais. Cerimônias. Ritos. Estórias. Relacionamento com os sujeitos que cumprem pena. Relacionamento com a equipe dirigente. Relacionamento entre as plantonistas. Percepção das relações que ocorrem entre os sujeitos que cumprem pena (formação de grupos, conflitos e alianças entre grupos). Percepção das relações entre sujeitos que cumprem pena e a equipe dirigente.

Bloco 3 – O trabalho da plantonista

Tempo de exercício da profissão de plantonista na organização prisional. Profissões anteriores. A escolha de ser uma plantonista. Tempo de exercício do cargo na organização prisional pesquisada. Fatos marcantes da trajetória construída pelo sujeito na organização prisional. Rotina de trabalho. Atribuições, funções na organização. Motivações, satisfações, dificuldades, conflitos no trabalho (condições de trabalho). Processo de formação (cursos, seminários, palestras; duração dessas atividades formativas, algum documento formal cujo conteúdo faz alusão às atribuições da plantonista). Percepções do sujeito acerca do significado de *ser uma plantonista*.

Bloco 4 – A plantonista na sociedade

As contribuições sociais ou mesmo os preconceitos no que tange ao trabalho em organizações prisionais. Vantagens e dificuldades da inserção da plantonista nos diferentes espaços sociais.

APÊNDICE C – Roteiro semiestruturado de entrevista: equipe dirigente

Bloco 1 – A(o) entrevistada(o)

Nome. Idade. Naturalidade. Escolaridade. Estado civil. Cargo.

Bloco 2 – A prisão na perspectiva dos gestores prisionais

A percepção do sujeito em relação à prisão de maneira geral (reflexão sobre missão, objetivos, resultados). A percepção do sujeito em relação à organização prisional em que trabalha (reflexão sobre sua missão, seus objetivos, seus resultados). Regras e procedimentos gerais. Cerimônias. Ritos. Estórias. Fatos marcantes ocorridos na organização prisional. Relacionamento com os sujeitos que cumprem pena privativa de liberdade. Relacionamento com os demais funcionários da organização prisional. Percepção das relações que ocorrem entre os sujeitos que cumprem pena (formação de grupos, conflitos e alianças entre grupos). Percepção das relações entre sujeitos que cumprem pena e as plantonistas.

Bloco 3 – O trabalho dos gestores nas organizações prisionais

Tempo de exercício do cargo de direção na organização prisional. Trajetória no cargo. Motivações, satisfações, dificuldades, conflitos no trabalho. Rotina de trabalho. Atribuições, funções na organização.

Bloco 4 – O gestor prisional na sociedade

Percepções do sujeito acerca do significado de *ser um gestor prisional*. As contribuições sociais ou mesmo os preconceitos no que tange ao trabalho do gestor prisional. Vantagens e dificuldades da inserção do gestor prisional nos diferentes espaços sociais.

ANEXOS

ANEXO A – Fotografia das mãos de uma mulher algemadas para trás

Fonte: Disponível em: <http://www.images.google.com.br>. Acesso em 15 maio 2012.

ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido[62]

Título do projeto

Subjetividades, culturas e lugares atrás das grades: um olhar para a dinâmica simbólica em um centro de ressocialização feminino.

1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa *Subjetividades, culturas e lugares atrás das grades: um olhar para a dinâmica simbólica em um centro de ressocialização feminino*. Se decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. Você foi selecionado em virtude de apresentar características de interesse para a composição da amostra da pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a empresa. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

2) Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar as relações entre subjetividade, cultura organizacional e lugar em instituições totais.

3) Procedimentos do estudo

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado a responder questões e perguntas colocadas pelos pesquisadores. A entrevista será gravada e, posteriormente, transcrita. Posteriormente, as informações serão analisadas pelos pesquisadores. A identificação dos respondentes será sempre preservada.

4) Riscos e desconfortos

Você poderá ter receio de alguma informação fornecida aos pesquisadores seja negativamente interpretada e, que, por isso, sua posição seja ameaçada. De forma alguma os pesquisadores possibilitarão a identificação dos respondentes, nem repassarão informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. Nosso objetivo não é julgar você ou suas opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente as relações entre lugar, cultura organizacional e subjetividade em instituições totais. Dificuldades são inerentes a esse processo e serão tratadas como tal, sempre com o objetivo de contribuir positivamente para seu aprimoramento.

---

[62] Há **duas vias** deste termo: uma para o participante da pesquisa e outra para ser arquivada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

5) Benefícios

Sua participação na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas por esta pesquisa, você poderá aproveitar para refletir sobre esse processo, seu amadurecimento, as dificuldades já enfrentadas e superadas e aquelas que ainda constituem um desafio. Adicionalmente, você estará contribuindo para que a universidade avance a pesquisa nessa área ainda tão incipiente no Brasil.

6) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo, sendo sua contribuição fundamental ao andamento deste estudo.

7) Caráter confidencial dos registros

Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas do roteiro de entrevistas para a construção de uma análise global sobre as relações entre lugar, cultura organizacional e subjetividade em instituições totais, sobre a qual você foi entrevistado(a). Após a transcrição das entrevistas, essas serão mantidas sob a guarda dos pesquisadores, que apenas autorização o uso e manuseio do material escrito, que não permitirão, em hipótese alguma a identificação dos entrevistados. Em caso de transcrição de partes da fala do entrevistado, estes serão referidos por E1, E2.. ou codificação semelhante para impedir sua identificação.

8) Participação

A coleta de dados desta pesquisa será sempre realizada pelos pesquisadores responsáveis, que solicitarão aos entrevistados um horário para realização da entrevista. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que lhe forem dirigidas, sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações.

É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem quaisquer penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar ao pesquisador que o esteja atendendo. A recusa em participar ou a saída do estudo não influenciarão suas relações particulares com nossa instituição.

9) Para obter informações adicionais

Você receberá uma cópia deste termo em que consta o telefone e o endereço do pesquisador principal[63], podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

[63] **Coordenador da Pesquisa**: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Gabinete 4073, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-7235. **Comitê de Ética em Pesquisa – COEP:** Unidade Administrativa II - 2° andar, Sala 2005, Campus Pampulha , Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-4592.

10) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmo também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistado deste estudo.

_____

Nome do(a) participante (em letra de forma)

_____ _____

Assinatura do participante Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que ele compreendeu essa explicação.

_____ _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) Data